



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos **da Realidade Brasileira**

Atena
Editora
Ano 2020



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobremaneira, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1792004051	
CAPÍTULO 2	15
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1792004052	
CAPÍTULO 3	29
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.1792004053	
CAPÍTULO 4	37
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.1792004054	
CAPÍTULO 5	50
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1792004055	
CAPÍTULO 6	61
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
DOI 10.22533/at.ed.1792004056	
CAPÍTULO 7	72
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.1792004057	

CAPÍTULO 8 87

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.1792004058

CAPÍTULO 9 108

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

DOI 10.22533/at.ed.1792004059

CAPÍTULO 10 120

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

DOI 10.22533/at.ed.17920040510

CAPÍTULO 11 137

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040511

CAPÍTULO 12 152

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040512

CAPÍTULO 13 168

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

DOI 10.22533/at.ed.17920040513

CAPÍTULO 14 179

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.17920040514

CAPÍTULO 15	189
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.17920040515	
CAPÍTULO 16	209
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa	
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante	
Roberto Magno Reis Netto	
Robson Patrick Brito do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.17920040516	
CAPÍTULO 17	219
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada	
José Manuel Mateo Rodriguez	
DOI 10.22533/at.ed.17920040517	
CAPÍTULO 18	230
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares	
Rodrigo Dutra-Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040518	
CAPÍTULO 19	245
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
DOI 10.22533/at.ed.17920040519	
CAPÍTULO 20	254
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez	
Maurício Ribeiro da Silva	
Cristina Vieira Barbosa, pedagoga	
Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
DOI 10.22533/at.ed.17920040520	
CAPÍTULO 21	258
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040521	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFECÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO

Data de aceite: 13/04/2020

Data de Submissão: 10/01/2020

Laís Caroline Rodrigues

Acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos – *Campus Sorocaba*. E-mail de contato: lais.cartografia@hotmail.com Universidade Federal de São Carlos – UFSCar *Campus Sorocaba*
Sorocaba – SP
<http://lattes.cnpq.br/4793193954388971>

RESUMO: Atualmente, percebe-se a tendência do ensino em Geografia estar gradativamente mais atrelado à tecnologia, realçando nossa sujeição ao sentido da visão. Diante disso, pensar nas pessoas com deficiência visual é fundamental na inclusão desses indivíduos na escola e na sociedade. Para tanto, a cartografia tátil é o caminho para construção dos conceitos geográficos pelo aluno cego ou baixa visão, pois é responsável pela confecção de mapas e outros produtos cartográficos táteis a serem usados por esses estudantes. Este artigo expõe os resultados da iniciação científica desenvolvida no curso de Geografia pela UFSCar. A pesquisa apresentou-se com objetivo principal de confeccionar materiais cartográficos destinados ao ensino de geografia a estudantes com deficiência visual. Baseando-

se em mapas utilizados nas aulas, adequando-os ao uso do deficiente visual de forma rápida e acessível, a fim de apontar que a produção desses mapas não é difícil e tão pouco implica grandes despesas. Valendo-se de técnicas artesanais, na confecção dos mapas táteis foram utilizados materiais de papelaria, com texturas e cores diferentes, materiais encontrados nas residências e recicláveis como botões, areia, canudos e papelão. Durante a confecção não apresentou-se algum tipo de dificuldade, não houve obstáculos para encontrar materiais e gastou-se pouquíssimo dinheiro na compra dos itens para comporem os mapas. Com criatividade, substituíram-se itens mais caros por outros materiais com textura diferenciada, fáceis de encontrar em casa ou na escola, como material reciclável, de construção, natural e tecidos. Quanto à eficácia dos materiais na leitura e compreensão dos conteúdos geográficos apresentados, notou-se retorno significativo através do interesse dos alunos, agradecimentos e pela relação que fizeram do conteúdo com notícias e vivências cotidianas. Essas reações explicitam a importância do mapa para o deficiente visual: o de localizar-se no mundo e, acima de tudo, de sentir-se incluído, ressaltando o valor da cartografia tátil na vida desses indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Cartografia Tátil, Mapas táteis, Materiais, Ensino de Geografia.

GEOGRAPHY TEACHING FOR THE PEOPLE VISUALLY IMPAIRED: CONFECTION OF THE TACTILE MAPS WITH ACCESSIBLE AND LOW COST MATERIALS

ABSTRACT: Currently, there is a trend in geography teaching gradually attached to the technology, highlighting our subjection to the sense of sight. On this, it is fundamental to think about visually impaired people to include these individuals in the school and in Society. Thereunto, tactile cartography is the way to the building of the geographic concepts by the blind or visually impaired student, because is responsible for building tactile maps and other cartographic products confection whose can be used for blind or visually impaired people reading. This article exposes the results of the scientific initiation developed in the degree course in geography by UFSCar. The research was presented with the main objective of making cartographic materials for the teaching of geography to students with visual impairment. The project was based on the most used maps at the classes with the purpose of suit them for the use by the visually impaired in a fast and accessible way, in order to point out that the production of these maps is not hard nor involves great expense. Using craft techniques, the tactile maps were made with stationery of diverse colors and textures, materials found in residences and recyclable, like buttons, sand, straws and cardboard. During the preparation there was no difficulty whatsoever, there were no obstacles to find materials and very little money was spent on buying the items to compose the maps. With creativity, more expensive items have been replaced by other textured materials that are easy to find at home or at school, such as recyclable, building, natural and fabrics. Regarding the effectiveness of the materials in reading and understanding the geographic contents presented, there was a significant return through the students' interest, thanks and the relationship they made with daily news and experiences. These reactions explain the importance of the map for the visually impaired: to be located in the world and, above all, to feel included, highlighting the value of tactile cartography in the lives of these individuals.

KEYWORDS: Tactile Cartography, Tactile Maps, Materials, Geography Teaching.

1 | INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo visual em que assimilamos quase tudo ao nosso redor através da visão. Durante os anos de graduação, ressalta-se a relevância da apreensão dos conceitos geográficos por meio de observações, mapas e imagens. Disto, surge a questão: como seria possível a um cego aprender geografia sem a apropriação de sua parte visual? A cartografia tátil tem um destaque fundamental para que a construção do espaço e da percepção da paisagem seja possível por parte do cego (VENTORINI; FREITAS, 2011).

A apreensão do conteúdo pela pessoa cega ou com baixa visão se dá através de experiências táteis, olfativas, sinestésicas, auditivas e da linguagem (CARMO, 2011), sendo o tato o sentido mais importante, mesmo que a percepção seja mais lenta e limitada espacialmente até onde os braços alcançam (ALMEIDA, 2007):

Assim, reitera-se que, para um cego, não se trata de substituir a visão por outros sentidos, normalmente inativos, mas de acioná-los de uma forma diferente do vidente, que parece usar a visão para “guiar” os demais sentidos. O tato constitui-se em recurso valioso no ensino de alunos cegos. Entretanto, não pode ser visto como substituto da visão, nem pensado de forma independente dos processos cognitivos envolvidos na apropriação de conhecimentos (BATISTA, 2005, p. 13).

A partir disso, os materiais didáticos que os estudantes com deficiência visual utilizarão na escola precisam ser adaptados de acordo com suas necessidades apresentadas (ALMEIDA, 2007). Para isso, pensando em um ensino de qualidade, o ideal é que se busquem maneiras eficazes distintas de aprendizado dos alunos para a alfabetização geográfica e cartográfica ocorrer com sucesso (SIMIELLI, 2007).

Na realidade, percebe-se na escola uma falta de recursos para os próprios alunos videntes e, para os alunos cegos e com baixa visão, ou não existem materiais adequados ou são materiais precários, feitos de maneira caseira improvisada pelos professores/escola/alunos (CARMO, 2011). Atualmente, alguns materiais cartográficos táteis desenvolvidos por alguns países, possuem avanços tecnológicos integrados a sistemas de *softwares* e equipamentos eletrônicos que permitem uma didática multissensorial. No entanto, isso envolve um alto investimento em pesquisas e tecnologias, o que parece uma prática distante da realidade encontrada nas escolas brasileiras (CARMO, 2011). Utiliza-se na maioria das vezes, técnicas artesanais e rústicas.

Neste sentido, este artigo apresenta os resultados do projeto de iniciação científica realizados durante o período de graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos. O trabalho teve como principal objetivo a confecção de materiais cartográficos destinados a usuários com deficiência visual ou de baixa visão. Baseando-se nos mapas mais utilizados em sala de aula com o propósito de adequá-los para o uso do deficiente visual de forma rápida e acessível, a fim de apontar que a confecção desses mapas não é difícil e tão pouco implica grandes despesas.

2 | A CARTOGRAFIA TÁTIL E A ELABORAÇÃO DE MAPAS TÁTEIS

Existem diversas questões por trás do uso do mapa, desde a utilização para localização, informação, comunicação, bem como o conhecimento do território para exercer o domínio sobre ele, dos recursos e pessoas, evidenciando sua importância como recurso didático, forma de linguagem e comunicação, no nosso cotidiano:

No caso do aluno deficiente visual, a importância dos mapas é ainda maior. Diagramas, ilustrações, modelos e mapas, apesar de abstrações da realidade, conseguem concretizar o espaço, sintetizando a informação a ser percebida pelo tato (VASCONCELLOS, 1993, p. 50).

Segundo Oliveira (2007), necessita-se que o aluno seja preparado para poder ler o mapa e compreendê-lo em sua totalidade, o que significa que “é preciso familiarizar-se com os mapas para poder compreendê-los em toda sua complexibilidade” (ALMEIDA e LOCH, 2009, p. 124).

Para que um aluno com deficiência visual tenha acesso na escola aos conteúdos geográficos, a Cartografia Tátil surge como um ramo da Cartografia responsável pela confecção de mapas e outros produtos cartográficos táteis que possam ser usados para a leitura por pessoas cegas ou com baixa visão no processo de ensino-aprendizagem de Geografia.

Para a elaboração dos mapas táteis é preciso que se estude a fundo como transcrever as informações visuais para a forma tátil, dado que existe uma diferença significativa nos sentidos da visão e do tato, além de não existirem regras gerais e definidas para a produção da cartografia tátil, que precisa de conceitos e regras diferentes da cartografia convencional, assim como técnicas distintas para a produção dos mapas táteis. Não é viável, por exemplo, que se construa o mapa tátil com as mesmas proporções e detalhes de um mapa visual, é necessário que se tenha em mente que haverá exageros e distorções para que haja uma apreensão melhor do conteúdo que se deseja passar (ALMEIDA, 2007).

É importante lembrar que não se deve sobrecarregar o mapa com diversas informações e deve se utilizar da linguagem gráfica visual em conjunto com a linguagem gráfica tátil, posto que os materiais sejam utilizados por diversas pessoas, com diferentes graus de deficiência visual (ALMEIDA, 2007). Destaca-se também a necessidade de se ter no mapa as escritas em braile. Do mesmo modo, a tecnologia é uma ferramenta vital para a produção desses materiais, bem como o acesso a essas tecnologias, que garantirão a eficiência do processo de ensino e aprendizagem (CARMO, 2011).

Caracterizado como uma estrutura plana, o mapa tátil pode ser feito a partir de diversos materiais como alumínio, papéis, papelão, plástico, E.V.A., panos entre outros, que sejam, preferivelmente, duráveis e resistentes ao manuseio. É importante que apresente saliências perceptíveis através do tato que informem ao usuário do mapa o significado da textura (D’ABREU; BERNARDI, 2011).

Através das técnicas da Cartografia Tátil, “os mapas táteis podem ser utilizados para orientação, mobilidade e para apreender informações gráficas e imagens em geral, tanto no contexto escolar como na vida diária” (CARMO, 2011, p. 255). Assim, as representações gráficas táteis, especialmente os mapas, possibilitam para o aluno com deficiência visual, o conhecimento geográfico que facilitam a compreensão do mundo.

3 | METODOLOGIA

Esse trabalho foi planejado e realizado através do princípio da pesquisa-ação em que, através de estudos aprofundados, pensou-se na confecção dos mapas em conjunto com o local de aplicação¹ do projeto.

A elaboração dos mapas partiu de uma escala global, para a escala federal, estadual e, por último, municipal. Usou-se diversos papéis de diferentes texturas e cores fortes, que puderam ser encontrados no laboratório de Cartografia da UFSCar, e, outros foram adquiridos em papelarias e em lojas populares. Muitos itens não precisaram ser comprados, pois foram encontrados no cotidiano do lar, como tesouras, cola, fita adesiva, botão, areia e materiais recicláveis. A escola de cegos possui impressora e máquina de escrever em braile e viabilizou, sem custo algum para a pesquisa, a impressão dos escritos. A confecção foi realizada a partir de técnicas artesanais e todos os mapas apresentavam legenda, título, orientação e escala em braile e em linguagem gráfica convencional:

- **Globo Terrestre Tátil:** Utilizou-se o da escola de cegos, um globo convencional, que apresentava o nome dos continentes e oceanos em braile. A divisão dos continentes, feita manualmente, com tinta contornando e o meridiano de Greenwich marcado com barbante. Preferiu-se usar o Globo ao invés do Mapa-múndi, pela relação de proporção dos territórios e para uma maior dimensão da posição dos países em relação aos outros e dos hemisférios Norte e Sul;
- **Mapa Político da Divisão das Regiões do Brasil (Foto 01):** Baseado no Mapa Político do Brasil encontrado nas escolas, sendo, as dimensões do mapa tátil, as mesmas do mapa original (escala 1:5.000.000). Os materiais que foram utilizados para a confecção deste mapa foram cola, tesoura, papel vegetal, fita adesiva dupla face, cartolinas branca, barbante preto, duplex amarelo, E.V.A. vermelho, crepom roxo, camurça laranja, celofane azul, papelão microondulado verde, lixa preta, um botão e tinta *Acripuff*² preta para contorno;

¹ Para a realização do projeto o local escolhido foi a Associação Ituana de Assistência aos Deficientes Visuais – Escola de Cegos Santa Luzia, de Itu-SP.

² A tinta puff é uma tinta especial para contorno, que depois de seca, fica emborrachada e fácil de ser percebida pelo tato. Essa tinta é encontrada em lojas que vendem tinta para tecido ou papelarias.



Foto 01 – Mapa Tátil da divisão regional brasileira. Rodrigues, Laís C. (Junho/2016)

- Mapas de São Paulo: três mapas do Estado de São Paulo (Foto02, 03 e 04), cada um representando um período histórico em relação à vegetação natural no Estado em cada período. Os três mapas possuíam a dimensão de uma cartolina, 50x66cm. Os materiais utilizados foram cola, tesoura, papel vegetal, cartolina, E.V.A. verde, crepom roxo, lixa preta, camurça amarela e barbante preto;



Foto02 – Mapa tátil 1 do Estado de São Paulo – Vegetação Natural. Rodrigues, Laís C. (Junho/2016)



Foto03 – Mapa tátil 2 do Estado de São Paulo – Vegetação 1886. Rodrigues, Laís C. (Junho/2016)



Foto 04 – Mapa tátil 3 do Estado de São Paulo – Vegetação 2000. Rodrigues, Laís C. (Junho/2016)

- Mapa de Zoneamento de Itu: Com dimensão de 90x120cm. Foram utilizados cola, tesoura, papel vegetal, cartolina, crepom verde, E.V.A. laranja, canudos, esmalte azul, botão preto, areia, palitos de madeira, fita adesiva, barbante, tinta puff.

4 | RESULTADOS

Durante toda a aplicação, trabalhou-se primeiramente a alfabetização geográfica

(Foto05) com a explanação de conceitos e temas no ensino de Geografia e, em seguida, a alfabetização cartográfica com o uso dos mapas.



Foto05 – Apresentação do conteúdo, aula expositiva. Santos, Érico V. F. (Junho/2016)

Em relação ao Globo tátil, pode-se perceber que, na verdade, é um globo convencional com apenas detalhes em braile. As letras são muito pequenas e não apresentam texturas nem cores fortes. O uso do Globo com os alunos foi efetivo por conta do acompanhamento da pesquisadora, porém percebe-se que o globo tátil não se faz um material adequado para o ensino de pessoas cegas ou com baixa visão por mostrar-se incompleto. Além disso, o preço de um globo tátil é três vezes maior que um globo convencional. A solução para atender um aluno com deficiência visual seria a elaboração de um globo tátil com texturas e cores distintas, a partir de técnicas artesanais, ou adaptar um globo terrestre já existente na escola.

Para o Mapa Tátil do Brasil, trabalhou-se a alfabetização cartográfica. Cada região, apresentada com uma textura e cor diferente e o litoral representado pelo papel celofane azul, que ao tato, era associado imediatamente à água. No entanto, o mapa continha muita informação, devido aos nomes dos Estados em braile e sendo a leitura do braile demorada (Foto 06), aparentou-se leve desânimo naqueles alunos que estavam lendo e nos que esperavam. Compreende-se que é importante atentar-se a quantidade de informações para não cansar a leitura e desestimular o aluno.



Foto 06– Sentindo as texturas. Santos, Érico V. F. (Junho/2016)

Nos mapas do Estado de São Paulo (Foto07), manifestou-se maior proveito, pois apresentava uma dimensão mais adequada (até onde os braços alcançam), com poucos materiais de cores e texturas muito distintas entre si. Esse processo deu autonomia para os alunos, que demonstraram maior interesse pela aula.

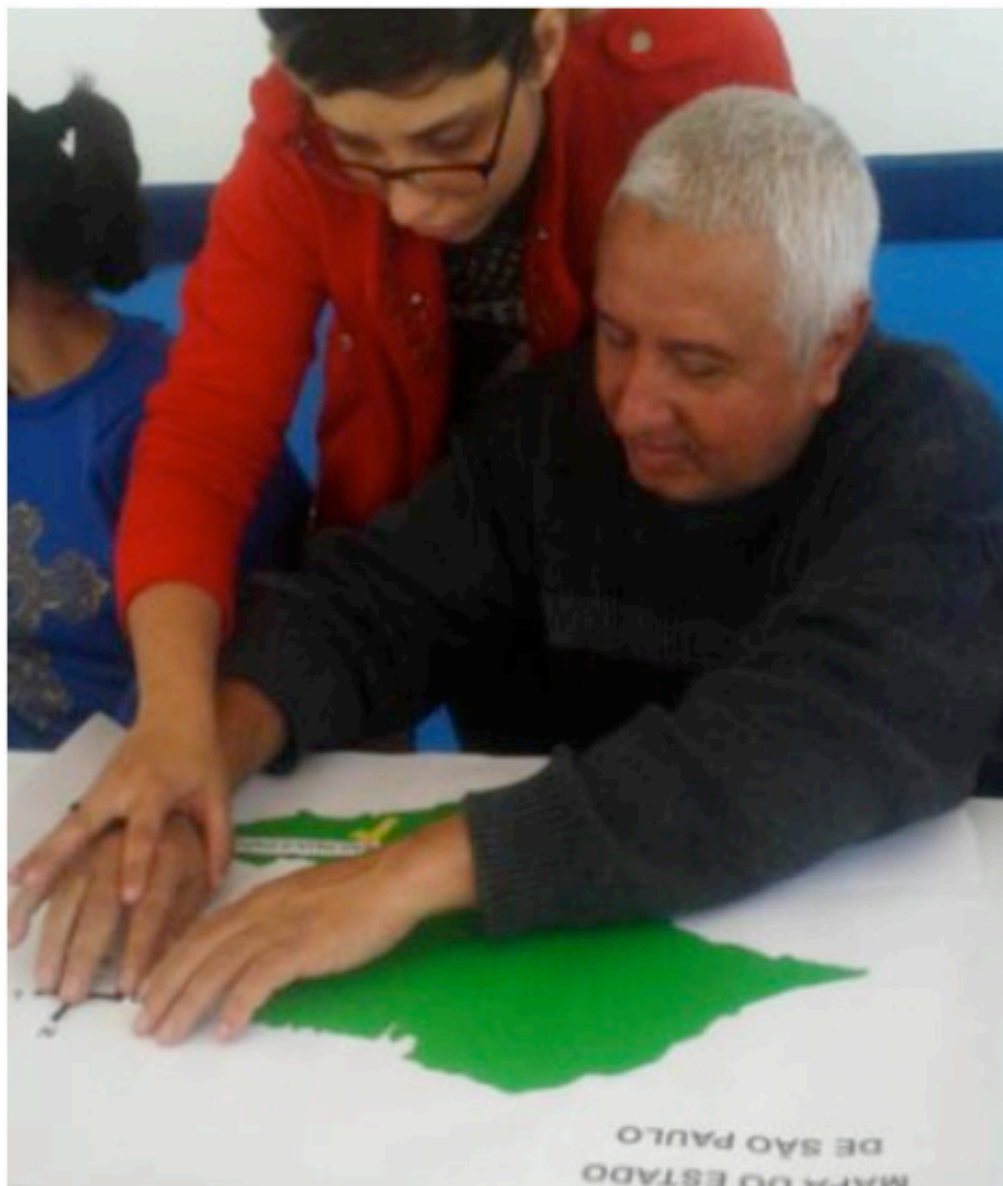


Foto07– Leitura da orientação do mapa. Santos, Érico V. F. (Junho/2016)

Por fim, o Mapa Tátil de Itu apresentava a localização das principais estradas, da escola de cegos (Foto08), do principal rio da cidade (Foto09), a divisão das zonas rurais e urbanas e das áreas de preservação ambiental.



Foto 08– Identificação da escola no mapa. Santos, Érico V. F. (Junho/2016)



Foto 09– Percorrendo o sentido do rio (canudo). Santos, Érico V. F. (Junho/2016)

Todos os mapas chamaram a atenção dos alunos, principalmente o de Itu, mas dos mapas apresentados, aqueles ao qual a apreensão do conteúdo foi mais rápida e fácil, foram os do Estado de São Paulo. O mapa do Brasil e o mapa de

Itu continham muita informação e notou-se um desestímulo para perceber todos os detalhes contidos no mapa, ao contrário dos mapas de São Paulo, no qual havia menos informações e a maioria dos alunos conseguiram manuseá-los sozinhos.

Apesar da ideia inicial de se adaptar os mesmos mapas de ensino usados por alunos videntes, para serem usados tanto por alunos cegos quanto por aqueles que enxergam, não é viável a construção do mapa tátil nas mesmas proporções do mapa visual. Os mapas do Brasil e de Itu eram grandes para os alunos tatearem, tendo que ser dobrado ao meio para que conseguissem percorrer todo o mapa.

Em relação aos materiais trabalhados na elaboração dos mapas, não houve dificuldade para encontrá-los e gastou-se muito pouco dinheiro na compra desses materiais. Com imaginação, pode-se substituir peças mais caras por qualquer outro tipo de material com textura diferenciada, que pode ser encontrado em casa ou na própria escola, como recicláveis, elementos naturais, utensílios de costura, etc.

Considerando a técnica artesanal de corte e colagem, em nenhum mapa, em particular, houve algum tipo de dificuldade no momento da elaboração. A tecnologia poderia ajudar a melhorar o processo da elaboração dos moldes dos mapas, agilizando e facilitando a confecção, porém, é importante ressaltar que as técnicas artesanais são comprovadamente eficientes e acessíveis, possibilitando adaptar de maneira eficiente qualquer material às necessidades dos alunos (ALMEIDA, 2007).

Para saber sobre a eficácia do mapa “o retorno (feedback) e a avaliação do aluno com deficiência visual devem ter um papel fundamental nas decisões relacionadas com a produção de mapas, gráficos e ilustrações destinadas à percepção tátil”. (ALMEIDA, 2007.) Esse retorno pôde ser notado através do interesse apresentado pelos alunos, pelos elogios e agradecimentos que faziam e pelas perguntas que respondiam oralmente no momento em que tateavam os mapas. Os alunos também relacionavam o conteúdo passado, através do mapa e da aula expositiva, com notícias e vivências do seu próprio cotidiano. Os alunos cegos ficaram surpresos ao perceberem que o mapa também estava em braile, possibilitando que eles o manuseassem sozinhos, sentindo-se incluídos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos na pesquisa, pode-se considerar que a confecção dos mapas táteis não é difícil, tão pouco onerosa. Os materiais são fáceis de serem encontrados, manuseados e, ainda, sobram, podendo ser reciclados para usos futuros em outras atividades, assim como para a confecção de novos mapas.

Mesmo demonstrando-se nesta pesquisa que a confecção dos mapas táteis não implica grandes despesas ou dificuldades, a existência de material gráfico disponível para o deficiente visual ainda é extremamente limitada.

A importância dos mapas para o aluno deficiente visual é notável, e quando os alunos durante a pesquisa perguntam da possibilidade de confecção do mapa de Itu, com localização dos principais pontos centrais, para que consigam circular pela cidade de forma autônoma, isso evidencia não só a questão do mapa ser fundamental para a localização, percepção e construção do espaço pelo deficiente visual, mas também a relevância que a cartografia tátil tem para a vida cotidiana desses indivíduos e o seu papel de inclusão.

Portanto, pensar na inclusão do deficiente visual, desde o início de sua escolarização, encontrando as ferramentas adequadas que farão com que ele tenha acesso ao mesmo conteúdo disponível para o aprendiz que uma pessoa com visão normal, é pensar no futuro desse aluno enquanto estudante universitário, profissional e cidadão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Cristina de, LOCH, Ruth Emília Nogueira. **Iniciando a Alfabetização Cartográfica**. In: Revista Eletrônica de Extensão, v. 6, n. 7, p. 117-125, 2009. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/issue/view/1172>, acesso em 18 de janeiro de 2016.
- ALMEIDA, Regina Araújo de. **A Cartografia Tátil no Ensino de Geografia: Teoria e Prática**. In: ALMEIDA, R. D. (Org.) Cartografia Escolar. 2. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 119-144.
- ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.) **Cartografia Escolar**. 2. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- BATISTA, Cecília Guarnieri. **Formação de Conceitos em Crianças Cegas: Questões Teóricas e Implicações Educacionais**. In Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 21 n. 01, p. 07-15, 2005.
- CARMO, Waldirene Ribeiro do. **Formação de professores em Cartografia Tátil: questões teóricas e experiências práticas**. In: VENTORINI, Sílvia Helena, FREITAS, Maria Isabel C. de. (Org.). Cartografia Tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual. 1ª edição – Jundiaí, Paco Editorial: 2011, p. 251-278.
- D'ABREU, João Vilhete Viegas; BERNARDI, Núbia. **Tecnologias táteis e sonoras para a comunicação e orientação espacial da pessoa com deficiência visual**. In: VENTORINI, Sílvia Helena, FREITAS, Maria Isabel C. de. (Org.). Cartografia Tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual. 1. Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 85-104.
- PREFEITURA DE ITU. **Mapa de zoneamento de Itu**. Disponível em: http://www.itu.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2015/mapas_itu/mapa_itu_zoneamento_municipio_set2015.pdf, acesso em 25 de maio de 2016.
- OLIVEIRA, Livia de. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. In: ALMEIDA, R. D. (Org.) Cartografia Escolar. 2.Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 15-41.
- SIMIELLI, Maria Elena. **O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica**. In: ALMEIDA, R. D. (Org.) Cartografia Escolar. 2.Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 71-94.
- VASCONCELLOS, R. **A Cartografia tátil e o deficiente visual: uma avaliação das etapas de produção e uso do mapa**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

VENTORINI, Silvia H.; FREITAS, Maria I. C. de; **Cartografia tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual**. VENTORINI, Silvia Helena, FREITAS, Maria Isabel C. de. (Org.). 1. Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

VICTOR, M.A.M., CAVALI, A.C., GUILLAUMON, J.R., SERRA FILHO, R., Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: http://www.historiaambiental.org/biblioteca/ebooks/cem_anos_de_devastacao_2005.pdf, acesso em 20 de maio de 2016.

CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO

Data de aceite: 13/04/2020

Maria Solange Melo de Sousa

Mestre em Geografia Universidade de Brasília (UNB/DF); Especialista em Educação; Graduada em Geografia; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa, Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores de Geografia (GEAF/UNB); Professora aposentada da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

Juanice Pereira Santos Silva

Mestre em Geografia Universidade de Brasília; Especialista em Educação Ambiental; Graduada em Ciências Biológicas; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa, Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores de Geografia (GEAF/UNB); Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

RESUMO: O texto apresenta uma ação pedagógica desenvolvida em uma escola pública do Distrito Federal, em que se trabalhou com os temas transversais de cidadania, diversidade e sustentabilidade e tendo como objeto de estudo dois parques ecológicos com particularidades distintas: o Parque Ecológico do Gama e o Parque Ecológico de Águas Claras. Na continuidade do texto, as autoras discutiram a importância da ação pedagógica na construção do conhecimento geográfico por instigar a pesquisa; adquirir conhecimentos

referentes aos conceitos geográficos e ao bioma cerrado; promover o exercício da cidadania; o respeito ao meio ambiente e estimular a tolerância, por meio de práticas inclusivas de trabalho de campo, ao envolver Alunos com Necessidades Especiais – ANEE. Como aporte teórico para a construção do artigo, utilizou-se os autores Cassab (2015); Leite (2018); Libâneo (2012) e Menezes (2012). A metodologia constitui-se de análise documental e leituras bibliográficas, para fundamentar os argumentos desenvolvidos no trabalho; pesquisa de campo com os estudantes nos parques investigados e, por fim, a construção do artigo. A realização do trabalho possibilitou entender que quando se desenvolve ações pedagógicas de trabalho de campo, em uma dimensão interdisciplinar e abordando temas relacionados à cidadania, a diversidade e a sustentabilidade, em diálogo com os problemas socioambientais e os conteúdos geográficos, obtém-se resultados positivos no que diz respeito à significativa aprendizagem dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Pedagógica; Cidadania, Conhecimentos geográficos; Diversidade; Sustentabilidade.

ABSTRACT: The text presents a pedagogical action developed in a public school of the Federal District, in which the cross-cutting themes of citizenship, diversity and sustainability were

worked and the object of study two ecological parks with particularities different: the Gama Ecological Park and the Águas Claras Ecological Park. In the continuity of the text, the authors discussed the importance of pedagogical action in the construction of geographic knowledge by instigating the research; acquire knowledge related to geographical concepts and the cerrado biome; promote the exercise of citizenship; respect for the environment and stimulate tolerance, through inclusive field work practices, by involving Students with Special Needs – ANEE. As a theoretical contribution for the construction of the article, the authors Cassab (2015); Milk (2018); Lebanese (2012) and Menezes (20125). The methodology consists of documentary analysis and bibliographic readings, to substantiate the arguments developed at work; field research with students in the parks investigated and, finally, the construction of the article. The work made it possible to understand that when pedagogical actions of field work develop, in an interdisciplinary dimension and addressing themes related to citizenship, diversity and sustainability, in dialogue with problems and geographic content, positive results are obtained with regard to the significant learning of students.

KEYWORDS: Pedagogical Action; Citizenship, Geographical knowledge; Diversity; Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

As discussões em relação à geografia escolar realizadas no Grupo de Pesquisa Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Geografia (GEAF/UNB) promovem reflexões quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Geografia. Os estudos possibilitam aos participantes – professores de geografia da Educação Básica do Distrito Federal – fazer leituras e análises de temas diversos relacionados à educação e, em particular, ao ensino de geografia. Os encontros possibilitam aos professores compartilharem suas experiências no cotidiano em sala de aula e perceber que há desafios a serem superados em relação aos conteúdos e às práticas pedagógicas. Mas, como enfrentar tais desafios no momento que a educação pública sofre críticas de vários segmentos da sociedade? Como o professor pode conduzir ações pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa diante de tantas fragilidades relacionadas à falta de infraestrutura, de investimento e de valorização por parte do poder público?

Enfrentar as críticas de senso comum é complexo, vários segmentos da sociedade sentem-se capacitados para discutir a educação, mesmo não sendo especialistas. É importante destacar que a expressão “qualidade de ensino” é diversa e depende do ponto de vista de análise (LIBÂNEO, 2012). ” O próprio campo educacional, nos âmbitos institucional, intelectual e associativo, está longe de obter um consenso mínimo sobre os objetivos e as funções da escola pública

na sociedade atual” (LIBÂNEO, p. 03, 2012). Mas os professores não podem levar em consideração críticas vazias e que não sejam significativas para o avanço na qualidade do ensino. É possível propor práticas educativas dinâmicas e com a perspectiva de transversalidade de temas relacionados à cidadania, a diversidade, a aprendizagem e a sustentabilidade, tais temas correspondem aos eixos estruturantes do “Currículo em Movimento” da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e corroboram para ampliar a dimensão de se compreender a importância deles no avanço da qualidade do ensino público.

Desenvolver ações pedagógicas que favoreçam a construção do raciocínio geográfico, por meio de eixos temáticos transversais e trabalho de campo, são mecanismos que o professor de geografia pode trabalhar, tendo a interdisciplinaridade como aporte para a aprendizagem dos conhecimentos geográficos.

Utilizando a temática da cidadania e da diversidade foi realizada a ação pedagógica com os estudantes de uma escola pública do Distrito Federal, na cidade do Gama. Contemplando a temática cidadania e sustentabilidade, promoveu-se o envolvimento dos estudantes sobre um problema local: o descaso do poder público em relação ao Parque Ecológico Vivencial do Gama. O objetivo foi sensibilizar a comunidade escolar em relação à valorização e preservação do referido parque e como ele pode torna-se um espaço público de lazer para a cidade. A temática diversidade foi explorada para proporcionar a prática de inclusão de Alunos com Necessidades Especiais – ANEE.

Assim, por meio de estudos relacionados à educação geográfica escolar, o projeto foi estruturado e desenvolvido no ano de 2018, tendo como referência a complexidade entre dois parques ecológicos do Distrito Federal: o Parque Vivencial e Ecológico do Gama e o Parque Ecológico de Águas Claras, localizado na Região Administrativa de Águas Claras, outra cidade do Distrito Federal.

A metodologia adotada envolveu a elaboração do projeto, a realização atividades pedagógicas de campo, o estudo do bioma cerrado e, por fim, a proposta de revitalização do espaço natural do Parque Ecológico do Gama/DF, que está situado na parte noroeste da cidade. O projeto contou com a participação de 100 (cem) estudantes de quatro turmas, no turno matutino e vespertino da escola, essas turmas contavam com Alunos com Necessidades Especiais – ANEE do Centro de Ensino Fundamental 03 do Gama. Para a sua realização, as coordenadoras do projeto contaram com as parcerias da administração do Gama, do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, da Universidade de Brasília – UNB e com lideranças da comunidade local. O Projeto foi desenvolvido ao longo do ano letivo de 2018. Os alunos pesquisaram e investigaram o bioma cerrado, suas particularidades e a ação humana em locais urbanos, tendo como referencial de análise o Parque Ecológico do Gama/DF e o Parque Ecológico de Águas Claras.

O texto foi construído em três partes: a primeira parte descreve os lugares estudados e a metodologia utilizada para a realização do projeto; no segundo momento discutiu-se a importância do trabalho de campo como aporte para a aprendizagem significativa e como prática pedagógica motivadora e, nas considerações finais, foi feita uma análise dos temas discutidos ao longo do texto e suas contribuições para a qualidade do ensino e da construção dos conhecimentos geográficos.

2 | RECONHECIMENTO DO LUGAR E A CONSTRUÇÃO DA AÇÃO PEDAGÓGICA

O Gama é uma das Regiões Administrativas que compõem o Distrito Federal e está localizado na parte sul da região, a cerca de 30 km do Plano Piloto. Sua área rural está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central e a cidade possui várias Áreas de Preservação Permanente (APP). O Gama possui três parques, dentre eles, o Parque Urbano e Vivencial do Gama, localizado no Setor Norte da RAI¹ (IBRAM, 2017).



Figura 1. Aula de campo – Parque Vivencial e Ecológico do Gama

Fonte: Sousa e Silva, 2018

Apesar da relevância das áreas naturais, percebe-se na comunidade o pouco

¹ Região Administrativa: tipo de divisão administrativa existente no distrito Federal, criada pela Lei nº 4.545/64. Existem hoje no Distrito Federal 31 RA (PDAD 2015/2016 CODEPLAN/DF).

envolvimento com as questões ambientais e a pouca participação nos processos de gestão ambiental pública. Mesmo que as questões ambientais não sejam prioridade, algumas providências foram tomadas pelo poder público, a partir de pressões por parte de especialistas e merece destaque a Instrução IBRAM N° 39 DE 21/02/2014, publicada no DODF de 25/02/2014, que dispõe sobre a preservação dos campos de murundus, cujo objetivo foi garantir a proteção da fitofisionomia no Bioma Cerrado (IBRAM, 2017).

Os campos de murundus são áreas onde ocorre, no período chuvoso, o afloramento natural do lençol freático, recobertos por vegetação de cerrado e dependendo das dimensões do murundu, a cobertura vegetal pode ser de gramíneas, arbustos ou árvores (IBRAM, p. s/n, 2017).

O Projeto foi organizado em conjunto com as disciplinas de Geografia, Ciências, Matemática e Arte e envolveu estudantes do 6º ao 9º ano, com o propósito de trabalhar com os conteúdos das disciplinas e utilizando estratégias didático-pedagógicas interdisciplinares, fora do ambiente escolar e realizando atividades de campo nos espaços de dois Parques Ecológicos do Distrito Federal: Gama e Águas Claras, por meio da educação ambiental, quando da realização do projeto promoveu-se ações de reconhecimento e valorização sustentável do espaço vivido, destacando-se a importância desses espaços para a educação e para o uso consciente do lugar pela comunidade. Durante a condução do projeto relacionou-se as ações promovidas com as aprendizagens sobre conservação do cerrado no espaço urbano e arredores, com isso o estudante teve a oportunidade de compreender o seu lugar de vivência, proporcionando-o a levantar hipóteses e estratégias para a resolução dos problemas apresentados ao longo dos estudos e das visitas de campos. Para a aplicação do projeto, os organizadores basearam-se nos conteúdos propostos pelo *Currículo em Movimento* da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF (2018) e nas orientações pautadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCN (2013), os documentos visam: “Possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os Eixos Transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação para a Sustentabilidade” (CURRÍCULO EM MOVIMENTO, 2018).

No decorrer da realização dos trabalhos de campo, houve palestras ministradas por especialistas do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, elas ocorreram nos dois parques visitados. As informações divulgadas pelos palestrantes contribuíram para enriquecer o conhecimento dos estudantes em relação ao bioma cerrado.



Figura 2. Visita ao museu – Parque Ecológico de Águas Claras

Fonte: Sousa e Silva, 2018



Figura 3. Palestra – IBRAM

Fonte: Sousa e Silva, 2018

As curiosidades relacionadas ao parque como, por exemplo, a existência

da espécie nativa do cerrado *mimosa heringueri* Barneby (espécie em extinção); a comercialização ilegal da terra preta e o aparecimento dos morros murundu (que surgem em decorrência da umidade do solo) motivaram a participação dos estudantes. Dentre as propostas para revitalização do lugar, merece destaque a sugestão de transformação do parque em uma área de lazer e de convivência social para a comunidade local ou a transformação do parque em um espaço de preservação ambiental criando um mini cerrado destinado à pesquisa.



Figura 4. *Mimosa heringueri* Barneby

Fonte: Sousa e Silva, 2018



Figura 5. Morros murundu

Fonte: Sousa e Silva, 2018

O envolvimento de atores de diversos segmentos da sociedade na atividade pedagógica proposta, enriqueceu a aprendizagem ao interagir o conhecimento científico e o conhecimento empírico e tendo como ponto de partida o lugar de vivência dos estudantes. O parque é um espaço disponível na cidade, porém, as potencialidades e a importância dele não são percebidas pela a comunidade local. As potencialidades estão relacionadas à possível transformação do local em área de lazer para a cidade e a importância refere-se à necessidade de se criar pequenas reservas ambientais para a preservação da fauna e flora dentro de espaços urbanos.

Para sensibilizar os estudantes da relevância do parque na cidade do Gama e como sua revitalização é uma possibilidade concreta, a equipe de organização do projeto, possibilitou aos estudantes envolvidos conhecer outro parque urbano localizado na cidade de Águas Claras, o Parque Ecológico de Águas Claras. A biodiversidade do local favorece o microclima e a melhoria da qualidade de vida da comunidade que reside no entorno do parque, pois:

O Parque Ecológico Águas Claras abriga a nascente do Córrego Águas Claras, tributário da Unidade Hidrográfica do Riacho Fundo e da bacia do Lago Paranoá. Ainda possui algumas espécies tombadas como patrimônio ecológico do Distrito Federal : Ipê (*Tabebuia spp*), Copaíba (*Copaífera langsdorffii*), Embiruçu (*Pseudobombax longiflorum*) e Buriti (*Mauritia flexuosa*) [...] possui lagoas naturais e vegetação nativa de Cerrado em bom estado de conservação em alguns pontos, e com potencial de regeneração natural. Esses remanescentes de vegetação aliados aos corpos hídricos atuam como habitat para uma grande variedade faunística (IBRAM, p. s/n, 2017).

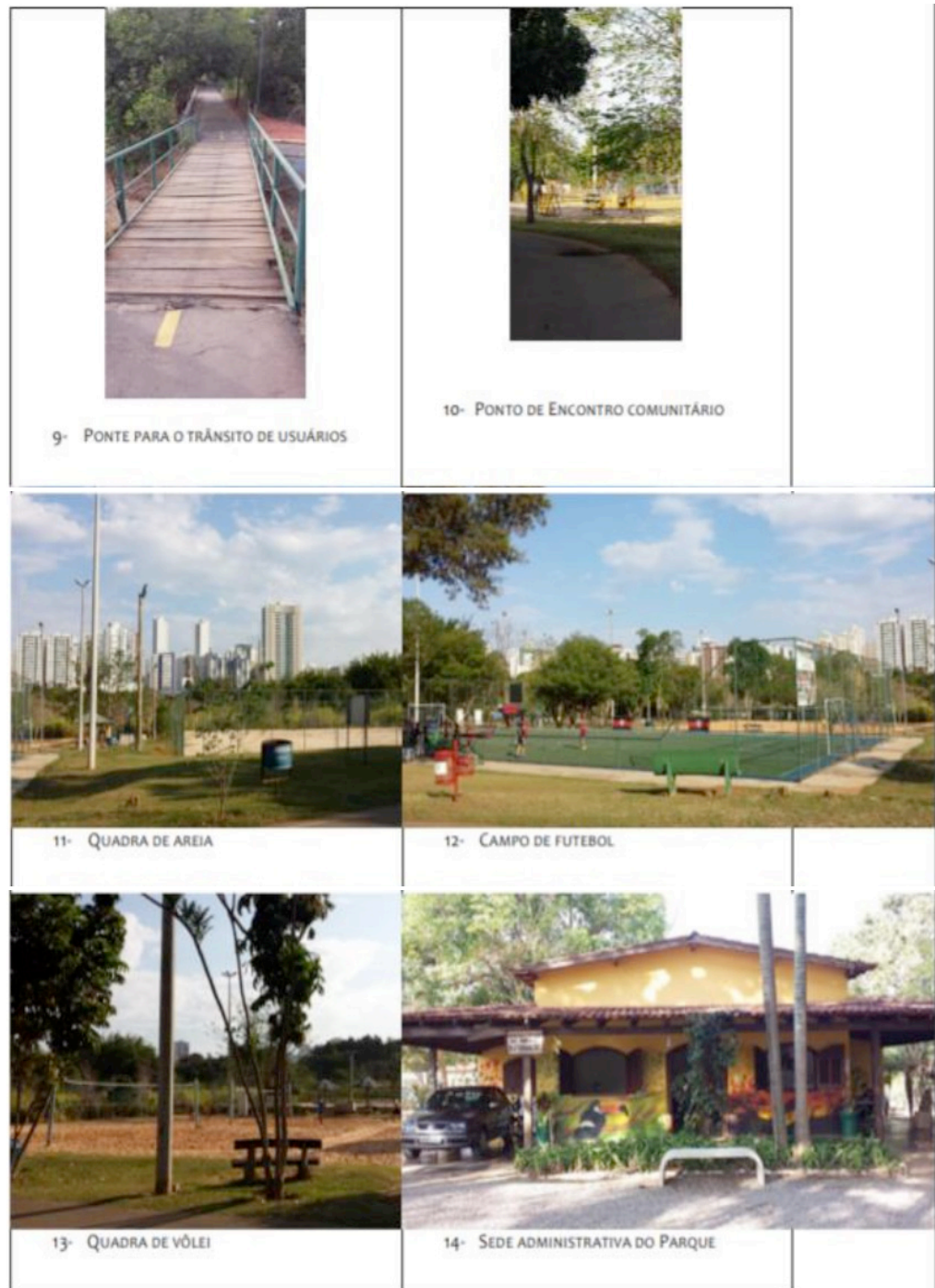


Figura 6.. Imagens do Parque de Águas Claras

Fonte: Instituto Brasília Ambiental – IBRAM (2017)

O parque de Águas Claras representa um desafio inerente à localização da área, ele encontra-se completamente inserido em zona urbana, cercado por prédios

de concreto, mas com grandes potenciais para integrar ainda mais a população local e fomentar o seu uso sustentável (IBRAM, 2017). Na cidade de Águas Claras, a comunidade abraçou a ideia do parque e o tratam com zelo e extremo cuidado, sendo assim, há o uso sustentável do local e hoje ele é o grande símbolo da cidade. No parque há trilhas para caminhadas; quadras de esporte; árvores frutíferas; riacho e lago, “é uma mancha verde no cenário de prédios altos” (RA de Águas Claras, 2016).



Figura 7. Aula de campo - Parque Ecológico Águas Claras

Fonte: Sousa e Silva, 2018

O estudo realizado com os estudantes do Centro de Ensino Fundamental 03 do Gama, no cotidiano dos Parques Ecológicos das duas cidades: Águas Claras e Gama, proporcionou comparações e análises das potencialidades desses espaços em que, na cidade de Águas Claras o parque é utilizado pela comunidade local e o parque do Gama precisa de uma interferência do poder público junto com a comunidade local para que ele se torne um espaço de convivência coletiva, que respeite e valorize o meio ambiente. Quanto à análise crítica das aprendizagens, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer formas pedagógicas fora de sala de aula, em uma abordagem interdisciplinar e de temas transversais, como a cidadania,

a diversidade e a sustentabilidade, permitindo assim, absorverem conhecimentos didáticos contidos no currículo e atitudes proativas de cidadania na percepção dos espaços vividos por eles na condição de estudantes e membros de uma comunidade.

Se apropriar do estudo da cidadania para desenvolver aprendizagens diversas e de forma contextualizada, possibilita ao estudante a condição de compreender o seu papel como cidadão na mudança de paradigmas do lugar no qual está inserido. A participação de Alunos com Necessidades Especiais – ANEE trouxe ao projeto a possibilidade de compreender a importância do respeito à diversidade. A escola deve ter a preocupação de desenvolver nos estudantes um processo de ensino e aprendizagem que permita a formação plena com princípios éticos que valorize o respeito à diversidade, que contribua para o convívio de forma harmoniosa e estabeleça a cultura da paz e que a prática se estabeleça para além do espaço escolar. A sustentabilidade torna-se evidente quando o estudante desenvolve uma atitude cidadã, ele também deve ter uma concepção de mundo sustentável, compreender qual o planeta que temos e qual o planeta que queremos. Ao analisar o meio em que vive, a partir de uma análise crítica, o estudante perceberá como a comunidade se relaciona com o meio ambiente, qual o tratamento dado ao local pelo poder público, quais são as necessidades urgentes que o local reivindica.

3 | O TRABALHO DE CAMPO COMO APORTE PARA A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA MOTIVADORA

Para que o conhecimento geográfico seja construído não basta a teoria, é preciso o envolvimento proativo do estudante, despertar a curiosidade e o interesse em conhecer o espaço vivido. A Geografia escolar favorece a construção do conhecimento e promove a curiosidade e o interesse do estudante pela cidade em que vive, realizando atividades de campo e explorando as potencialidades e as rugosidades do lugar. Para Leite (p. 15, 2018) “A Geografia Escolar é, portanto, praticada cotidianamente por todos os entes envolvidos no contexto educativo e educacional [...] (p. 15, 2018). O educativo na concepção de ensinar propõe que as aulas de Geografia estimulem a reflexão dos problemas ambientais, econômicos e sociais que interferem no cotidiano da comunidade. A reflexão em relação a esses problemas pode servir de combustível para instruir e acrescentar conhecimentos. O educacional, aqui definido como a ação de ensinar, propõe atividades e pesquisa de campo como prática motivacional para a busca do conhecimento. A Geografia escolar precisa conectar o teórico e o prático:

Muito se tem discutido sobre a importância de o ensino de Geografia contribuir para a construção de um olhar mais atento para as transformações que ocorrem no espaço e para a necessidade de se formar indivíduos capazes de atuar de maneira

O projeto realizado no Centro de Ensino Fundamental 03 do Gama trabalhou de forma interdisciplinar, em que os professores atuaram como mediadores para que os conhecimentos fossem alcançados, cada um dentro de suas particularidades. Os conhecimentos da Geografia, enquanto componente curricular que, observa, explica e investiga os fenômenos e processos naturais e sociais e a relação do estudante com o espaço vivido (Currículo em Movimento, 2018), partiu da análise de que o espaço vivido pelo estudante participante do projeto mora na cidade (urbano) e foi proposto a ele o desafio de observar, analisar, refletir, estudar e propor solução para um problema ambiental e social referente ao lugar em que ele vive: o Parque Ecológico do Gama. A partir dessa atividade, foi possível trabalhar conceitos geográficos relevantes para que o estudante compreendesse o significado da Geografia e a sua relação na concepção do que seja cidadania. Essa relação encontra sentido quando:

Ao considerar a dimensão do urbano, expressa no concreto da cidade, em geral, e da cidade do aluno, em particular, se estabelecem fundamentos à compreensão da dinâmica urbana, cotidianamente vivida pelos alunos, imprescindíveis à significação de conteúdos e, por conseguinte, ao próprio desenvolvimento da noção da cidadania. Isso se viabiliza, então, pela consideração da perspectiva intraurbana na análise espacial, a partir do lugar do aluno. Em consequência, os conceitos de cidade/urbano, lugar, paisagem e território articulam os saberes construídos coletivamente pelos envolvidos no contexto de ensino/aprendizagem (LEITE, p. 15-16, 2018).

Quando o projeto levou os estudantes para outro local, fora de sua comunidade, eles tiveram a oportunidade de ampliar a análise espacial e conhecer que há divergências e complexidades entre lugares inseridos dentro de uma mesma região. Essas divergências e complexidades podem abordar diferentes dimensões no campo econômico e social e que refletem no ambiental. Assim, os conhecimentos geográficos também são ampliados o que possibilita o professor explorar novas dimensões dos conteúdos e conduzir o estudante a outras fontes de reflexão, além da questão ambiental. Essas reflexões são possíveis quando é perceptível ao aluno que a cidade de Águas Claras apresenta paisagens diferentes de sua cidade, há a predominância de prédios e, no meio de tanto concreto, está inserido um parque com grande diversidade de espécies nativas, com animais silvestres passeando livremente e a comunidade local cuidando e usufruindo o espaço, o estudante fará comparações. Há possibilidades de questionamentos e novas comparações quanto às características socioeconômicas entre as cidades do Gama e de Águas Claras. Assim o professor deve levar o aluno a compreender que não é possível pensar o espaço dissociado da sociedade e suas contradições (CASSAB, 2015). Portanto:

[...] o espaço se produz na sua indissociabilidade com a sociedade, coloca-se

a produção do espaço no campo da história, enfatizando as relações sociais específicas que produzem e condicionam o espaço. Reforça-se que o espaço é social e, como tal, só se dá como um conjunto de virtualidades de valor desigual, tendo que ser disputado em decorrência da capacidade e força que cada um tem na cidade [...] (CASSAB, p. 137, 2015).

Quando o professor de Geografia leva o seu aluno a conhecer novos espaços geográficos, fora do lugar vivido ele possibilita que se perceba que a Geografia não é uma ciência de descrição da paisagem, ela é uma ciência de análise, de reflexão e de compreensão do econômico, do social, da paisagem natural e humanizada todos esses elementos interligados em rede.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que permeiam as discussões realizadas no Grupo de Pesquisa, Ensino, Aprendizagem, e Formação de Professores – GEAF/UNB motivam os professores a lutar pela qualidade do ensino e contribuem para o avanço na formação do professor de Geografia que está em sala de aula e tem por objetivo superar o discurso de crise da educação que predomina em livros que tratam do assunto. A aprendizagem é o objetivo principal da educação, mesmo que de formas e modelos variados, ela é a finalidade. Buscar caminhos para que ela seja uma prática exitosa faz com que o tema seja de interesse dos vários segmentos da sociedade civil.

O “Currículo em Movimento” das escolas públicas do Distrito Federal propõe a interdisciplinaridade como prática facilitadora na construção da aprendizagem em uma perspectiva de integração de conteúdo. Foi na perspectiva interdisciplinar que o projeto dos Parques Ecológicos das cidades de Águas Claras e do Gama foi realizado. Norteados pelos temas de cidadania, diversidade e sustentabilidade os estudantes fizeram comparações e análises das potencialidades dos locais estudados. Assim foi necessário conhecer e compreender a complexidade dos conteúdos e dos conceitos que envolveram o tema, estabelecer conexões reais a partir do vivido no contexto das práticas espaciais e criar estratégia considerando a diversidade para atender a todos os alunos, independente das Necessidades Educacionais Especiais que apresentem.

As significações dos conhecimentos geográficos, da cidadania, da diversidade e da sustentabilidade, dialogaram com os temas relacionados aos problemas urbanos (cidade e suas problemáticas socioambientais) e os conteúdos geográficos, por meio de uma metodologia que valorizou o trabalho de campo e práticas didático-pedagógicas proativas a favor da construção do conhecimento geográfico.

REFERÊNCIAS

CASSAB, Clarice. *Da casa para a rua: a dimensão espacial da juventude*. In: CAVALCANTE, Lana de S., CHAVEIRO, Eguimar F. e PIRES, Lucineide Mendes (org.). **A cidade e seus jovens**. Goiás: Ed. da PUC, 2015, p. 137.

DISTRITO FEDERAL. IBRAM, Instituto Brasília Ambiental. **Estudo técnico Criação do Parque Ecológico de Águas Claras-DF**, 2017. 34p.

_____. IBRAM, Instituto Brasília Ambiental. **Estudo técnico Criação do Parque Ecológico do Gama-DF**, 2017. 31p.

_____. RA de Águas Claras: **Parque Ecológico de Águas Claras**. Disponível em: www.aguasclaras.df.gov.br, 2016, acesso em 05 mar/2019.

_____. Secretaria de Estado de Educação: **Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal - Ensino Fundamental**, 2018

_____. Secretaria de Estado de Educação: **Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal – Caderno de Pressupostos teóricos**, SEEDF, 2013.

_____. RA de Águas Claras: **Parque Ecológico de Águas Claras**. Disponível em: www.aguasclaras.df.gov.br, 2016, acesso em 05 mar/2019.

LEITE, Cristina M. C. *O processo de ensinar e aprender Geografia por meio do Projeto Nós Propomos: A experiência do Distrito Federal*. In: SOUZA, Vânia L. C. A e LEITE, Cristina M. C. (Org.). **Ensinar e Aprender Geografia por meio do Projeto Nós Propomos**. Goiânia: C&A Alfa Comunicações, 2018, p. 15-16.

LIBÂNEO, José Carlos. **Dualismo perverso da escola pública**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, n. 1, 2012, p. 15.

MENEZES, Priscylla K. *O ensino de Geografia e o lugar de vivência do jovem escolar: uma articulação necessária à compreensão das práticas espaciais do aluno*. In: CAVALCANTE, Lana de S., CHAVEIRO, Eguimar F. e PIRES, Lucineide Mendes (org.). **A cidade e seus jovens**. Goiás: Ed. da PUC, 2015, p. 64.

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA

Data de aceite: 13/04/2020

Severino Alves Coutinho

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo teórico baseado na concepção de diversos autores que abordam sobre o Estágio Supervisionado em Geografia. Nesse sentido, tem-se como objetivo abordar sobre essa temática numa perspectiva de análise e reflexão sobre o processo de formação do futuro docente, considerando os fundamentos teóricos estudados durante o curso de graduação e a sua vivência no cotidiano escolar, principalmente em sala de aula, momento em que há a possibilidade de conciliar teoria e prática antes de exercer a profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Estágio Supervisionado. Ensino de Geografia. Docente.

A BRIEF REFLECTION ON THE SUPERVISED PRACTICE IN GEOGRAPHY

ABSTRACT: This article presents a theoretical study based on the conception of several authors who approach the Supervised Practice in Geography. In this sense, the objective is to approach this theme in an analysis perspective and reflection on the formations process of the future teacher, considering the theoretical

foundations studied during the graduation course and their experience in the school routine, especially in the classroom, when there is the possibility of reconciling theory and practice before exercising the profession.

KEYWORDS: Supervised Practice. Geography Teaching. Teacher.

1 | INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado em Geografia é uma das exigências nos cursos de licenciatura das instituições de curso superior e se constitui num componente curricular importante que possibilita a articulação entre teoria e prática durante o processo de formação acadêmica do estagiário.

Nesse contexto, entende-se ser o estágio uma das etapas mais significativas na vida dos estagiários, uma vez que oportuniza a experiência sobre o processo educativo, seja quando observa, planeja e interage com os alunos durante sua prática pedagógica, pois isto, “permite aos graduandos [...] que se apropriem e compreendam a complexidade das práticas institucionais e educacionais bem como as oportunidades e desafios de atuar como docente” (POLICARPO, 2018, p. 214).

Dessa maneira, este artigo busca apresentar concepções teóricas de diversos autores que tratam desse temática, tendo como parâmetro o processo ensino aprendizagem de Geografia em sala de aula a partir da pratica vivenciada durante o estágio realizado na escola.

O trabalho teve como proposta desenvolver um texto cuja abordagem discutisse sobre a importância do Estágio Supervisionado como instrumento de aprendizagem e de construção do conhecimento, uma vez que pode propiciar ao educando condições para analisar, questionar, refletir e se posicionar em relação ao que está sendo estudado e, dessa forma, aprender de forma contextualizada, pois segundo Barbosa (2016, p. 83), considerar “o ensino de Geografia numa visão crítica é proporcionar ao estudante a leitura do mundo, ajudando-o a compreender que a nossa realidade é uma elaboração [...] social” construída historicamente.

Nessa perspectiva, o ensino de Geografia deve priorizar o senso crítico dos alunos, a fim de que estes possam ser sujeitos ativos e participantes de sua própria aprendizagem, tendo como mediador o docente.

2 | O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Ao ensinar, o professor de Geografia deve ter entre outros objetivos, compreender o processo de transformação da sociedade, considerando suas características, o modo de vida, suas relações e as contradições sociais na atualidade, visando tornar os alunos cidadãos críticos e, portanto, partícipes da vida em sociedade.

Daí a necessidade de desenvolver um trabalho respaldado na qualidade do ensino, proporcionando aos educandos a apreciação pela aprendizagem de forma sistematizada e colaborativa. Essa forma de desenvolver as atividades escolares, não só torna as aulas mais atrativas como estimula os alunos a participarem de forma mais efetiva, uma vez que passam a ser sujeitos ativos no processo de aprendizagem, passando a criar autonomia e habilidades por meio do aprendizado escolar. Na concepção de Libâneo (1994, p. 22-23), o processo de educar

corresponde, pois, a toda modalidade de influências e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social e do caráter, implicando uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática.

Assim, é possível perceber as inter-relações dentro do contexto escolar. Sendo a aprendizagem concebida como um processo de construção compartilhada, ou seja, uma construção social na qual o papel do professor é o de sempre atuar no desenvolvimento e no potencial do aluno. No entanto,

para que o estágio se apresente como uma possibilidade de construção de conhecimentos necessários à docência, é imprescindível que esteja organizado de tal forma que proporcione ao futuro professor um profundo conhecimento da realidade, para que este possa conhecer e compreender sua complexidade e posicionar-se criticamente perante os acontecimentos sociais e escolares. Além disso, esse futuro professor deve ter sólida fundamentação teórica, por meio da qual estabelecerá relações com o contexto real da sala de aula, permitindo-lhe interpretá-la e intervir de forma consciente e planejada. Desta forma, o Estágio Supervisionado, como campo de conhecimento e eixo estruturante da formação de professores, possibilita a construção de saberes fundamentados na unidade entre teoria e prática (RAYMUNDO, 2013, p. 363).

Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado em Geografia, possibilita a vivência e a experiência de participar da comunidade escolar e compreender que a formação docente é um processo contínuo, que ultrapassa os limites da sala de aula, já que a formação não se constitui apenas nos conceitos teóricos tão disseminados durante o curso superior, mas principalmente, através das experiências adquiridas através da relação teoria/prática no dia a dia da escola. Assim,

A experiência do cotidiano escolar e o mundo vivido do aluno [...] são ferramentas de extrema importância, por se apresentar como um processo de construção de identidades, por isso, devem ser trabalhadas no processo de estágio supervisionado em Geografia, daí tais conhecimentos promovem o vivenciar no contexto atual da educação, estabelecendo um vínculo com a futura profissão (GOMES; BRITO, 2016, p. 78).

Sendo assim, o estágio se configura como uma atividade essencial no que diz respeito ao conhecimento do processo ensino aprendizagem escolar com vistas à melhoria da formação profissional de quem almeja formação docente, já que permite pôr em prática ações e poder repensar sobre novas propostas ou caminhos metodológicos no campo do conhecimento. Sob esse olhar,

O estágio pelo qual o aluno de licenciatura passa, é um período de estudos práticos para a aprendizagem e experiência e envolve, ainda, supervisão, revisão, correção e exame cuidadoso. Durante todo esse período o estagiário tem a grande oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica articulando-os com os saberes construídos a partir da experiência prática do estágio (MENDONÇA, 2013, p. 159).

Ademais, participar do estágio significa relacionar teoria e prática de forma integrada, pois permite a possibilidade do diálogo, do contato com o educando e com seus interesses e conhecimento de mundo e, isto, é fundamental em termos de contribuição para a formação do estagiário que almeja se profissionalizar como docente de Geografia. Por isso, o estágio,

sem dúvidas é um processo privilegiado para conhecer melhor a escola, a sala de aula, os alunos, os conteúdos e os procedimentos de ensino e aprendizagem. É

também, momento de autoconhecimento, de identificação ou refutação de alguns aspectos para a carreira docente. O estágio quando bem preparado e organizado, permite a junção da teoria e da prática, resultando assim, na práxis educacional. Nessa perspectiva, o estágio antes de qualquer coisa, é um momento de reflexão e de constante revisão de atitudes e atos tomados perante a sala de aula e perante aos demais colegas da futura profissão (GOMES; BRITO, 2016, p. 85).

Assim, pode-se afirmar que esse momento prepara o estagiário para lidar com as dificuldades e enfrentar os desafios tão presentes no cotidiano escolar. Por isso, faz-se necessário estudar e se aperfeiçoar na profissão que pretende assumir, tendo portanto, uma postura ética e crítica, mas também reflexiva em relação a prática educativa nos dias atuais. Desse modo,

fica claro que o Estágio Supervisionado representa a inserção do graduando e professor em formação no campo da prática profissional para ter a experiência da docência, vivenciando a regência de classe e a realidade da sala de aula, que são saberes fundamentais na construção da identidade docente (POLICARPO, 2018, p, 213).

Nesse sentido, deve-se promover uma aprendizagem colaborativa entre todos, pois, será necessário que a escola, a equipe pedagógica e o docente desencadeiem movimentos reivindicatórios que priorizem a aquisição dos meios que ofereçam o pleno acesso à educação, sem exceção, tendo em vista que todos os alunos, tem condições de aprender, sendo preciso que o docente da disciplina e o estagiário trabalhem objetivando proporcionar um melhor desenvolvimento intelectual, afetivo e social. Além disso,

O estágio curricular supervisionado em seu movimento é campo de conhecimentos pedagógicos, envolvendo a universidade, a escola, os estagiários, tendo os professores da educação básica uma preocupação central com os fenômenos do ensinar e do aprender. Representa a inserção do professor em formação no campo da prática profissional para ter a experiência da docência, vivenciando a regência de classe e a realidade da sala de aula, que são saberes fundamentais na construção da identidade docente (MARTINS; TONINI, 2016, p. 99).

Esse fato evidencia a importância que deve ser dada ao estágio, uma vez que oferece a oportunidade de vivenciar a realidade do ambiente escolar, bem como a possibilidade de relacionar os fundamentos teóricos estudados durante o curso de licenciatura com a prática de estágio exercida em sala de aula.

3 | ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA: UMA FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM PARA O FUTURO DOCENTE

Não só a disciplina de Geografia, mas a equipe escolar, incluindo direção, supervisão e demais professores precisam interagir no que se refere ao processo

ensino aprendizagem, haja visto que o trabalho de uma disciplina por si só, de forma isolada, não terá êxito, se não houver condições e incentivo por parte de todos que compõe a escola. Esta deve ser uma percepção não apenas do professor de Geografia, mas dos demais profissionais da escola, comprometidos com a educação e com a formação de um aluno crítico e muito mais autônomo quanto as suas posições e participação da vida em sociedade.

Nesse contexto, a escola precisa desenvolver práticas de ensino compromissadas com o educando, buscando a formação de pessoas éticas, críticas e capazes de atuar na sociedade com respeito e valorização a diversidade.

Nessa perspectiva, compreende-se que o Estágio Supervisionado constitui-se num processo de experiência vivenciado no ambiente escolar. Sendo assim, pode ser entendido como uma síntese do processo ensino aprendizagem no contexto da sala de aula. Neste caso, a observação a ser realizada na escola e na sala de aula,

deve pautar por uma perspectiva investigativa da realidade, tanto pelo professor de Prática de Ensino quanto pelo futuro docente. Ao mesmo tempo em que as observações servem para compreender as práticas institucionais e as ações na escola, elas balizam as próprias ações do futuro professor, no sentido de facilitar a compreensão da realidade, dos fatos e sua prática docente, a partir de um olhar crítico e investigativo (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 92).

Dessa forma, o estágio cumpre papel fundamental no que tange a aprendizagem por parte do estagiário, contribuindo não só para sua reflexão sobre o processo de ensinar e aprender, como também sobre as metas e prioridades que pretende alcançar como futuro docente. Nesse sentido,

O Estágio Supervisionado constitui um componente integrante do currículo dos cursos de licenciatura, sendo concebido como tempo e espaço de aprendizagem e não apenas como uma atividade extracurricular realizada para o cumprimento de uma carga horária isolada e descontextualizada do curso. Ao mesmo tempo em que integra prática e teoria, o estágio colabora para que o futuro professor compreenda e reflita sobre as complexas relações que ocorrem no ambiente escolar, seu futuro locus profissional (RAYMUNDO, 2013, p. 361).

Este é um momento ímpar, pois possibilita ao aprendiz passar da observação e análise para a fase de partícipe do processo real de ensino e, desta maneira, poder pôr em ação as competências adquiridas durante o curso de graduação em Geografia. Ademais,

o estágio não se resume à aplicação imediata, mecânica e instrumental de técnicas, rituais, princípios e normas aprendidas na teoria. A prática não se restringe ao fazer, ela se constitui numa atividade de reflexão que enriquece a teoria que lhe deu suporte. O estágio é um processo criador de investigação, explicação, interpretação e intervenção na realidade (PIMENTA, 1997, p. 74).

Nesse sentido, a prática do futuro professor precisa estar coerente com o processo ensino aprendizagem da disciplina, pois, além do conhecimento teórico, sua metodologia deve ser versátil em termos de uso de recursos didáticos diferenciados, tais como globo, mapas, data show e pesquisas direcionadas na internet. Tais ferramentas pedagógicas são essenciais para dinamizar as aulas e facilitar o processo de ensinar e de aprender de forma significativa.

Desse modo, quando se trabalha numa perspectiva articulada entre teoria e prática, o acadêmico passa a aprender a construir conhecimento, uma vez que se coloca na condição de sujeito participante capaz de avaliar não somente o cotidiano da escola, mas também sua aprendizagem a partir de sua prática docente durante o período de estágio. Assim,

Sabe-se que o Estágio Supervisionado possui um papel fundamental na formação dos futuros docentes, [...] haja vista ser por meio desta oportunidade que são vivenciadas as realidades que compõem o cotidiano escolar permitindo, deste modo, que os estagiários fiquem cientes das dificuldades que serão encontradas no futuro campo de trabalho e ponham em prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica (SILVA; MELO, 2016, p. 98).

Mediante isso, compreende-se que o estágio desempenha relevante papel na formação do futuro professor que tem a possibilidade de ter acesso a sala de aula e a praticar a docência, como experiência e vivência em relação a regência de classe e a realidade que marca o contexto da sala de aula e do ambiente escolar. Estes, são saberes fundamentais para o estagiário que pretende se profissionalizar como docente de Geografia. Tais saberes, segundo Martins e Tonini, (2016, p. 100):

são empregados na prática pedagógica e podem ser compreendidos da seguinte forma: saberes da formação profissional (das ciências da educação e da ideologia pedagógica – corresponde ao conjunto dos saberes que são transmitidos pelas instituições de formação de professores); saberes disciplinares (correspondem aos diversos campos de conhecimento); saberes curriculares (correspondem aos programas escolares que incluem objetivos, conteúdos, métodos, etc.) e saberes experienciais (saberes ligados às experiências individuais e coletivas, “de saber fazer e de saber ser”).

Nessa perspectiva, os acadêmicos, independente das dificuldades de cada um, precisam participar das atividades pedagógicas pensadas para serem desenvolvidas durante a aula, tendo em vista serem integrantes do processo de ensino aprendizagem de uma ou mais turmas durante um determinado período, seja observando e/ou ministrando alguma aula planejada em comum acordo com o docente titular da disciplina. Assim,

Para ensinar, o professor deve ser capaz de assimilar uma tradição pedagógica que se manifesta através de hábitos, rotinas e truques do ofício; deve possuir uma competência cultural oriunda da cultura comum e dos saberes cotidianos

que partilha com seus alunos; deve ser capaz de argumentar e de defender um ponto de vista; deve ser capaz de se expressar com certa autenticidade, diante dos alunos; deve ser capaz de gerir uma sala de aula de maneira estratégica, a fim de atingir os objetivos de aprendizagem, conservando sempre a possibilidade de negociar seu papel; deve ser capaz de identificar comportamentos e de modificá-los até certo ponto. O “saber – ensinar” se refere, portanto, a uma pluralidade de saberes (TARDIF, 2002, p.178).

Nesse contexto, os estagiários adquirem saberes que são produzidos no dia a dia da sala de aula. Tais saberes, envolvem conhecimentos teóricos em consonância com a experiência prática, vivenciada pela regência de classe. Essa relação é importante, inclusive para o desenvolvimento de atividades pedagógicas dinâmicas na escola, bem como para formação do estagiário como futuro docente de Geografia.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado proporciona ao estagiário a oportunidade de observar e participar das atividades escolares, em específico, das aulas da disciplina de Geografia, o que possibilita vivenciar de forma prática a realidade educacional retratada na teoria.

Nesse contexto, a Geografia precisa se voltar a essa temática, que não está distante da escola, nem dos estagiários que cursam graduação, mas ao contrário, se insere em suas vidas, como componente curricular essencial para sua formação.

Dessa forma, o estágio se configura como uma importante atividade desenvolvida no âmbito escolar que permite ao formando aprender e contribuir com os alunos e o docente da instituição, tendo em vista, a relação estabelecida durante o processo de troca de experiências.

Ademais, pode-se evidenciar que durante o estágio, o formando em Geografia vivência a realidade, de modo que sua aprendizagem lhes possibilita não apenas utilizar os conhecimentos teóricos acadêmicos, mas também a sua experiência prática, enquanto agente que participa e é capaz de se tornar um professor mediador, que tanto colabora como investiga e propõe inovações pedagógicas essenciais na construção de um saber geográfico que atenda as expectativas da escola nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. E. S. A Geografia na escola: espaço, tempo e possibilidades. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 12, p. 82-113, jan./jun. 2016.

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. Prática de ensino: elemento articulador da formação do professor. In: BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

GOMES, J. G.; BRITO, G. Q. Estágio supervisionado em Geografia: reflexões e críticas acerca de uma experiência vivenciada. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 77-87, jul. / dez. 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, R. E. M. W.; TONINI, I. M. A importância do estágio supervisionado em Geografia na construção do saber/fazer docente. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 20, n.3, p. 98-106, 2016.

MENDONÇA, L. S. Relatório final de estágio supervisionado de licenciatura em Geografia: uma visão sobre a formação de um novo professor. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 4, n. 6, p. 149-161, jan./jun. 2013.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 1997.

POLICARPO, M. A. Práticas e experiências na formação de um professor no estágio supervisionado da licenciatura em Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia-MG, v. 9, n. 16, p. 211-225, jan./jun. 2018.

RAYMUNDO, G. M. C. A Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado na construção dos saberes necessários à docência. **Olhar de professor**. Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 357-374, 2013.

SILVA, J. G.; MELO, J. A. B. Estágio Supervisionado em Geografia e atividades lúdicas como proposta para dinamização das aulas. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 33, n. 2, 2016.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS

Data de aceite: 13/04/2020

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Professor do Departamento de Geociências e
PPGEO - Unimontes
gustavo.cepolini@unimontes.br

Anderson Willians Bertholi

Professor do Departamento de Geociências e
PPGEO - Unimontes
andibertholi@gmail.com

Bruna França Oliveira

Graduanda em Geografia – Unimontes
brunaolifr@gmail.com

Tayne Pereira da Cruz

Graduada em Geografia – Unimontes
taynecruz96@outlook.com

Walcricio Martins Gomes

Graduando em Geografia – Unimontes
walcriciomg@hotmail.com

* Uma primeira versão desse texto foi apresentada no SINGA - 2017.

RESUMO: O Atlas da questão Agrária Norte Mineira tem por objetivo congrega algumas pesquisas desenvolvidas no NEPRA – Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários – UNIMONTES, em andamento desde o segundo semestre de 2016. Dessa maneira, concentra estudos e análises sobre o campo, a partir da mesorregião Norte de Minas, com

ênfase na reprodução do campesinato bem como dos conflitos entre o agronegócio, mineração e Unidades de Conservação. Trata-se, portanto, de uma pesquisa envolvendo um levantamento bibliográfico sobre Campesinato, Agrobiodiversidade e os conflitos no campo, no Norte de Minas. Esta pesquisa foi precedida de uma análise dos dados estatísticos, elaboração de mapas e trabalhos de campo em alguns assentamentos, acampamentos e outras comunidades rurais territorializadas no Norte de Minas. Visa-se assim, a construção de um Atlas que evidencie as constantes disputas por terra e território no Norte de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Atlas. Geografia Agrária. Norte de Minas. Território.

CONSTRUCTION OF THE NORTH MINEIRA AGRARIAN ISSUE ATLAS AND THE TERRITORIAL CHALLENGES AND DISPUTES

ABSTRACT: The North Mineira Agrarian issue Atlas aims to compile some researches developed at NEPRA - Center for Regional and Agrarian Studies and Research - UNIMONTES, in progress since the second half of 2016. Thus, it concentrates studies and analysis on the field, starting from the North of Minas mesoregion, focusing on the reproduction of the peasantry

as well as conflicts between agribusiness, mining and Conservation Units. It is, therefore, a research involving a bibliographical survey on Peasantry, Agrobiodiversity and conflicts in the countryside in the North of Minas, which were preceded by an analysis of statistical data, mapping and fieldwork in some settlements, camps and other communities territorialized rural areas in the North of Minas. Thus, the aim is to build an Atlas that highlights the constant disputes over land and territory in the North of Minas Gerais.

KEYWORDS: Atlas. Agrarian Geography. North of Minas. Territory.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho visa apresentar alguns resultados preliminares do Atlas da questão agrária Norte Mineira. Para isso, utilizará de uma ampla análise documental, sobretudo, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER) e do Observatório de Conflitos Ambientais de Minas Gerais, bem como de dados de diferentes movimentos socioterritoriais que atuam na mesorregião do Norte de Minas Gerais, sobretudo, através de trabalhos de campos em alguns dos 89 municípios que integram o norte de Minas Gerais.

Como indagação inicial, pode-se destacar que aproximadamente 25% das terras no Brasil são devolutas, ou seja, são terras públicas que deveriam propiciar uma ampla reforma agrária, em consonância com conservação ambiental em todos os estados brasileiros (OLIVEIRA, 2011, 2015). A partir desse cenário, constata-se que no período de 2000 a 2015 o norte de Minas Gerais concentrou 140 conflitos por terras envolvendo 22.638 famílias, quer dizer, existem pelos menos 9 conflitos por terras por ano nessa região, de acordo com o Caderno de Conflitos no Campo, organizado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra.

Diante do exposto, apresentaremos a identificação de algumas áreas em conflito, contextualizando a luta pela terra e território no tocante à agricultura camponesa, agroecologia e a territorialização dos assentamentos rurais, fortalecendo assim as políticas públicas no âmbito rural. Como resultados preliminares foram elaborados alguns mapas desses conflitos, disputas e alternativas territoriais na região norte mineira, cuja leitura geográfica crítica e atual permitirá adensar os debates sobre os conflitos e alternativas de uma fração do território brasileiro. Dentre os objetivos desse trabalho destacam-se: Analisar a questão agrária e a territorialização do campesinato e do agronegócio na região norte-mineira, cuja configuração atual é de 89 municípios, de acordo com as divisões regionais para o planejamento estadual. Para analisar tais cenários, o recorte temporal será de 2000 a 2015, fomentando um

levantamento quali-quantitativo para interpretar as disputas, conflitos e alternativas territoriais no âmbito rural.

Para estruturar tais discussões, é necessário desmembrá-las nos seguintes objetivos específicos: Analisar e comparar as políticas públicas perante a luta pela terra e território no estado de Minas Gerais e, sobretudo, no norte de Minas; Compreender os conflitos e as disputas territoriais entre a agricultura camponesa e o agronegócio no norte de Minas e, diferenciar as principais contradições e implicações socioeconômicas e ambientais; Mapear os conflitos territoriais a partir dos dados do IBGE, INCRA, ITER e CPT e organizá-los em mapas, gráficos, tabelas e textos informativos para compor o Atlas da Questão Agrária Norte Mineira (Cartilha).

Sobre a premissa metodológica, salienta-se que toda pesquisa é feita de trajetórias de estudo, assim, pretende-se a partir dos levantamentos bibliográficos iniciais, debater as principais teorias sobre o campo brasileiro, seguido de uma análise sistemática sobre a territorialização da agricultura camponesa e do agronegócio em Minas Gerais e, sobretudo, no norte de Minas, tomando como referências os movimentos socioterritoriais que atuam nessa região.

Nesse sentido, a metodologia empregada está ancorada em revisão de literatura, análise de dados qualitativos e quantitativos sobre a questão agrária brasileira e trabalhos de campo em algumas áreas a serem definidas, após os levantamentos iniciais da referida pesquisa. Diante disso, serão elaborados diferentes materiais cartográficos, evidenciando os diferentes conflitos territorializados no norte de Minas Gerais em constante diálogo com Girardi (2008 e 2014) através da teoria da Cartografia Geográfica Crítica e com os inúmeros elementos da pesquisa participante conforme a proposição de Brandão (1999) e Gajardo (1986).

A partir dessa construção teórica inicial, deve-se reconhecer a necessidade de construção do objeto de estudo, tomando a questão socioterritorial como questão geográfica, em outras palavras, objetiva-se analisar uma realidade complexa e processual que nos remete a uma perspectiva analítica relacional; a consideração à heterogeneidade social, espacial e temporal, bem como o inter-relacionamento dessa diversidade; e a efetivação de estratégias transdisciplinares para a compreensão do problema em questão. Dessa maneira, os resultados serão construções de leituras resultadas de quatro procedimentos distintos, porém unidos por uma relação processual que os constitui: *1) análises de dados quantitativos; 2) análise e transição de entrevistas; 3) discussões temáticas de caráter científico e político; 4) comparação das políticas fundiárias e dos conflitos no campo brasileiro, que envolvem diferentes sujeitos sociais.*

Assim sendo, as análises visam estruturar as disputas territoriais e permitem atualizar a leitura regional da questão agrária brasileira, a partir de um esforço de interconexão entre as teorias, buscando elaborar um modelo de investigação

geográfica que identifique os problemas-chave, que emperram o desenvolvimento territorial e regional, e nesse contexto, inserimos o norte de Minas Gerais.

2 | OS CONFLITOS HISTÓRICOS E AS RESISTÊNCIAS NAS GERAIS

Os conflitos são marcas históricas constantes no Norte de Minas, isto é, os camponeses seguem lutando pela reforma agrária e pelo acesso à água nessa mesorregião. Trata-se de duas dimensões indissociáveis, impulsionando os diferentes movimentos sociais agrários que atuam nessa região e também no Jequitinhonha. A atuação do MST, bem como de outros movimentos socioterritoriais, e do Centro de Agricultura Alternativa, é um indicador de um amplo processo de reconhecimento das populações tradicionais e camponesas que lutam pelo acesso a terra, água, educação, financiamento, etc. (FERREIRA; SILVA; SILVA, 2017).

Sobre as disputas nas Gerais, Dayrell e Lopes (2016, p. 87) mostram a situação no seguinte quadro:

Quando se percorre o Norte de Minas pelas suas principais rodovias, analisando a diversidade de paisagens percorridas, um dos seus aspectos marcantes é o predomínio de grandes propriedades. Observam-se imensas áreas de pastagens ou com a monocultura de eucalipto ou da banana que alternam com uma diversidade de formações vegetais associadas com o Bioma Cerrado e formas transicionais com a Caatinga, Mata Seca, e Mata Atlântica, mas também inúmeros povoados, distritos, pequenas cidades e diversos núcleos de comunidades rurais. Se buscarmos no IBGE a confirmação desta percepção, o resultado é imediato: dos 91.163 estabelecimentos agropecuários do Norte de Minas, apenas 15% das unidades produtivas referem-se a empreendimentos de fazendeiros ou empresários e estes ocupam 70% de todas as terras do Norte de Minas.

Nota-se que a concentração fundiária nas Gerais é da ordem de 70% para as grandes propriedades e os 30% restantes, para os demais sujeitos sociais que labutam na terra de trabalho e vida. Assim, constituem-se algumas disputas e conflitos, uma vez que grande parte destes empreendimentos, além de constituir latifúndios, recebe recursos públicos abastados e visa a expansão, conforme o Relatório “Projeção do Agronegócio: Minas Gerais 2016 a 2026”, cuja segunda edição foi publicada em 2017 pela SEAPA - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado de Minas Gerais.

Tais perspectivas nos permitem inferir que a reforma agrária não acontecerá, e os conflitos territoriais seguirão crescentes, juntamente com a violência no campo. A síntese dessas contradições é apresentada a seguir na Tabela 1, os dados relativos aos conflitos por terra e o número de famílias no Brasil, Sudeste, Minas Gerais e Norte de Minas, no período compreendido entre 2000 a 2015, cuja fonte foi os Cadernos de Conflitos no Campo do Brasil, publicados anualmente pela CPT.

ANO	Conflitos por terra	Famílias	Conflitos por terra	Famílias	Conflitos por terra	Famílias	Conflitos por terra	Famílias
	BRASIL		SUDESTE		MINAS GERAIS		NORTE DE MG	
2000	564	88.826	72	14.068	18	3.922	2	1.570
2001	681	83.629	35	5.588	17	2.257	2	310
2002	743	85.156	120	8.963	58	7.342	14	1.726
2003	659	104.883	159	31.331	71	8.350	11	2.603
2004	1.398	193.142	144	24.226	55	8.205	13	2.874
2005	1.304	160.770	124	13.109	39	3.681	10	1.356
2006	1.212	140.650	139	14.086	33	3.811	9	1.003
2007	1.027	122.400	133	14.078	43	3.922	11	992
2008	751	70.845	102	9.063	23	2.813	4	739
2009	854	83.058	49	4.469	16	874	4	369
2010	853	70.387	61	5.638	31	2.457	10	1.407
2011	1.035	91.735	57	4.713	36	2.420	6	767
2012	1.067	92.113	78	5.413	29	2.843	9	1.689
2013	1.007	87.015	77	5.830	35	2.532	10	1.445
2014	1.018	120.048	117	9.902	49	3.204	15	2.759
2015	998	120.658	73	5.264	48	3.005	10	1.029
Total	15.171	1.715.315	1.540	175.741	601	61.638	140	22.638
%	100	100	10,1	10,2	3,9	3,6	0,9	1,3

Tabela 1: Conflitos por terra e famílias envolvidas no Brasil, SE, MG e Norte de Minas entre 2000 a 2015.

Fonte: CPT (2001 a 2016)

A partir dos dados sistematizados na Tabela 1, nota-se que no Brasil os conflitos por terra e o número de famílias envolvidas são alarmantes. O período analisado totalizam 15.171 conflitos e 1.715.315 famílias envolvidas, apenas em conflitos por terra¹, e estão territorializados em todos os estados, ou seja, não ocorrem apenas na área de fronteira do agronegócio, mas, contraditoriamente, também em áreas de ocupações antigas, dominadas pela agricultura capitalista mais tecnificada. O Sudeste representa o montante de 10,1% de conflitos por terra, e Minas Gerais corresponde ao equivalente a 3,9% do total. Quando comparados os valores relativos ao Norte de Minas, com os seus 89 municípios, pode-se notar que essa mesorregião possui 0,9% dos conflitos por terra, e a porcentagem de famílias envolvidas corresponde a 1,3%. A partir de 2002 nota-se uma elevação nesses conflitos, com algumas oscilações.

Na segunda tabela, nota-se o potencial do campesinato territorializado no estado de Minas Gerais. Somente o Norte de Minas concentra aproximadamente 25% do montante identificado pela EMATER.

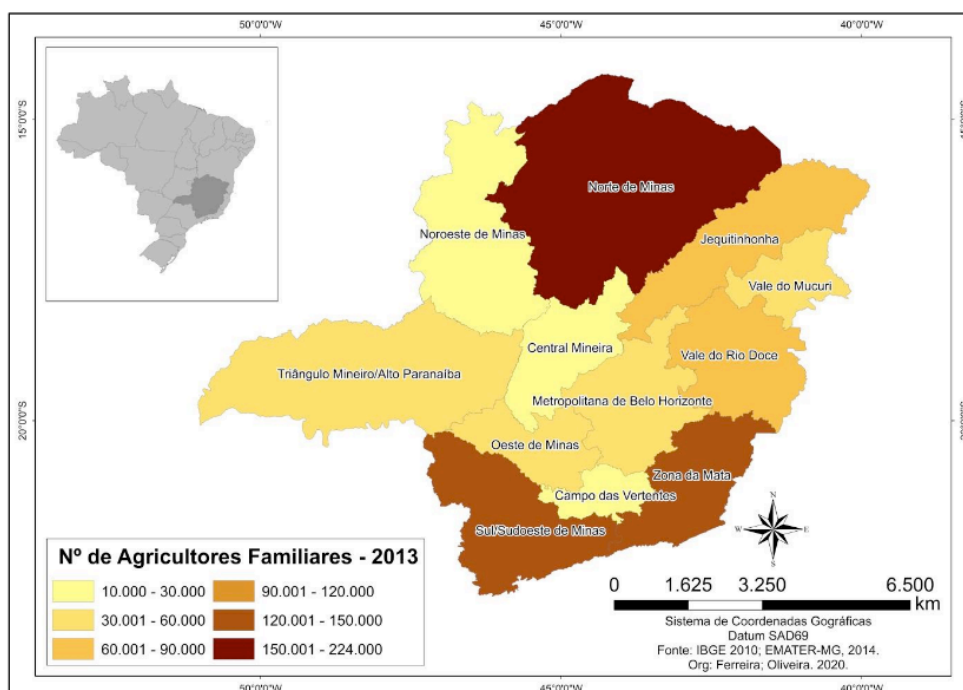
¹ De acordo com a metodologia utilizada pela CPT, pode-se reconhecer nestes conflitos as ocorrências diretas contra os camponeses, assim como aquelas existentes em ocupações e acampamentos.

	Mesorregião	Total de Agricultores ²	%
1	Norte de Minas	214.434	24,75
2	Sul/Sudoeste de Minas	128.441	14,83
3	Zona da Mata	121.594	14,04
4	Vale do Rio Doce	85.886	9,91
5	Jequitinhonha	78.701	9,08
6	Triângulo/Alto Paranaíba	52.782	6,09
7	Metropolitana de Belo Horizonte	52.317	6,04
8	Vale do Mucuri	35.351	4,08
9	Oeste de Minas	33.405	3,86
10	Campo das Vertentes	26.230	3,03
11	Noroeste de Minas	23.278	2,69
12	Central Mineira	13.914	1,6
TOTAL		866.333	100

Tabela 2: Número de Agricultores Familiares e percentuais de participação no total – Minas Gerais e Mesorregiões Geográficas, 2013

Fonte: EMATER-MG. (MINAS GERAIS, 2014, p. 23 .

Assim, o mapa 1 evidencia a atuação e permanência do campesinato no Norte de Minas³. Trata-se de uma dimensão fundamental, que revela a importância e insubordinação camponesa na transformação da paisagem com os policultivos, o modo de vida geraizeiro, os povos e comunidades tradicionais, pesqueiras, entre outras práticas territoriais e ambientais que resistem ao avanço dilapidador, imposto pelo agronegócio.



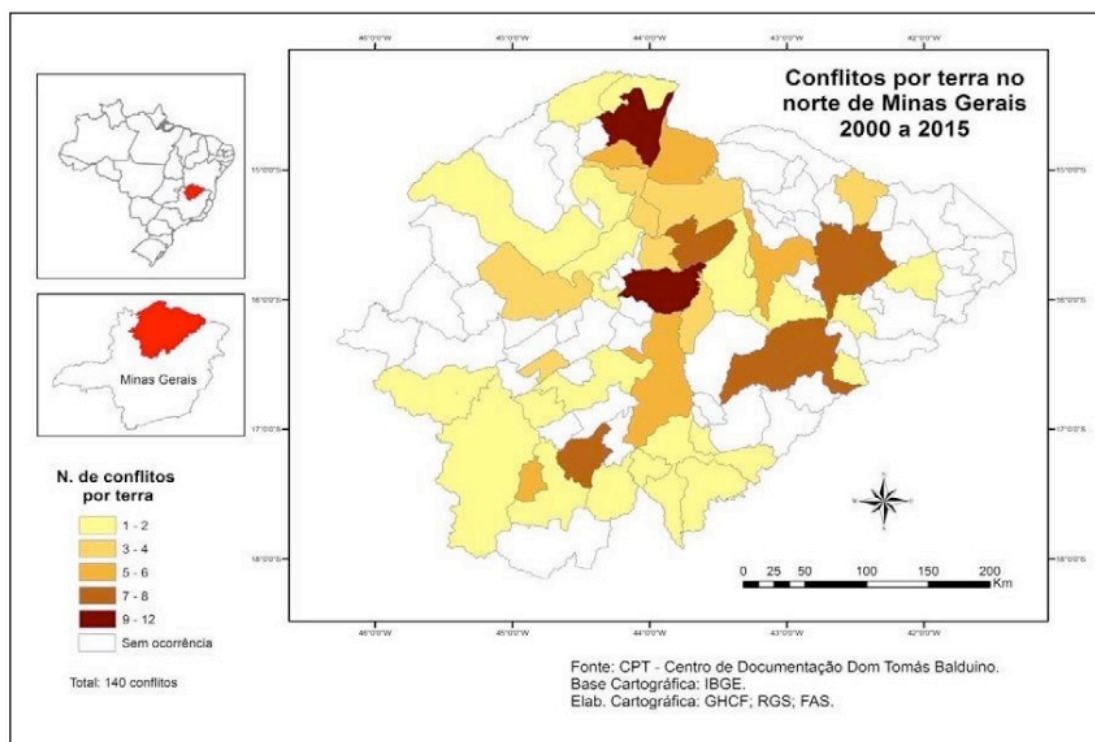
Mapa 1: Número de Agricultores Familiares– Minas Gerais e Mesorregiões Geográficas - 2013

Fonte: EMATER-MG, 2014.

2 Denominação utilizada no Relatório da EMATER-MG, publicado em 2014.

3 Ressalta-se que desde 2017 o IBGE substituiu a classificação de mesorregião e microrregião por regiões intermediárias, e imediatas.

Nas produções cartográficas a seguir, os mapas, além de sintetizar alguns dos conflitos, disputas e alternativas territoriais, permitem enxergar o quadro atual e apontar uma breve prospecção sobre o campo nas Gerais. Assim, o mapa 2 sintetiza os dados relativos a Tabela 1, sobre o Norte de Minas, evidenciando os conflitos por terra e territórios.



Mapa 2: Conflitos por terra no Norte de Minas Gerais 2000 a 2015.

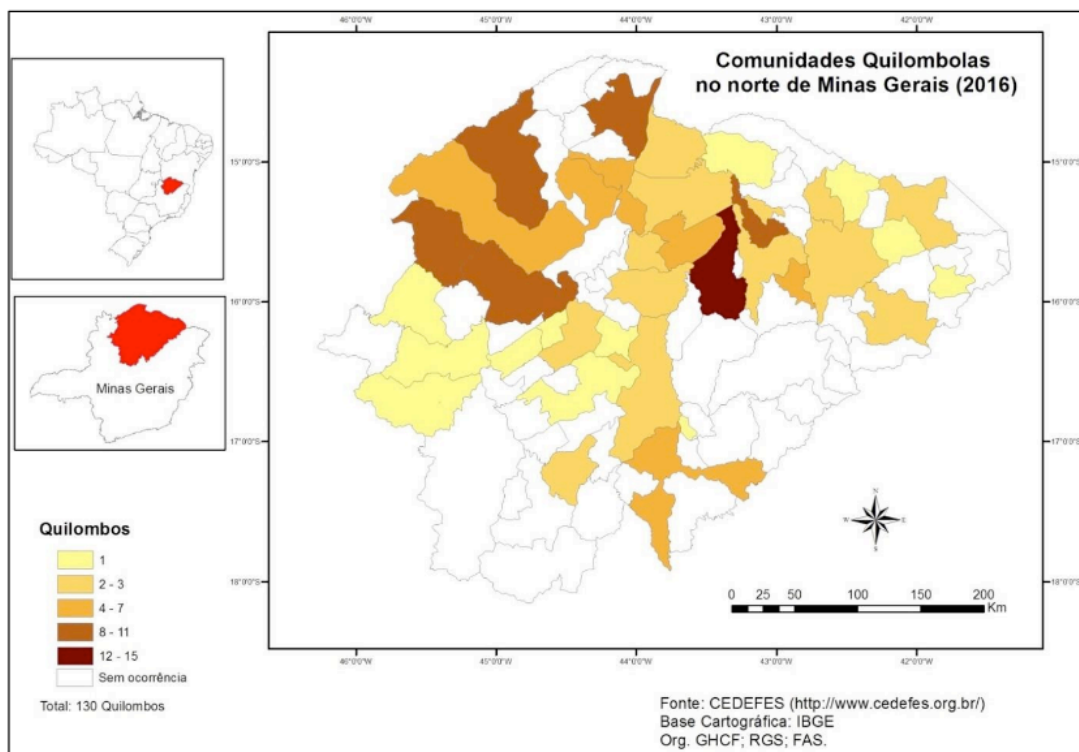
Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2001 a 2016).

O mapa indica que há um grande número de ocorrências de conflitos por terra registrados no período de 2000 a 2015 no Norte de Minas, com destaque para os municípios de São João da Ponte e Manga com 12 e 11 conflitos respectivamente, seguidos de Rio Pardo de Minas, Jequitai e Verdelândia com 8 conflitos, Grão Mogol com 7 e Pirapora e Matias Cardoso com 6 conflitos.

Os três mapas a seguir revelam uma possibilidade importante nas Gerais. O primeiro mostra as Comunidades Quilombolas, já reconhecidas e tituladas e outras em processo de reconhecimento; o seguinte indica, os municípios do estado de Minas Gerais que possuem comunidades quilombolas territorializadas. No Mapa 5, observa-se a territorialização de 81 assentamentos rurais vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), evidenciando parte das constantes mobilizações, articulações e projetos advindos dessa construção dos povos e comunidades tradicionais, camponesas e indígenas no Norte de Minas⁴.

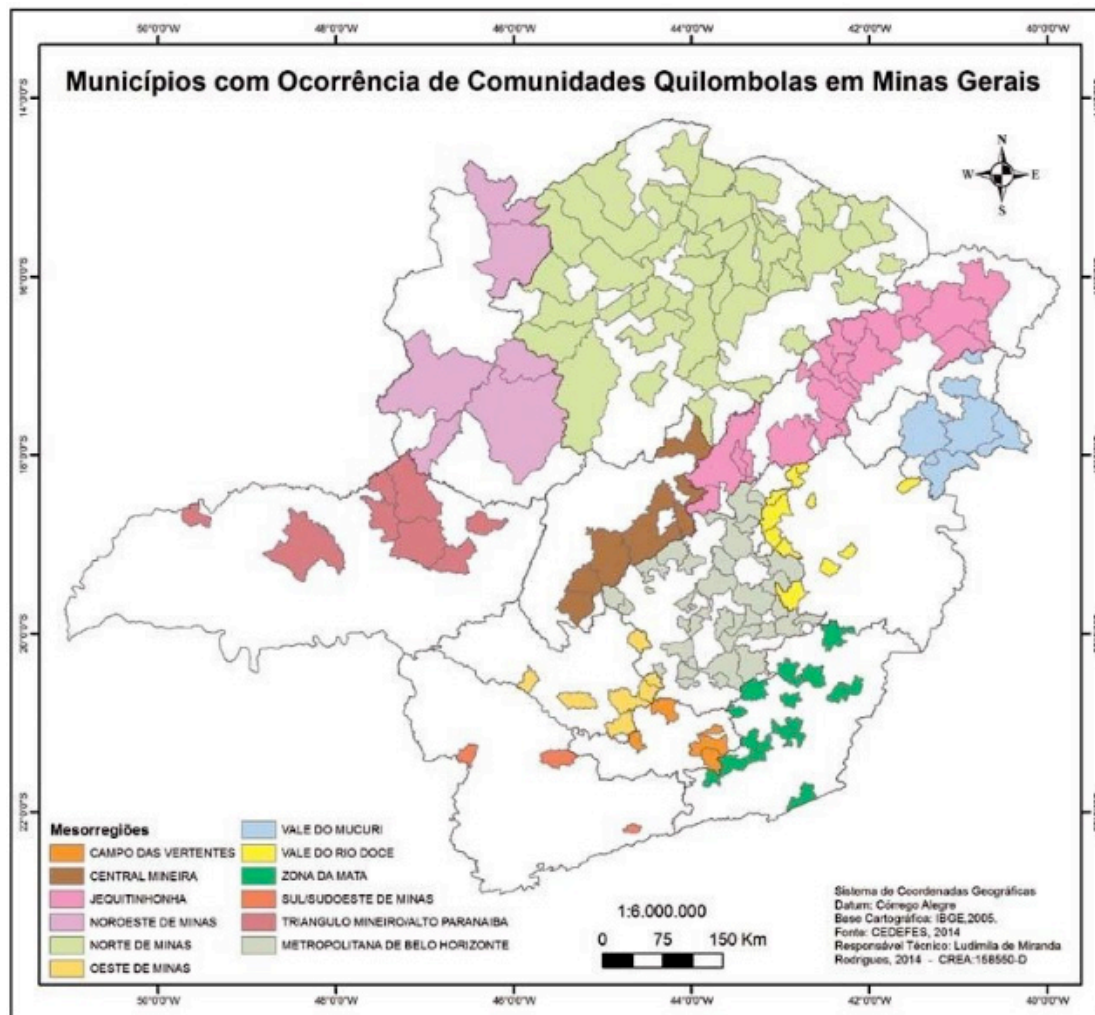
⁴ Ressalta-se também a existência da Terra Indígena Xakriabá, no município de São João das Missões e, sobretudo, o “Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro, como estratégia para adaptação às mudanças climáticas, e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais 2014-2020) construído pelo Centro

Salienta-se ainda que a população rural do Norte de Minas totaliza 492.100 habitantes (30,5%), e quando somada ao Vale do Jequitinhonha, esse montante ultrapassa 37% da população nessas duas mesorregiões de Minas Gerais. Constata-se que tal população camponesa segue na luta, resistindo e produzindo, a partir da lógica da terra de trabalho, resistindo ao agronegócio e sua perversa ação dilapidadora.



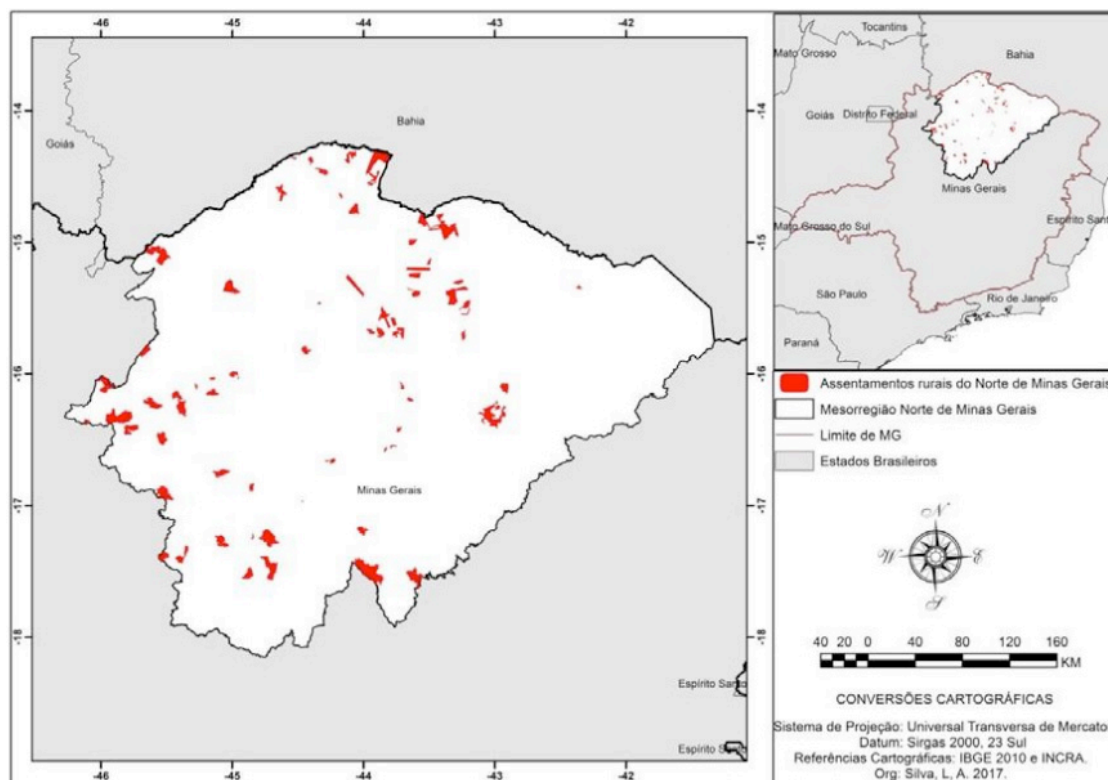
Mapa 3: Comunidades Quilombolas no Norte de Minas Gerais. Fonte: CEDEDES, 2016.

de Agricultura Alternativa Norte de Minas, Articulação Seminário Brasileiro e Rede de Agrobiodiversidade do Seminário Mineiro (CAA, 2014).



Mapa 4: Municípios com presença de comunidades quilombolas, Minas Gerais, 2014.

Fonte: MINAS GERAIS, 2014, p. 44.



Em relação às Comunidades Quilombolas, o relatório de 2014 indica a existência de 506 comunidades, distribuídas em todas as mesorregiões de Minas Gerais. O Norte de Minas lidera esse ranking, com aproximadamente 33% das Comunidades.

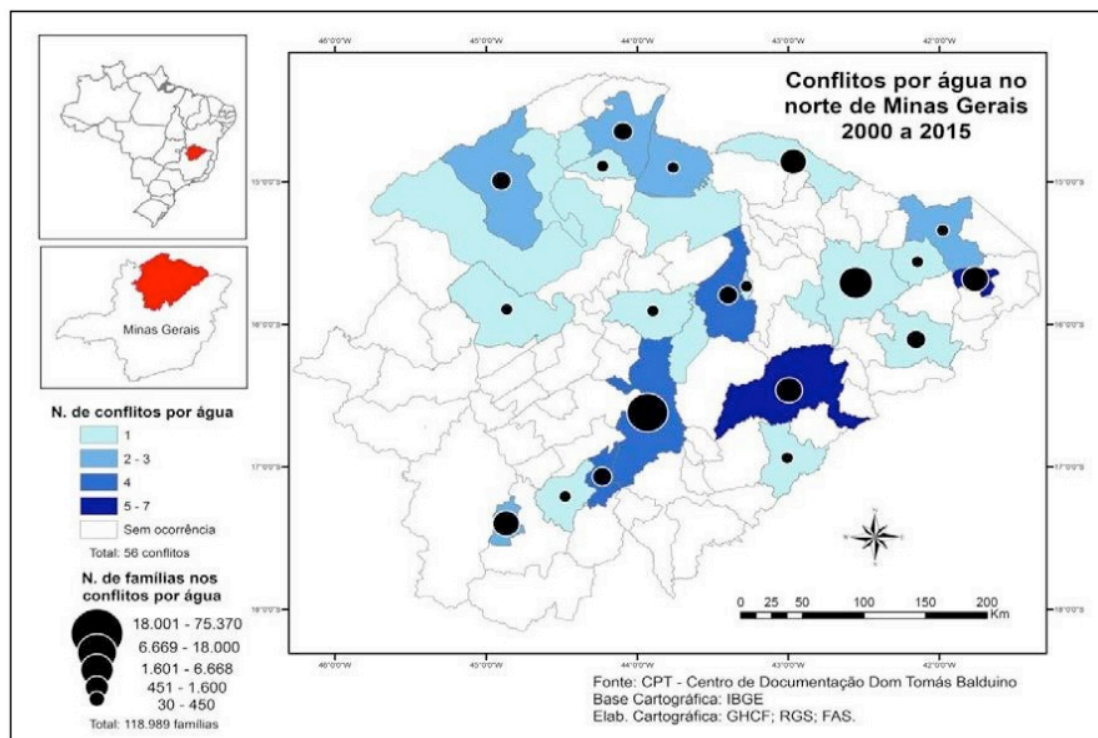
3 | A LUTA PELA TERRA NO NORTE DE MINAS GERAIS E OS DESAFIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA

As ocupações de terra, como maneira de conquistá-la, não é uma estratégia nova, há muito tempo os camponeses sem terra tem optado pela ocupação de terras no país, o mesmo acontecendo, com certa frequência, no Norte de Minas. Prova disso, é a luta do MST e, mais recentemente, das Ligas dos Camponeses pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia, em prol de uma ampla reforma agrária ou mesmo, revolução agrária como apregoam as Ligas. Sobre o MST, Feitosa (2008, p. 62) afirma que:

Com sua bandeira de luta em favor da reforma agrária, o MST vem promovendo ocupações de terras, desenvolvendo novas estratégias de luta e ações políticas organizadas, enfrentando as elites agrárias, reordenando os espaços, o território do latifúndio e também desafiando a organização territorial do espaço.

Assim, pode-se reafirmar que tais movimentos constroem a reforma agrária, utilizando como estratégia a ocupação da terra, principalmente as públicas e/ou aquelas que não cumprem função social, conseqüentemente, envolvem-se em inúmeros conflitos com as elites fundiárias. No Norte de Minas, além da terra em si, o acesso à água é fundamental, e constantemente o agrohidronegócio⁵ se apropria desse recurso também, e recria novos conflitos. O mapa a seguir sintetiza parte dos conflitos por água no período de 2000 a 2015.

5 Entendido no âmbito dessa pesquisa como: “[...] territórios demarcados por questões de poder político e/ou cultural oriundas da gestão das águas, assumindo, assim, o papel determinante em sua ocupação. A princípio este território é demarcado pela disputa dos estoques de água, não se restringindo limites aos aquíferos onde estão localizados, podendo inclusive gerar conflito pela posse e controle da água [...]” (TORRES, 2007, p. 15).

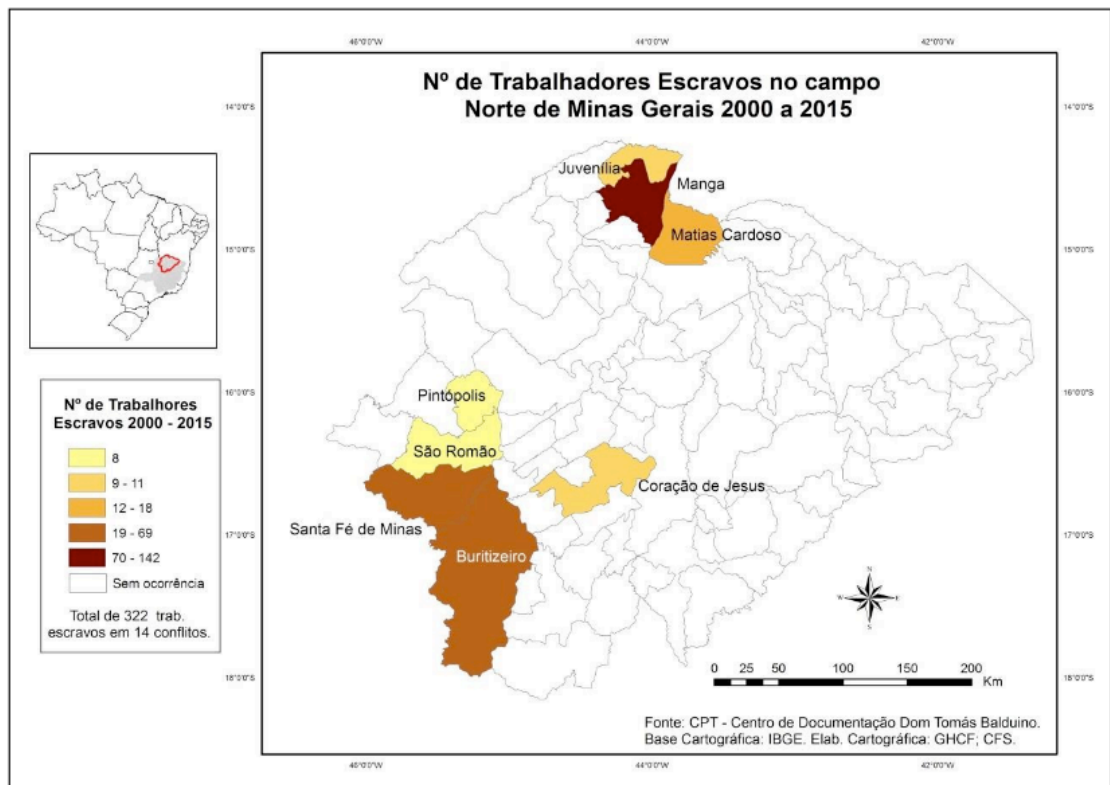


Mapa 6: Conflitos por água 2000 a 2015 no Norte de Minas.

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2001 a 2016).

Nota-se que muitos conflitos por água estão sobrepostos aos conflitos por terra. Neste contexto, os municípios de Berizal, Grão Mogol, Montes Claros, Janaúba, etc., detêm a maioria das ocorrências no período analisado. Como proposta complementar, pode-se inferir que os canais de irrigação e a escassez pluviométrica nos últimos anos agravam tais conflitos, demandando mediação constante do Estado, pois o acesso à água é primordial para a permanência na terra.

Somando-se a essas reflexões, o mapa a seguir apresenta, oportunamente, dados relacionados aos registros de trabalho escravo no Norte de Minas entre 2000 a 2015. Trata-se de outro conflito crescente, tanto em Minas Gerais como no Norte de Minas, seja no campo ou nas atividades urbanas.



Mapa 7: Números de trabalhadores escravos no Norte de Minas Gerais 2000 a 2015.

Fonte: CPT- Centro de Documentação Dom Tomás Balduino.

A leitura do mapa nos permite visualizar alguns municípios do Norte de Minas que também apresentam ocorrências de trabalho escravo, tais como Manga, no extremo Norte, divisa com o estado da Bahia, onde constatou-se, em três ocorrências, 142 trabalhadores escravos; também, os municípios de Buritizeiro e Santa Fé de Minas registraram respectivamente 69 e 56 trabalhadores escravos no período analisado; já em Matias Cardoso registrou-se 18 trabalhadores escravos, e nos municípios de Juvenília, Coração de Jesus, São Romão e Pintópolis registrou-se respectivamente: 11, 10, 8 e 8 trabalhadores em situação análoga à escravidão.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das análises e mapeamentos já desenvolvidos, permitem concluir que os conflitos por terra estão sobrepostos por outros conflitos de ordem ambiental e trabalhista, que revelam parte das injustiças socioambientais e territoriais envolvendo, sobretudo, camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, etc. Tais análises são elementares para construção do “Atlas da questão agrária Norte Mineira”, uma vez que a ação dos movimentos sociais e socioterritoriais, em defesa dos direitos territoriais e ambientais, permite uma leitura geográfica condizente com a interpretação dos conflitos e alternativas de uma fração do território brasileiro. Assim, a disputa entre campesinato e o agronegócio (agricultura capitalista) e a mineração,

com suas inúmeras roupagens, indicam algumas das contradições e perversidades no bojo do desenvolvimento do capitalismo, e suas marcas são latentes no Norte de Minas de Gerais. Por isso, a resistência e lutas resistem nas Gerais.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R. Pesquisar-participar. In.: BRANDÃO, Carlos R. (Org). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo Brasil 2014**. Goiânia: CPT, 2015.

DAYRELL, Carlos Alberto; LOPES, Frederico Antonio Mineiro. O sertão em mutação. **Revista Desenvolvimento Social**, nº 19/01, 2016. p. 87-94.

FEITOSA, Antônio Maurilio Alencar. **A luta pela terra no Norte de Minas e o processo de territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra-MST: o estudo da Brigada Camilo Torres**. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Uberlândia- MG: UFU, 2008.

FERREIRA, Gustavo H. Cepolini; SILVA, Rosilene G. ; SILVA, Franciele. A. . A territorialização camponesa e do agronegócio no Norte de Minas: algumas leituras preliminares. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 97, p. 21-41, 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GIRARDI, Eduardo P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2008.

_____. Cartografia geográfica crítica e o desenvolvimento do “Atlas da questão agrária brasileira”. **Revista do Departamento de Geografia**, USP, Volume Especial Cartogeo - 2014, p. 302-331.

MINAS GERAIS. **Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: EMATER, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. In.: **Anais do EGAL**, Costa Rica, 2011.

_____. Reforma agrária, grilagem das terras públicas e a luta pela terra e território no Brasil. In.: **Anais do EGAL**, Havana - Cuba, 2015.

TORRES, Avani. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água)**: os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGeo. UFPE, Recife, 2007.

TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA

Data de aceite: 13/04/2020

Data de Submissão: 02/01/2020.

Anderson Luiz Machado dos Santos

Prof. Dr. Departamento de Geografia da
Universidade Estadual de Maringá

Maringá – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/2964806678332046>

* Artigo referente a tese de doutorado intitulada: **Nos Rincões do Brasil Meridional: des-re-territorialização, subalternidade e r-existência na formação territorial da Campanha Gaúcha**, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Haesbaert. Uma versão preliminar do mesmo encontra-se publicada nos Anais do XIII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE).

RESUMO: Este trabalho objetiva discutir os processos de subalternização e as formas de *r-existência* de sujeitos sociais na *formação territorial* da Campanha Gaúcha, tais como camponese(a)s-campeiro(a)s, peões de estâncias, dentre outros sujeitos subalternos que vivem em espaços-tempos denominados de *rincões*, uma expressão e categoria nativa que designa seus *territórios em construção*, situados nos espaços-tempos mais longínquos e invisibilizados desta formação territorial. Por sua vez, para refletir sobre tais processos, primeiramente, apresentamos a interpretação na qual a Campanha Gaúcha é encarada

enquanto *formação territorial* moderno-colonial, na qual se estabeleceu um *regime territorial* sob a hegemonia e dominação do latifúndio pastoril (em referência às estâncias - as grandes propriedades destinadas à produção de gado) e do agronegócio. No centro deste regime está a *colonialidade* (QUIJANO, 2007), enquanto um dispositivo que opera nas múltiplas instâncias de produção da vida humana e em suas relações com os demais entes da natureza. Contudo, seria reducionista restringir a experiência das vidas na Campanha Gaúcha ao referido *regime territorial*. Assim, sob o enfoque do espaço-tempo geográfico, como *esfera de encontro das multiplicidades* (MASSEY, 2005), em caráter historicamente heterogêneo e em *permanente construção*, foi possível perceber que nas contradições do *regime territorial* hegemônico-dominante, vigora a existência de uma multiplicidade de sujeitos, que através da diversidade de seus saberes e modalidades de ação, *r-existem* na medida em que constroem seus territórios, nas margens, fronteiras e interstícios do regime hegemônico-dominante. Desta maneira, no segundo momento deste trabalho, apresentamos a reflexão sobre o papel das territorialidades na construção de um micro-ordenamento territorial dos sujeitos subalternos, presente seus espaços-tempos de trabalho e socialização da vida. Através desses espaços-tempos e de suas relações, os *rincões*

tornam-se *territórios em construção*, segundo os processos de apropriação material e simbólica do espaço-tempo realizada pelos sujeitos subalternos.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Campanha Gaúcha, Rincões, Subalternidade, R-existência;

ABSTRACT: This work aims to discuss the processes of subalternization and the forms of r-existence of social subjects in the *territorial formation* of the *Campanha Gaúcha*, such as *peasants-campeiro(a)s*, *peões* from *estâncias*, among other subaltern subjects living in spaces-times denominated corners or *rincões*, a native expression and category that designates these *territories under construction* situated in the most distant and invisible spaces-times of this territorial formation. On the other hand, in order to think about such processes, at first it is presented the interpretation in which the *Campanha Gaúcha* is considered a modern-colonial *territorial formation* where a *territorial regime* was established under the hegemony and domination of the pastoral latifundium (in reference to the *estâncias* - the large estates intended for livestock breeding) and agribusiness. At the center of this regime is the *coloniality* (QUIJANO, 2007), as a device that operates in the multiple instances of human's life production and in its relations with other entities of nature. However, it would be reductionist to restrict the life experience in the *Campanha Gaúcha* to said *territorial regime*. Thus, in the perspective of geographic space-time as a meeting point of multiplicities (MASSEY, 2005), in a historically heterogeneous and in permanent construction aspect, it was possible to understand that, in the dominant hegemonic *territorial regime* contradictions, there is a multiplicity of subjects, who, through the diversity of their knowledge and modes of action, *r-exist* in so far as they construct their territories on the margins, frontiers, and interstices of the dominant hegemonic regime. Therefore, in the second stage, this work presents a reflection on the role of the territorialities in the construction of a territorial micro-ordering of subaltern subjects, present in their spaces-times of work and socialization. Through these space-times and their relations, the corners become *territories under construction*, according to the space-time material and symbolic appropriation processes carried out by subaltern subjects.

KEYWORDS: Territory, *Campanha Gaúcha*, Corners or *Rincões*, Subalternity, R-existence;

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho procura revistar o espaço-tempo da Campanha Gaúcha, porção sul do território Rio-Grandense, reconhecendo-o enquanto parte da *formação territorial* do Brasil Meridional, em sua condição fronteiriça, na medida em que estabelece os limites políticos do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Todavia, nosso olhar se dirige ao seu espaço rural, como um momento fundamental de enunciação

das problemáticas concernentes ao âmbito territorial. Nesse sentido, este trabalho objetiva discutir os processos de subalternização e as formas de *r-existência* de sujeitos sociais que vivem nos *rincões* da Campanha Gaúcha, uma expressão e categoria nativa, que passou a denotar a condição de espaços-tempos específicos, a partir da apropriação material e simbólica pelos sujeitos subalternizados, frente ao regime territorial hegemônico-dominante.

Para discutir tal questão, primeiramente, apresentamos a interpretação na qual a Campanha Gaúcha é encarada enquanto *formação territorial* moderno-colonial na qual se estabeleceu um *regime territorial*¹ sob a hegemonia e dominação do latifúndio pastoril e do agronegócio. No centro deste regime está a *colonialidade* (QUIJANO, 2007), enquanto um dispositivo que opera nas múltiplas instâncias de produção da vida, resultando na subalternização de diversos sujeitos.

Todavia, ao revisitar o espaço-tempo da Campanha Gaúcha sob a perspectiva da *esfera de encontro das multiplicidades, em permanente construção* (MASSEY, 2013 [2005]), foi possível identificar nas contradições do *regime territorial* hegemônico-dominante, a existência de uma multiplicidade de sujeitos, que através da diversidade de seus saberes e modalidades de ação, mais do que resistem, *r-existem* conforme a proposição de Porto-Gonçalves (2006), na medida em que constroem seus territórios. Desta maneira, no segundo momento deste trabalho, apresentamos a reflexão sobre o papel dos *dispositivos de r-existência* - um conjunto multilinear de forças e subjetivações (DELEUZE, 1996), que contribuem na construção de um micro-ordenamento territorial, no qual os *rincões* configuram-se como *territórios em construção* desde uma perspectiva subalterna.

2 | A CAMPANHA GAÚCHA ENQUANTO FORMAÇÃO TERRITORIAL MODERNO-COLONIAL E AS TERRITORIALIDADES SUBALTERNAS

É mister destacar que a expressão Campanha Gaúcha, além de denotar a presença dos vastos campos e coxilhas (relevo suavemente ondulado) meridionais concernentes ao bioma Pampa, conforme consagraram os clássicos trabalhos, desde os viajantes aos geógrafos como Azevedo (1954[2014]), Roche (1958) e Bernardes (1962), também apresenta um caráter político-militar, como atesta Haesbaert (1988).

Além da conotação tradicional com que a denominação *Campanha* é reconhecida, não se deve descartar também um significado militar, já que os comandos da

1 A noção de *regime territorial* empregada, toma por base a perspectiva de Foucault (1995[1982]), na medida em que este explica que um regime de saber-poder é o modo pelo qual o saber circula e faz funcionar as relações com o poder. Desta forma, um regime, sobretudo, hegemônico e dominante, é interpretado em termos de relações de sujeição e subalternização dos agentes no espaço-tempo. Em termos territoriais, esse regime de saber-poder, pode ser aproximado da caracterização feita por Raffestin (1993 [1980]), acerca do *desejo de poder* em uma malha territorial.

governadoria militar do “continente de São Pedro”, com sedes em Rio Grande e Rio Pardo, eram denominados no início do século XIX, comandos de Fronteira ou *de Campanha* (HAESBAERT, 1988 p.32).

Não obstante, é significativo apontar que a expressão Campanha Gaúcha foi incorporada na vida dos sujeitos que à produzem, como representação do viver no espaço-tempo rural, no campo, em suma. Assim, ao dizer “eu sou” ou, “eu venho da Campanha”, está se enunciando, no contexto regional, que se vive no campo, o que exprime um modo de vida e concepções de mundo específicas. Nesta medida, é possível interpretar a Campanha Gaúcha como um conceito/expressão que se traduz em “categoria da prática” conforme o aporte de Haesbaert (2010, 2014), desde seu diálogo com Bourdieu (2005 [1980]), ou seja, como noção do “senso comum” presente nas práticas cotidianas do discurso ordinário. Tal categoria também comporta *termos ou expressões nativas* que permitem, segundo Souza (2013), vias de acesso ao cotidiano dos agentes, conforme a expressão *rincão* se configura.

Por sua vez, interpretar a Campanha Gaúcha enquanto *formação territorial*, pressupõe um deslocamento epistêmico em direção às reflexões sobre as relações entre o espaço-tempo e o poder, tendo em vista que são estas relações que nos conduzem às problemáticas territoriais, pois como afirma Haesbaert (2014 p.43), “quando enfatizamos ou focalizamos esse espaço através de questões ligadas às relações ou práticas de poder (que é também – e às vezes sobretudo – poder econômico), estaremos de alguma forma nos referindo ao espaço enquanto *território*”.

Já Moraes (2000), destaca que cada formação social é também territorial, pois, o desenvolvimento histórico faz-se com e sobre o espaço, de modo que a formação social necessariamente se especializa. Assim, o autor destaca que a apropriação dos espaços e sua subordinação a uma dada dominação política, obedecem a uma lógica societária que permite a identificação de *padrões* (historicamente delineados) (MORAES, 2002). É desta forma, que torna-se possível compreender a objetivação de um *padrão de poder*, termo de Quijano (2000, 2007), em uma *formação territorial*.

A pedra angular desse *padrão de poder* é a *colonialidade*, que segundo Quijano (2007), é um elemento constitutivo e específico do padrão mundial de poder capitalista, fundado na racialização da população mundial e na subordinação dos âmbitos da existência, à uma estrutura articulada em termos de relações de poder. Esses âmbitos são para o autor: 1) o trabalho e seus produtos; 2) a natureza e seus recursos de produção; 3) o sexo, seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade, seus produtos materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e seus instrumentos. Nesse processo todas as formas históricas de trabalho estão a serviço do capital e se articulam em torno do trabalho assalariado; do mesmo modo que nos outros âmbitos, o sexo em relação à família burguesa, a subjetividade em relação à racionalidade moderna-eurocêntrica, a autoridade

articulada ao Estado-nação.

Isto posto, identificamos que na *formação territorial* da Campanha Gaúcha a *colonialidade* produziu um *regime territorial* baseado na apropriação dos recursos naturais (a terra e o gado oriundo da *vacarias*²) na forma de grandes propriedades - as estâncias, áreas destinadas ao aprisionamento do gado, para reprodução e comercialização; pela exploração do trabalho livre, escravo e familiar, subordinado aos interesses econômicos dos estancieiros; por um regime de autoridade sustentado através de relações de domínio pessoal e da violência pelos considerados *senhores da terra*, ante os demais sujeitos sociais; bem como a serviço do Estado territorial em formação no Brasil e na defesa de suas possessões meridionais.

Esse processo, em um contexto de militarização pelo domínio das fronteiras meridionais, conduziu a um modelo de sociedade fundado no *enredamento de relações* (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007), baseadas no racismo, no patrimonialismo, assim como no patriarcalismo e machismo como referências nas relações de gênero e sexualidade; o que gerou um processo de *classificação social*, com a perspectiva de Quijano (2007) permite identificar, entre os considerados *senhores da terra* e os denominados *intrusos*, que passaram a sofrer diversas violações sociais. Dentre estes sujeitos, se situam as populações autóctones, como os povos indígenas das nações Charrua e Minuano, tanto quanto os sujeitos miscigenados que viviam às margens do regime estancieiro, como aqueles que manejavam pequenos rebanhos de gado e dedicavam-se a produção de pequenas lavouras na condição de posseiros, os quais conformaram um campesinato nativo³ da Campanha Gaúcha, como demonstram os trabalhos de Garcia (2005) e Osório (2008).

Por sua vez, esse regime passou por alterações ao longo do século XX e neste limiar de século XXI, em termos de agentes e formas de exercício do poder, sobretudo com o ingresso e a territorialização do agronegócio na Campanha Gaúcha, que configurou um *campo relacional* - segundo a acepção de Bourdieu (2005 [1989]) - que é hegemônico e dominante, dentro de uma leitura gramsciana do espaço-tempo, entre o latifúndio estancieiro e os latifúndios do agronegócio, em suas expressões econômicas, políticas e culturais-simbólicas. Por sua vez, as relações

2 Segundo Kühn (2002), os padres jesuítas que no século XVI haviam implementado nas reduções ao sul do Brasil e Uruguai, a criação de gado (*vacum e muares*), ao abandonar essas áreas, diante dos constantes ataques dos bandeirantes paulistas, deixaram boa parte de seu gado. Esse gado encontrou excelentes condições de sobrevivência nos campos sulinos e se multiplicou, formando um imenso rebanho de gado “xucro” ou “chimarrão” (não domesticado), denominados de *Vacarias*.

3 Consideramos que este campesinato nativo da Campanha Gaúcha, pode ser designado através de suas próprias atribuições e linguagem, como *camponese(a)s-campeiro(a)s*, tendo em vista seu modo de vida alicerçado na *lida campeira* (forma como denominam o trabalho com o gado no campo). Para estes sujeitos, sua *terra de trabalho* é o pedaço de campo nativo que conquistaram, ou usufruem em família nos rincões, via posse, compra, herança, parceria ou arrendamento.

de poder também se transfiguraram na *tecnologia do biopoder*, um poder que age sob as condições de reprodução da vida da população, enquanto espécie, conforme a perspectiva de Foucault (2008 [1978]).

Todavia, essas alterações mantêm os fundamentos do *regime territorial*, que se faz desde a tentativa de extinção e sobretudo, na subalternização de territorialidades outras. Nesse sentido, “os subalternos são aquela parte da sociedade que, sofre o domínio-hegemonia (econômico, político, militar, cultural), dos hegemônicos-dominantes” (BARATTA, 2011 p.168), que se situam em relações de direção e dominação, mando e obediência, hierarquia e subordinação, mas também de resistência (GRAMSCI, 2014[1934]). Esses sujeitos desenvolveram processos de des-re-territorialização como a perspectiva de Haesbaert (2004) permite inferir, às margens e nos interstícios da territorialização estancieira e do agronegócio, o que proporcionou a constituição de múltiplas territorialidades subalternas na *formação territorial* da Campanha Gaúcha.

3 | OS RINCÕES COMO *TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO*: A PRODUÇÃO DE UM MICRO-ORDENAMENTO TERRITORIAL

Desejemos neste momento do trabalho, refletir sobre quais os espaços-tempos e relações produzidas pelos sujeitos subalternos para o exercício de suas territorialidades, conseqüentemente, para a reprodução de suas vidas. Nosso trabalho de pesquisa permite inferir que dentre esses espaços-tempos situam-se os *rincões*. Os mesmos compõem os espaços-tempos mais invisibilizados, tornados ocultos e inexistentes pelo regime de poder e de saber, presente na *formação territorial* da Campanha Gaúcha. Situam-se em posições distantes do espaço urbano, encontram-se margeados, atravessados e, muitas vezes, já dominados e/ou controlados pelos grandes proprietários. Todavia, os *rincões* da Campanha Gaúcha podem ser encarados como os *loci* por excelência, de enunciação, luta por visibilidade e força desta multiplicidade de sujeitos que se reproduz em seu interior e que apesar de sua subalternidade, imprimem, pelas relações de *r-existência*, um mosaico de diversidade territorial na Campanha Gaúcha.

Os sentidos que o termo nativo *rincão* denota, permitem recuperar alguns de seus processos de transformação que os levaram a constituir-se em *territórios em construção* para os grupos subalternos. Essa expressão *territórios em construção*, enuncia, por um lado, o permanente processo de tornar-se e desfazer-se desses territórios, sobretudo frente ao *regime territorial* hegemônico-dominante. Por outro, contribui para demonstrar a capacidade de apropriação material e simbólica do espaço pelos sujeitos subalternos. De acordo com Figueiredo (2010[1913]), o termo *rincão* deriva do castelhano *rincón* e denota em seus sentidos: uma *porção de campo*

em volta do qual cresce mato, assim como um *lugar oculto, lugar afastado, recanto*. Essas acepções ressaltam os sentidos mais *absolutos e relativos dos espaços geográficos* (HARVEY, 1980[1973]), na medida em que enfatizam seus aspectos naturais, ou a posição do *rincão* como espaço distante em relação a outros.

Já nas definições regionais de Nunes e Nunes (2010 [1982]), os *rincões* significam: *ponta de campo cercada de rios, matos ou quaisquer acidentes naturais, onde se pode pôr os animais a pastar em segurança; lugar mais ou menos resguardado na Campanha; sinônimo de pagos e de querência*. Nessas definições, mantêm-se os aspectos absolutos e relativos do espaço em questão, mas sua dimensão relacional também é enunciada, como o espaço a ser destinado a ação de pôr os animais em segurança, frente a outros espaços e relações inseguras, tanto quanto representam o “*recanto*” ou, o “*sinônimo de pagos, de querência*”, expressões nativas da Campanha Gaúcha, que enunciam um sentimento de pertencimento ao espaço, pois, *pago* ou *querência* exprimem um espaço onde alguém nasceu, criou-se ou acostumou-se a viver e que desenvolve sentimentos de bem querer, afeição e/ou amor pelo mesmo.

Nesse contexto, as denotações linguísticas contribuem para apreender uma transformação territorial, em que o *rincão* ou o *rincón* do lado castelhano, deixou ser um espaço-tempo destinado ao manejo do gado, por ser resguardado em função de seus atributos naturais, em um momento no qual os limites, o cercamento e a infraestrutura das grandes propriedades ainda não estavam bem definidas. Nesse processo, os *rincões* transformaram-se em um espaço socialmente apropriado pelos sujeitos subalternos que diante da consolidação e expansão do *regime territorial* de estâncias e fazendas, tiveram como destino a ocupação dos fundos de campo em terras devolutas, ou no interior das grandes propriedades, distantes dos primeiros povoados. Também, ocorreu a ocupação das faixas de campo nos *corredores* - áreas situadas entre as cercas de uma propriedade e as estradas em construção pelos estancieiros. Esses processos des-re-territorialização subalterna ressignificaram o papel dos *rincões*.

Por sua vez, consideramos que é através de *dispositivos de r-existência*, que os sujeitos fabricam e recriam o espaço-tempo dos *rincões*, em um sentido mais apropriativo do que dominativo, conforme a perspectiva de Lefebvre (2013 [1974]). Nesse âmbito, há uma espécie de *fabricação*, conforme De Certeau (2014 [1990]), ou seja, um jogo com/contra, presente nas *tecnologias de poder*, que se manifesta através de um uso e um consumo *austucioso* das relações em que estão inseridos, uma *criatividade dispersa (bricolagem)* dos dominados. Esta fabricação constitui os *dispositivos de r-existência* que estão presentes na multiplicidade de *fazer*, *saber* e *sabores* de camponese(a)s, peões e outros sujeitos, presentes nas práticas tradicionais de manejo do campo e do gado, na produção e preparação dos alimentos, no artesanato, bem como nas *relações de troca e ajudas mútuas*

que se estabelecem entre os vizinhos nos *rincões*, sobretudo, diante da situação de abandono pelo Estado e relativo isolamento.

Desta sociabilidade estabelecida nas relações de vizinhança, nas *rodas de chimarrão*, nos encontros nos *bolichos de Campanha*⁴ e, nos festejos populares, emerge uma subjetivação política que se aproxima do que Scott (2013[1990]) caracteriza como *resistência cotidiana*, na medida em que se elaboram *discursos ocultos*, críticos aos sujeitos hegemônicos e dominantes. Esta subjetivação, contribui para a conduta pública dos sujeitos subordinados, jogando forças para manter-se em pé e reinventar seus territórios, diante dos dilemas da subalternidade.

Como resultado destes *dispositivos*, temos a construção de um micro-ordenamento territorial dos subalternos, onde o território assume a condição de *abrigo* (GOTTMANN, 2012 [1975]), a partir da apropriação dos *fundos de campo*, dos *corredores* e *ranchos* (as habitações), onde os *bichinhos* (os animais), a *cacimba* e a *sanga* (pequenas fontes naturais de água), tanto quanto o *campinho* (campo ou a terra de trabalho) são riquezas estratégicas. Porém, este território ocupa uma posição marginal e invisibilizada em relação aos elementos do macro-ordenamento hegemônico-dominante, marcado por *estâncias* e *fazendas*, por *grandes construções e concentrações* (muito campo, gado, monoculturas, negócios e pouca gente) que *centralizam* a formação territorial.

Nele se desenvolvem lógicas espaciais zonais e aglomeradas, pois os *rincões* são encarados pelos seus sujeitos como as *zonas*, ou as *redondezas* em que vivem. Estas *zonas* e *redondezas* formam os espaços próximos dos sujeitos, em que se estabelecem pequenas aglomerações, as *vilinhas* ou os *corredores* habitados. A *vilinha* é um pequeno aglomerado, uma espécie de povoado na vastidão de campos e coxilhas, fazendas e estâncias da Campanha Gaúcha, em que os *ranchos* ou *moradas* estão próximos, é onde se localizam, geralmente, as escolas (quando existem) e os *bolichos* de maior porte, espécies de *sede social*, como aborda Brandão (2009). As *vilinhas* e os espaços-tempos de sociabilidade, podem ser vistos como *nós* conforme as invariantes de Raffestin (1993 [1980]), que compõem o ordenamento territorial. Mas, não possuem uma infraestrutura tal como os chamados *bairros rurais*. Os *corredores* se diferenciam em função dos *ranchos* ou *moradas* estarem mais dispersos, distantes e ao longo de uma estrada vicinal, ou estrada pública, mas não deixam de ser um espaço-tempo construção da sociabilidade.

Desta forma, o *rincão* da Campanha Gaúcha se opõe à *cidade*, que é para os sujeitos o espaço-tempo distante e grande, que frequentam esporadicamente,

⁴ **Bolicho de Campanha:** é uma expressão tradicional-popular, que designa são locais de comércio e lazer, situados à beira das estradas próximos ou interior dos rincões da Campanha Gaúcha, são locais onde se comercializam produtos variados, como alimentos, bebidas, fumo e cigarros. Também são espaços de lazer, onde se realizam jogos e festejos populares. Na contemporaneidade os *bolichos* já não se fazem mais tão presentes nas localidades, seja em função do despovoamento, assim como em função do maior acesso ao comércio e ao lazer urbanos.

sobretudo, para a realização de suas trocas materiais. Por sua vez, este microordenamento, é marcada uma *des-contiguidade* espaço-temporal, em que há uma proximidade das relações socioespaciais dos sujeitos nas áreas limitadas dos *rincões*, porém seus territórios estão fragmentados e pulverizados na vastidão da Campanha Gaúcha. Sua temporalidade se distingue da aceleração urbana, contudo o macro-ordenamento territorial, lhes imputa uma situação de desconexão e relativo isolamento espaço-temporal no contexto da *formação territorial* da Campanha Gaúcha.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A característica elementar dos *rincões* da Campanha Gaúcha, é a sua condição de *marginalidade*, *invisibilidade* e *silenciamento* das vozes subalternas que os habitam, frente a um ordenamento territorial sob a hegemonia e o domínio de estancieiros e fazendeiros. Isso impõe múltiplos dilemas no tocante a viver e se reproduzir nesses territórios. Não obstante, representam a produção de um microordenamento territorial, resultado da des-re-territorialização de múltiplos sujeitos, em uma escala espaço-temporal, desde a *longa duração* conforme Braudel (1990 [1958]), até o presente, ou a *estória-até-agora* (MASSEY, 2013 [2005]), tecida na luta pela reprodução das vidas, através dos *rincões* que se configuram em seus *territórios em construção* numa perspectiva subalterna.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aroldo. As paisagens do Rio Grande do Sul: impressões de uma viagem. In: CARDOSO, E. S.; DAVID, C. (Org.). **A geografia do Rio Grande do Sul em meados do século XX**: retratos do território e da produção da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Porto Alegre: ABG, 2014 [1954]. p.11-18.

BARATTA, Giorgio. **Antonio Gramsci em Contraponto**: diálogos com o presente. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BERNARDES, Nilo. Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, n.171, p.587-620,1962. p.5-29.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 [1989].

BRANDÃO, Carlos. R. **“No rancho fundo”**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: Edufu, 2009.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais**. 6ªed. Lisboa: Ed. Presença, 1990 [1958]. p.7-39.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial**:

reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p.9-23.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1990].

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Veja-Passagens, 1996. p.85-100.

FIGUEIREDO, Antônio. C de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Edição Livre, 2010 [1913]. 2151p. Disponível em: <<http://dicionario-aberto.net/dict.pdf>>. Acesso em: Maio de 2019.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995 [1982]. p.229-249.

_____. **Segurança, Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Graciela. B. **O domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n.3, p.523-525, 2012[1975].

GRAMSCI, Antonio. Caderno 25 (1934) - Às margens da história (História dos grupos sociais subalternos). In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. 4ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v.5. p.131-145.

HAESBAERT, Rogério. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

KÜHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madri: Capitán Swuing, 2013 [1974].

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013 [2005].

MORAES, Antônio. C. R. **Bases da formação territorial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Território e História no Brasil**. São Paulo. Annablume, 2002.

NUNES, Zeno. C.; NUNES, Rui. C. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. 8ªed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2010.

OSÓRIO, Helen. Formas de vida e resistência dos lavradores-pastores do Rio Grande no período colonial. In: MOTTA, M.; ZARTH, P. A. (Org.) **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. (Coleção História Social do Camponato v.1). São Paulo: Editora UNESP, 2008. p.43-62.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. A reinvenção dos territórios. A experiência latino-americana e caribenha. In: CECENA, A. E. (org.) **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-197.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder, eurocentrismo e America Latina. In: LANDER, E. (org.) **La colonialidade del saber: eurocentrismo e ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 93-126.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993[1980].

ROCHE, Jean. As bases físicas e a ocupação do solo no Rio Grande do Sul. **Boletim Paulista de Geografia**, n.28, p.37-69, 1958.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**. Discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013 [1990].

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”

Data de aceite: 13/04/2020

Reinaldo Luiz Selani

Faculdade de Ciências e Tecnologia / UNESP

Presidente Prudente, São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/7576720012263916>

* Artigo apresentado no XIII ENANPEGE– Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia -, encontro realizado entre os dias 02 e 06 de setembro de 2019, na USP, em São Paulo-SP.

RESUMO: O município de Santa Cruz do Rio Pardo, localizado no interior paulista, mais especificamente na Região de Governo de Ourinhos, possui, desde os seus primórdios, uma tendência ao desenvolvimento de atividades ligadas à agropecuária. Durante meados dos anos 1940, iniciou uma trajetória rumo ao desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz em seu território, que hoje perpassa suas fronteiras geográficas, em uma relação que abarca diferentes espaços geográficos em seu processo produtivo, desde a origem da matéria-prima (arroz), beneficiamento e empacotamento, desenvolvendo uma logística de distribuição nos mercados consumidores regional, estadual e até nacional, segundo relatos do Perfil dos Municípios Paulistas, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE, 2018). Atualmente,

o município santa-cruzense é tido por muitos empresários do setor arroseiro como o “Maior Polo Cerealista do Estado de São Paulo”, onde se produz cerca de 25% de todo o arroz beneficiado e distribuído no Estado, com várias marcas consagradas nos pequenos, médios e grandes estabelecimentos comerciais do setor de alimentos, atacadistas e varejistas. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2018), o número de estabelecimentos industriais existentes no município santa-cruzense é composto por 144 empresas. O setor de produção e beneficiamento de alimentos lidera com 48 empresas. O presente trabalho visa compreender o processo de industrialização do município, os principais atores geográficos nesse processo, suas relações geográficas com os principais polos produtores de arroz no Brasil, assim como sua distribuição no mercado consumidor paulista e brasileiro, a especialização e a modernização da indústria de beneficiamento de arroz, assim como a busca constante de novas formas de produção do arroz, diversificação de produtos e novas tecnologias para a conquista do mercado consumidor; desenvolvendo uma cadeia de relações de produção que perpassam fronteiras.

PALAVRAS-CHAVE: Beneficiamento – Arroz – Produção – interior – São Paulo.

“RICE BENEFITING INDUSTRIES IN SANTA CRUZ DO RIO PARDO AND ITS SPACE RELATIONS”

ABSTRACT: The municipality of Santa Cruz do Rio Pardo, located in the interior of São Paulo, more specifically in the Government Region of Ourinhos, has, since its earliest days, a tendency to develop activities related to agriculture. During the mid-1940s, it began a journey towards the development of the rice processing industry in its territory, which now crosses its geographical borders, in a relationship that encompasses different geographic spaces in its production process, from the origin of the raw material (rice), processing and packaging, developing distribution logistics in the regional, state and even national consumer markets, according to reports from the São Paulo Municipalities Profile of the State System of Statistical Data Analysis Foundation (SEADE, 2018). Currently, the municipality of Santa Cruz is considered by many businessmen in the rice sector as the “Greater Cereal Pole of the State of São Paulo”, where about 25% of all the rice benefited and distributed in the State is produced, with several brands consecrated in the small, medium and large food businesses, wholesalers and retailers. According to data from the Federation of Industries of the State of São Paulo (FIESP, 2016), the number of industrial establishments in the municipality of Santa Cruz is composed of 144 companies. The food production and processing sector leads with 48 companies. The present work aims to understand the process of industrialization of the municipality, the main geographic actors in this process, its geographic relations with the main poles producing rice in Brazil, as well as its distribution in the paulista and Brazilian consumer market, the specialization and the modernization of the industry of rice processing, as well as the constant search for new forms of rice production, diversification of products and new technologies for the conquest of the consumer market; developing a chain of relations of production that cross borders.

KEYWORDS: Processing - Rice - Production – inner city - São Paulo.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho será de fundamental para o entendimento das políticas de desenvolvimento agrário de Santa Cruz do Rio Pardo, que por muito tempo teve na agricultura e pecuária sua vocação econômica. Em Santa Cruz do Rio Pardo, segundo o estudo de Junqueira (1994), os antigos habitantes do município de Santa Cruz do Rio Pardo produziam, além do café, uma variedade de produtos agrícolas para sua manutenção e mesmo para comercializá-los, como o arroz e o feijão, principalmente. Como a falta de meios de transportes mais rápidos e eficazes para outros centros era grande, os produtores locais se responsabilizavam pela produção e suprimento das necessidades locais.

A partir dos anos de 1940, com a instalação da Indústria de Máquinas Suzuki Ltda., que inicialmente se constituía em indústria de beneficiamento de arroz, e posteriormente se tornou produtora de máquinas para beneficiamento de arroz,

inicia-se o processo de industrialização no município, que possuía uma forte vocação para a instalação de uma base industrial familiar (JORNAL DEBATE, 1992).

Diante desse contexto, busca-se entender o processo de desenvolvimento santa-cruzense, através dos seguintes apontamentos:

- O processo de desenvolvimento industrial ocorreu com a capitalização de algumas famílias de imigrantes local e não provenientes de outras regiões do estado ou país;

- A tradição nos setores de agricultura e pecuária foram responsáveis pelo desenvolvimento de empresas que se destinavam inicialmente à produção de utensílios para vestimenta (calçados e couro) e beneficiamento de produtos agrícolas (arroz e feijão, em especial);

- Mesmo com o advento do processo de industrialização no município, não ocorreu uma absorção da mão de obra disponível no campo, proporcionando um longo e significativo período de êxodo de sua população rural para outros municípios do estado ou país;

- A falta de uma política pública do município e estado para alavancar o processo de atração de investimentos oriundos de outras áreas do estado ou país, com a instalação de empresas no município, já que não possuía uma área específica, como distrito industrial, antes dos anos de 1990, perdendo a iniciativa para alguns municípios da região, como Ourinhos e Ipaussu;

- A falta de uma política pública para a instalação no município de escolas ou entidades que se destinam à qualificação da mão de obra (Sistema “S”) para o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas para o trabalhador no processo de industrialização do município;

A partir dos anos 2000, com o surgimento e a ampliação dos empreendimentos industriais, notadamente, a indústria de alimentos, o município de Santa Cruz do Rio Pardo passa a ocupar a 2^a. Posição na produção e beneficiamento de alimentos, depois de Marília, mas à frente de municípios de maior expressão econômica, política e demográfica, como Ourinhos, Assis e Tupã.

Esse novo ciclo de atividades industriais é dotado de uma tecnologia de ponta, com modernas técnicas de administração das empresas, recursos humanos qualificados, com vultosos investimentos nos projetos industriais e no atendimento às exigências do mercado consumidor.

Através desses questionamentos, busca-se analisar a retomada da economia santa-cruzense no contexto regional, assumindo a condição de município com vocação para a indústria de beneficiamento e produção de alimentos, e traçar vieses sobre as políticas públicas que permeiam e que geram a necessidade de produtos ou serviços indispensáveis para a manutenção do ciclo econômico para a consolidação do processo de desenvolvimento do território em questão.

2 | A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, SÃO PAULO, E O POTENCIAL ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

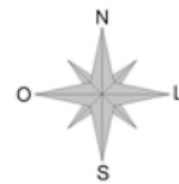
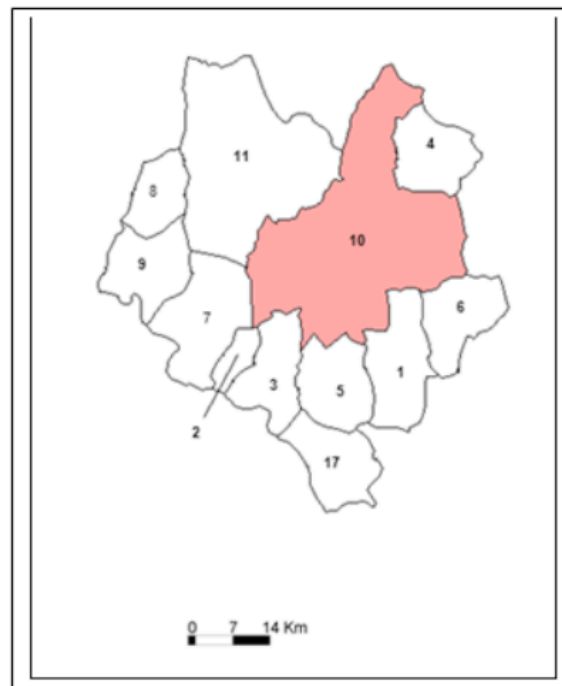
De acordo com informações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2018), o município de Santa Cruz do Rio Pardo está situado na Região de Governo de Ourinhos¹, no centro-oeste paulista; possui um território de 1.115 Km², sendo o maior município em extensão da região, e uma população de 43.921 habitantes (IBGE, 2010), sendo a segunda maior população municipal dessa região (Figura 1).

De acordo com os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2015), o Produto Interno Bruto Municipal era de R\$ 1,49 bilhão, sendo representado no conjunto pelos setores de serviços com R\$ 974,18 milhões; da indústria com R\$ 443,61 milhões; e pela agropecuária com R\$ 76,16 milhões, ou seja, os serviços perfazem 65% do total do PIB municipal e a indústria e a agropecuária representam 30% e 5%, respectivamente (FIESP, 2017), conforme se pode verificar na figura 2.

Conforme informação divulgada pela FIESP (2018), o município possui cento e quarenta e quatro estabelecimentos industriais, dos quais vinte são indústrias de calçados, representando 14% do total, ocupando a segunda maior concentração de indústrias por setor. A maior concentração de estabelecimentos industriais do município é representada pela indústria de alimentos (especificamente o beneficiamento de arroz, rações e panificação e subprodutos), que perfaz um total de 46 empreendimentos e 32% da quantidade de estabelecimentos por setor.

1 Segundo Fuini e Hori (2014, p. 237), as regiões de governo são subunidades de regionalização utilizadas pela Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, sendo menores que as regiões administrativas. São utilizadas para fins estatísticos, conforme dados e pesquisas do Seade (Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo), e para o planejamento e execução de políticas públicas. A Região de Governo de Ourinhos possui 12 municípios e faz parte da Região Administrativa de Marília, que é composta por 51 municípios.

FIGURA 1: O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO E A REGIÃO DE GOVERNO DE OURINHOS (SP)



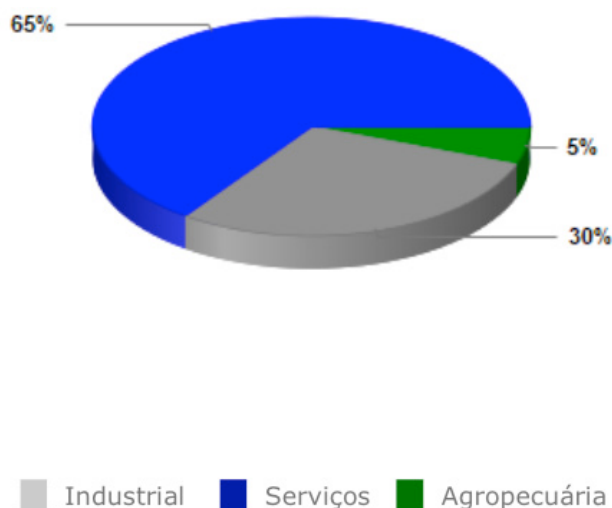
Municípios da Região de Governo de Ourinhos (2000)

- 1 – Bernardino de Campos
- 2 – Canitar
- 3 – Chavantes
- 4 – Espírito Santo do Turvo
- 5 – Ipaussu
- 6 – Óleo
- 7 – Ourinhos
- 8 – Ribeirão do Sul
- 9 – Salto Grande
- 10 – Santa Cruz do Rio Pardo
- 11 – São Pedro do Turvo

Fonte: IEA/CATI/SAA (2000)

ORGAN.: Reinaldo L. Selani

Figura 2 – Participação dos Setores Produtivos no Produto Interno Bruto (PIB) Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo (2017).



Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

3 | METODOLOGIAS

Na elaboração desse trabalho foi preciso realizar uma pesquisa de levantamento de informações sobre a temática da indústria de beneficiamento do arroz em Santa Cruz do Rio Pardo, os diversos atores geográficos envolvidos no processo e as articulações da produção e a organização do espaço geográfico. Para poder realizar o estudo foi elaborado alguns métodos e utilizados recursos que pudessem refletir a realidade do processo de constituição das políticas para o desenvolvimento do processo de industrialização no município de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, principalmente a partir da atuação dos atores geográficos da iniciativa privada (os empresários do setor arroseiro do município).

Entre os passos executados nessa pesquisa estão:

- Levantamento e leitura do material bibliográfico – foi executado através de seleção de reportagens da mídia regional, publicações de artigos, revistas, resenhas e livros de autores regionais que abordem o referido assunto – políticas de desenvolvimento territorial, desenvolvimento industrial e (re)organização do espaço geográfico;
- Trabalho de campo – visitas às empresas do município, com agendamento de visitas com os responsáveis com os setores de recursos humanos, prefeitura municipal e sindicatos, entre outros;
- Organização e sintetização das informações obtidas (práticas) com o levantamento teórico (leituras, material bibliográfico e orientações recebidas), através do entendimento da realidade produção de texto argumentativo, ilustrativo com gráficos, mapas, tabelas, fotos obtidas através de material de informática multimídia, de modo a reproduzir a dinâmica das relações sociais no espaço geográfico e suprimir as indagações sobre esse processo.

Por ser um artigo de cunho geográfico inédito sobre a indústria do beneficiamento do arroz no território geográfico de Santa Cruz do Rio Pardo, deverá ser retomado para prosseguimento das pesquisas, com aprofundamento do campo de estudo, assim como da situação dos fluxos de transporte e cadeia logística, desde a produção do arroz, o processo de beneficiamento e a distribuição geográfica do produto no mercado de consumo.

4 | RESULTADOS

Nessa pesquisa verifica-se a importância do entendimento das políticas no desenvolvimento agrário de Santa Cruz do Rio Pardo, o processo de industrialização (nesse caso, o de beneficiamento de arroz) e a reorganização do espaço geográfico. A iniciativa privada do empresariado do setor arrozeiro local foi determinante para a consolidação do polo arrozeiro do município, sem maiores atenções do poder público municipal e/ou estadual paulista (JORNAL DEBATE, 1992).

Tudo começou a partir dos anos de 1940, através da atuação de um imigrante de origem japonesa, que decide investir na instalação de uma indústria de máquinas para beneficiamento de arroz, cuja tecnologia ele mesmo desenvolveu: o Sr. Michiyoshi Suzuki cria a Indústria de Máquinas Suzuki Ltda., inicia-se o processo de industrialização no município, indústria de base familiar, principalmente a partir de descendentes de imigrantes italianos.

A partir dos anos de 1990, a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo, cria uma “política pública dirigida as indústrias que se instalam no município” (Lei municipal no. 2.223, de dezembro de 2007) (Alves, 2014), onde a prefeitura doa terreno e concede isenção de impostos por dez anos para as empresas que desejarem se instalar no Distrito Industrial e Empresarial “Michiyoshi Suzuki”. Essa lei também é válida para as empresas que já estão instalados na cidade, e querem se mudar para distrito industrial. Mesmo assim, poucas indústrias arrozeiras se instalaram no local.

Mesmo com pouco incentivo, o parque arrozeiro cresce e se diversifica no beneficiamento de arroz, milho para pipoca e feijão; envasamento e distribuição de açúcar, trigo, azeite de oliva, farinha de mandioca, entre outros, e se tornam gigantes no setor de alimentos, gerando empregos e arrecadação de receitas para a economia santa-cruzense. As condições no mercado de trabalho local se beneficiam através da indústria de alimentos (principalmente de beneficiamento de arroz, rações e panificação e subprodutos), que teve um crescimento de quase 110% nos postos de trabalho entre 2007 e 2017, absorvendo a maior parte dos desempregados de outros setores da economia, como o setor calçadista de Santa Cruz do Rio Pardo,

que vem passando por sucessivas crises de produção nos últimos anos (tabela 1).

Setores Produtivos (Indústria)	Períodos					
	2007		2012		2017	
	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados	Número de Estabelecimentos	Número de Empregos gerados
Alimentos	34	1.293	42	1.915	46	2.696
Couro e Calçados	38	548	27	499	20	254
Produtos de Metal	13	62	17	104	17	120
Vestuário	10	44	12	57	11	89

Tabela 1 – A Evolução no Número de Estabelecimentos Industriais do Setor Calçadista em Santa Cruz do Rio Pardo e dos Empregos Gerados no Período de 2007 a 2017.

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

Segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Arroz (ABIARROZ), a Associação das Indústrias de Beneficiamento de Arroz de Santa Cruz do Rio Pardo (ABASC) participam no processo de articulação e desenvolvimento das atividades do setor orizícola nacional, sendo participantes as empresas Guacira Alimentos, São João Alimentos, Picinin Alimentos e Brasília Alimentos, que juntamente as empresas do setor arrozeiro do Rio Grande do Sul, produzem, beneficiam e distribuem o arroz e outros produtos no mercado estadual e nacional.

Os produtos das empresas santa-cruzenses estão presentes na maior parte dos mercados, supermercados e hipermercados paulistas, além de grandes redes de atacadistas do setor alimentício, disputando o acirrado mercado consumidor pela preferência. A busca pela matéria prima de qualidade, no caso o arroz agulhinha que não é produzido na região, mas proveniente das lavouras do sul do Rio Grande do Sul, principalmente (JORNAL DEBATE, 1992).

Se por um lado, o desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz favorece a economia santa-cruzense gerando empregos e arrecadação para o município, não produz o mesmo efeito como geração de emprego e renda no meio rural, pois como se vê na tabela 2, a produção arrozeira no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Ourinhos, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, está apresentando um tendência a ser extinta na região e os produtores rurais buscarem outras alternativas de produção.

Produtos	1977	1987	1997	2007	2017	Varição 1977/2017%
Soja	33.153	9.030	16.218	23.517	84.914	156
Trigo	7.426	9.063	3.470	3.722	4.200	-44
Mandioca	2.248	2.353	3.564	5.176	2.158	-4
Cana	13.685	48.021	57.434	70.998	107.523	686
Café	20.781	29.138	20.456	11.030	16.637	-20
Algodão	2.287	8.789	2.113	475	0	-100
Arroz	16.096	5.990	3.436	657	65	-99,6
Feijão	10.467	7.844	3.351	7.777	3.795	-64
Milho	30.709	41.187	46.802	54.143	77.260	151
Laranja	357	870	4.651	3.813	18.034	4.951

Tabela 2 – Produção Agrícola do Escritório de Desenvolvimento Rural de Ourinhos – 1977, 1987, 1997, 2007 e 2017 (Em toneladas)

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Como conclusão, dentro do processo de modernização da agricultura, pode-se dizer que,

“a tendência à generalização do modo moderno de produzir, no contexto seletivo e concentrado de acesso a crédito e às inovações, acentuou a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores, alterando-lhe seu caráter: não se trata mais desta miséria e desta pobreza, pois elas são, agora, fruto da modernização geral do país, no meio rural e no meio urbano – modernização tecno-econômica e social – o que permite falar em pobreza moderna. A pobreza moderna rural como resultado da modernização agrária não encontra dispositivos na dinâmica agrária herdada para superar sua situação ultrajante. Esta agricultura não cria milhares de empregos, não necessita ocupar mais terras férteis para elevar a oferta e muito menos conta com mecanismos capazes de proporcionar uma distribuição de renda ou de ativos” (MULLER, 1993: 23 apud HESPANHOL, 1997: 47).

Através do modo moderno de produção ocorre uma seletividade no acesso ao crédito e as inovações acentuou a pobreza e a miséria herdadas de fases anteriores (MULLER, 1993). A pobreza e miséria moderna estão presentes na agricultura moderna, pois ela não cria milhares de empregos, não necessita de terras férteis para elevar a oferta e muito menos conta com mecanismos capazes de propiciar uma distribuição de renda ou de ativos. A pobreza moderna é característica da modernização brasileira e da crise nacional em que vive a sociedade, sua superação não se encontra nas formas de relacionamentos que mantêm com as atividades agrárias modernas, mas com a dinâmica sócio-política do país.

Nesse caso, em Santa Cruz do Rio Pardo a indústria de beneficiamento do arroz não se ocupou de gerar renda aos produtores rurais através do fornecimento da matéria-prima indispensável para a produção, nem tampouco em proporcionar

um mercado de trabalho no meio rural. Pelo contrário, partindo-se de uma produção local, mas pela seletividade do mercado consumidor, prioriza o arroz de melhor qualidade que está inserido em outro espaço geográfico, desagregando suas relações de produção no espaço geográfico, levando os produtores rurais a adotarem novas culturas agrícolas e o empregos extintos migrarem para outros setores produtivos do município.

5 | CONCLUSÕES

O artigo buscou estudar e compreender o processo de desenvolvimento da indústria de beneficiamento de arroz para o município de Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo, assim como as interações entre os atores geográficos envolvidos, as políticas de desenvolvimento territorial adotadas e a reorganização da estrutura produtiva. Vale lembrar que a geração de empregos e a arrecadação do município cresceram, no entanto, o território em questão não apresentou um desenvolvimento uniforme.

Ao se valorizar o arroz agulhinha, que é o preferido pelo mercado de consumo nacional, desarticulou a produção local de arroz, extinguindo áreas produtivas, a geração de renda ao produtor rural e de emprego ao trabalhador rural. A produção de arroz sempre esteve presente no território santa-cruzense desde sua origem. Agora sua produção já está quase extinta desse espaço geográfico e outras culturas avançam sobre esse território, redesenhando a configuração da produção agrícola municipal.

A falta de políticas públicas específicas para o setor arroseiro talvez tenha deixado escapar essa oportunidade de integração entre o produtor rural e a agroindústria, perpassando suas intrínsecas relações socioeconômicas e de oportunidade de desenvolvimento. Esse trabalho visa contribuir nesse contexto, buscando ser um momento de reflexão na busca por um modelo de desenvolvimento capaz de incluir os atores geográficos do município em um programa de geração de renda e emprego.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira das Indústrias de Beneficiamento de Arroz (ABIARROZ). <http://www.abiarroz.com.br/site-en/institucional>, acesso em 18 de maio de 2019.

ALVES, Paulo Roberto. **Arranjos Produtivos Locais: Calçados Femininos de Jaú e Santa Cruz do Rio Pardo.** 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3575>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

Arroz – A Vocação de Santa Cruz. Santa Cruz do Rio Pardo. Veja porque a cidade   conhecida como a “Capital do Arroz” sem plantar um grão... **Jornal Debate**, no. 556, jan. 1992. Edição Especial de

Empresas e Negócios, no 1, ano 1.

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Capital Humano / Departamento de Ação Regional. Disponível em: <[http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/\(S\(rasqfgivcpgkjjzseqnf1v0n\)\)/Inicio/Default2.aspx](http://apps.fiesp.com.br/CapitalHumano/(S(rasqfgivcpgkjjzseqnf1v0n))/Inicio/Default2.aspx)> Acesso realizado em 18 out. 2018.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Perfil dos Municípios Paulistas / Santa Cruz do Rio Pardo (2015). Disponível em: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Políticas públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz ciência**. Francisco Beltrão, FACIBEL, v. 1 n. 1, p. 38-49, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 27 mai. 2019

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Informações Estatísticas da Agricultura: Anuário IEA 1999**. São Paulo: IEA, 2000.

JUNQUEIRA, Magali Ferreira. **Santa Cruz do Rio Pardo** – Memórias/Subsídios para a História de uma Cidade Paulista. Santa Cruz do Rio Pardo: The Document Company/XEROX, 1994. 342 p.

MULLER, Geraldo. Brasil Agrário: Heranças e Tendências. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE, 7(3), pp. 11-20, jul./set. 1993.

DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO

Data de aceite: 13/04/2020

Alessandra Oliveira Teles

Professora Adjunta da UEFS / aoteles@uefs.br

Wodis Kleber Oliveira Araújo

Professor Adjunto da UEFS / wkoaraujo@uefs.br

1 | INTRODUÇÃO

Notamos as modificações socioeconômicas com repercussões na dinâmica espacial do Recôncavo Baiano. Neste momento, voltamo-nos para a análise dos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Amaro (BA) escolhidos para a realização dessa pesquisa por apresentarem significativa área plantada de cana-de-açúcar. O tema proposto na pesquisa, da qual este texto é resultado, indica para a perspectiva de serem estudadas duas categorias de análise: território e reestruturação produtiva.

O objetivo geral é analisar a dinâmica espacial e temporal de uma parte do Recôncavo Baiano. Os objetivos específicos estão divididos: (a) analisar a dinâmica territorial do Recôncavo através da sua espacialidade e temporalidade; (b) identificar

as atividades econômicas que permitiram o apogeu e o declínio dessa região ao longo do tempo; (c) estabelecer as mudanças espaciais e sua participação na expansão e retração da influência do Recôncavo Baiano sobre outras regiões, como por exemplo, o semiárido.

As informações técnicas necessárias para a concretização desse artigo foram coletadas em fontes primárias e secundárias de grande relevância para a ampliação da informação e do conhecimento. As fontes primárias foram organizadas – basicamente – através da coleta e tabulação de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos (SEI), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), dentre outros. Quanto as fontes secundárias, organizamos as informações bibliográficas através das obras de Brandão (1998), Elias (2005 e 2006), Santos (2008 e 1994), Prado Júnior (2004), onde foram abordados conceitos e discussões associadas a realidade do local estudado.

2 | OS CONCEITOS

A dinâmica do espaço geográfico leva ao constante estudo de seus conceitos-chaves

para a validação de seu uso. A análise geográfica pretendida nesse trabalho tem como conceito central o território, pois na breve análise realizada até o presente momento, percebemos ser este o que melhor auxilia na resposta da problemática por nós levantada, norteando nossa discussão teórico-conceitual. Porém, não podemos utilizá-lo desvinculado dos demais, uma vez que a análise do Recôncavo Baiano, no recorte estabelecido, encontra-se associado, principalmente, a discussão espaço-tempo, nos motivando a iniciar por este conceito.

“A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo” (CORRÊA, 1996, p. 60). Exatamente como acontece no Recôncavo Baiano, onde o capital determina o estabelecimento das atividades produtivas, ao longo do tempo, de acordo ao que acontece na conjuntura econômica internacional. O espaço geográfico é o reflexo da sociedade – e como tal – recebe influências diversas, como escreve Santos (2008, p 55):

Os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor, e o espaço se modifica para atender as transformações da sociedade.

Essa discussão de Milton Santos ratifica a proposta deste estudo, pois o que ocorre no Recôncavo é resultado da transformação social no espaço, utilizando novas funções para alterar processos com intensa repercussão nas velhas e atuais estruturas, tendo como principal agente, a sociedade daquele dado momento.

Pela constante transformação social, considerando o homem como ser mutável e passível de influências, as mais diversas (políticas, econômicas, religiosas, culturais, principalmente), associado ao momento histórico em que acontece, o espaço vai conjuntamente sofrendo influências e modificações, afinal, o espaço geográfico resulta dessa relação. Assim, escreve Corrêa (1995, p. 35):

As práticas espaciais são ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução.

Corrêa (1996, p. 251) destaca que o conceito de território pode ser analisado sob diferentes perspectivas; deve-se considerar a apropriação da terra – tanto por instituições legitimadas no controle e organização de um espaço delimitado por fronteiras – como através da relação afetiva, condicionadas pelas diferentes práticas, sentidos, simbolismos, associados a determinados lugares. Com isso, cria-se a territorialidade, segundo esse mesmo autor, podemos defini-la como “[...] um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social [...]” (p. 251-252).

As ações públicas e privadas que se realizam sobre o território brasileiro (e nos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Amaro não é diferente), criam e recriam constantemente novas dimensões para seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico. As relações de poder que esses exercem permitem-nos apontar o conceito de território como o de maior valia para explicar a organização, gestão e reestruturação do espaço estudado, como escreve Andrade (1995, p. 19): “[...] deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer o poder de grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais [...]”.

As modificações espaciais e sua participação na expansão e retração da influência do Recôncavo Baiano sobre outras regiões, como por exemplo, o semi-árido demonstra seu significado e importância geohistórica na estrutura produtiva e econômica do estado da Bahia, bem como, a inserção de elementos do meio técnico-científico-informacional nos setores que movimentam a economia do Estado e desse espaço, em especial, os municípios de Amélia Rodrigues e Santo Amaro.

A globalização da economia não é algo novo, basta uma leitura atenta de História Econômica do Brasil (2004) no qual Caio Prado Júnior detalha a organização produtiva brasileira através de seus principais ciclos econômicos para notarmos que – ao longo do tempo – os diversos setores da economia (e não só a indústria como alguns enfatizam) vem passando por grande reestruturação produtiva. O que notamos, refere-se a intensidade do uso de tecnologias, métodos científicos associados ao capital que vem intensamente relativizando os fatores locais, em nome de ligações reticulares cada vez mais exógenas e pontuais, bem como, intensas modificações nas relações de trabalho.

A crise do capital, a partir de meados da década de 1970, leva a uma reestruturação produtiva que repercute intensamente no mundo do trabalho organizado até aquele momento. Segundo Alves (2007, p. 155):

[...] o novo complexo de reestruturação produtiva surge no interior da III Revolução Industrial, o que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais; e sob a mundialização do capital e do sócio metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho.

No Brasil, os reflexos dessas modificações tecnológicas perante o capital, a produção e o trabalho ganham destaque com a modernização conservadora a partir da década de 1960, onde o Estado, com vultosos investimentos e intervenção direta no aparato produtivo, procurou colocar o país entre as principais potências econômicas da época (BECKER; EGLER, 1993).

As atividades presentes no Recôncavo Baiano demonstram as mudanças no processo produtivo e a reestruturação dos setores econômicos, repercutindo

diretamente nesse espaço. O meio técnico-científico-informacional proposto por Milton Santos (2008) reorganiza todos os setores produtivos, criando meios para o capital produzir e reproduzir lucro nos diversos segmentos, inclusive promovendo locais com concentração de mão-de-obra servindo de exército de reserva para as atividades a serem realizadas.

Segundo Elias (2006) a agropecuária comercial não é novidade no Brasil, desde a colônia esta é promovida no país; o grande diferencial a considerar na discussão deve-se a região do Recôncavo – grande produtor de açúcar em tempos pretéritos – absorver o grande conjunto de inovações, ao longo do tempo, e passar por uma reestruturação a partir da passagem dos engenhos e engenhocas reais para usinas de açúcar e álcool, emprego de máquinas e insumos e uma série de itens da atividade industrial, levando a transformação na divisão territorial do trabalho.

O Recôncavo com seus espaços delimitados em zonas específicas e características particulares - que as distinguem – sofrem uma nova organização, de modo a absorver tanto as inovações técnicas como os novos modos de produção e consumo. A reestruturação produtiva do Recôncavo é feita – inclusive - a partir das empresas agropecuárias representadas pelas usinas que passam a produzir no lugar dos engenhos, aos novos segmentos ligados a petroquímica trazendo consigo um novo arranjo produtivo totalmente exógeno, especialmente em termos de absorção de mão-de-obra local e aplicação dos lucros obtidos com a exploração dos recursos.

Percebe-se a situação do Recôncavo associada a discussão de Santos e Silveira (2004), pois a inserção desse território no processo de descentralização industrial do Sudeste, alinhado aos interesses do mercado mundial faz com que regiões percam não só o comando de suas atividades como se desestrutem para atender a ordem vinda de cima e de fora.

A reestruturação do Recôncavo Baiano ocorre de modo seletivo espacialmente, uma vez que as atividades que se tornaram determinantes – químicos e petroquímicos – rapidamente se estabeleceram em partes dessa região propícias a propagação das inovações técnicas, produção e exportação destas, reforçando os desequilíbrios no crescimento e desenvolvimento econômico, além de acentuar a histórica desigualdade socioeconômica nas sub-regiões que compõem a referida área.

3 | O RECÔNCAVO BAIANO

Pensar no território brasileiro - e baiano – leva-nos a caracterizar sua construção, enquanto espaço produtivo, atrelado a conjuntura internacional e seus rebatimentos internos, sobretudo na formação de um cenário estadual, como é o exemplo baiano, no qual as particularidades forjadas nesse espaço lhe darão uma conotação de uma regionalidade com repercussão numa identidade singular.

Segundo Silva et al (2004, p. 12) o estado da Bahia tem dimensões territoriais proporcionais a muitos países, sua localização geográfica lhe favorece duplamente, pois tanto pode estabelecer relações comerciais marítimas (especialmente com o mercado internacional), como lhe possibilita uma integração continental. Das diversas mesorregiões que são estabelecidas no estado, ao longo de sua ocupação histórica e desenvolvimento socioeconômico, o Recôncavo delinea-se como a mais antiga, tradicional e organizada dentro do estado.

O Recôncavo Baiano representa um espaço de grandes realizações produtivas ao longo do tempo, sua análise possibilita a discussão de conceitos e categorias que justificam estudá-lo mais profundamente. Por ser uma das áreas mais antigas do estado da Bahia, a relação homem-ambiente remonta ao período colonial, na qual as primeiras atividades econômicas vão configurar espacialidades diferenciadas daquelas desenvolvidas pelos habitantes que aqui se encontravam, delimitando um novo processo produtivo, estabelecendo outras territorialidades.

Foi um dos primeiros espaços territorializados pelos portugueses e economicamente organizados, apresentando, ao longo das décadas seguintes, uma intensa modificação espacial, criando um perfil socioeconômico diferenciado das colônias implantadas pelos portugueses em outras regiões do planeta, e mesmo, dentro do espaço que futuramente tornar-se-á a federação brasileira. O mesmo configurou-se – por muito tempo – a hegemonia produtiva da colônia, representada pela atividade açucareira.

A estruturação político-econômica refletirá no território forjado a partir do ciclo da cana-de-açúcar, este consolidará um Recôncavo produtivo, subdividido em zonas, porém dependente em alimentos e força motriz da região semiárida, coadjuvante na consolidação da zona produtora açucareira.

Sendo organizada ainda no período das capitânicas hereditárias, no apogeu do ciclo da cana-de-açúcar foi a região mais importante da colônia – e de intensa ligação com a Metrópole. Toda a região de solo favorável ao plantio foi viabilizada, e mesmo, obrigado por lei, a ser cedida a esta atividade (CARVALHO, 1958), criando uma dinâmica econômica e populacional singular no entorno da Baía de Todos os Santos.

Ao explorar as diversas leituras que tratam do referido espaço, nota-se que as discussões estão voltadas, principalmente, para os elementos sociais e culturais, o aspecto fisiográfico apesar de fundamental para o estabelecimento das demais estruturas ficou condicionada a uma posição secundária, tal situação pode ser ratificada por todos aqueles que discutem e procuram definir o Recôncavo Baiano, assim utilizamos o trabalho realizado por Santos (1959 apud BRANDÃO, 1988, p.62) para validar nossa proposta: “... o Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica”.

Assim, o Recôncavo Baiano tem seu espaço forjado sob as condições econômicas, sociais e culturais das populações que aqui vão interagir ao longo do tempo, tanto que Brito (2004, p. 45) afirma: “Toma-se aqui como Recôncavo Baiano o espaço geográfico diretamente associado aos aspectos econômicos, sociais e culturais que evoluíram sob as influências da tradição da economia açucareira e de suas respectivas atividades acessórias [...]”.

Essas atividades, predominantemente agroexportadoras, criaram toda uma dinâmica para essa região, configurando-se de forma diferenciada a cada subespaço. Conforme Brito, baseado em estudos anteriores: “[...] o Recôncavo é formado por 22 municípios que se distribuem no entorno da Baía de Todos os Santos e se estende por um raio de cerca de 100 km, a partir da cidade de Salvador (2004, p. 45). Para este estudo nos deteremos aos municípios de Amélia Rodrigues (fora do espaço fisiográfico do Recôncavo, porém com expressiva atividade açucareira nos dias atuais) e Santo Amaro.

Estudar a territorialidade da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano permite compreender como dois conceitos: território e tempo favoreceram (ou permitiram) esta região permanecer, nos dias atuais, com núcleos produtores de açúcar, apresentar vestígios dos antigos engenhos coloniais, e em algumas situações, transformar-se diante da reorganização espacial que aí se estabeleceu.

Desse modo, a dinâmica dessa parte do Recôncavo Baiano, no qual, coexistem, aspectos tradicionais do período colonial açucareiro e suas modificações na dimensão das propriedades; a estrutura empresarial, a organização dos meios de produção, a relação com o mercado consumidor, a delimitação territorial e as relações identitárias – principalmente da população trabalhadora – com esse espaço.

A evolução da sua organização socioeconômica atrelada à posição geográfica e relevância do açúcar no mercado internacional, transformaram o Recôncavo Baiano numa região de elevada importância. Organizando-se a partir do processo produtivo açucareiro estabelecido nos engenhos, nos primeiros séculos, para em seguida ser realizado pelas usinas de açúcar e álcool, adquirindo relevância interna e principalmente externa, uma vez que a grande preocupação na produção nacional foi sempre atender o mercado externo, especialmente, a Europa.

Nestas circunstâncias, ratificamos o Recôncavo Baiano no contexto regional, nacional e internacional, com grande importância econômica, por ser o principal produtor açucareiro e estabelecer relações de trabalho e poder como poucas. Considere-se, nessas circunstâncias, a sua posição geográfico-estratégica, por possuir possibilidades de contato com o exterior – através do oceano -, sua área de produção está no entorno da baía; bem como, com o interior do continente através da rede fluvial presente, que conjuntamente com os caminhos e trilhas formavam uma densa rede de circulação e comunicação.

Observa-se a grande importância da zona do açúcar, a subárea do Recôncavo no qual essa atividade foi predominante, e hoje, mesmo com a redução da atividade açucareira, encontram-se ainda laços identitários da população com esse território que permitem visualizar as marcas das relações sociais passadas. Com isso, nota-se a influência desses elementos na organização espacial formando mais que territórios, estabelecendo uma profunda e dinâmica territorialidade. O Recôncavo Baiano, onde se materializam tais relações, detém a característica de ser uma região intensa, com atividades diversas, em faixas ou subáreas distintas, sobrevivendo de modo complementar e uno.

As transformações da zona açucareira, permitiram a região permanecer e se transformar, passar de engenhos coloniais à usinas, modificar suas relações de produção e criar laços identitários de tal modo que ainda se configurou como relevante dentro do estado da Bahia, pois funcionando como um relevante núcleo socioeconômico, estrutura um território amplo, com possibilidades de análise de espaços tradicionais e modernos, funcionando paralelamente.

Segundo Prado Jr. (2004) a decadência da atividade açucareira, resultante de sucessivos períodos de crise, associados a modernização do processo técnico-científico da produção açucareira, além dos subsídios e incentivos a atividade, por parte de antigos consumidores em larga escala, como por exemplo, Europa e Estados Unidos, faz com que no Brasil os produtores que até então visavam o mercado externo voltem-se para o abastecimento interno, porém, mesmo para isso, é necessário uma transformação/modernização do processo produtivo. Ocorre uma significativa redução da área plantada, falência de engenhos, surgimento de usinas e atividades produtoras como a extração petrolífera, estabelecimento de plantas industriais, entre outras.

Todos os autores afirmam que a configuração territorial do Recôncavo está atrelada ao seu processo de formação socioeconômica cujas bases foram assentadas num modelo complexo e contínuo, porém muito bem articulado, através da conjuntura internacional que estabeleceu desde o início os moldes, nos quais, essa região, que representava o território brasileiro deveria se desenvolver, fator esse que foi consolidado e repercutirá na formação de subáreas distintas entre si, como escreve Costa Pinto (1959 apud BRANDÃO 1998, p.108/109) e pontuaremos aqui: Zona da pesca e do saveiro; açúcar; fumo; agricultura de subsistência, petróleo; urbana de Salvador. Onde, ainda, segundo o autor acima, as quatro primeiras são as que mais guardam elementos tradicionais da identidade com o Recôncavo; no caso das zonas do petróleo e urbana de Salvador, foram modernizadas a partir das novas configurações advindas da descoberta do petróleo e modernização a partir das plantas industriais que para aí se dirigiram. A descoberta e exploração do petróleo vão desestruturar o modelo de produção tradicional-secular, que ainda

tenta sobreviver, e criar uma nova organização econômica para a região.

Maria Brandão (2007) ratifica a existência de vários Recôncavos, concordando inclusive com a discussão de Brito, de que essa é uma região onde os aspectos econômicos, sociais e culturais evoluíram de modo embaralhado, porém, a evolução territorial municipal atual revela que existem cerca de 40 municípios nessa área: Amélia Rodrigues e Santo Amaro são alguns desses. Os que hoje integram a Região Metropolitana de Salvador (Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz) foram considerados parte do Recôncavo até a criação desta.

Repartição do território, como a criação da Região Metropolitana de Salvador é um dos exemplos para a transformação desse espaço (Brandão, 1998). O Recôncavo “da Petrobrás”, como escreve Brito (2004), a produção petrolífera muda a organização dos espaços onde se instala e retira dos seus habitantes a identidade, economia e território, ficando estes à margem do processo produtivo que aí se instala. O da cana-de-açúcar entra em decadência, as áreas que ainda produzem estão cada vez mais reduzidas.

Os dados governamentais demonstram que as atividades que substituíram a produção de açúcar foram a indústria de químicos e petroquímicos, a população nos municípios pesquisados tem sobrevivido das atividades relacionadas a administração pública (principalmente prefeituras), comércio e serviços.

Nos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Amaro a cana-de-açúcar é a principal lavoura cultivada, demonstrando a relevância que ainda tem, mesmo passando por duras crises e reestruturação da sua produção na região do Recôncavo Baiano. É importante referência, principalmente para a classe trabalhadora, pois se identifica e diferencia-se das demais regiões do Estado, como por exemplo, do semiárido – quente e seco -; ser do Recôncavo é ter uma identidade com as raízes históricas, mês estando muito distantes da realidade contemporânea há um certo determinismo geográfico considerando a umidade proveniente do mar e a regularidade das chuvas.

O estado da Bahia é o pioneiro no processo de produção açucareira, sendo o principal responsável pelo abastecimento do mercado internacional, representado especialmente pela Europa. Destaca-se, pontualmente, fatos e dados que demonstram essa situação. Segundo Caio Prado Júnior (2004, p. 32):

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; [...] estas perspectivas seriam amplamente confirmadas; o único fator ainda ignorado antes da tentativa, a qualidade do solo, revelar-se-ia surpreendentemente propício, em alguns pontos pelo menos da extensa costa. Foi o caso, particularmente do extremo nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da baía de Todos os Santos (o Recôncavo Baiano, como seria

chamado). Não seriam aliás os únicos: de uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo da cana-de-açúcar.

Isso faz do Brasil um dos líderes na produção açucareira, no período colonial, tendo o mercado externo e a ocupação das terras litorâneas como seus pontos fortes para a atividade. Porém, a evolução socioeconômica mundial e brasileira demonstra o perigo de uma economia baseada na monocultura, de grande volume produtivo e voltada basicamente para a exportação, pois no período republicano, com a perda dos mercados externos.

Após sucessivas crises, o Brasil retoma o cultivo da cana-de-açúcar, entre 1990 e 2010 ganha espaço em outras regiões. No período atual é possível visualizar o seguinte cenário: a nível nacional a produção teve um crescimento significativo, passando de pouco mais de 262 milhões de toneladas para mais de 717 milhões. Entre as regiões é possível perceber que o Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste tiveram um aumento extraordinário, com destaque para o Sudeste onde a quantidade produzida se elevou de 162.444.052 para 498.884.505 toneladas. Já o Nordeste, tradicional e histórico na produção de cana-de-açúcar teve sua produção reduzida de 71.698.378 para 68.789.726 toneladas com números ainda inferiores no intervalo entre 1990 e 2010.

4 | AMÉLIA RODRIGUES

Conforme informações do IBGE (2011) o atual município de Amélia Rodrigues fez parte da sesmaria dos irmãos Luiz Vaz e Manoel Nunes Paiva, doada em 1609 pelo governador do Brasil no período – Dom Diego de Menezes. O mosteiro de São Bento da Cidade de Salvador recebeu tais terras através de testamento, em 1622, onde construíram o engenho de São Bento de Inhatá, através desse engenho tornou-se o primeiro ponto povoado da região.

Em 1702, no local denominado Marucá, onde hoje se localiza a sede municipal, edificou-se a capela de Nossa Senhora da Lapa, formando-se o povoado Lapa, este se desenvolveu com base no cultivo da cana-de-açúcar. Em 1936 o arraial passou a sede de distrito integrante do município de Santo Amaro. Em 1944 seu nome foi modificado para Traripe, e em 1961 para Amélia Rodrigues em homenagem a educadora e poetisa ali nascida.

Distrito criado com a denominação de Lapa pela Lei Estadual nº 146, de 01/12/1937 subordinado ao município de Santo Amaro. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31/12/1943 retificado pelo Decreto Estadual nº 12978 de 01/06/1944, o Distrito de Lapa tomou a denominação de Traripe. Elevado a categoria de município com a denominação de Amélia Rodrigues, pela Lei Estadual nº 1533, de 20/10/1961,

desmembrado de Santo Amaro. Considerando a origem dos municípios baianos, desde 1549 com Salvador, e a evolução dos desmembramentos desde o século XVI, Amélia Rodrigues é um município novo.

Seus distritos são: Amélia Rodrigues (sede), Inhatá e Mata da Aliança. Limites Intermunicipais: Conceição do Jacuípe, Santo Amaro, São Sebastião do Passé e Terra Nova. Quanto a regionalização está classificada do seguinte modo: IBGE – Mesorregião Metropolitana de Salvador e Microrregião de Catu; Região Econômica: (07) Paraguaçu; Região Administrativa: (02) Feira de Santana; Eixo de Desenvolvimento: Grande Recôncavo e Território de Identidade (19) Portal do Sertão.

Possui uma área de 124,08 quilômetros quadrados, está a 217 metros de altitude e distante da capital 84 quilômetros. Amélia Rodrigues localiza-se as margens da BR-324, situada aproximadamente a 80 km da capital, Salvador, em termos biogeográficos situa-se numa faixa denominada agreste, transição entre a zona da mata e o sertão, onde, também podem ser encontrados solos férteis, sendo esses uns dos motivos para instalação da produção de cana-de-açúcar, já que o mesmo depende dessas condições para ter êxito na qualidade do produto.

Em 2010, a população chega a mais de 25 mil habitantes, sendo que a concentração populacional fica no perímetro urbano. A análise da população entre 1970 e 2010 demonstra a predominância no espaço urbano do município. Em relação ao pessoal ocupado percebe-se que a indústria de transformação teve um acentuado decréscimo no período compreendido entre 2005 e 2008, com uma diminuição bastante elevada de pessoal ocupado conforme a tabela 4. As informações adquiridas com um dos representantes da associação de moradores do município e ex-funcionário da Usina Aliança, instalada no Distrito de Mata da Aliança e produtora de açúcar revelou que a usina teve uma redução no volume produzido e ao longo dos anos vem dispensando seus funcionários.

A atividade agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca foi a que teve maior acréscimo de pessoas ocupadas, seguida da administração pública que mantém um número constante de pessoas ocupadas. Os serviços também passam a ganhar contingente populacional desenvolvendo atividades, enquanto o comércio mantém uma estabilidade em relação ao número de pessoas ocupadas.

Um fato que se faz necessário destacar deve-se a posição geográfica do município, por estar situada entre a Região Metropolitana de Salvador e o município de Feira de Santana, cortada pela BR-324, muitas pessoas do próprio município procuram ocupação nestes lugares, pois a mobilidade facilitada pelo fluxo de transporte que transita pela referida BR permite a processo de migração pendular.

Quanto a produção agrícola, nota-se que entre os cultivos que mais de destacam estão a cana-de-açúcar, o coco-da-baía, a laranja, a mandioca e o maracujá.

A produção de maior destaque é a cana-de-açúcar, a explicação que melhor se adéqua deve-se ao fato de seu cultivo atender a demanda da usina, mesmo com redução na produção, a atividade de produção de açúcar ainda existe, porém com uma diminuição considerável da produção ao longo dos últimos anos.

O cultivo de coco-da-baía, laranja e maracujá demonstram a inserção desses na atividade comercial e importante fonte de renda para os produtores que passam a atender um mercado com demanda para o consumo dessas frutas. Quanto a mandioca, deve-se esclarecer que este é um relevante cultivo de subsistência e faz parte da base alimentar da população nordestina.

Em relação ao desenvolvimento social, escolhemos os dados referentes ao Programa Bolsa Família. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, este “é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país.” (MDS, 2001). Segundo o Ministério, a intenção do governo é atuar entre os 16 milhões de brasileiros que contam com uma renda familiar igual ou inferior a R\$ 70,00 por membro, garantindo outros benefícios sociais como inclusão produtiva e acesso a serviços públicos como educação e saúde. A gestão do programa foi instituída pela Lei 10.836/2004 e regulamentada pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios.

Os dados demonstram a situação das famílias no município de Amélia Rodrigues, do total da população 18,16% estão cadastradas; 15,69% se enquadram no perfil do Bolsa Família; 17,71% no perfil do Cadastro Único e 11,83% são beneficiadas com o Programa. Tais dados revelam que mesmo com um quadro crescente de pessoal ocupado, com atividades elevando o número de trabalhadores como é o caso da agricultura, isso não reflete em renda para as famílias e o número de pessoas que necessitam de auxílio para sobreviver, em termos percentuais ainda é elevado.

5 | SANTO AMARO

De acordo com as informações do IBGE (2011) o município de Santo Amaro teve como primeiros habitantes os índios Abatirás, supostamente uma ramificação dos Aimorés. As primeiras doações de sesmarias ocorreram por volta de 1557, com destaque para o major João Ferreira de Araújo e componentes da família Dias Adorno. Também há relatos que antes disso, jesuítas do Colégio Santo Antão de Lisboa tinham se fixado um pouco abaixo das terras doadas aos Adorno, fundando uma capela em devoção a Nossa Senhora do Rosário, por conta de conflitos que levaram ao assassinato de um jesuíta, a capela foi interditada e abandonada.

Meia légua (seis quilômetros aproximadamente) acima da confluência dos rios Sergi-mirim e Subaé – em terras do Conde de Linhares – fundou-se uma igreja no

lugar denominado Santo Amaro, por já existir uma capela sob a invocação desse santo. Junto a essa capela, já existia um pequeno núcleo de colonos, posteriormente, houve a criação da freguesia. No século XVII, intensificou-se a concessão de sesmarias e conseqüentemente a colonização.

Conforme a legislação político-administrativa, a lei de criação do município deu-se a partir da Provisão Régia de 09 de fevereiro de 1725; em 05 de janeiro de 1727 instalou-se a vila de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro. A sede municipal recebeu foros de Cidade através da Lei Provincial nº 43, de 13 de março de 1837 e a Comarca foi criada pela Resolução do Conselho do Governo em 09 de maio de 1833. A lei vigente sobre o município de Santo Amaro é a de nº 628, de 30 de dezembro de 1953 publicada no Diário Oficial do Estado de 17 de fevereiro de 1954.

As informações organizadas pela SEI, em relação a regionalização do município de Santo Amaro classificam como mesorregião geográfica Metropolitana de Salvador; microrregião geográfica de Santo Antônio de Jesus; região econômica Recôncavo Sul. O município é constituído por Santo Amaro (sede), os distritos de Acupe e Campinhos. Tem como limites intermunicipais: Amélia Rodrigues, Cachoeira, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campo e Saubara.

Com uma área de 518, 26 quilômetros quadrados, numa altitude de 42 metros em relação ao nível do mar, está a 75 quilômetros da capital Salvador. Possui um tipo climático definido como úmido, onde o período chuvoso compreende-se entre os meses de abril a julho e pluviosidade anual em torno de 1.687mm o que lhe proporciona características particulares sobretudo para o desenvolvimento da atividade agropecuária.

Os dados relacionados a evolução da população urbana em Santo Amaro, no período compreendido entre 1950 e 2010, demonstram que entre as décadas de 1950 e 1960 sofreu um acréscimo relevante com uma brusca diminuição no período seguinte, 1970, nesse período, sofreu sucessivos desmembramentos que deram origem a outros municípios como Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio e Terra Nova. A partir da década de 1980 até 2010, a população no município praticamente se estabiliza.

Com base nos dados sobre pessoal ocupado, nota-se que a predominância, por setor de atividade econômica, no município de Santo Amaro, entre 2005 e 2008, destaca a administração pública, seguido dos serviços e comércio – que ao longo do período revezam-se entre o 2º e o 3º lugares – a população ligada a atividade industrial ocupa o quarto lugar, considerando a população residente, mostra-se pouco expressivo.

De acordo as informações organizadas pela SEI, com base nos dados Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Secretaria da Fazenda da Bahia (SEFAZ-BA), as

arrecadações municipal e estadual, bem como as transferências constitucionais realizadas pelo Estado e União, entre 2005 e 2008 demonstram vultosas somas que tiveram expressivo crescimento. O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que quase dobrou sua arrecadação nesse período; o Imposto Sobre Serviços (ISS) que após uma considerável diminuição entre 2006 e 2007 voltou a apresentar resultados positivos em 2008. Outro destaque refere-se as transferências realizadas pela União – que sofreu uma elevação de 57% num intervalo de quatro anos.

O destaque para esses números refere-se a dois outros itens que precisam ser discutidos: a agricultura e a presença de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. Em relação a produção agrícola, a razão para tal escolha, refere-se ao entendimento de que o produto de maior destaque é a cana-de-açúcar para atender a demanda das usinas que ainda se fazem presentes na região com forte atividade. Lembrando que o município está assentado numa área que no passado foi de intensa atividade açucareira, sua retração não promoveu a extinção do cultivo.

O segundo destaque refere-se ao cultivo da mandioca, expressivo cultivo de subsistência, intensamente presente no cotidiano popular, ao mesmo tempo, o feijão e o milho também fazem parte da alimentação popular não encontra, nessa região, produção expressiva. Uma das explicações para esse pequeno cultivo é discutido tanto por Prado Júnior (2004) como por Almeida (1977), essas eram atividades acessórias e realizadas nas regiões agreste e semiárida próximas (Feira de Santana, Santa Bárbara, Santo Estevão, entre outros).

Outro item de grande relevância é o Programa Bolsa Família, o nosso destaque trata da situação que a região do Recôncavo vem passando, em particular, o município de Santo Amaro. Com o passar dos anos, diversas mudanças na estrutura produtiva ocorreram não havendo, ao mesmo tempo, inserção da população economicamente ativa nos novos postos de trabalho que foram gerados. Percebe-se que a reestruturação produtiva do espaço não inseriu a população nos quadros de emprego e renda, continuando parcelas significativas compondo a heterogeneidade do espaço, onde o modelo produtivo exógeno é determinante na dinâmica espacial e socioeconômica do Recôncavo Baiano.

Pelo número da população total e o número de famílias cadastradas percebe-se que um grande contingente se enquadra no Programa. Os dados demonstram a situação no município de Santo Amaro, do total da população 19,81% estão cadastradas; 16,41% se enquadram no perfil do Bolsa Família; 19,18% no perfil do Cadastro Único e 12,76% são beneficiadas com o Programa demonstrando que as atividades econômicas desenvolvidas no município não absorvem de maneira satisfatória a população para que saiam da situação de pobreza.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Recôncavo Baiano passou por intensas modificações na sua estrutura produtiva. O primeiro destaque a considerar refere-se a esse espaço não ser homogêneo, onde as suas diferenciações vão delimitar municípios com estruturas socioeconômicas diferenciadas.

No caso particular de Santo Amaro, notou-se que seu processo histórico esteve ligado a agricultura voltada para a produção de cana-de-açúcar, com o declínio dessa atividade houve um retrocesso que permitiu a inserção de outras atividades com o destaque para a administração pública, o comércio e os serviços. Quanto a agricultura, a cana-de-açúcar ainda é o principal cultivo do município, demonstrando a sua relevância na região, principalmente para atender a demanda das usinas de açúcar e álcool que veem, agora, na produção de biocombustíveis mais um mercado para se consolidarem.

Para a população as modificações econômicas e sua dinâmica territorial ainda não promovem maior oportunidade de trabalho e renda ou mesmo uma distribuição de renda mais justa, uma vez que o número de famílias cadastradas e beneficiadas pelo Programa Bolsa Família revela a existência de uma significativa parcela da população desse município em situação de pobreza.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rômulo B. **Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio**. Revista Planejamento. Salvador, n. 5, v. 4, out-dez, p. 19-54, 1977.
- ANDRADE, Manuel. C. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife: HUCITEC-IPESPE, 1995.
- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2 ed., Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. **Brasil**: uma nova potência regional na economia-mundo. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- BRANDÃO, Maria de A. (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- BRITO, Cristovão de C. da T. **A Petrobrás e a Gestão do Território no Recôncavo Baiano**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Tese (Doutorado).
- CARVALHO, Ana D. Feira de Santana e o comércio do gado. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 28, mar. 1958.
- CORRÊA, Roberto L. **Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1996. Série Princípios.
- ELIAS, Denise. Redes Agroindustriais e Produção do Espaço Urbano no Brasil Agrícola. In: SILVA, José Borzachiello; LIMA, Luiz C.; ELIAS, Denise. (Org.) **Panorama da Geografia Brasileira I**. São

Paulo: Annablume, 2006.

ELIAS, Denise. **Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Dinâmicas Territoriais: a cidade do campo.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Histórico. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 18 de setembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Produção Agrícola Municipal 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 01 Jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADA. **Distribuição da População por município e período.** Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 16 de setembro de 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004. (46 reimpressão da 1 edição de 1945).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4 ed., São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** 6 ed, São Paulo: HUCITEC, 2004.

SANTOS, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição.** Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. **Técnica, espaço, tempo – Globalização e Meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

SILVA, Barbara-Christine. N. (et al) **Atlas Escolar Bahia: espaço geo-histórico e cultural.** 2 ed., João Pessoa: Grafset, 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS. **Estatísticas dos Municípios Baianos.** Volume 12. Salvador: SEI, 2010. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso e 18 de agosto de 2011.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS. **Estatísticas dos Municípios Baianos.** Volume 13. Salvador: SEI, 2010. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso e 18 de agosto de 2011.

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Data de aceite: 13/04/2020

Data de submissão: 01/03/2020

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano). Morrinhos - Goiás

Servidora pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Ituiutaba – Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4666-6732>

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia. Uberlândia – Minas Gerais

Servidor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Ituiutaba – Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6598-1768>

Léia Adriana da Silva Santiago

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná, com estágio pós-doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha.

Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano). Morrinhos - Goiás

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6057-6808>

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em

Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGoiano). Morrinhos - Goiás

Servidora pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Ituiutaba – Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6783-3101>

RESUMO: As acumulações desiguais de renda e riqueza emergem como uma problemática estrutural das sociedades capitalistas, uma vez que essa sociedade se reproduz gerando, concomitantemente, por um lado, penúria, miséria, vulnerabilidades, desigualdades e, por outro lado, abundâncias e acumulações de renda e riquezas. Assim, entendemos que a renda, como também sua acumulação desigual, são fatores importantes no entendimento da pobreza e, por conseguinte, nos estudos de vulnerabilidades sociais. A Região Imediata de Ituiutaba/MG possui cidades com diferentes realidades socioeconômicas, com distintos níveis de acumulação de capital e, possivelmente, diferentes áreas e graus de vulnerabilidade social. Nessa conjuntura, faz-se necessário entender as distintas acumulações de renda familiar dos municípios dessa região, para que esses dados possam colaborar com mensurações futuras de vulnerabilidade social e, do mesmo modo, auxiliar em estudos socioespaciais nos municípios em questão.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar a renda familiar dos municípios da Região Imediata de Ituiutaba. Para tanto, propõe-se refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social, a partir de um viés capitalista, por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nos estudos de Harvey (2016), Kaztman e Filgueira (1999) e Zaffaroni (1999). Em seguida, por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, buscou-se mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo. Os dados apontaram que, enquanto uma grande parcela da população possui uma renda per capita baixa ou se encontra nos bolsões do desemprego, sobrevivendo na informalidade ou à mercê de políticas públicas, ou até mesmo sem renda, uma pequena parcela da população detém rendas per capita exorbitantes. Isso demonstra o quanto a desigualdade social impacta a estrutura da sociedade e o quanto ela é capaz de alimentar o sistema capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Renda familiar. Vulnerabilidade social. Região Imediata de Ituiutaba.

FAMILY INCOME IN THE IMMEDIATE REGION OF ITUIUTABA: INTRODUCTION TO SOCIAL VULNERABILITY STUDIES

ABSTRACT: Unequal accumulations of income and wealth emerge as a structural problem of capitalist societies, once this society concomitantly reproduces itself generating, on the one hand, penury, misery, vulnerabilities, inequalities and, on the other hand, abundances and accumulations of income and wealth. Thus, we understand that income, as well as its unequal accumulation, are important factors to understand poverty and, therefore, social vulnerability studies. The immediate region of Ituiutaba/MG consists of cities with different socioeconomic realities, with distinct levels of capital accumulation and, possibly, different areas and degrees of social vulnerability. In this context, it is necessary to understand the distinct accumulations of family income in the municipalities of this region, so that this data may collaborate on future measurements of social vulnerability and, in the same way, collaborate on socio-spatial studies in these municipalities. Therefore, this paper aims to analyze the family income of the municipalities of the Immediate Region of Ituiutaba. To this purpose, it is proposed to reflect on the unequal accumulations within the scope of social vulnerability, from a capitalist view, through bibliographic research, based on studies of Harvey (2016), Kaztman and Filgueira (1999) and Zaffaroni (1999). After that, using data from IBGE Demographic Census of 2010, we tried to measure the family income of households in the municipalities under study. Data showed that, while a great part of the population has low per capita income or is unemployed, surviving in informality or at the mercy of public policies, or even with no income, a small part of the population hold exorbitant per capita incomes. This demonstrates how social inequality affects the structure of society and how it is able to nourish the capitalist system.

KEYWORDS: Family income. Social vulnerability. Immediate Region of Ituiutaba.

1 | INTRODUÇÃO

A sociedade capitalista, marcada pelo incremento das máquinas e por mudanças estruturais e sociais, trouxe, com os avanços tecnológicos, grandes problemas sociais e econômicos, provocados pela acumulação exacerbada do capital e pela disparidade das desigualdades sociais. A acumulação de capital é uma realidade social que atinge as sociedades urbanas e rurais, sendo uma condição estrutural da sociedade capitalista. É causa e, ao mesmo tempo, consequência de diversos problemas sociais como pobreza, marginalização, exclusão e vulnerabilidade social.

O dinheiro, como símbolo do trabalho social, da acumulação capitalista e da materialização dessa centralização de capital, é uma unidade de troca das sociedades contemporâneas e sua concentração ocorre de diferentes formas, por distintas pessoas, em variadas classes sociais.

A concentração de dinheiro e, muitas vezes, de riquezas, geram cidades e municípios com distribuição desigual de renda e, conseqüentemente, desigualdades sociais. As disparidades de acumulação, tanto de riquezas quanto de capital, influenciam na produção do espaço urbano e rural. Essa multiconfiguração do espaço geográfico materializa áreas, bairros e setores mais ou menos vulneráveis em razão de diversos fatores sociais, sobretudo os socioeconômicos.

Nesse sentido, embora a vulnerabilidade social não esteja conexa apenas com critérios econômicos, é evidente que as famílias de baixa renda possuem menos recursos humanos e infraestruturas para responderem efetivamente a determinados eventos extremos, como uma crise econômica nacional, uma enchente ou deslizamento de terras. Em outras palavras, as populações com renda familiar baixa possuem mais chances de serem vulneráveis a eventos extremos, pois existe uma correlação evidente da renda familiar com a vulnerabilidade social.

A renda familiar é uma forma de mensurar a acumulação de capital pelos diferentes grupos sociais. Vale ressaltar que ela é a materialização do dinheiro e sua acumulação não segue um padrão de igualdade. As residências possuem rendas em faixas salariais tão variadas que é praticamente impossível não visualizar as grandes desigualdades sociais e as distintas vulnerabilidades sociais nos diversos municípios brasileiros.

Contudo, cabe destacar que, na dinâmica da renda familiar, não podem passar despercebidas as significativas mudanças pelas quais têm passado os arranjos familiares. Desde meados da década de 1960, as famílias têm-se tornado mais complexas, distanciando-se de padrões tradicionais: aumentam as coabitações (em detrimento dos casamentos), as separações e as novas uniões. Vêm surgindo novos personagens no âmbito da família (padrasto, madrasta, meio-irmão). As mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho por remuneração, complementando

a renda familiar ou sendo a principal contribuição financeira da família. A composição das configurações familiares se modifica, aumentando os casais sem filhos e as famílias monoparentais (principalmente as chefiadas por mulheres) e diminuindo o tipo de família mais tradicional – aquela constituída pelo casal e os filhos. A queda da fecundidade e as mudanças nos arranjos familiares provocaram ainda aumento na proporção de pessoas idosas nas famílias (LEONE, MAIA, BALTAR, 2010).

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo analisar a renda familiar dos municípios da Região Imediata de Ituiutaba. Para tanto, propõe-se refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social e, em seguida, por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo.

A Região Imediata de Ituiutaba é uma das várias regiões imediatas classificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Ela abrange os municípios de Ituiutaba, Cachoeira Dourada, Santa Vitória, Capinópolis, Gurinhatã e Ipiacú. Em 2010, apresentava uma população absoluta de 142.457 pessoas e um total de 47.801 domicílios (IBGE, 2010).

Essa região possui cidades com diferentes realidades socioeconômicas, com distintos níveis de acumulação de capital e, possivelmente, diferentes áreas e graus de vulnerabilidade social. Nessa conjuntura, faz-se necessário entender as distintas acumulações de renda familiar dos municípios da Região Imediata de Ituiutaba, para que esses dados possam auxiliar em mensurações futuras de vulnerabilidade social e, do mesmo modo, auxiliar em estudos socioespaciais nos municípios em estudo.

Para tanto, propõe-se refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social, a partir de um viés capitalista, por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nos estudos de Harvey (2016), Katzman e Filgueira (1999) e Zaffaroni (1999). Em seguida, por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, buscou-se mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo

2 | REFLEXÕES SOBRE AS ACUMULAÇÕES DESIGUAIS E A VULNERABILIDADE SOCIAL

Harvey (2016) aponta que, nos últimos anos, as desigualdades de renda e riqueza, em níveis nacionais, seguiram uma tendência reducionista, enquanto que as disparidades entre indivíduos e grupos sociais aumentaram. Katzman e Filgueira (1999) afirmam que, em vários relatórios, tanto nacionais quanto internacionais, existem diversos esforços para mensurar a pobreza, devido à sua persistência e magnitude em vários países da América Latina.

Nesse sentido, as acumulações desiguais de renda e riqueza emergem

como uma problemática estrutural das sociedades capitalistas, uma vez que essa sociedade se reproduz gerando, concomitantemente, por um lado, penúria, miséria, vulnerabilidades, desigualdades e, por outro lado, abundâncias e acumulações de renda e riquezas. Assim, entendemos que a renda, como também sua acumulação desigual, são fatores importantes no entendimento da pobreza e, por conseguinte, nos estudos de vulnerabilidades sociais.

Harvey (2016) reflete sobre a apropriação privada, a acumulação da riqueza comum, as acumulações de renda e capital, desigualdades sociais, acumulação de diferentes tipos de riqueza e dinheiro e como essas variáveis refletem no sistema capitalista. O autor entende que a renda se refere exclusivamente ao que é acumulado e pode ser trocado socialmente por um determinado valor. Em outras palavras, para ele, a renda pode ser materializada em dinheiro.

A riqueza, por outro lado, embora possa ser vendida e transformada em dinheiro, se materializa em objetos diversos e estruturas, a exemplo de casas, carros, ou seja, elementos que podem ser trocados por dinheiro ou que possuem um valor virtual ou flutuante. Segundo Harvey (2016, p. 59), a riqueza comum é “criada pelo trabalho social” e é acumulada ou apropriada de forma privada por meios considerados socialmente lícitos, como mercados financeiros, comércio e juros de bancos, e por meios ilícitos, como tráfico de drogas, corrupção e furtos.

Percebe-se, nos apontamentos de Harvey (2016), que, na apropriação privada de riqueza comum, o dinheiro representa o trabalho social. Contudo, existe uma diferença fundamental: ao contrário do trabalho, o dinheiro pode ser acumulado. O autor discute com propriedade essa premissa, ao dizer que:

No centro do processo de apropriação privada da riqueza comum reside o modo contraditório como o dinheiro, conforme vimos, representa e simboliza o trabalho social (valor). O fato de que o dinheiro, em oposição ao valor social que ele representa, seja inerentemente apropriável por pessoas privadas significa que o dinheiro (dado que funciona muito bem como reserva de valor e medida de valor) **pode ser acumulado sem limites por pessoas privadas**. E na medida em que o dinheiro armazena poder social, sua acumulação e centralização por um grupo de indivíduos são decisivas tanto para a construção social da ganância pessoal quanto para a formação de um poder de classe capitalista mais ou menos coerente (HARVEY, 2016, p. 60, grifo nosso).

Consequentemente, “[...] a terra, o trabalho e o dinheiro foram coisificados, pulverizados e arrancados de seu enraizamento nos fluxos mais amplos da vida cultural e da matéria viva [...]” (HARVEY, 2016, p. 63). Ainda, embora a terra não seja produzida pelo trabalho social, ela sistematicamente foi e continua a ser privatizada, tornando-se mercadoria “[...] para que o mercado de terras pudesse se tornar o campo primário da acumulação do capital e da extração de riquezas [...]” (HARVEY, 2016, p. 64).

Desse modo, é possível presumir que quanto menor o dinheiro acumulado em razão do trabalho social, possivelmente maior a vulnerabilidade. Em outras palavras, quanto menor o rendimento per capita, mais suscetível à vulnerabilidade social está a população. Parece ser uma afirmação óbvia, mas ela esconde o ínfimo das desigualdades sociais: o poder que o dinheiro tem na sociedade atual. Para Harvey (2016, p. 65), “[...] o valor de troca é o mestre e o de uso, o escravo”.

Embora os fatores relacionados à acumulação desigual de capital não sejam as únicas variáveis utilizadas nas análises de vulnerabilidade social, Kaztman e Filgueira (1999) elencam diversas outras variáveis que também estão relacionadas às disparidades de renda, como a falta de cuidado com saúde, moradias em condições inadequadas e sem estabilidade funcional, saneamento básico, entre outros fatores relacionados diretamente com renda familiar, que tornam as populações mais vulneráveis.

A partir de estudos sobre a temática, Zaffaroni (1999) cita conclusões que distinguem os conceitos de pobreza e de vulnerabilidade. De acordo com o autor, a vulnerabilidade

[...] posibilita una aproximación más dinámica, contemplando la entrada y salida de la situación de pobreza. Distingue asimismo dos dimensiones de la vulnerabilidad: la sensibilidad, o el grado en que el sistema responde a eventos externos, y la resiliencia, o la facilidad y velocidad con que el sistema se recupera luego de una situación de desequilibrio o agresión (ZAFFARONI, 1999, p. 62).

Nesse entendimento, a vulnerabilidade é um conceito mais dinâmico que o de pobreza, pois ela possui dimensões que contemplam as entradas e saídas das situações de pobreza. Existem, portanto, duas dimensões do mesmo conceito de vulnerabilidade. A primeira dimensão refere-se a quanto uma determinada população responde aos eventos externos e extremos e o quão sensível ela é a esses eventos. A segunda dimensão corresponde à resiliência ou à facilidade de recuperação após o evento (ZAFFARONI, 1999). Partindo dessa interpretação, entende-se que a mensuração da pobreza existente nas sociedades contemporâneas torna-se um procedimento importante em ambas as dimensões de análise de vulnerabilidade.

Além disso, conforme já foi dito, as disparidades de renda, em razão das acumulações desiguais de renda e riqueza, de modo geral, impactam em diferentes graus na vulnerabilidade social das populações. Nesse sentido, quando Harvey (2016, p. 153) diz que as disparidades de renda “vem crescendo de forma acentuada desde a década de 1970”, é possível inferir que existem acumulações distintas de riquezas e de rendas em diferentes grupos sociais e que essas acumulações vêm crescendo nas últimas décadas, tornando as vulnerabilidades mais evidentes.

As desigualdades sociais são intrínsecas ao sistema capitalista. Isso não significa que as vulnerabilidades, as acumulações de riquezas e sobretudo a renda,

tratadas aqui neste trabalho, não aconteciam antes. Pelo contrário, em diversos períodos históricos, os acumuladores de valor de troca estiveram presentes, como também as comunidades mais vulneráveis. O que Harvey (2016) chama a atenção é para o crescimento exponencial da acumulação de capital durante o período da Guerra Fria e, sobretudo, após a queda do Muro de Berlim, com o fortalecimento das correntes neoliberais. Podemos entender, portanto, que a vulnerabilidade social, nas últimas décadas, tendeu a crescer, especialmente com o aumento das disparidades de renda.

Nesse sentido, Kaztman e Filgueira (1999) salientam que a acumulação de capital por uma parcela da população, como também a falta de acesso a recursos básicos para a sobrevivência por outra parcela da população, trouxeram às sociedades contemporâneas situações diversas de vulnerabilidade. Em outras palavras, o capital produz e se reproduz em ambientes com distintas configurações sociais e econômicas, pois, ao mesmo tempo que ele cria as desigualdades de acumulações (renda e riqueza), ele “[...] parece funcionar muito bem em ambientes distributivos variados” (HARVEY, 2016, p. 154).

Com os apontamentos de Harvey (2016) e Kaztman e Filgueira (1999), parece ser mais fácil entender (e obviamente não aceitar) quão distinta são as rendas da população no sistema capitalista, quantas disparidades e vulnerabilidades perduram e se reproduzem na égide desse sistema e como o capital permanece se reproduzindo. Nesse sentido, observa-se que

As evidências estatísticas confirmam a adaptabilidade do capital a arranjos distributivos extremamente díspares. Mas como claramente nenhuma distribuição de renda e riqueza pode ser considerada ótima do ponto de vista da reprodução e do crescimento do capital, ninguém acredita que seja possível uma perfeita igualdade de distribuição. Por outro lado, tem sido sugerido que distribuições muito desequilibradas podem ser um problema não só pela instabilidade e inquietação social que provocam [...], mas também porque a história sugere que desigualdades excessivas podem ser o prelúdio de uma crise macroeconômica (HARVEY, 2016, p. 157).

Os registros históricos apontam que as desigualdades excessivas provocaram crises macroeconômicas. Seguindo Harvey (2016), a atual acumulação exponencial de capital possivelmente ocasionará uma crise generalizada e uma possível ruptura no sistema. Contudo, é pertinente lembrar que o capital se manteve vivo, ou melhor, sobreviveu, mesmo sofrendo diversas crises econômicas, como a Grande Depressão de 1929. Passou por duas Grandes Guerras e uma terceira guerra silenciosa entre duas grandes superpotências mundiais. Sobreviveu a diversas crises intranacionais, como a crise financeira estadunidense de 2008.

Nota-se, portanto, que o capital é bastante resistente a mudanças e até mesmo resiliente aos eventos extremos. Seria o capital o antagonista da vulnerabilidade

social? E, considerando toda essa capacidade de se adaptar e resistir, por que ele não sobreviveria mediante as disparidades de renda e riquezas?

As disparidades de renda e riquezas geram segregações e marginalizações. Kaztman e Filgueira (1999) entende a marginalização como fator importante para analisar as sociedades atuais. Ela atinge famílias, grupos sociais, setores e bairros. Pode ser elemento importante para mensurar a vulnerabilidade das pessoas, sobretudo os vulneráveis à marginalização. Assim,

En el extremo inferior de la escala social se encuentra una masa importante de población que virtualmente “ha tirado la esponja”, desistiendo de invertir en los esfuerzos que demanda la incorporación y tránsito por las vías institucionales de mejoramiento del nivel de vida. Se trata de personas y hogares que encuentran dificultades para satisfacer sus necesidades básicas. Malas condiciones habitacionales, insuficientes activos en recursos humanos dentro de las familias, alimentación escasa y de poca calidad, alta permeabilidad a los vicios sociales, precario control y atención de la salud y una baja autoestima son algunos de los factores que se conjugan para reducir sus expectativas de buena calidad de vida. Al dictado de la inmediatez de sus necesidades, los escasos activos de esos hogares se organizan para responder a la sobrevivencia cotidiana (KAZTMAN; FILGUEIRA, 1999, p. 27).

Kaztman e Filgueira (1999) entendem que a vulnerabilidade à marginalização ou marginalidade está conectada a diversos fatores relacionados à baixa acumulação de renda e a existência de pobreza. Para eles, existe uma massa social localizada no “extremo inferior de la escala social” que possuem, em pleno século atual, dificuldades em satisfazer as necessidades mais básicas do ser humano. Sobrevivem em habitações de péssima qualidade (ou até mesmo não possuem habitação), entre vários outros fatores, resistem à falta de alimentos ou alimentação inadequada.

Pensando nessas questões, é possível refletir sobre as consequências do capital nas relações sociais, na formação dos poderes econômicos e políticos e na formação dos agrupamentos sociais. Pode-se dizer que a adaptabilidade e a variabilidade do capital

[...] a configurações complexas de distribuição têm dupla função quando inseridas na complexidade e na diversidade inacreditáveis de agrupamentos sociais que existem em todo capitalismo. Distinções de gênero, sexo, raça, etnia, religião, cultura e nacionalidade estão em evidências, e questões de *status*, qualificações, talentos, respeito e admiração por conquistas e valores **dão oportunidades diferentes de vida tanto para os indivíduos quanto para os distintos grupos sociais** étnicos, raciais, sexuais e religiosos dentro das formações sociais capitalista. Na medida em que essas características estão associadas a um acesso **diferente aos mercados de trabalho, por exemplo, ou a remunerações diferentes nesses mercados**, o resultado são diferenças gigantescas em termos de poder econômico e político (HARVEY, 2016, p.154-155, grifo nosso).

Zaffaroni (1999), Kaztman e Filgueira (1999) parecem concordar que o acesso ao mercado de trabalho, em condições justas e remunerações adequadas, é uma

estratégia importante para a redução da pobreza e da vulnerabilidade, por ofertar a essas populações acesso ao capital e à renda. Contudo, a renda, sua acumulação e suas disparidades, não parecem ser apenas o resultado de um sistema. Parecem estar relacionados à própria reprodução desse sistema.

Nesse sentido, as desigualdades sociais e de renda, por sua vez, atribuem aos grupos sociais distintos graus de poder econômico, político e social, especializando múltiplas vulnerabilidades. A renda no sistema capitalista é uma forma de mensurar o quanto um grupo social tem poder e força para adentrar e se fazer presente no sistema.

Com as inovações tecnológicas, sobretudo em razão da última Revolução Tecnológica, as configurações familiares ficaram com múltiplas características e diferentes feições. A globalização aumentou a pobreza e a modernidade trouxe feições diferentes para a sociedade, aguçando, em alguns casos, as vulnerabilidades. Para Kaztman e Filgueira (1999), a população com renda familiar mais baixa não tem estabilidade econômica suficiente para se manter estável. Ficam expostas ao baixo acesso aos recursos, são mais vulneráveis às mudanças econômicas atuais dos mercados, e não possuem acesso às inovações tecnológicas.

Para atenuar as desigualdades de renda, o Estado tem que investir, primordialmente, em educação e atuar com políticas de distribuição de renda, e assim auxiliar na redução da vulnerabilidade social. Segundo Kaztman e Filgueira (1999), o Estado deve propor uma estrutura de oportunidades de modo a oferecer educação gratuita.

El ejemplo más claro de la segunda categoría de funciones es la provisión de educación gratuita por el Estado, cuya eficacia como estructura de oportunidad depende de la utilidad que muestren los logros educativos que se obtienen por esa vía para que los jóvenes puedan incorporarse a trabajos productivos (KAZTMAN; FILGUEIRA, 1999, p. 24).

Em entendimento semelhante ao de Kaztman e Filgueira (1999), Harvey (2016, p. 156) acrescenta que “O acesso à educação, por exemplo, tem impacto claro na distribuição futura de renda” e recorda que “Dado o poder do Estado de recolher impostos e redistribuir riqueza e renda, grande parte dos resultados depende da facção ou aliança política que mantém o poder do Estado e do que ele faz com ele”. Zaffaroni (1999) defende que o acesso das famílias aos serviços públicos de educação constitui como um fator essencial para a aquisição de conhecimento e habilidade para enfrentar situações críticas e satisfação das necessidades cotidianas básicas.

Investir em políticas destinadas às comunidades mais vulneráveis não parece ser uma tarefa simples em pleno sistema capitalista neoliberal, mediante a necessidade do Estado em manter-se no poder (político) com alianças de poder

(econômico), porquanto “[...] a concentração e a centralização crescente de renda e riqueza na classe capitalista permitiram que ela influenciasse e controlasse desproporcionalmente os meios de comunicação (opinião pública) e o aparelho estatal capitalista” (HARVEY, 2016, p. 160).

Assim, as distintas rendas (e riquezas) no sistema capitalista podem ser um indicativo do quanto poder social, econômico e político um grupo social ou indivíduo possui. Ao mesmo tempo, Harvey (2016) aponta que as taxas de crescimento exponencial do capital, nos moldes atuais de acumulação capitalista, aumentarão as desigualdades de renda. Isso indica que, mesmo chegando a níveis insustentáveis – e possivelmente a uma ruptura do sistema – o capital ainda trará muitas desigualdades de acumulação pela sociedade.

3 | CAMINHO METODOLÓGICO

Este trabalho busca refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social, a partir de um viés capitalista, por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nos estudos de Harvey (2016), Kaztman e Filgueira (1999) e Zaffaroni (1999). Em seguida, por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, busca-se mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo.

Para organizar as tabelas e discutir os resultados, foi relevante realizar um levantamento exploratório inicial, por meio de pesquisa documental, nas legislações que regulamentam os valores do salário mínimo, tanto de 2010 quanto de 2019. Foram consultadas a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009” (BRASIL, 2010); a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que “Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019” (BRASIL, 2015) e o Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019, que “Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo” (BRASIL, 2019).

A presente pesquisa abrangeu um total de 142.457 pessoas, em 47.801 domicílios, residentes nos municípios que fazem parte da Região Imediata de Ituiutaba, sendo: Ituiutaba, Santa Vitória, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu e Cachoeira Dourada.

Para o presente estudo, foram usados dados do Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010. Os dados dos setores censitários de cada município foram agrupados

para auferir os valores finais por município.

No total, a pesquisa abrangeu 249 setores censitários: 6 em Cachoeira Dourada; 7 em Ipiacu; 20 em Gurinharã; 27 em Capinópolis; 33 em Santa Vitória e 156 em Ituiutaba. Os dados selecionados visaram apresentar um esboço da renda familiar per capita por domicílios nos municípios citados, cujas variáveis encontram-se no Quadro 1.

Arquivo	Variável	Descrição
Básico_UF.xls	V001	Domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes
Básico_UF.xls	V002	Moradores em domicílios particulares permanentes ou população residente em domicílios particulares permanentes
Básico_UF.xls	V005	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento)
DomicílioRenda_UF.xls	V005	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/8 salário mínimo
DomicílioRenda_UF.xls	V006	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo
DomicílioRenda_UF.xls	V007	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo
DomicílioRenda_UF.xls	V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo
DomicílioRenda_UF.xls	V009	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1 a 2 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 3 a 5 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V012	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 5 a 10 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 10 salários mínimos
DomicílioRenda_UF.xls	V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Quadro 1 – Variáveis selecionadas

Fonte: IBGE, 2011

Elaboração dos autores

Esses dados estão disponíveis gratuitamente na “Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário” (IBGE, 2011). Eles foram organizados para serem representados em tabelas com valores absolutos e relativos.

As variáveis selecionadas tiveram a finalidade de apontar a quantidade de domicílios por setor censitário em diversas faixas salariais de renda. Entendeu-se que quanto maior a discrepância dos rendimentos nominais mensais, maior a desigualdade de renda e, portanto, maior probabilidade de vulnerabilidade social.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média salarial nos seis municípios da Região Imediata de Ituiutaba correspondia, em 2010, a R\$ 1.077,60 (IBGE, 2011). Ressalta-se que, conforme Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010, o salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00. Em 2019, o salário mínimo foi ajustado pela Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, e Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019, e passou a ser de R\$ 998,00. Desse modo, considerando o valor do salário mínimo no ano de 2019, a média salarial seria R\$ 2.108,71.

Município	Quantidade de domicílios	Quantidade de população	Renda média dos moradores responsáveis	Renda média dos moradores responsáveis*
Cachoeira Dourada	781	2499	R\$ 957,24	R\$ 1.873,19
Ipiaçu	1410	4097	R\$ 1.021,76	R\$ 1.999,44
Gurinhata	2166	5985	R\$ 939,59	R\$ 1.838,65
Capinópolis	4982	15194	R\$ 1.171,31	R\$ 2.292,09
Santa Vitória	6103	17961	R\$ 1.115,24	R\$ 2.182,37
Ituiutaba	32359	96721	R\$ 1.260,44	R\$ 2.466,51
Total	47801	142457	R\$ 1.077,60**	R\$ 2.108,71**

Tabela 1 – Renda média, domicílios e população da Região Imediata de Ituiutaba - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Nota: *Projeção elaborada pelos autores de acordo com o salário mínimo no ano de 2019.

** Média simples dos valores totais dos municípios.

Nessa conjuntura, quando analisada a renda média dos moradores responsáveis, projetada para o salário mínimo de 2019, observa-se uma certa nivelção das rendas: Cachoeira Dourada (R\$ 1.873,19); Ipiaçu (R\$ 1.999,44); Gurinhata (R\$ 1.838,65); Capinópolis (R\$ 2.292,09); Santa Vitória (R\$ 2.182,37) e Ituiutaba (R\$ 2.466,51). Harvey (2016) mostra que, se, por um lado, a desigualdade de renda tem demonstrado uma tendência de nivelção entre diferentes países, por outro, ela vem aumentando entre os indivíduos e entre os grupos sociais.

Esse é o problema de se considerar dados macro a nível municipal, estadual, nacional e até mesmo mundial. Assim, mesmo que os valores referentes a Gurinhata

e Ituiutaba demonstrem uma diferença de R\$ 627,86 na renda média dos moradores (Tabela 1), sendo a maior diferença de renda média entre municípios encontrada na Região Imediata de Ituiutaba, nas Tabelas 4 e 7, verificou-se que a maior parte da população de Gurinhatã (37,57%) e a maior parte da população de Ituiutaba (35,91%) recebem acima de 1/2 a 1 salário mínimo. São valores próximos quando comparadas à proporção da população dos municípios de Ituiutaba e Gurinhatã com essa faixa de renda, enquanto que, por outro lado, a nível municipal, as rendas médias de ambos municípios tenham uma alta diferença.

Em paralelo, a renda média da população de Capinópolis (R\$ 2.292,09) é a mais próxima da renda média no município de Ituiutaba (R\$ 2.466,51). Mas, se analisarmos as Tabelas 5 e 7 e considerarmos a soma das faixas salariais de “até 1/8 salário mínimo”, “mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo”, “mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo” e “sem renda”, é possível verificar, em Capinópolis, o valor de 26,03% e, em Ituiutaba, 19,78%. Com isso, pode-se dizer que, proporcionalmente à quantidade de população total, há mais pessoas recebendo rendas menores em Capinópolis que em Ituiutaba, mesmo que as rendas médias em ambos os municípios sejam próximas.

Com isso, percebe-se que a igualdade de renda das populações vai além de uma média de renda por município. É necessário verificar as distintas faixas de renda e a quantidade de famílias que a recebem para se ter, assim, uma noção da desigualdade social. As tabelas a seguir visam apresentar a renda per capita por município, considerando os domicílios e as distintas rendas per capita encontradas. Nesse sentido, é possível verificar, no âmbito municipal, o quanto uma determinada localidade possui mais ou menos de igualdade e de desigualdade de renda.

Dos municípios em estudo, Cachoeira Dourada é o que possui menor quantidade de população e de domicílios e a segunda menor renda média dos moradores, R\$ 957,24, correspondendo a R\$ 1.873,19 na projeção para o salário mínimo de 2019. Em relação às faixas de renda per capita, os valores são múltiplos, conforme evidenciado na Tabela 2.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	5	0,64
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	21	2,69
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	119	15,24
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	323	41,36
Mais de 1 a 2 salários mínimos	215	27,53
Mais de 2 a 3 salários mínimos	53	6,79
Mais de 3 a 5 salários mínimos	23	2,94
Mais de 5 a 10 salários mínimos	9	1,15
Mais de 10 salários mínimos	2	0,26
Sem renda	11	1,41
Quantidade total de domicílios	781	100,00

Tabela 2 – Renda per capita de domicílios no município de Cachoeira Dourada-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Agrupando os valores, verifica-se que 657 domicílios possuem renda acima de 1/4 a 2 salários mínimos por pessoa. Isso corresponde a 84,13% de todos os domicílios de Cachoeira Dourada. Por outro lado, 87 residências possuem renda acima de 2 salários mínimos per capita. Enquanto isso, 4,74% da população desses domicílios ou não tem renda, ou recebem até 1/4 de salário mínimo, totalizando 37 domicílios.

Dos municípios em estudo, Ipiacú é o segundo em quantidade de população e domicílio, com 4097 habitantes e 1410 casas (Tabela 1). A renda média dos moradores é maior que em Cachoeira Dourada e Gurinhatã, correspondendo a R\$ 1.021,76 e, com a projeção para o salário atual, R\$ 1.999,44. Sua renda per capita é diversa nas várias faixas salariais, conforme se observa na Tabela 3.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	19	1,35
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	69	4,89
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	281	19,90
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	562	39,80
Mais de 1 a 2 salários mínimos	290	20,54
Mais de 2 a 3 salários mínimos	52	3,68
Mais de 3 a 5 salários mínimos	30	2,12
Mais de 5 a 10 salários mínimos	11	0,78
Mais de 10 salários mínimos	7	0,50
Sem renda	91	6,44
Quantidade total de domicílios	1412	100

Tabela 3 – Renda per capita de domicílios no município de Ipiacú-MG –2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Agregando os valores, verifica-se que, em Ipiáçu, 80,24% dos domicílios recebem acima de 1/4 a 2 salários mínimos per capita, totalizando 1133 domicílios. Pelo menos 100 domicílios possuem renda de mais de 2 salários mínimos per capita, o que, proporcionalmente, corresponde a 7,08%. Contudo, 179 domicílios, ou seja, 12,68% do total de domicílios, ou não possuem renda ou recebem até 1/4 de salário mínimo por pessoa.

Gurinhata é o terceiro em quantidade populacional, com 5985 habitantes (Tabela 1), e também o terceiro em quantidade de domicílios, com 2166 casas. Contudo, mesmo tendo população maior que a de Cachoeira Dourada e Ipiáçu, em comparação com os três municípios, é o que possui a menor renda média de moradores responsáveis. O valor dessa renda é de R\$ 939,59 e, projetado para o salário mínimo de 2019, corresponderia a R\$ 1.838,65. As faixas salariais de renda são variáveis, conforme se observa na Tabela 4.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	41	1,84
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	99	4,45
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	457	20,54
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	836	37,57
Mais de 1 a 2 salários mínimos	443	19,91
Mais de 2 a 3 salários mínimos	130	5,84
Mais de 3 a 5 salários mínimos	81	3,64
Mais de 5 a 10 salários mínimos	27	1,21
Mais de 10 salários mínimos	11	0,49
Sem renda	100	4,49
Quantidade total de domicílios	2225	100

Tabela 4 – Renda per capita de domicílios no município de Gurinhata-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Ao agrupar os valores, é possível verificar uma diversidade de renda em Gurinhata, ou seja, 240 residências (10,78%) ou não tem renda ou recebem até 1/4 de salário mínimo per capita. Estão na faixa acima de 1/4 até 2 salários mínimos 1736 domicílios, com um total de 78,02%. Contrastando com esses resultados, 249 famílias recebem mais de 2 salários mínimos, o que representa um total de 11,18%.

Capinópolis possui 15194 habitantes distribuídos em 4982 domicílios (Tabela 1). Apesar de apresentar menor número de domicílios, quando comparado a Santa Vitória, a renda média dos moradores responsáveis é a segunda maior entre as 6 cidades em estudo, totalizando R\$ 1.115,24, que, projetado para o salário mínimo atual de 2019, corresponde a R\$ 2.182,37.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	50	1,02
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	221	4,49
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	898	18,24
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1930	39,21
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1213	24,64
Mais de 2 a 3 salários mínimos	257	5,22
Mais de 3 a 5 salários mínimos	159	3,23
Mais de 5 a 10 salários mínimos	58	1,18
Mais de 10 salários mínimos	24	0,49
Sem renda	112	2,28
Quantidade total de domicílios	4922	100

Tabela 5 – Renda per capita de domicílios no município de Capinópolis-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Com base nos resultados, em Capinópolis, 4041 domicílios possuem rendimentos acima de 1/4 a 2 salários mínimos, correspondendo a 82,09% do total de domicílios. Na situação de sem renda ou com renda de até 1/4 de salário mínimo há 383 domicílios, representando 7,79% do total de residências pesquisadas. Por outro lado, 10,12% da população desse município vive com mais de 2 salários mínimos, totalizando 498 domicílios.

Santa Vitória é o segundo maior município da Região Imediata de Ituiutaba em números populacionais, com 17961 habitantes e 6103 domicílios (Tabela 1). Com R\$ 1.115,24 de renda média dos moradores responsáveis e R\$ 2.182,37 para o salário mínimo de 2019, possui a terceira maior renda média das 6 cidades, ficando abaixo dos valores de Ituiutaba e Capinópolis, conforme Tabela 6 a seguir.

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	46	0,75
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	196	3,19
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	942	15,33
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2377	38,69
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1660	27,02
Mais de 2 a 3 salários mínimos	378	6,15
Mais de 3 a 5 salários mínimos	220	3,58
Mais de 5 a 10 salários mínimos	94	1,53
Mais de 10 salários mínimos	47	0,76
Sem renda	184	2,99
Quantidade total de domicílios	6144	100

Tabela 6 – Renda per capita de domicílios no município de Santa Vitória-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Considerando a junção dos sem renda com até 1/4 de salários mínimos, soma-se em Santa Vitória um total de 426 domicílios (6,93%); 4979 domicílios (81,04%) estão enquadrados em mais de 1/4 a 2 salários mínimos e 739 domicílios (12,02%) com mais de 2 salários mínimos.

Ituiutaba é o município que dá nome à região imediata e possuía, no Censo de 2010, um total de 96721 habitantes e 32359 domicílios. Dos municípios em estudo, é o que apresenta a maior renda média de moradores responsáveis, com valores de R\$ 1.260,44 em 2010 e R\$ 2.466,51 (projeção para 2019).

Renda per capita	Quantidade de domicílios	% de domicílios
Até 1/8 salário mínimo	190	0,59
Mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo	921	2,84
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	4531	13,97
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	11650	35,91
Mais de 1 a 2 salários mínimos	9127	28,14
Mais de 2 a 3 salários mínimos	2409	7,43
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1602	4,94
Mais de 5 a 10 salários mínimos	924	2,85
Mais de 10 salários mínimos	313	0,96
Sem renda	772	2,38
Quantidade total de domicílios	32439	100

Tabela 7 – Renda per capita de domicílios no município de Ituiutaba-MG - 2010

Fonte: IBGE, 2011.

Elaboração dos autores com base nos dados coletados.

Em Ituiutaba, mais de 53% da população tem uma renda per capita de até 1 salário mínimo. Considerando a soma dos rendimentos, 1883 domicílios (5,81%) possuem uma renda de até 1/4 salário mínimo; 25308 domicílios (78,02%), mais de 1/4 a 2 salários mínimos e 5248 domicílios (16,18%), mais de 2 salários mínimos.

Harvey (2016) entende que os distintos níveis de renda estão se diversificando após os anos 1970, de modo a estarem cada vez mais desiguais. Embora não seja possível, por meio deste estudo, comprovar a premissa apontada por Harvey (2016), pois não é proposta desse trabalho a realização de um estudo temporal, é possível, contudo, perceber que, em todos os municípios estudados, as faixas salariais são diversas e contrastantes.

De tal modo, é possível visualizar, por exemplo, que, ao passo que 1270 domicílios não possuem renda na Região Imediata de Ituiutaba, outros 404 possuem renda de mais 10 salários mínimos por pessoa. Como Harvey (2016) acentuou, o capitalismo é resistente e, embora se tenha um limite para que ele suporte essas

desigualdades de renda, em razão do seu crescimento exponencial, ele funciona e se reproduz em ambientes diversos com rendas diversas. Isso quer dizer que, enquanto 19,99% do total de domicílios não possuem renda familiar, outros 3,46% declararam receber mais de 10 salários mínimos per capita.

É possível avançar um pouco mais e projetar esses valores para o salário mínimo atual. Assim, enquanto 1270 domicílios têm renda familiar per capita zero, outros 404 recebem mais de R\$ 9.980,00 per capita. Isso quer dizer que é possível haver casas na Região Imediata de Ituiutaba com 5 moradores que declararam não receber nenhuma renda e, concomitantemente, residências com 5 moradores que declararam receber renda total de mais R\$49.900,00. Esse exemplo demonstrando uma disparidade exacerbada na desigualdade de renda.

É claro que são valores projetados e hipotéticos, com base nos dados estudados, mas essas aferições podem evidenciar uma realidade não somente da região em estudo, como também de várias outras regiões brasileiras. Por isso, é preciso entender as diversas faixas salariais dos municípios na tentativa de buscar um maior nível de igualdade de renda, para que situações contrastantes como estas gradativamente diminuam e, conseqüentemente, reduzam os níveis de vulnerabilidade social.

Do mesmo modo, chama a atenção os valores absolutos da quantidade de domicílios com renda zero nos municípios da Região Imediata de Ituiutaba. Do total, são 1270 domicílios sem renda, sendo 11 em Cachoeira Dourada; 91 em Ipiaçú; 100 em Gurinhatã; 112 em Capinópolis; 184 em Santa Vitória e, de maneira assustadora, 772 em Ituiutaba.

Com esses dados, é possível refletir sobre o exército industrial de reserva citado por Harvey (2016). Ele entende que, para o capitalismo, essa população reserva é a que está disponível para oferecer sua mão de obra para o sistema. Nesse sentido, de acordo com a lógica capitalista, os domicílios que não possuem renda per capita abrigam moradores disponíveis a oferecerem sua mão de obra a preços reduzidos para o capital.

Ademais, cabe aqui reproduzir o questionamento de Harvey (2016, p.160): “como vive a população de reserva quando está desempregada?”. Em resposta, segundo o autor, emergem economias informais que possibilitam a sobrevivência em condições marginais (HARVEY, 2016). Nas grandes cidades, a renda per capita baixa se materializa nas favelas e, em cidades pequenas, como as existentes na Região Imediata de Ituiutaba, ela pode ser visualizada muitas vezes em bairros ou setores determinados.

Obviamente, isso define um modo e um padrão de vida e, o que é mais importante para o capital, um custo de vida que estabelece um limite baixo para os níveis salariais do setor formal. É possível se aproximar desse limite mais baixo recrutando sem nenhuma dificuldade trabalhadores excedentes que sobrevivem no setor informal (HARVEY, 2016, p.162).

O trabalho tem um preço no capitalismo. Tem também um valor social e, por isso, passa a ser acumulado em forma de riquezas e renda pelos grandes capitalistas, enquanto que a população com rendas mais baixas e renda zero, vive apenas enquanto se reproduz como sociedade. Harvey (2016, p.163) sabiamente disse que “[...] para se sustentar, o capital tem aprofundado a pobreza e as desigualdades de renda”. As comunidades mais vulneráveis, com baixa resistência e resiliência, tornam-se reféns do sistema capitalista.

A população de baixa renda, ao resistir e se reproduzir em situações precárias, dá ao capitalismo os elementos necessários para continuar reproduzindo as desigualdades sociais. Isso mostra que, de fato, o capital precisa das desigualdades sociais para sobreviver e se reproduzir. A existência de pessoas socialmente vulneráveis, com padrão de vida baixo ou em situações de pobreza extrema, que oferece sua força de trabalho por preços abomináveis, reproduz, assim, o visível ciclo do capital.

Nessa conjuntura, para essa parte da população com baixa renda ou até mesmo sem rendimento, Kaztman e Filgueira (1999, p.28-29) entendem que devem existir políticas Estatais direcionadas a esses grupos com a finalidade de reduzir a pobreza e a exclusão social, preservando direitos ligados ao bem-estar social. Do mesmo modo, as políticas devem proporcionar meios para que essa parcela da população se integre ao mercado de trabalho de forma digna, com qualidade de vida. Essa população, com renda baixa ou sem renda, é mais vulnerável às mudanças econômicas atuais dos mercados, pois não possuem estabilidade econômica. Em outras palavras, possuem resistência e resiliência mais baixa a uma crise econômica (KAZTMAN; FILGUEIRA, 1999).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo analisar a renda familiar dos municípios da Região Imediata de Ituiutaba e refletir sobre as acumulações desiguais no âmbito da vulnerabilidade social e mensurar a renda familiar dos domicílios dos municípios em estudo, esse breve estudo pode contribuir para futuras pesquisas sobre o papel da renda familiar na estrutura social da sociedade capitalista e no fenômeno da desigualdade social, das questões sociais, como desemprego, habitação, baixa renda, etc., para que ações e políticas públicas possam se direcionar a essas camadas vulnerabilizadas e surrupiadas dos seus direitos mais básicos, como educação, moradia, saúde e emprego.

Com base nos dados estudados, de acordo com o número total de domicílios da Região Imediata de Ituiutaba, Ipiaçu é o município que possui a maior porcentagem

de domicílios com rendimento zero e Ituiutaba é o que possui a maior porcentagem de domicílios com renda de 10 salários mínimos ou mais. Em números absolutos, o município de Cachoeira Dourada reúne a menor quantidade de população sem renda.

Proporcionalmente, Ituiutaba é o município da Região Imediata de Ituiutaba com maior número de domicílios com rendimentos de mais de 2 salários mínimos, Cachoeira Dourada é o município com maior número de domicílios com rendimento de mais de 1/4 a 2 salários mínimos e Ipiacu é o município que mais possui domicílios sem renda ou com renda de até 1/4 salários mínimos.

Seguindo essa proporção, Cachoeira Dourada é o município que possui a menor quantidade de domicílios sem rendimentos ou com renda de até 1/4 de salários mínimos, Gurinhatã e Ituiutaba são os municípios que possuem os menores valores de rendimento de 1/4 a 2 salários mínimos, e Ipiacu é o município que possui a menor proporção de domicílios com mais de 2 salários mínimos.

É importante destacar que, enquanto uma grande parcela da população possui uma renda per capita baixa ou se encontra nos bolsões do desemprego, sobrevivendo na informalidade ou à mercê de políticas públicas, ou até mesmo na mendicância ou sem renda, uma pequena parcela da população detém rendas per capitas exorbitantes. Isso demonstra o quanto a desigualdade social impacta a estrutura da sociedade e o quanto ela é capaz de alimentar o sistema capitalista.

A desigualdade fomenta e movimenta as relações sociais entre quem domina e detém o poder do capital e quem necessita do capital para sua própria sobrevivência. Esse ciclo se perpetua por meio de uma relação antagônica, cujo poder hegemônico do capital se sobrevive e se consolida.

Este estudo se apresenta apenas como uma introdução ao estudo de vulnerabilidade social no âmbito das acumulações desiguais. Os objetivos propostos foram cumpridos. A metodologia mostrou-se adequada aos objetivos e aos resultados alcançados.

É oportuno ressaltar, contudo, a limitação desta pesquisa. Assim, embora as análises de renda demonstrem níveis de desigualdades de renda, para ponderarmos sobre as desigualdades sociais e as vulnerabilidades sociais, temos que considerar as múltiplas variáveis não abordadas nessa pesquisa, como as disparidades de riqueza monetária, infraestruturas dos lugares, faixa etária das populações, localização das comunidades, etc.

Portanto, considerando a variabilidade conceitual da vulnerabilidade e da vulnerabilidade social, como também as múltiplas variáveis e dimensões de análises, fazem-se necessários novos estudos sobre a temática na região em estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.** Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei no 11.944, de 28 de maio de 2009. *Planalto*, Brasília, jun. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12255.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015.** Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. Planalto, Brasília, jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13152.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.661, de 1º de janeiro de 2019.** Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Planalto, Brasília, jan. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9661.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2019.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016. 297p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de informações do Censo Demográfico 2010:** Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/. Acesso em: 09 de outubro de 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [2010]. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31&dados=29>. Acesso em: 09 de outubro de 2019.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, C. Notas sobre el marco conceptual. In: KAZTMAN, R. (Coord.). **Activos y estructuras de oportunidades:** estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay, (LC/MVD/R.180), Montevideo (CEPAL). Publicaciones de las Naciones Unidas: Montevideo, mayo, 1999. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/10772/P10772.xml>. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

LEONE, E.T.; MAIA A. G.; BALTAR, P. E. **Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil.** *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 59-77, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n1/a03v19n1.pdf>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.

ZAFFARONI, C. Los recursos de las familias urbanas de bajos ingresos para enfrentar situaciones críticas. In: KAZTMAN, R. (Coord.). **Activos y estructuras de oportunidades:** estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay, (LC/MVD/R.180), Montevideo (CEPAL). Publicaciones de las Naciones Unidas: Montevideo, mayo, 1999. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/2/10772/P10772.xml>. Acesso em: 21 de novembro de 2019.

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Data de aceite: 13/04/2020

Amanda Maria Pires De Brito

Acadêmica do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí.
E-mail de contato: piresdebrito@hotmail.com

Antônio Cardoso Façanha

Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí.
E-mail de contato: facanha@ufpi.edu.br

RESUMO: O presente trabalho aborda a questão da influência que a construção do primeiro *Shopping Center*, provoca no comércio local da cidade de Timon/Maranhão. Foram feitos uso de diversas fontes para a construção da revisão bibliográfica, bem como pesquisa de campo no intuito de demonstrar, de forma mais clara e objetiva, as modificações que estão ocorrendo na área de construção do novo empreendimento. O objetivo do trabalho consiste em abordar a criação de uma rota comercial na cidade. Tendo em vista o surgimento de novos empreendimentos nos últimos anos, na Avenida Piauí. A importância do tema está relacionada, portanto, à ampliação dos conhecimentos sobre a expansão urbana da cidade de Timon/Maranhão, voltada principalmente para a Avenida Piauí, Constatou-se ao final da pesquisa que já percebe-se produz na cidade uma nova

perspectiva que os novos empreendimentos estão se instalaram na cidade de Timon, por influência do primeiro Shopping Center.

PALAVRAS-CHAVE: Shopping Center. Timon. Influência. Comércio.

ABSTRACT: This paper addresses the influence that the construction of the first shopping centers, causes in the local market of the city of Timon / Maranhão. Use of various sources to build the literature review were made, as well as field research in order to demonstrate more clearly and objectively, the changes that are occurring in the construction of the new venture. The objective is to address the creation of a commercial route in the city. Given the emergence of new ventures in recent years, in Piauí Avenue. The importance of the issue is related, therefore, to the expansion of knowledge about the urban sprawl of the city of Timon / Maranhão, Piauí mainly focused on the Avenue, was found at the end of the research that has already been noticed in the city produces a new perspective that new ventures are settling in the city of Timon, by the influence of the first shopping centers.

KEYWORDS: Shopping Center. Timon. Influence. Trade.

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Timon, tem uma população de 167,619 hab., localizada no Estado do Maranhão, pertence a mesorregião Leste Maranhense e a microrregião de Cais, limitando-se a leste com a cidade de Teresina-PI; ao norte e oeste com o município de Caxias-MA e; ao sul com o município de Matões-MA. Faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE de Teresina a qual tem seu conceito de acordo com o IBGE (2010) como “[...] conjuntos de municípios cuja origem baseia-se no princípio de cooperação entre os diferentes níveis de governo - federal, estadual e municipal. Podem ser compostas por municípios de diferentes Unidades Federadas.” As mesmas estão asseguradas segundo a Constituição Federal de 1988, nos Art. 21, inciso IX; Art. 43; e Art. 48, inciso IV.

O objeto de estudo é a Av. Piauí e a sua nova configuração comercial, a partir da área onde se encontra instalado o *Shopping Center Cocais*, e suas áreas adjacentes. Tendo em vista o surgimento de novos empreendimentos nos últimos anos, com a motivação de entender, as mudanças que os mesmos trazem não só para a avenida, bem como para a cidade de Timon, e também para os consumidores de outras cidades.

A necessidade de analisar os aspectos espaciais e econômicos destacados acima, justifica a escolha da área de estudo, sendo importante pela contribuição que o mesmo pode dar aos agentes privados e ao desenvolvimento local, no setor de bens e serviços da cidade de Timon.

Foi definido como objetivo geral deste trabalho: Analisar a configuração da Avenida Piauí, a partir a construção do primeiro *Shopping Center* da cidade de Timon, considerando a formação de uma rota comercial para a cidade com a instalação de novos empreendimentos nas adjacências do *Shopping Center Cocais*, e os objetivos específicos procuram: Refletir o papel das cidades e o seu poder de influência; Diagnosticar o comércio de Teresina e Timon; Avaliar a nova dinâmica que está sendo criada na Avenida Piauí, com o surgimento do primeiro Shopping Center.

Quanto à forma de abordagem do problema, este caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois foi realizada uma leitura minuciosa e atenta sobre o objeto em análise, sendo possível tecer atribuições, interpretações e compreensão sobre o tema, assim foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, artigos de revistas científicas, pesquisa documental em sites de órgãos oficiais, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com o material já escrito sobre o assunto.

2 | DISCUTINDO A GEOGRAFIA URBANA E A CENTRALIDADE URBANA

Rede Urbana está diretamente relacionada com área de influência das cidades,

serve para discutir os níveis de expansão de cidades e as relações entre si, e para garantir as articulações que ocorrem na sociedade. Para haver rede urbana são necessárias três condições: Sociedade na economia de mercado, pontos fixos onde as transações são realizadas, um mínimo de interações entre estes pontos fixos (refletem a hierarquia). Regiões de Influência das Cidades- REGIC (2003, p. 13) tem a seguinte percepção:

As redes são instrumentos viabilizadores da circulação e da comunicação e estas, por seu turno, são de fundamental destaque na organização do espaço. A organização espacial é revelada, por um lado, pelos elementos fixos-cidades, casas, fazendas, portos, indústrias, etc.- fruto do trabalho social dos homens. Por outro lado, o entendimento daquela organização é complementado pelos fluxos que estabelecem interações entre os mencionados fixos, originando as redes

Para entender a dinâmica comercial que surge em uma pequena cidade do Maranhão é necessário entender que cidade se difere de uma vila, ou uma área rural, por inúmeros motivos, desde o número de habitantes, o poder administrativo e a sua urbanização. Na visão clássica da década de 50, havia uma rígida hierarquia, os grandes centros urbanos desempenhavam uma função econômica forte, que serviam de atrativos, contribuindo para a dinâmica populacional da época, mostrando um forte fluxo para a Região Sudeste.

O período clássico é marcado por grandes investimentos públicos e pouca participação dos setores privados, muito se investiu em saúde, porém, esses investimentos eram extremamente concentrados nas capitais, que também desempenhavam importante dinâmica industrial.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na sua linha de estudos sobre a rede urbana Brasileira, se propôs a apresentar as regiões de influência das cidades, e preparou uma nova versão do Projeto Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 1993, p.17), o qual tem e seu embasamento teórico o seguinte entendimento sobre a área de influência de uma cidade, onde “O centro de nível hierárquico mais elevado é dotado de uma maior área de influência, onde estaria contida a própria região de influência do centro de patamar imediatamente inferior ao seu”.

As cidades de Teresina e Timon estão incluídas na divisão regional denominada de Meio Norte, é formada pelas áreas centro ocidental do Estado do Maranhão e centro- oeste do Piauí. No estudo desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional, pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2006)se tem que:

O Meio-Norte é um segmento do território nordestino onde suas microrregiões geográficas apresentam condições sociais e econômicas caracterizadas por baixo rendimento médio domiciliar por habitante e variação do PIB média e baixa, de acordo com a classificação da PNDR(MI, 2003). Trata-se, portanto, de uma região pouco desenvolvida e pouco dinâmica, exceto a microrregião Teresina, onde os rendimentos são um pouco melhores.

3 | TIMON E TERESINA: UMA LEITURA INTEGRADA

A RIDE Grande Teresina foi criada pela Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e foi instituída pelo Decreto nº 4.367, de 9 de setembro de 2002. Abrange os municípios piauienses de Altos, Beditinos, Coivaras, Currinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau D'Arco, União e Teresina, além do município maranhense de Timon (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, 2013).

A atuação da RIDE abrange as principais áreas de desenvolvimento das cidades, incluindo infraestrutura, geração de emprego e capacitação profissional, saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e serviço de limpeza pública), uso e ocupação do solo. Inserido no projeto da RIDE de Teresina e entorno, Timon constitui-se o segundo maior município, tornando-se assim um ponto estratégico para o desenvolvimento dessa região.

A população destas cidades sempre usufruía dos benefícios oferecidos pela sua cidade vizinha, em um gesto de homenagem as duas, as duas avenidas que ficam a margem do Rio Parnaíba, foram dadas à elas o nome do estado vizinho, ficando a Avenida Maranhão na cidade de Teresina, e a Avenida Piauí na cidade de Timon, e ainda foi criada a terceira ponte ligando a cidade de Timon à capital do Estado do Piauí, que é conhecida como ponte da Amizade.

Mendes (2009, p. 35) destaca que “[...] Timon ainda possui uma economia voltada basicamente para os pequenos negócios, para o setor informal e para a agricultura de subsistência, embora estando próxima do centro urbano de Teresina, capital do Piauí. O comércio e a prestação de serviços são as principais atividades”. Este cenário está em constante mudança, já que, Timon vem passando por uma expansão tanto da área urbana como o seu comércio, nos últimos dez anos mudanças significativas ocorreram principalmente com relação à economia, pois houve uma maior elevação de renda proporcionada pelo surgimento de novas empresas que absorveram a mão de obra local, estimulando o empreendedorismo.

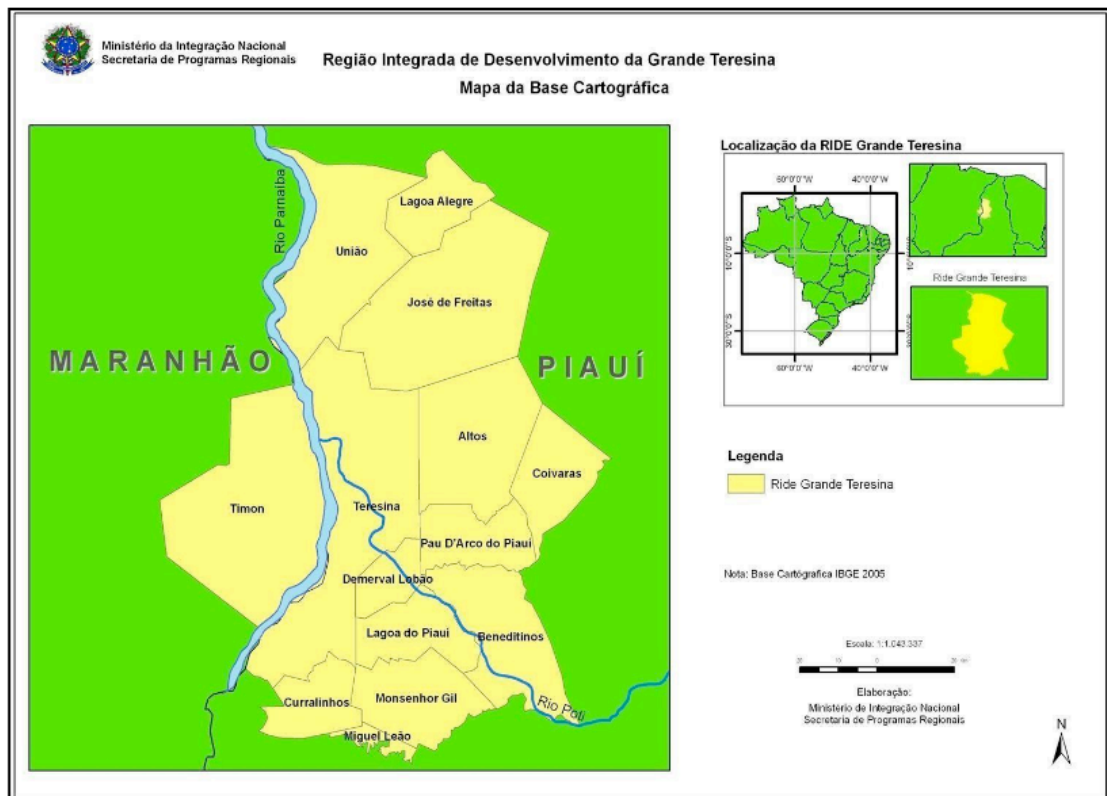


Figura 01: Mapa Ride Grande Teresina

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Disponível em: www.mi.gov.br

4 | O MARKETING URBANO E PUBLICIDADE

Quando se fala de marketing urbano tem que se ter em mente que este conceito está estreitamente ligado ao conceito de *city marketing*, conceito este que se desenvolveu nos Estados Unidos nos anos 80, que tem sua definição muito bem demonstrada por PEREIRA (2003), o termo passou a significar promoção ou, até mesmo, competitividade da cidade como um todo ou com o todo ao seu redor.

O marketing urbano procura agregar valor à cidade, tanto aos olhos dos moradores, como também aos olhos de quem está de fora, na propaganda do Cocais Shopping, as cidades de Timon e Teresina sempre aparecem juntas, em quase todas as fotos, aparece a cidade de Teresina, fazendo a relação de como o novo empreendimento, e de como este fica acessível aos moradores da capital, não somente pelo fato de possuir duas pontes interligando à Av. Piauí, como também em relação do centro comercial de Teresina se encontrar bem próximo do empreendimento, tanto que em uma delas o texto faz menção ao centro comercial de Teresina, como forma de atrair as pessoas que fazem uso do centro da cidade, para realizarem compras no primeiro *Shopping Center* da cidade de Timon. Como podemos visualizar na figura abaixo:

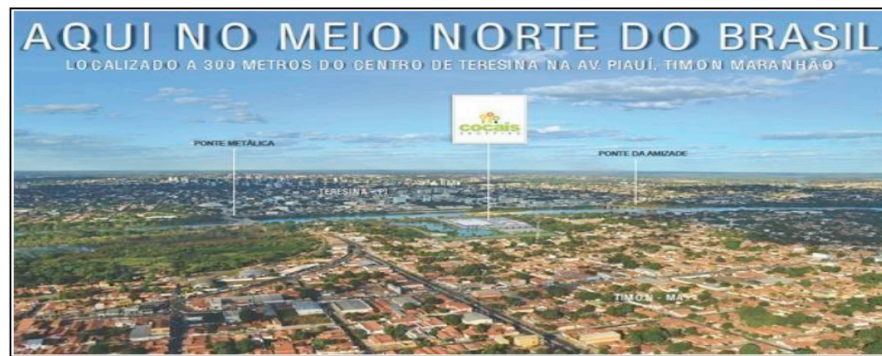


Figura 02: Propaganda do *Shopping Center Cocais*
Fonte: Google. Disponível em: www.cocaishopping.com.br

O Marketing parte do princípio de criar uma expectativa, de agregar valor seja a um produto ou a um serviço, este se desenvolve de forma plena e estratégica assim como a publicidade, estes dois conceitos se comunicam muito bem mas são diferentes um do outro, pode-se definir de forma mais rudimentar publicidade como a arte de dá visibilidade a uma ideia ou produto, nos seus melhores aspectos, para que assim este possa se tornar visível ao público que se pretende atingir.

A localização é sem dúvida um dos principais pontos para a instalação de um projeto como este, acaba sendo um chamado ponto “estratégico”, tanto para a produção como a reprodução de um capital, o sucesso de um SC, está sem dúvida ligado à sua localização, PINTAUDI (1992, p. 29), deixa clara a importância de um lugar bem planejado até para um empreendimento de pequeno porte.

A localização é um fator fundamental para qualquer investimento de capital no convênio varejista. Quando se trata da reprodução de um pequeno capital, é óbvio que o fato de estar instalado num lugar para onde os clientes possam afluir, numa rua comercial importante, por exemplo, permite a acumulação e a concentração do capital mais rapidamente do que num lugar onde essas condições não se verifiquem

Após lançamento do empreendimento, foram espalhados pelas duas cidades, *outdoors*, foram feitas panfletagens e criado um stand de vendas no local da obra, com corretores imobiliários, diariamente. As colocações dos *outdoors* pelas principais avenidas e as de maior tráfego das duas cidades, foi uma das estratégias utilizadas pelo marketing da imobiliária responsável pela venda do empreendimento, como forma de atrair os que ali passavam. Segundo um dos responsáveis pelo setor de *marketing*, a ideia dos *outdoors* era fixar o nome e a imagem do empreendimento em um maior número de pessoas. Essa propaganda em massa, faz com que se crie uma expectativa na população, tanto para a geração de emprego, como para o surgimento de um novo centro de consumo, com lojas, cinema, praça de alimentação e etc.

5 | RESULTADOS

As áreas de influência, que estão diretamente ligadas ao projeto do complexo empresarial que envolve o *Shopping Center*, pode ser compreendida como a parte delimitada entre a Ponte “Velha” e a Ponte da “Amizade”, no bairro Parque Piauí I, na parte nordeste da cidade de Timon, bem como a Avenida Piauí em sua extensão e futuramente seu prolongamento e também os bairros do entorno, e as vias de acesso que ligam o Cocais Shopping ao restante da cidade. É importante se delimitar as áreas de influências sejam elas direta ou indiretamente, para assim poder se avaliar as medidas a serem adotadas tanto pelo setor público como privado, na implantação do *Shopping Center*.

A partir do momento histórico em que se faz a urbanização do centro da cidade de Timon o largo da igreja matriz, se torna uma um espaço de convivência, ou seja, nasce neste momento uma área onde há uma socialização dos moradores deste bairro com moradores de outros bairros, este novo ponto de encontro acaba por solidificar o bairro como ponto de importantes eventos.

Nessas áreas de influências algo é certo, que elas sofrerão de forma mais intensa com os impactos que surgem e que continuarão a existir com a criação de um empreendimento desse porte, pode-se mencionar alguns exemplos como: o aumento do tráfego de veículos, especulação imobiliária, valorização de áreas próximas ao shopping, surgimento de novos empreendimentos.

Por conta de Timon não ter uma área comercial bem delimitada, existem pontos da cidade em que o comércio se desenvolve bem mais do que outras áreas, em decorrência da proximidade com outros empreendimentos que tem um fluxo de pessoas diariamente, como é o caso da Rodoviária, Ceasa, Bancos, Casas lotéricas e na saída da cidade na direção sul.

A figura abaixo demonstra como o entorno da área de construção do SC, apresenta um grande número de prédios, que se distinguem entre comerciais e públicos, o que mostra que a área urbana do entorno já está bem consolidada e bem valorizada, com pouquíssima possibilidade de reversão desse quadro atual, segundo dados da Prefeitura de Timon.



Figura 03: Mapa de Prédios no perímetro Urbano em Timon

Fonte: Plano de Controle Ambiental- Secretária Municipal de Meio Ambiente.

A nova dinâmica comercial já é perceptível nas áreas de influência direta e indireta do *Shopping Center*, alguns empreendedores, sabendo da necessidade que a população de Timon, possui em relação ao comércio local, já iniciaram suas obras nas ruas próximas, alguns já concluíram seus empreendimentos como é o caso do primeiro Centro de Convenções Maranhense da cidade, o qual está localizado no Parque Piauí, na Rua Firmino Gonçalves Pedreira, uma das quais liga a Av. Piauí ao Centro da cidade.

Percebe-se centro da cidade como uma área de influência indireta, e este é conhecido como o bairro nobre, devido tanto a formação histórica, em que todo acontecimento ocorria no entorno da igreja matriz de São José, quanto ao crescimento urbano da cidade de Timon.

6 | CONCLUSÕES

Avenida Piauí é a principal via de acesso ao empreendimento Cocais Shopping, nela encontram-se as entradas para as Pontes: Metálica e da Amizade, com pessoas

oriundas dos bairros de Teresina, servindo como acesso ao centro da cidade de Timon, faz parte da maioria das linhas de ônibus da cidade. A avenida merece ser campo de estudo para diversos outros temas, como ambientais, econômicos de infraestrutura, entre outros.

A pesquisa torna-se importante por se tratar de um tema atual, que acarreta em um planejamento urbano da cidade de Timon, com o apoio da RIDE, que busca melhorar os aparatos estruturais já existentes e promove o surgimento de novos, a partir da nova dinâmica que surge com o Cocais Shopping. Sabe-se, portanto, do poder de influência que o mesmo tem sobre a cidade, fato que vai além do bairro no qual o mesmo está instalado.

Vale destacar a significância da análise real dos novos empreendimentos, por meio da pesquisa de campo, não foi possível a entrevista com todos os empresários que estão fixando seus empreendimentos na área de estudo, já que, seus empregados que estavam nas obras, não tinham autorização de fornecer nem telefone e nem endereços para que pudesse ser realizadas indagações a respeito do tema. Então a Secretaria Municipal de Meio Ambiente serviu como fonte dos dados necessários, para a viabilidade do estudo.

A importância de identificar quais os novos empreendimentos que estão se alicerçando na Avenida Piauí e suas adjacências reside na necessidade de maximizar a possibilidade de estudos sobre a implantação de um *Shopping Center* em uma área estratégica da cidade, percebendo que o comércio de Timon, começa a se desenvolver em uma área que até então não era utilizada com tamanha efervescência pelos agentes imobiliários e pelo setor privado.

Vale ressaltar como um planejamento urbano deve levar em conta as consequências de um empreendimento desse porte em uma cidade que não possuía um comércio bem desenvolvido e como ele acarretará em investimentos do setor público, para a estruturação da cidade em recebê-lo e conseqüentemente os empreendimentos atraídos à nova rota comercial da cidade, como foi relatado, nas reuniões da RIDE.

A cidade de Timon, com a chegada do seu primeiro *Shopping Center*, abre espaço para a discussão do consumo, sabendo que a população atualmente possui oportunidades de lazer e consumo inexistentes até então na cidade, cabe também analisar sob um olhar integrado entre o espaço e o comércio que começa a se fazer presente em uma nova área da cidade, os novos empregos que a população não somente de Timon já vislumbra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cecília Calhau. **Vou à cidade: centro urbano e centralidades do município de Viçosa-**

MG. Universidade Federal de Viçosa, 2006. (Monografia Graduação em Geografia)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SHOPPING CENTER- ABRASCE. Disponível em: ><http://www.portaldoshopping.com.br><. Acesso em 10 dez. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOJISTAS DE SHOPPING- ALSHOP. Disponível em: <<http://www.alshop.com.br/>>. Acesso em 10 jan.2014.

AQUINO, Paula. **História do Maranhão: cursos avançados avance e vença**. Disponível em:<<http://www.histpaula.com.br>>. Acesso em: 17.jan.2014

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Regiões de Influência das Cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

. Ministério das Cidades; CUNHA, Eglaisa Micheline Pontes; PEDREIRA, Roberto Sampaio. **Hierarquização e identificação de espaços urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

.Ministério da Integração Nacional. Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste**. Recife: ADENE, 2006.

BRITO. Amanda Maria Pires de. 15 fotografias color digitais, Timon, 2014.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2001.

. **A Rede Urbana**. São Paulo, ática 1994.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1985.

CUNHA, Eglaisa Micheline Pontes (Org.). **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Ministério das Cidades, 2008.1 vol. Como Andam as Regiões Metropolitanas. Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

. Hierarquização e identificação dos espaços urbanos. Ministério das Cidades, 2008. 2 vol. **Como Andam as Regiões Metropolitanas**. Coleção Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

DOURADO, José Ribamar; BOCLIN, Roberto Guimarães. **A Indústria do Maranhão: um novo ciclo**. Brasília: IEL, 2008.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais na cidade**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

. **Desmistificando a geografia: espaço, tempo e imagens**. Teresina: EDUFPI, 2004.

; SOUSA, Mario Ângelo de Meneses. **Indicações geográficas e temas em foco**. Teresina: EDUFPI, 2011.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>. Acesso em 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em 12.jan.2014.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana. Belo Horizonte**. Ed. UFMG, 1999.

MACAMBIRA, Dalton Melo. **Piauí: uma visão sumária da economia e da sociedade**. IN: Carta CEPRO, Teresina, v.18, n. 1, p.39-65, jan.- jun. / 2000.

MARANHÃO. Secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Maranhão: relatório síntese**. Maranhão: CDU, 2012.

MARTINS. Agenor de Sousa.et. al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 3 ed., rev.– Teresina:Fundação CEPRO, 2003.

MENDES, Claudicéia Silva. **Avaliação do plano diretor participativo: relatório nº 21 do município de Timon-MA**. São Luis, 2009.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20º ed. São Paulo: Annablume, 2005.

PIAUI. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 3ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

. Fundação CEPRO. **Piaui: visao global**. Teresina: Nacional, 2002.

PINTAUDI. Silvana Maria. FRÚGLOLI JR..Heitor (Org). **Shopping centers: espaço, cultura, e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SABA, Claudio. Prefeito de Timon participa da reunião ampliada da RIDE. Disponível em: <<http://www.blogdosaba.com.br/2013>>. Acesso em 17.jan.2014.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. **Evolução da economia piauiense e outros estudos**. Teresina: FUNDAPI, 2008

SANTOS, Cilíca Dias dos. **A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté, v.5, n.1, p. 177-190, jan- abr/2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço- técnica e tempo, razão emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980**. 2007. 113f. Tese (Mestrado em História)- Universidade Federal do Piauí, 2007.

. **Timon, uma Flor de Cajazeira: do povoamento à vila**. Timon: 2007.

SILVA, José Borzachiello da. COSTA, Maria Célia Lustosa. DANTAS, Eustóquio Wanderley C. (Org). **A**

cidade e o urbano. Fortaleza:UFC, 1997.

SILVA, José Borzacchiello da (Org). **Urbanização e produção da cidade: shopping centers na dinâmica de novas centralidades em Fortaleza-CE.** Revista do Departamento de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia GEOSUL. Florianópolis, V.27, n. 53, 177p., jan./jun. 2012.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** São Paulo: Editora UNESP 2004.

TIMON/MA. **Planejamento de Controle Ambiental.** Secretaria de Meio Ambiente. 2014.

COSTA, Maria Clelia Lustosa da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia.(Org.). **A cidade e o urbano: temas para debates.** Fortaleza: EUFC, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Nem tudo é urbano.** In: **Ciência e Cultura**, ano 56, n.2. 2004

VIANA, Bartira Araújo da Silva. **A verticalização em Teresina: sonho de muitos e realidade de poucos.** Monografia (Especialização)- Curso Especialização em Geografia, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2003.

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Data de aceite: 13/04/2020

Vandeir Robson da Silva Matias

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- Departamento de Geografia e História
Belo Horizonte-Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2513820145918007>

Matusalém de Brito Duarte

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- Departamento de Geografia e História
Belo Horizonte-Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1470945463113756>

RESUMO: Atualmente a cidade é uma cibercidade, repleta de redes de telecomunicações, informática e informações *on-line*, existindo assim um movimento de virtualização do urbano que interfere na sua organização e planejamento. Nessa lógica de democracia eletrônica, o computador e a internet são antes de tudo operadores para potencialização da participação. A investigação desse processo, pelo conceito de *phármakon* (“remédio” e/ou “veneno”) em Belo Horizonte, constatou o advento de um novo tipo de democracia e espaço público ligado à tecnologia, todavia percebe-se que essa nova democracia é tão incompleta quanto

a tradicional com: número de participantes reduzido, apatia política, escassez de recursos para participação e deficiência de informação. Observou-se que na realidade, governo eletrônico e a ciberdemocracia são inovações do governo, ainda sem a devida solidez.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Política, Gestão urbana e Planejamento.

ELECTRONIC DEMOCRACY AND URBAN TERRITORIAL MANAGEMENT IN BELO HORIZONTE-MG

ABSTRACT: Currently the city is a cybercity, full of telecommunications networks, computer and information online, so there is a movement of urban virtualization that interferes with your organization and planning. In this logic of electronic democracy, the computer and the internet are primarily operators for potentiation of participation. The investigation of this process, the concept of *pharmakon* (“medicine” and / or “poison”) in Belo Horizonte, found the advent of a new kind of democracy and public space connected to technology, yet it is clear that this new democracy is so incomplete as traditional: reduced number of participants, political apathy, lack of resources for participation and disability information. It was observed that in fact, e-government and government innovations cyberdemocracy are still without proper strength.

KEYWORDS: Democracy, Politics, Urban Management and Planning.

1 | INTRODUÇÃO

No contexto da ciberdemocracia, a sociedade utiliza elementos vinculados às tecnologias da comunicação e informação (TIC) para atuar nas questões ligadas à gestão do espaço. Os sistemas técnicos aplicados à gestão pública favorecem a participação, a transparência¹ e a busca de informações. O ciberespaço é repleto de fábulas e mitos. E nele as pessoas não estão coesas sob uma única entidade, até porque há exclusão no espaço virtual, nem todos os pontos e ações coletivas estão conectados em rede.

Essa hipernovidade tal como pontua Boaventura de Sousa Santos (2008), nos remete ao *phármakon*, que é um termo grego que denota certa ambiguidade por significar “remédio” e/ou “veneno”. Nesse contexto, o que o governo oferece na democracia eletrônica, com teor de “remédio”², é a flexibilização da gestão urbana e a possibilidade de participação cidadã direta. Entretanto alguns pesquisadores³ mais cautelosos entendem que existe na verdade um *phármakon* “veneno”, porque a democracia eletrônica não agregaria cidadãos excluídos digitalmente e favoreceria a redução dos espaços públicos de atuação da política tradicional. Segundo Bauman (1999):

O *phármakon*: termo genérico grego que inclui tanto os remédios quanto os venenos. (...) *Phármakon*, por assim dizer, é “a polissemia regular, ordenada que, por desvio, indeterminação ou sobre determinação, mas sem erro de tradução, permitiu passar a mesma palavra como remédio, receita, veneno, droga, filtro, etc.” Por causa dessa capacidade, *phármakon* é, antes e, sobretudo, poderoso porque ambivalente e ambivalente porque poderoso. “Ele participa tanto do bem quanto do mal, do agradável e do desagradável.” *Phármakon*, afinal, “ não é nem remédio, nem veneno, nem bom, nem mau, nem interior nem exterior”. *Phármakon* consome e suprime a oposição a própria possibilidade de oposição (BAUMAN, 1999b, p. 64-65).

Se *phármakon* pode ser entendido como “remédio” e/ou “veneno”, a doença da democracia tem como principais causas a apatia política, a corrupção e a falta de participação. Nesse contexto, o “remédio” é algo que combate um sintoma negativo do corpo, como dor e doença, todavia também pode significar um recurso ou uma solução. O “veneno” é algo que causa um distúrbio e prejudica o organismo, tendo consequências que podem ser malignas e levar à morte. O “veneno” é ministrado às

1 Transparência é entendida como a capacidade do governo, dos governantes e dos representantes em tornar claro e inteligível todo e qualquer trâmite, processo ou decisão relativos à gestão pública, BATISTA (2009, p.36).

2 O remédio propiciado pelas TICs pode produzir novas organizações que compartilham o poder e uma nova invenção da ordem política, daí uma reengenharia política pautada na flexibilização e colaboração (EGLER, 2007, 171-191).

3 Wilson Gomes, Rafael Sampaio, Doreen Massey, Martin Ferguson entre outros.

vezes intencionalmente ou ocorre por uma dosagem excessiva de um determinado “remédio”. Nesse cenário, questiona-se se a democracia eletrônica, mal ministrada ou ministrada em excesso, levaria ao colapso do organismo político-social. Segundo Coura (2007) o *phármakon* supõe a existência de uma fronteira tênue entre a cura e a intoxicação. Pode ser entendido como droga ou tintura, que modifica uma estrutura, fazendo uma determinada forma ou situação parecer outra. Por fim, temos o *phármakon* como objeto numinoso, que lembra algo mágico ou como uma característica especulativa.

Percebe-se a possibilidade de um modelo de governo eletrônico participativo que propicie interação entre os agentes políticos. E tal modelo existe porque há uma crise do Estado (ingovernabilidade) e uma condição humana vinculada à tecnologia, configurando-se quase como uma exigência dos tempos atuais.

O objetivo desse artigo é, pois, investigar o universo da ciberdemocracia pela lógica do *phármakon* e possíveis alterações na gestão urbana participativa a partir dos sistemas de engenharia imateriais. Eis as questões que nortearam esse artigo: A invenção da democracia eletrônica pode ser entendida como *phármakon* em quais momentos? Em quais momentos da gestão urbana é “remédio” ou “veneno”?

2 | METODOLOGIA

No contexto da proposta, será desenvolvida uma reflexão crítica sobre a aplicação da tecnologia no mundo contemporâneo e o seu uso pelos atores sociais, tendo como pano de fundo a relação entre internet e a reengenharia política na cidade de Belo Horizonte. Como o foco é democracia eletrônica, buscou-se analisar os relatórios dos últimos orçamentos participativos digitais da cidade de Belo Horizonte nos anos de 2006, 2008 e 2011. Com o desenvolvimento dessa metodologia buscar-se-á compreender as transformações no espaço geográfico, pelo viés da democracia eletrônica enquanto categoria de análise *phármakon*, abordando seus problemas teóricos e epistemológicos, além dos impactos na gestão urbana participativa. O que predomina na democracia eletrônica: o “remédio” ou o “veneno”?

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O espaço urbano da governança e ingovernabilidade

A cidade representa a própria metamorfose do espaço geográfico ao imprimir novos conteúdos, formas, valores e símbolos. Vale ressaltar que o espaço não é livre, pois hoje se fecha tudo, ruas, praças, entre outros, restringindo cada vez mais a sua utilização para o convívio público. A privatização do espaço é, assim, cada vez mais

recorrente na sociedade contemporânea, o que gera problemas de cunho político, pois estamos assistindo a uma limitação da unidade central para o engajamento cívico de coletivos inteligentes desde a antiguidade. De acordo com Matos (2010):

A origem remota das experiências democráticas teve, portanto, como palco principal um espaço geográfico particular: a cidade, em especial as cidades gregas da Antiguidade. Pode-se cogitar que houvesse uma obviedade implícita entre democracia e um tipo de território de muito valor cujo sítio e edificações todos se obrigavam a defender, o que fundamentaria a ideia de *pólis*⁴ e o amor à coisa material (MATOS, 2010, p.2).

Para Massey (2008), as cidades são os lugares que constituem o maior desafio para a democracia, pois são peculiarmente grandes, intensas e heterogêneas, e ainda constituem constelações de trajetórias que exigem uma negociação complexa. Contudo, a multiplicidade e o antagonismo são da natureza de todos os lugares, o que faz surgir à necessidade do caráter político. A democracia está vinculada à conquista do ambiente social, que por sua vez apresenta uma complexidade intrínseca. Nesse ambiente, o cidadão possui direitos e deveres que se manifestam na organização e na busca pelo espaço urbano de qualidade. Essa busca manifesta-se na procura pela ética na sociedade. Massey (2008) diz que o tempo, entendido como velocidade de transporte e comunicações, reduz e às vezes aniquila alguns efeitos da distância. Observa-se que o que está sendo expandido é o espaço (enquanto distância), contudo o espaço não é redutível à distância. Conquistar a distância então não aniquila, de forma alguma, o espaço, mas levanta novas questões sobre a configuração da multiplicidade e da diferença. Por outro lado, vê-se que a velocidade dos transportes e as novidades da comunicação trouxeram o isolamento das pessoas e uma visão de espaço purificado da Net.

Na atualidade, percebe-se que o foco da administração é a governança. Por outro lado, na cena democrática não aparece muito a palavra ingovernabilidade, ligada a atos de um governo que não consegue angariar medidas satisfatórias que supram os anseios da população e que não consegue executar os fundamentos básicos de um governo, gerando problemas de ordem e estabilidade socioeconômica. Nessa premissa, a governabilidade nunca existiu, ou existiu de maneira incompleta dada à deficiência da nossa cidadania. A boa governança também está associada à identidade coletiva; deliberações que legitimem as ações políticas estatais; sistema político eficiente e responsável; primado da ética na gestão de recursos públicos; reconhecimento por parte de uma comunidade política de uma responsabilidade compartilhada e outorga de necessárias competências aos órgãos estatais incumbidos de prevenir e combater a corrupção (SOARES, 2008).

A ingovernabilidade associa-se a crise de gestão do governo e a consequente

4 Há algumas associações óbvias entre os vocábulos *polis* e política. Menos óbvia é a associação entre *polis* e cidade, particularmente cidade-Estado, daí política ser a arte de governar a cidade.

falta de apoio aos cidadãos que querem participar da dinâmica daquilo que diz respeito à organização de uma cidade, por exemplo, acarretando crise de legitimidade e o estabelecimento de uma relação disfuncional (OROZCO, 1996). A tendência de falar na boa governança representa, na verdade, a busca pela legitimidade e manutenção da autoridade, a fim de organizar o caos e os problemas verificados no ambiente urbano, sobretudo nas grandes metrópoles. As diretrizes da boa governança, por sua vez, estão pautadas no cumprimento da lei fiscal, *accountability*, liberdade de expressão, participação política, responsabilidade socioambiental, entre outras variáveis. E objetivando garantir uma boa governança, surge no Brasil o Estatuto da cidade. Essa é uma estratégia de sobrevivência política do Estado que tenta resguardar a participação como *phármakon* remédio, fator de eficiência e eficácia, estabelecendo um governo aberto, forte e descentralizado (SOUZA, 2006). A governabilidade torna-se assim o estabelecimento da ordem frente à descrença de grupos sociais em relação ao Estado capitalista. Nesse ambiente investe-se em política de governança eletrônica, desenvolvimento local e participação popular, quando as políticas de governança eletrônica tratam das conexões governantes e governados e do produto dessa relação para o espaço público/urbano, por mecanismos eletrônicos de interação virtual.

3.2 Internet e espaço urbano e política nos espaços públicos

As Tecnologias da informação e comunicação (TICs) aplicadas ao engajamento cívico criam novas práticas que redefinem a forma de fazer política. Além disso, redefinem as agendas e metodologias até então utilizadas no espaço público. Assim, um dos objetivos do advento da internet na política é garantir acesso ao processo democrático para aqueles que, por algum motivo, não participam das decisões em assembleias nos momentos sugeridos.

No entanto, sabe-se que a disseminação da tecnologia não garante o seu acesso, pois em várias partes do mundo, um quantitativo considerável não possui nem as condições básicas de saneamento, alimentação, moradia, saúde entre outros bens caros ao bem estar de qualquer indivíduo. Embora as tecnologias da informação e comunicação façam parte do nosso universo em várias situações cotidianas, elas possuem um custo oneroso, principalmente aquelas que são mais sofisticadas. A internet parece resgatar a centralidade da ação humana através de práticas comunicativas. Por outro lado, o processo de informatização da máquina pública entre outros fatores busca uma maior eficiência e racionalidade do trabalho governamental. Assim, observa-se um processo de inovação tecnológica na sociedade capitalista, no qual segundo Silva e Tancman, (1999, p. 64) a “(...) cidade eletrônica não implica um controle centralizado, e sim uma desordem expressa em

múltiplas conexões heterárquicas.”

As TICs viabilizam a comunicação e proporcionam voz aos cidadãos. O uso da internet, por exemplo, permite monitorar os processos eleitorais, gerando um maior *accountability* contra fraudes eleitorais. Na esfera do executivo, a internet facilita o acesso a informações fiscais e burocráticas, além de possibilitar a fiscalização de obras e consertos agendados pelo poder público.

De acordo com Maia (2006) para aqueles que detêm a tecnologia, a participação e a vida coletiva acontecem sob novas dinâmicas e com um viés mais democrático. Nesse sentido, a relação internet e política, propiciou o aparecimento de listas de discussões, fóruns *on-line*, parlamentos populares digitais, consulta pública, sondagens eletrônicas, divulgação de informações governamentais via e-mail, atividades de lobby eletrônico, etc. Uma visão secundária da internet, por sua vez, está ligada ao processo de desburocratização da governança, utilizando-se do princípio da reforma da administração pública. Tal processo desburocratizante promove a aquisição de bens e serviços, prestação de contas públicas, busca a formulários eletrônicos, certidão negativa de débito, monitoramento orçamentário, informações governamentais, desenvolvimento de licitações, etc.

Verifica-se que a contribuição da internet na governança eletrônica refere-se a sua capacidade de simplificar e agilizar os serviços burocráticos, já que ela é capaz de ajudar a resolver problemas como o das filas nas repartições públicas (CEPIK e EISENBERG, 2002). Nota-se, entretanto, que a falta de cultura política e o egoísmo impedem o maior engajamento das pessoas em prol de uma visão coletiva fortalecida por laços de solidariedade e identidade com o próprio espaço. E pensar a internet como procedimento que garantirá soluções rápidas para que todos possam organizar sua vida individual é um equívoco, porque ela surge apenas como suporte para os processos políticos democráticos, tendo como função complementar o que existe no convencional e reforçar o espaço público em prol das inteligências coletivas da sociedade da informação. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2008):

A internet, ao permitir a comunicação de muitos, contém um potencial revolucionário, na medida em que, através dela, os cidadãos e os movimentos sociais de todo o mundo podem pôr-se em contacto e comunicar-se com autonomia em relação às mensagens oficiais dos governos, das organizações políticas tradicionais e dos grandes media globais (SANTOS, 2008, p.308).

Santos retrata uma visão da internet enquanto procedimento que visa garantir um aparente consenso sobre assuntos de interesse público. Gomes (2006, p.189), entretanto, estabelece uma visão mais complexa, na qual a cidade é entendida na prática cotidiana onde se estabelece um pacto social comunicativo experienciado concretamente nos espaços de convivência social, sobretudo nos espaços públicos, que possuem normas, comportamentos, limites de práticas e negociações de

interesses. Portanto, são as práticas que caracterizam os espaços públicos da cidade. Da relação internet e política, percebemos o aumento da proximidade espacial, no âmbito da distância entre cidadãos e Estados ou governados e governantes. Dita relação tem como objetivo tentar tornar parte do poder invisível, em poder visível. E para que isso ocorra a participação, a inclusão digital, assim como uma alfabetização para democracia eletrônica são fundamentais.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os Orçamentos participativos digitais (OPDs) em Belo Horizonte (2006, 2008 e 2011) constatou-se com uma arquitetura digital mais complexa e com mais recursos participativos (fóruns, *chats*, debates, entre outros), a rede comunicacional foi mais intensa em 2008 e 2011, o que não garantiu maior participação da população. Contudo, observou-se que a possibilidade de elaborar um conhecimento mais apurado que garantisse a participação de qualidade foi uma das preocupações técnicas do OPD 2008. Já os principais problemas apresentados por Dictson e Ray (2002) sobre a desvantagem do voto pela internet são os seguintes: segurança, exclusão social, desilusão cívica, desconfiança, gargalos (capacidade de rede) e limitações eletrônicas (desenvolvimento de tecnologia da informação-TI para governo eletrônico). Entre as dificuldades apresentadas, a mais visível no modelo de democracia eletrônica em Belo Horizonte foi a desilusão cívica. Apesar de ter-se verificado uma participação maior em termos quantitativos no OPD 2006, 2008 e 2011 em relação ao presencial, a participação em certa medida deixa de ser um evento comunitário, um ritual⁵, uma cerimônia que agrega parte dos cidadãos.

A participação cívica e o engajamento político referem-se à predisposição dos cidadãos em atuarem coletivamente a partir do momento que exista um objetivo comum. Tal predisposição foi encontrada no OPD 2008, pois as obras em destaque eram regionais e não mais locais como aconteceu em 2006 e 2011, fato esse que representou o direcionamento dos votantes para uma determinada prioridade e ao mesmo tempo uma maior dispersão da população nesse processo democrático.

O combate à apatia política é, pois, reforçado pela participação cidadã estendida ao *accountability* o que gera maior confiança. Entretanto, há uma aresta estabelecida tanto por parte do Estado quando não institui a prestação de contas atualizada sobre as obras, quanto por parte da população que não procura tais informações. Nessa dinâmica, percebem-se momentos de conexão e outros de desconexão entre cidadãos e Estado, tais como:

5 O ritual não é apenas a sensação do estar junto, mas é um momento de solidariedade, que reconhece no outro a sua causa, é um mecanismo psicológico que motiva os participantes em uma atividade política. Nessa perspectiva, os encontros presenciais foram determinantes para a vitória dos ativistas no Egito pelo fim da ditadura, pois houve o reforço da luta comum e da identidade coletiva territorial/local.

- Na confusão entre maior participação e melhor participação.
- Na insuficiência de investimentos voltados a promoção, divulgação e disseminação da informação governamental de domínio público ainda centralizada nas mãos de poucos.
- Nas ações de empoderamento coletivo associadas a internet, *vis-à-vis* o interesse da gestão governamental. A política da democracia eletrônica em Belo Horizonte apresenta uma relação intrínseca entre comunicação, política e território, mediada pelas TICs com momentos de mobilização presencial.

Nesse sentido, estudos sobre novas tecnologias e democracia deliberativa apontam para a constatação de que, quando adequadamente estruturados e utilizados, os recursos e dispositivos oferecidos pela internet, podem colaborar para elaboração de novas práticas políticas pela população, aproximando-se de um “remédio” para a governança pública participativa. Já segundo Vaz (2007), o uso da internet e do governo eletrônico é vislumbrado como mecanismos de impactos positivos nos governos municipais, propiciando novas ferramentas de gestão urbana, disponibilidade de informação, aumento da eficiência das políticas públicas, novas oportunidades de interatividade, e, por conseguinte novos espaços para a promoção da cidadania. Vale ressaltar que, uma democracia de cunho eletrônico deve proporcionar, no mínimo, a oferta de informações, prestação de contas, mecanismos de comunicação, chamadas deliberativas frequentes de interesse comum, levando em conta os direitos políticos⁶, civis⁷ e sociais.⁸ Nesse contexto, as questões sobre esse tipo de democracia emergem e ficam várias dúvidas; tais como: em que contexto essa dinâmica vai ocorrer? Quem irá disseminar e utilizar as informações? Quem controla o *accountability*? Imersa em um ambiente presencial de dúvidas, os pesquisadores da democracia eletrônica se veem instigado a refletir sobre essas questões, embora o “remédio” se sobressaia nas teorias do uso das TICs na sociedade atual.

O prenúncio do caos ou a confirmação da ingovernabilidade engendraram o surgimento da governança eletrônica. A aposta nesse “remédio” foi pensada e articulada pelas políticas do Estado a fim de resgatar a boa gestão urbana e os atos participativos, dos quais a sociedade é tão carente, principalmente no conflito da democracia representativa. É provável que a internet torne o processo político mais prático, ao permitir verticalização na resolução de problemas voltados para a localidade

6 Considera-se direito político aquele relacionado com a participação nos processos decisórios. BITTAR, Eduardo C.B. Curso de filosofia política. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, 338p.

7 Considera-se como direito civil aquele relacionado com a liberdade de opinião e expressão. BITTAR, Eduardo C.B. Curso de filosofia política. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007,338p.

8 Consideram-se como direito sociais aqueles relacionados com o bem-estar socioeconômico. BITTAR, Eduardo C.B. Curso de filosofia política. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, 338p.

onde os cidadãos vivem. Como é sabido, a interação política, é uma forma de ampliar o poder popular, mediante exposições de convicções, posições e vontade a respeito das matérias públicas, além de contribuir com a formação de cidadãos ciosos da sua força política e cientes das obrigações democráticas, (WILSON GOMES, 2005). É certo que o advento da internet incrementou as relações e o cotidiano dos cidadãos, mas os otimistas exageram nos seus benefícios principalmente quando o assunto diz respeito às possibilidades introduzidas pela rede mundial de computadores na participação democrática. Assim, segundo Ribeiro et al (2007, p. 57), “a internet aproxima a população de seus governantes, podendo o indivíduo, (...) opinar de forma direta, como, por exemplo, na formulação de planos diretores e orçamentos de municípios e estados brasileiros.”

Recentemente, em Belo Horizonte, houve a criação de um plano metropolitano⁹ para a RMBH, com o intuito de agregar propostas ao planejamento regional sustentável e integrado para a capital mineira e seu entorno. No eixo de “acessibilidade” encontra-se o *phármakon* remédio quando se diz que: “A *política Integrada Metropolitana de Democracia eletrônica*”, objetiva ampliar a política de integração dos cidadãos e representantes, ou seja, criar um ambiente em rede a partir da técnica para fortalecer os laços, resultantes da criação de “*espaços digitais consultivos, deliberativos e decisórios*” (UFMG: Plano Metropolitano RMBH, 2010). Os benefícios do uso da internet como “remédio” são reforçados por Maia (2002):

A internet reduz os custos da participação política e pode proporcionar um meio de interação através do qual o público e os políticos podem trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos burocráticos (MAIA, 2002, p. 47)

Assim, a administração do “remédio” da democracia eletrônica torna-se utilizado na produção do espaço, porque teoricamente ele surge um ambiente rico de expectativas relativas a gestão e o planejamento urbano nas cidades. Além disso, promove uma sensação de liberdade, participação e afirmação do direito de ter direito, pois, acredita-se que quanto mais direto for o exercício do poder político, maior a capacidade democrática de o governo aproximar-se da vontade popular (DIAS, 2002). Embora os cenários virtuais sejam independentes e complementem a vida urbana, eles não substituem o poder do Estado. Contudo, as cidades estão se fragmentando, pois o espaço de fluxo e o espaço de lugares estão criando novas noções de unidade, de identidade e de localização diferenciadas. Entretanto, a administração pública apresenta à sociedade um discurso de que o governo eletrônico gera um baixo custo na prestação de serviços *on-line*, tendo em conta pesquisas realizadas nesse campo, Ferrer (2009) e Chahin (2004).

Tal procedimento da administração pública contraria dois dos grandes “remédios” da ciberdemocracia, quais são:

- agregar valor ao caráter pedagógico dos processos de participação cidadã no planejamento urbano;
- reforçar a possibilidade de maior participação qualificada.

Esses “remédios”, fomentam o aprendizado, a medida que as experiências se aprofundem, ao incrementarem conhecimento de mecanismos de decisão pública e de percepção dos atores sociais em relação às instituições públicas. Assim, configura-se a prática do aprender a participar, participando (DIAS, 2002). Quando o indivíduo reconhece os efeitos de sua participação isso o motiva. Nesse sentido, Aléxis de Tocqueville, na sua obra sobre a Democracia da América, já apresentava a participação como superação do individualismo e egoísmo. Contudo, o OPD não resolve a reduzida abrangência de recursos. O caráter imaterial da democracia amplia as formas de atuação do indivíduo na esfera pública, mas não elimina as ambiguidades e as vulnerabilidades na sua estrutura da participação eletrônica. Nesse sentido, a análise do governo local de Belo Horizonte o qual utiliza procedimento virtual participativo, apresentou uma gama de números e serviços eletrônicos, cuja avaliação qualitativa deixa a desejar. De fato, a democracia eletrônica proposta aumentou a participação, mas ela não integrou os excluídos como moradores de rua. Apesar disso, observou-se que surgiu na capital mineira um espaço público diferente, que possui a tendência de complementação ao espaço presencial. Assim, o espaço metamorfoseou-se em alguns momentos tornando-se um ciberespaço voltado para os exercícios da cidadania e democracia.

A democracia eletrônica pretende e começa a atuar nessa esfera, mas não de forma frequente, conforme se observou nas análises realizadas. Questiona-se dessa forma até que ponto a relação entre internet e política apresenta-se como um fetiche para governança e se o uso da tecnologia ampliou o engajamento de qualidade dos cidadãos nas matérias referentes à cidade. Já Guattari (1993), apesar de argumentar que a sociedade encontra-se na “idade da era da informática”, mostra uma postura pessimista, pois ressalta que as possibilidades trazidas pela revolução da informática reforçam os sistemas anteriores, criam alienação da população, oprimem e geram política infantilizantes. Para ele, é como se nada tivesse mudado com o advento das TICs, pois não são as tecnologias que vão determinar uma nova configuração reterritorializada. O que é essencial para ele é “reapropriação coletiva dos novos agenciamentos sociais.” (GUATTARI, 1993, p. 187).

Os efeitos do “veneno” da democracia eletrônica aparecem no meio da trajetória. Nesse contexto, os ciberotimistas devem lembrar que participação *online* não é a mesma coisa que participação *offline*, pois os riscos e os engajamentos são

diferenciados. Em uma situação presencial, a exposição é maior, os efeitos são mais fortes, as relações mais consolidadas. Souza (2006) complementa e diz que:

(...) a criação de institucionalidades e rotinas que favoreçam a participação popular, uma maior justiça social e uma melhor qualidade de vida exige uma “especialização” adequada, em matéria de malha territorial, de formas espaciais (locais de assembleia e reunião, por exemplo), de incorporação e valorização de sentimentos de lugar, de eliminação de signos opressores (racistas, sexistas, de classe) inscritos na paisagem (SOUZA, 2006, p. 112).

Já Massey (2008) alerta para a possibilidade de superação eletrônica da divisão social, ressaltando o fim das limitações da geografia e do tempo. Nesse discurso, a materialidade opõe-se à virtualidade, pois à medida que nossas comunicações à longa distância aumentam, também pode diminuir a importância daqueles que vivem do nosso lado. Assim, o que o ciberespaço permite é um tipo de desencaixe, em comunidades não contíguas de pessoas como nós que fogem dos desafios lançados pela espacialidade material. A autora ainda questiona: O que acontece com esse espaço material que não atrai as pessoas? Pode-se inverter a pergunta: o que acontece com esse espaço imaterial que atrai cada vez as pessoas? Aposta-se aqui no efeito psicológico da internet sobre os cidadãos, como a sensação de controle, de domínio, do anonimato, de sair e entrar a hora que quiser da interação, da transposição de barreiras físicas. Contudo, todas essas características possibilitam o não envolvimento e a construção de uma rede de múltiplos circuitos com vários nós e laços fracos.

Para Dias (2008, p. 144), “*a história nos revela que a introdução das redes eletrônicas no Brasil veio atender às necessidades da acumulação capitalista, num contexto distante de uma prática real de democracia.*” Se o governo eletrônico privilegia o mercado, oferecendo mais serviços para as empresas que para os cidadãos e se a democracia eletrônica privilegia uma interação individual, não oferecendo mecanismos para que atores coletivos possam reunir no mesmo espaço virtual demandas comuns, então, o “remédio” democrático transformou em “veneno”, pois o espaço da política e das coletividades se enfraquece. Esse é o *phármakon* veneno da ciberdemocracia, no qual os espaços de negociação e conflitos não são contemplados. Assim, além de descentralização o governo eletrônico de Belo Horizonte significa *marketing* político, pois, associa-se diretamente a reforma da administração pública, a qual “repagina” o governo no intuito de demonstrar que existe uma boa governança. Nesse contexto, expor conteúdos e gerar participação encontra-se dentro das propostas desse tipo de *marketing* que passam por uma lógica econômica que, por sua vez, traz muitos benefícios como novos clientes (cidadãos) e negócios. Já Baquero (2003) diz que o *empowerment* da população é um mecanismo que falta para a existência de uma democracia de fato, pois esta não

se realizará por soluções técnicas e sim através de uma dimensão subjetiva e social. A democracia precisa de condições estruturais, pois ela não se realiza sem meios. Então na sua base não deve estar a ideia de autogoverno, mas sim do exercício de uma condição de cidadania democrática diferente, não pautada apenas no voto. Nesse sentido, ela deve ir além do caráter procedimentalista de Shumpeter que considera a democracia apenas como um aporte cheio de regras para a tomada de decisões, que precisam ser coletivas e institucionalizadas para ganhar veracidade.

Outro aspecto relevante para o debate do *phármakon* veneno é apresentado pelo pesquisador Vladimir Safatle em investigação recente¹⁰ sobre o uso da internet nas eleições de 2006 e 2008. Segundo ele, a internet não criou um espaço para debates, pois os cidadãos não estão dispostos a debater suas ideias, mas apenas divulgá-las, tendo até mesmo uma postura agressiva em momentos de crítica. Realizada nas comunidades políticas da rede social *Orkut*, a pesquisa de Safatle trouxe resultados que apontaram um baixo interesse por debates políticos. Parece, então que população não está preparada cognitivamente para esse processo. Segundo Vaz (2007), não é a rede mundial de computadores que irá modificar as práticas políticas, mas serão sim as próprias práticas que, uma vez modificadas, poderão encontrar nos portais municipais um instrumento útil ainda que incompleto para avançar na democratização das relações entre Estado e cidadãos, garantindo a participação popular ativa e não pseudopráticas coletivas. Na teoria do *phármakon* remédio da democracia eletrônica a aplicação das TICs é apresentada como uma fórmula quase perfeita de solucionar os problemas da gestão urbana. Contudo, analisando do ponto de vista do “veneno”, o uso da TICs é basicamente uma das formas na atualidade de conduzir os processos participativos através da generalização, redução e abstração da política na cidade. Nesse contexto, não se pode descartar o papel dos governantes que administram o território através de interesses pré-selecionados e nada neutros, desenvolvendo uma produção do conhecimento governamental para uma elite bem estrutura e formada. Teoricamente a proposta é um “remédio” para a gestão pública, mas na prática é diferente, pois parece que a ciberdemocracia se realiza de forma que os indivíduos saibam apenas do básico, ficando na superfície ilusória da política e da participação. Essa prática gera, então, a coisificação dos homens, que estão submersos pelo seu individualismo.

E essa faceta obscura do Estado gera o desencantamento com os governos e a política de maneira geral. Além disso, surge também a alienação dos homens criada historicamente, desencorajando ativismos mais “agressivos” e efetivos. Nesse sentido, a internet pode representar um subterfúgio para aqueles que não têm tempo ou não querem arriscar se em um processo mais longo que gerará resultados

10 <http://www.abert.org.br/site/index.php?/Clipping-2010/1o-edicao-internet-nao-criou-espaco-para-debate-diz-professor.html>. Acesso em 20 de Outubro de 2010.

mais sólidos. O *phármakon* remédio, então só ira prevalecer quando a interação dos atores sociais com o Estado for mais proeminente, pois a questão central é interação-participação e não apenas participação; os sujeitos podem participar sem interagir o que no final se torna um “veneno”.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciberdemocracia pode direcionar-se ao reducionismo técnico e pragmático das redes telemáticas na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais, para aplicá-lo na análise de situações concretas derivadas do jogo de forças no interior do estado projetada no espaço. Poder e internet possuem uma similaridade importante, pois ambos podem ser considerados como uma tecnologia que propicia o advento da sociedade da vigilância, na qual os elementos importantes não são os espaços públicos e nem a comunidade ou o coletivo, mas, sim, os interesses individuais.

O objetivo da ciberdemocracia era aumentar a participação e a importância do viver em comunidade, mas com a internet aplicada em processos políticos constata-se que: “Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder (...) pois somos suas engrenagens.” (FOUCAULT, 2010, p.178).

Segundo Massey (2008), associar democracia eletrônica e globalização é inevitável, pois suas relações são consideráveis em virtude de suas expressões espaciais. Todavia, existe algo além do processo homogeneizador que pode ter surgido com a globalização. O fato de a tecnologia estar presente em processos políticos não quer dizer que todos responderão da mesma forma ou que ela seja essencial para a construção de uma justiça social, pois a democracia eletrônica mais que “remédio” e “veneno” têm o poder de produzir incertezas. Ela é o fenômeno político transmutado em prática em função dos usos, estratégias e intencionalidades, cujo anseio maior é a normatização dos comportamentos dos cidadãos, tal como o panóptico. Na democracia eletrônica, o que está em foco é o conceito de soberania, tentando responder quantas pessoas participam e quais recursos elas utilizaram na participação. Segundo Rodrigues (2008, p. 417), “da esfera pública também participam os que lidam com o capital volátil, os que se apropriam das infovias (redes) instaladas no espaço público e os que dominam a tecnologia.” A sociedade da informação criou o imaginário¹¹ da tecnologia associado à política, uma espécie

11 O termo imaginário está ligado à imagem e imaginação. A tradição iluminista desvalorizou a imagem e a função da imaginação, pois a realidade concreta só poderia ser apreendida pela razão. No século XX, imagem e imaginação são percebidas como faculdades de conhecimento e estado de conhecimento, essenciais em nossa relação com o mundo. O imaginário incorpora e reconstrói o real, pois é função e produto da imaginação. A realidade é recriada pelo imaginário, Castro (1997, p.155-196).

de processo civilizatório da ciberdemocracia. Todavia, a qualidade da democracia eletrônica só será possível mediante regularidade e quando ela puder influenciar de fato as decisões das políticas públicas no orçamento, planejamento, agenda temática e ações públicas dos governos, sobretudo municipal. Para sua concretização, a democracia eletrônica necessita de mecanismos que possibilitem o engajamento cívico no espaço, para produzir debates, ampliando a cultura política da população. Não se trata de autogestão, pois é impossível deliberar o tempo todo sobre vários assuntos, contudo as oportunidades devem ser incrementadas.

Nessa seara, ao se diagnosticar e analisar um contexto tão fértil quanto o da ciberdemocracia, surge a necessidade de mostrar alguns pontos sobre os avanços e os desafios que essa política apresenta para a sociedade da informação. Dessa forma, o mito da democracia eletrônica não apaga o passado, os espaços públicos e as formas tradicionais de se fazer política, mas modifica o significado do espaço político, acrescentando novos objetos e gerando novas tensões. Assim, selecionam-se os principais avanços da Ciberdemocracia que esse artigo constatou:

- planejamento participativo para a tomada de decisão e aumento do número de participantes;
- investimento em *accountability*;
- participação para além das fronteiras locais;
- novos atores no processo participativo e reforço ao engajamento presencial;
- população como agente produtor de informações e novos comportamentos políticos.

Da análise do encaminhamento das políticas de democracia eletrônica, percebe-se o interesse em conjugar demanda popular e estratégias do governo. Nesse imbricado jogo, foram constatados os seguintes desafios:

Aparentemente, o potencial interativo da internet não é aproveitado como deveria.

- O encaminhamento da política virtual conduz a alguns “venenos” e percalços, como uma prestação de contas com linguagem muito técnica, baixa regularidade de ciberparticipações e baixa procura por informações políticas.
- Dependendo do uso, o planejamento pode ser corrompido ou continuar elitista tal como é do modo tradicional.
- Nas políticas de governo eletrônico, em Belo Horizonte, constatou-se mais investimentos na relação cidadão-representante, mas pouco na relação cidadão-cidadão.
- Para um planejamento participativo, a interação é importante. Assim o não

investimento nesse quesito compromete a relação governo-sociedade.

- É pertinente não encarar o governo eletrônico apenas como veículo propaganda/publicidade.
- Resgatar as redes sociais para o engajamento e para o debate além de incrementar os mecanismos técnicos de participação.

A resolução de questões referentes à inclusão digital melhorara a gestão de conteúdo dos portais.

A evolução da ciberdemocracia encontra-se na rede de cooperação mútua, congregando um espaço público virtual onde os debates, as ideias e as demandas possam encontrar lugar como um sistema aberto modelado por redes que possuem grande flexibilidade e capacidade de mudança de acordo com a situação. Observa-se uma tendência caminhando mais para o governo eletrônico do que para a ciberdemocracia. Entretanto, fica a dúvida de até que ponto a administração pública está interessada em melhorar os recursos de participação dos cidadãos. É possível reinventar a democracia eletrônica, de modo que a esfera pública virtual se efetive, a despeito das promessas da internet, continuarem na esfera do devir. E foi para superar uma crise de representação política, que o governo criou o mito da eficiência das novas tecnologias da informação e comunicação. Assim, a democracia eletrônica requer ser inventada, pois no formato atual ela não garante que as possibilidades da relação internet e política sejam alcançadas, o que pode tornar o governo eletrônico um modismo ou *marketing* governamental. Já os aspectos culturais e cognitivos da participação são desenvolvidos na rede de computadores, entretanto os canais de participação até o momento trazem a baila os três Is, pois são insuficientes, inadequados e ineficientes. Nesse contexto, a democracia contemporânea, demanda participação e distribuição de poder, os quais podem ser fomentados através de sistemas de engenharia imateriais, como a internet, mediante inovações no processo democrático brasileiro.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, p. 83-108, nov. 2003.

BATISTA, C.M. TIC e participação cidadã na América Latina- um estudo dos legislativos locais. In: CUNHA, M.A, DUARTE, F. e FREY, K. (Orgs.). **Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação**. Curitiba: Champagnat, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de filosofia política**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I.E, GOMES, P.C e CORRÊA, R.L (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (p.155-196)

CEPIK, Marco e EISENBERG, José . Internet e as instituições políticas semiperiféricas. In: EISENBERG, José e CEPIK, Marco. **Internet e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CHAHIN, Ali. et al E-gov.br: **A próxima revolução brasileira**: eficiência, qualidade e democracia. **São Paulo: Prentice Hall, 2004.**

COURA, Rubens. A drugstore de Platão (os psicofármacos). **Rev. Latino Americana de Psicopatologia**. Fundamental, II, 2, 11-36. 2007.

DIAS, Leila Christina. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, Iná de, CORRÊA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César de. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DIAS, Márcia R. **Sob o signo da vontade popular**: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

DICTSON, Derek e RAY, Dan. A moderna revolução democrática. Uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet. In: EISENBERG, José e CEPIK, Marco **Internet e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. A ação Política dos atores em rede no governo da cidade. In: EGLER, Tâmara Tânia Choen (org.) **Cibéropolis**: redes no governo da cidade. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

FERRER, Florência. Avaliação de custos pela inovação na prestação de serviços: emissão de carteira de identidade e de atestado de antecedentes criminais. In: CUNHA, et. al. **Governança local e as tecnologias de informação e comunicação**. Curitiba: Champagnat, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização de textos Manuel Barros da Motta, tradução, Vera Lúcia Avellar Ribeiro, 2ºed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOMES, Paulo César. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2ªed. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.**

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. V ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005, Salvador, BA. **Anais**. Salvador: ENLEPICC, 2005, p. 1-20.

GUATTARI, F. Da produção de subjetividade. Parente (org.) **Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LEÃO, Lúcia. O labirinto e a arquitetura do ciberespaço. In: GARCIA, Wilton e NOJOSA, Urbano (orgs.). **Comunicação & tecnologia**. **São Paulo: U. N. Nojosa, 2003.**

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos e abordagem. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola e MAIA, Rousiley. (orgs.) **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e Internet. Do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: CEPIK, Marco e EISENBERG, José. **Internet e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Ralfo. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: MATOS, Ralfo e SOARES, Weber. (orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OROZCO, Omar Guerrero. Ingovernabilidade: disfunção e quebra estrutural. **Revista do serviço público**, ano 47, vol.120, nº2, Mai-Ago, 1996, p.47-65.

RIBEIRO, Ana Paula et. al. Dilemas urbanos: municipalidade e políticas de informação e comunicações. In: JAMBREIRO, Othon e SILVA, Helena Pereira (Orgs.). **Cidades contemporâneas e políticas de informação e comunicações**. Salvador: Edufba, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A estratégia política de apropriação de espaços públicos. In: COELHO, Maria Célia Nunes, CORRÊA, Aureanice de Melo e OLIVEIRA, Márcio Piñon. **O Brasil, A América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Carlos A. F. da e TANCMAN, Michele. A Dimensão sociespacial do ciberespaço: uma nota. **GEOgraphia**, ano 1, nº 2, 1999.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Teoria do Estado: novos paradigmas em face da globalização**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- **Plano Metropolitano para a RMBH**. Disponível em: www.rmbh.org.br. Acesso em 02 de JAN de 2011.

VAZ, José Carlos. **Internet e promoção da cidadania: a contribuição dos portais municipais**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2007.

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 13/04/2020

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE, Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/1965016923961354>

Rodrigo Dutra-Gomes

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE/ Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/1899143196478529>

RESUMO: Apresentamos neste ensaio apontamentos sobre a história da área que o hoje corresponde ao Sudoeste do Recife. Predominantemente composta por bairros que só viriam se consolidar na segunda metade do século XX, a área – que do ponto de vista político-administrativo é nomeada RPA-05 – não consta em literatura clássica sobre a cidade do Recife como sendo parte do núcleo urbano que dá origem à capital pernambucana. Contudo, recorrendo a mapas dos séculos anteriores e fotografias, busca-se desvelar, ainda que parcialmente, processos que levaram a consolidação deste fragmento como parte do Recife contemporâneo. Tais fontes nos permitiram inferir duas características que sobre a área hoje correspondente ao Sudoeste do

Recife. A primeira, que predominavam os usos agrários do território, notadamente o cultivo da cana-de-açúcar. E a segunda, que o declínio da cultura canieira e dos engenhos abre espaço para outros usos que viriam se consolidar a partir do século XX, notando-se a partir de registros fotográficos o aparecimento dos mocambos em áreas que antes correspondiam nos mapas a sítios e arrabaldes, onde existiram os antigos engenhos.

PALAVRAS-CHAVE: Recife; RPA-05; Engenhos; Mocambos.

ABSTRACT: In this paper we present notes on the history of the area that today corresponds to the Southwest of Recife. Predominantly composed of neighborhoods that would only consolidate in the second half of the 20th century, the area - which from the political-administrative point of view is named RPA-05 - does not appear in classical literature about the city of Recife as part of the urban nucleus that gives rise to the capital of Pernambuco. However, using maps from previous centuries and photographs, the aim is to reveal, albeit partially, the processes that led to the consolidation of this fragment as part of contemporary Recife. Such sources have allowed us to infer two characteristics about the area that today corresponds to the Southwest of Recife. The first was the predominant agrarian uses of the territory, notably the cultivation of

sugarcane. And the second, that the decline of sugarcane and sugarcane mills opens space for other uses that would be consolidated from the 20th century on, noting from photographic records the appearance of mocambos in areas that previously corresponded on maps to sites and suburbs, where the old mills existed.

KEYWORDS: Recife; RPA-5; manufacture farm; slave refuge

1 | INTRODUÇÃO

Pretendemos abordar neste ensaio alguns aspectos da história do Recife, mais precisamente da área que hoje corresponde ao sudoeste da capital pernambucana. O percurso por meio do qual destacaremos esse histórico ensejará também uma reflexão sobre as fontes utilizadas para obter de dados acerca das localidades. Como se trata de uma área mais recentemente incorporada ao tecido urbano quando comparada a outras, esta não dispõe da mesma quantidade de livros, documentos oficiais, ou mesmo publicações científicas tratando dos processos que lhe origina.

Atualmente, o Sudoeste do Recife é uma das seis regiões administrativas em que o Recife se divide. Composto por 16 bairros, no âmbito do planejamento das ações pelo poder público municipal corresponde à chamada Região Político-administrativa V (RPA-05), conforme ilustra a figura 01. Afogados, Areias, Barro, Bongi, Caçote, Coqueiral, Curado, Estância, Jardim São Paulo, Jiquiá, Mangueria, Mustardinha, San Martin, Sancho, Tejipió e Totó são os bairros que compõem a referida RPA, que limita-se com outros bairros do Recife e também com o município do Jaboatão dos Guararapes.

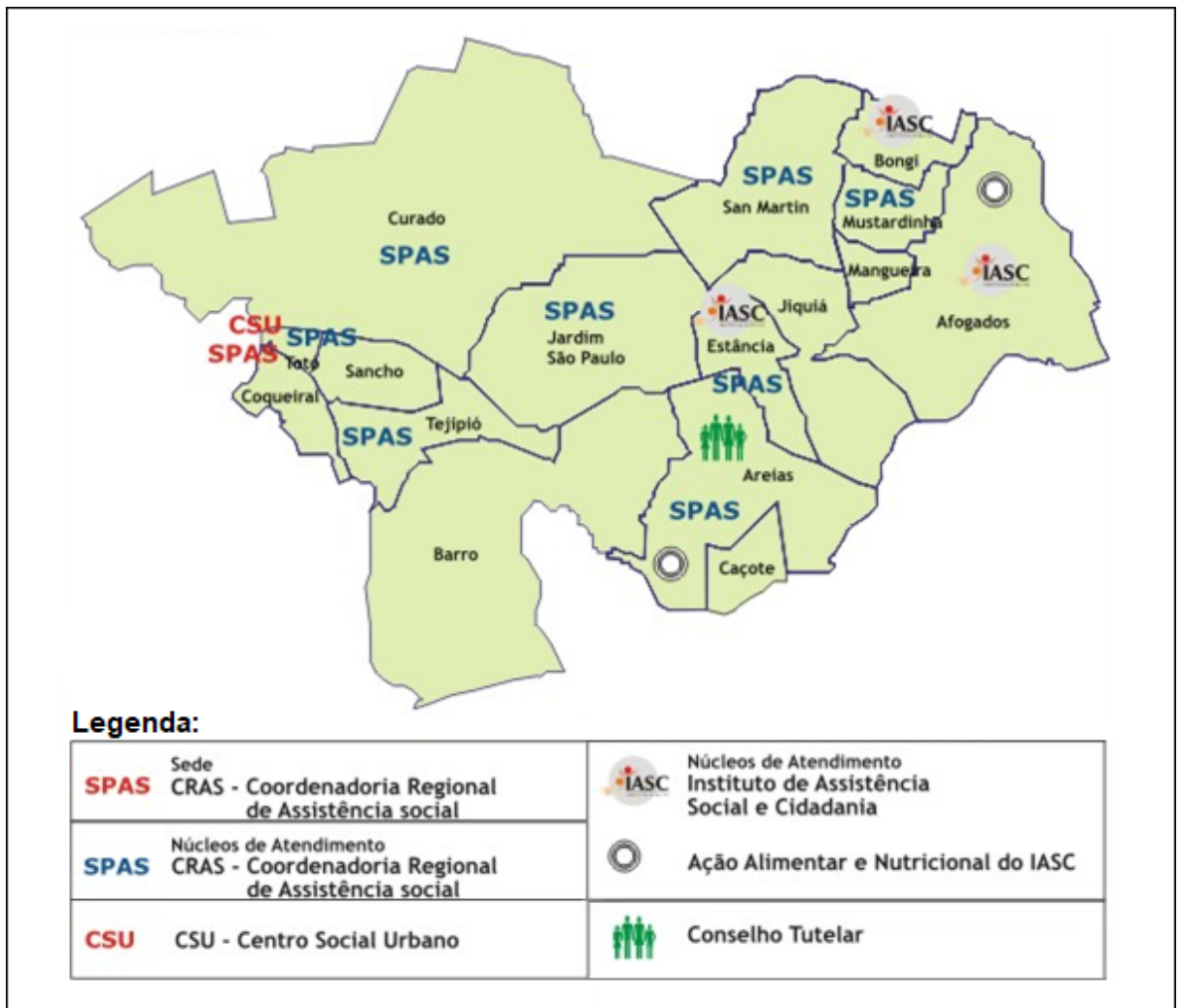


Figura 01 – Os 16 bairros da RPA - 05 do Recife

Fonte: Prefeitura do Recife (adaptado pela autoria).

Se comparada com a histórica vila de pescadores que dá início à cidade do Recife, ou mesmo com a cidade do Recife projetada a partir da ocupação holandesa na capitania de Pernambuco, a área de que falamos foi muito mais recentemente incorporada ao tecido urbano. Com efeito, veremos que a maioria desses bairros apenas passa a se constituir como tal na segunda metade do século XX. Contudo, isso não significa que tal área encontrava-se desocupada, aguardando que a cidade se expandisse em sua direção sem que quaisquer outros usos paralelamente ao desenvolvimento da cidade.

Para identificar os usos e desvelar aspectos da história desta que hoje é uma porção do Recife contemporâneo, utilizaremos como fontes mapas elaborados no séc. XIX e início do séc. XX, que nos permitiram acessar informações sobre os arredores da cidade do Recife, que viriam a ela ser incorporados décadas depois. Além dos mapas, recorreremos a fotografias, pinturas e informações obtidas em monumentos como fontes de informação.

2 | RECONSTITUINDO O PASSADO DO SUDOESTE DO RECIFE: UM RETORNO AO PERNAMBUCO DOS ENGENHOS

Considerando a diminuta produção de trabalhos acerca do Sudoeste de Recife, iniciamos a reconstituição da trajetória dessa porção do espaço através da coleta de registros antigos do Recife em que a área esteja de alguma forma representada. Auxiliaram-nos a compreender como a área onde hoje se localiza a RPA-05 do Recife foi incorporada a malha urbana da cidade recursos como a cartografia histórica e os registros fotográficos.

As áreas de mais antiga instalação de povoado no que hoje corresponde ao sudoeste do seu território, são as dos atuais bairros de Afogados e Jiquiá. A origem desses dois núcleos de povoamento está relacionada com aspectos da formação socioespacial do Pernambuco nos primeiros séculos de dominação portuguesa, de economia fortemente vinculada ao cultivo da cana-de-açúcar, tendo os engenhos como expressão na paisagem das características da sociedade colonial.

No Séc. XVI o que se considerava como Recife se limitava a “um pequeno povoado, cuja principal atividade era a exportação da cana-de-açúcar, com base nos engenhos de açúcar” (ALVES, 2009, p.30). Neste contexto, no ano de 1598, procedeu-se a demarcação judicial das Terras do Jiquiá (COSTA, 2013), onde estava situado um engenho de açúcar que foi mantido até 1630, quando por ocasião da invasão holandesa viria a ser abandonado.

A posição estratégica que o engenho ocupava naquela altura justificava-se pela proximidade em relação ao rio Jiquiá. Os rios desempenhavam naquela época importante papel nos fluxos de mercadorias e no deslocamento para o interior do continente, sendo estratégica a dominação das terras que os margeavam. Mais do que caminhos, os rios eram vetores do crescimento da cidade do Recife que, conforme Castilho, “aconteceu a partir da área do porto – núcleo central e histórico da cidade, seguindo as vias de comunicação articuladas àquela área: os rios em princípio, e as estradas (ferrovias, rodovias etc.) posteriormente” (CASTILHO, 2013, p. 156). O surgimento do povoado dos Afogados entre o rio Jiquiá o rio Capibaribe atesta a relação entre a expansão do Recife e seus rios.

Até o final do Séc. XIX, a paisagem no Sudoeste do Recife foi predominantemente rural, fato que só começa a se alterar lentamente na primeira metade do Séc. XX. Em 1870 (figura 02), ainda era possível identificar a presença dos engenhos como atividade dominante no que hoje é a RPA 05 e em seu entorno. Na planta da cidade do Recife de 1870 está registrada a presença do Engenho Jiquiá e deslocando-se para oeste na carta, outros engenhos podem ser observados, a exemplo dos Engenhos S. Paulo, Curado, S. Francisco.

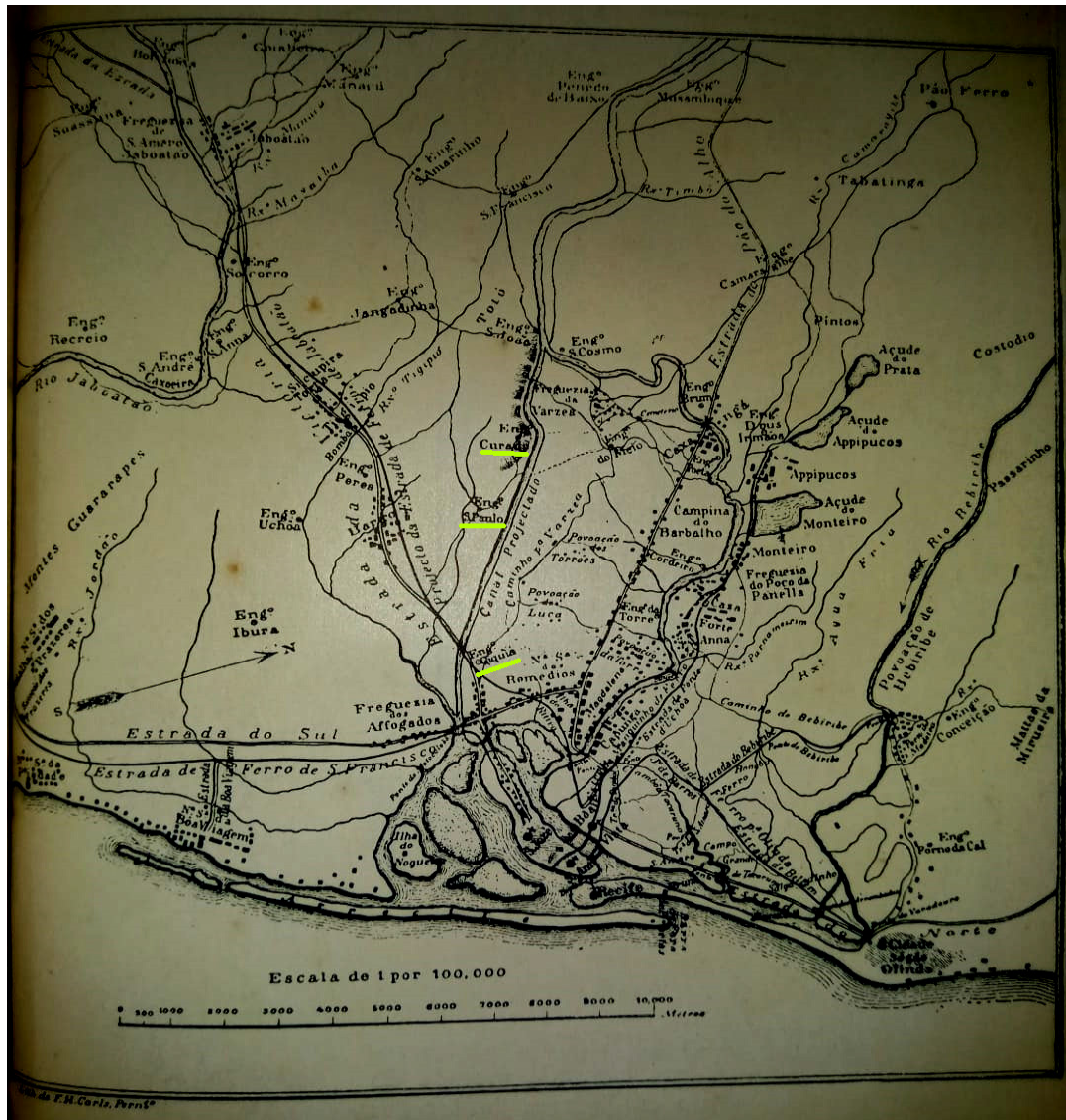


Figura 02 – Planta da cidade do Recife e arredores, 1870

Fonte: CASTRO, Josué de. A Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

Muitos bairros do Recife têm em seu nome uma referência aos engenhos que os antecederam. No caso do Sudoeste do Recife, como atesta a carta de 1870, há três bairros que preservam estes nomes: Jiquiá (Engenho Jiquiá), Curado (Engenho Curado) e Jardim São Paulo (Engenho S. Paulo). No entanto, a extensão territorial dos engenhos era maior do que a dos atuais bairros. É o que confirma Pereira da Costa:

Da tradicional Estância do Jiquiá, mantém ainda a sua memória, a propriedade chamada *Sítio da Estância*, onde ela campeou, cuja localidade, com outras mais, nomeadamente as do Piranga, Caçote e Areias, pertenciam as terras do extinto Engenho do Jiquiá (COSTA, 2013, p. 105)

Os nomes das localidades pertencentes as terras do Engenho Jiquiá anunciam, assim como os nomes dos engenhos, os futuros bairros que ali surgiriam. Jiquiá,

Jardim São Paulo, Curado, Areias, Caçote, Estância, Piranga (se tornaria Ypiranga, em Afogados). O povoado do Barro, que surgiu no século XIX e daria origem ao bairro de mesmo nome, edificou-se em terras do Engenho Peres (COSTA, 2013). Além disso, no local onde hoje estão os bairros Totó e Tejipló, estava o engenho S. João. Nesse sentido, ficam reveladas nas toponímias, isto é, na nomenclatura dos lugares, as conexões entre os pretéritos engenhos situados nas cercanias de um Recife portuário que escoava a produção do açúcar e os bairros do presente, cujos nomes fazem alusão aos dos engenhos ali situados.

Em termos de transformação da paisagem no que hoje é o Sudoeste do Recife, o que se viu do séc. XVI até o final do séc. XIX foi a substituição das vegetações nativas pela monocultura da cana-de-açúcar, tendo como expressão no espaço desta atividade a presença dos engenhos. Se do ponto de vista da paisagem os engenhos se destacavam, no que concerne aos agentes produtores do espaço, poderiam ser identificados até este momento: os proprietários fundiários, senhores de engenho; a população escravizada, que tinha na senzala o local de aprisionamento e que construía, quando das fugas, os quilombos, expressões no espaço da resistência ao processo de dominação escravagista.

Diferia desta configuração, marcada pela presença dos engenhos, a Freguesia dos Afogados. Pereira da Costa, que viveu entre 1851 e 1923, assim descreveu Afogados em *Arredores do Recife*

Os Afogados, propriamente hoje um dos bairros da cidade, são uma grande e bela povoação, com vida animadíssima e recursos próprios, com duas estações de caminhos de ferro uma linha de bondes elétricos, e uma grande população, que além do perímetro central da povoação se estende, sem solução de continuidade, a outros centros em paragens diversas, com as denominações de Escobar, Miramar, Sertãozinho, Piranga, Remédios, Catucá e Malunginhos (COSTA, 2013, p. 13).

A feição urbana já impressa na povoação dos Afogados tem relação com sua origem, datada da ocupação dos holandeses (1630-1654) e da construção do forte Príncipe Guilherme. A povoação é definida na obra *América*, publicada por Arnoldus Montanus em Amsterdã no ano de 1671, como “um extenso e compacto agrupamento de casas, de boa construção e feição flamenga, e, em situação de destaque, uma capela, isoladamente disposta” (COSTA, op. cit., p. 09). Com efeito, Gilberto Freyre constata que a antecipação das condições de vida urbana em Pernambuco “se verificou em consequência, principalmente, do domínio holandês, que comprometera ao mesmo tempo o poder dos senhores de engenho e o da igreja de Roma” (FREYRE, 2004, p. 107), fator que explica a distinção entre Afogados e as demais localidades, onde a presença dos engenhos foi predominante até o final do século XIX.

Mesmo nos mapas que datam do início do séc. XX apenas porções do que são

os bairros do Jiquiá e Afogados se acham representadas (Mapa 03), com o restante do que é a RPA 05 da atualidade representado quase como um vazio. Como expusemos tais áreas já se encontravam em uso, com ocupações predominantemente rurais. Se a presença holandesa havia, por um lado, consolidado um núcleo de atividades urbanas, os engenhos, por outro, chegariam até o séc. XIX, alcançando seu auge nos séculos XVII e XVIII no chamado ciclo da cana-de-açúcar. A substituição dos engenhos pelas formas urbanas que os sucederam na primeira metade do séc. XX se explica, em parte, pelo declínio da atividade açucareira, bem como pelo processo de “modernização” que ganharia vigor a partir da década de 1930.

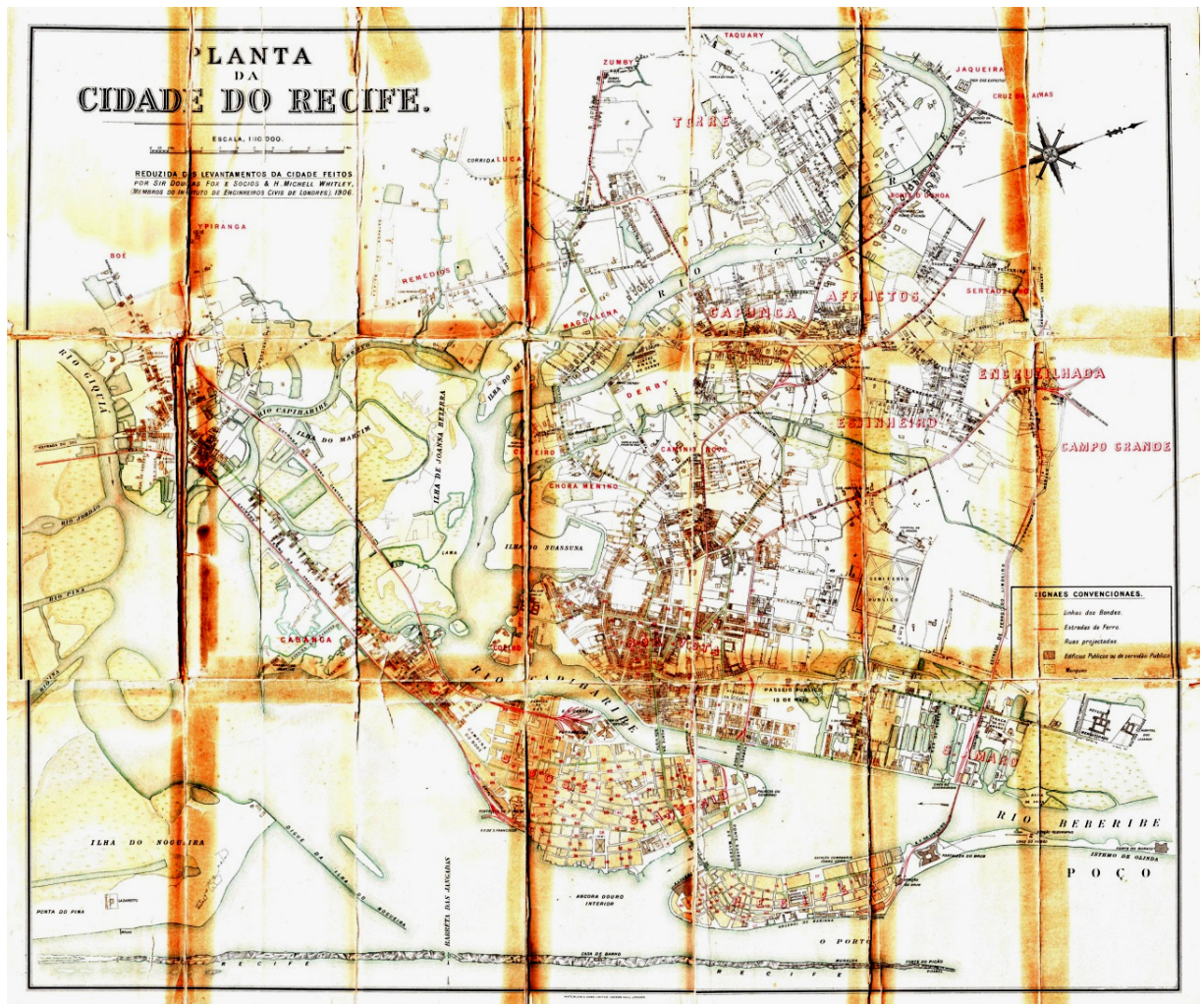


Figura 03 – Planta da cidade do Recife, 1906

Fonte: Laboratório Topográfico de Pernambuco (LABTOPOPE). Disponível em: <<http://www.labtopope.com.br/cartografia-historica/>>. Acesso em 04 nov. 2017.

Na planta de 1906 (figura 03), produzida por membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres, a ausência de representação de engenhos, sítios e fazendas que ainda faziam parte da paisagem do Recife no início do séc. XX exprime o interesse específico dos ingleses em representar as áreas urbanas, não sendo relevantes na representação cartográfica as áreas rurais que ainda existiam no que corresponde ao atual território do Recife. Esta representação se justifica pelas atividades aqui promovidas pelo capital inglês, a exemplo da instalação de ferrovias, tendo sido a *Recife – São Francisco Railway (RSF)* a primeira estrada de ferro do Brasil, inaugurada já em 1858 (SANTOS e DABAT, 2017). Isto considerado, ao observar os mapas da primeira metade do séc. XX e as áreas aparentemente vazias que estes apresentam, não deixamos de considerar a possibilidade de ainda haverem ali atividades rurais sendo desenvolvidas.

A transição do séc. XIX para o séc. XX foi marcada por transformações e permanências. A abolição da escravidão em 1888, não acompanhada de uma democratização do acesso a terra, fez com que as desigualdades representadas no par casa-grande e senzala tenham se reproduzido mesmo com a generalização do trabalho chamado livre. O sobrado, apresentado por Gilberto Freyre (2004) como oponente burguês das casas-grandes dos senhores de engenho, produziu como par dialético o mocambo (Figura 04), habitação precária que expressava a permanência das relações de profunda desigualdade que marcavam um Brasil recém-saído da escravidão formal.



Figura 04 – Mocambos construídos nas zonas alagadiças, Recife

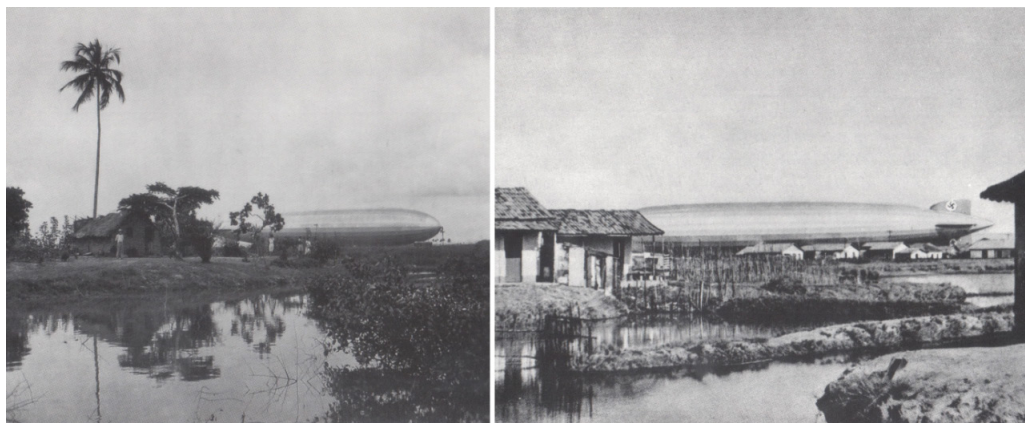
Fonte: CASTRO, Josué de. *A Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

É importante assinalar que do declínio da economia do açúcar, da transição do trabalho escravo para o chamado trabalho livre e da dinamização de atividades industriais – notadamente na primeira metade do séc. XX, novas formas espaciais emergiram, transformando as paisagens. No caso do Recife, a multiplicação dos mocambos é uma característica relevante, pois são estas formas espaciais decorrentes da profunda desigualdade social e racial herdada da economia canavieira que antes dominava em boa parte do que hoje corresponde ao sítio do Recife.

Os registros dos primeiros mocambos do Recife datam da segunda década do séc. XIX (PONTUAL, 2001), mas generalizam-se como autoconstrução da população mais pobre na primeira metade do séc. XX. Segundo Pontual,

[...] pelo censo de 1913, os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mocambos não só “cercavam a cidade como um babado” como estavam “enquistados em áreas mais urbanizadas”, em 1939 essa situação devia ser aterradora. Já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mocambo (PONTUAL, 2001, p. 427).

Retonando ao sudoeste do Recife, a generalização dos mocambos como forma de autoconstrução própria das populações pobres da cidade teve também lugar nas terras dos antigos engenhos de açúcar. A similaridade entre os mocambos representados na figura 04 e as habitações registradas em fotografia nas terras do que foi o Engenho Jiquiá, quando da passagem do *Graf Zeppelin* no Recife (figuras 05 e 06), atestam que os mocambos tornaram-se também parte da paisagem naquela porção do Recife.



Figuras 05 e 06 – Mocambos no Campo do Jiquiá, década de 1930
Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. *Zeppelin no Recife*. Recife: Poço Cultural, 2015.

Paralelamente ao crescimento da quantidade de mocambos no Recife, a mancha urbana da cidade se expandiu rumo a oeste, tendo como eixos dessa extensão as rodovias e estradas de ferro. Em planta do Recife de 1932 (figura 07) já se verifica uma faixa contínua de crescimento da cidade na direção sudoeste, já

estando denominados na carta o Jiquiá, a Estância, Areias e Barro. No entanto, entre este primeiro eixo de crescimento e o que se desenvolve margeando a Av. Caxangá, verifica-se uma área extensa em branco, sem nenhuma representação na legenda.

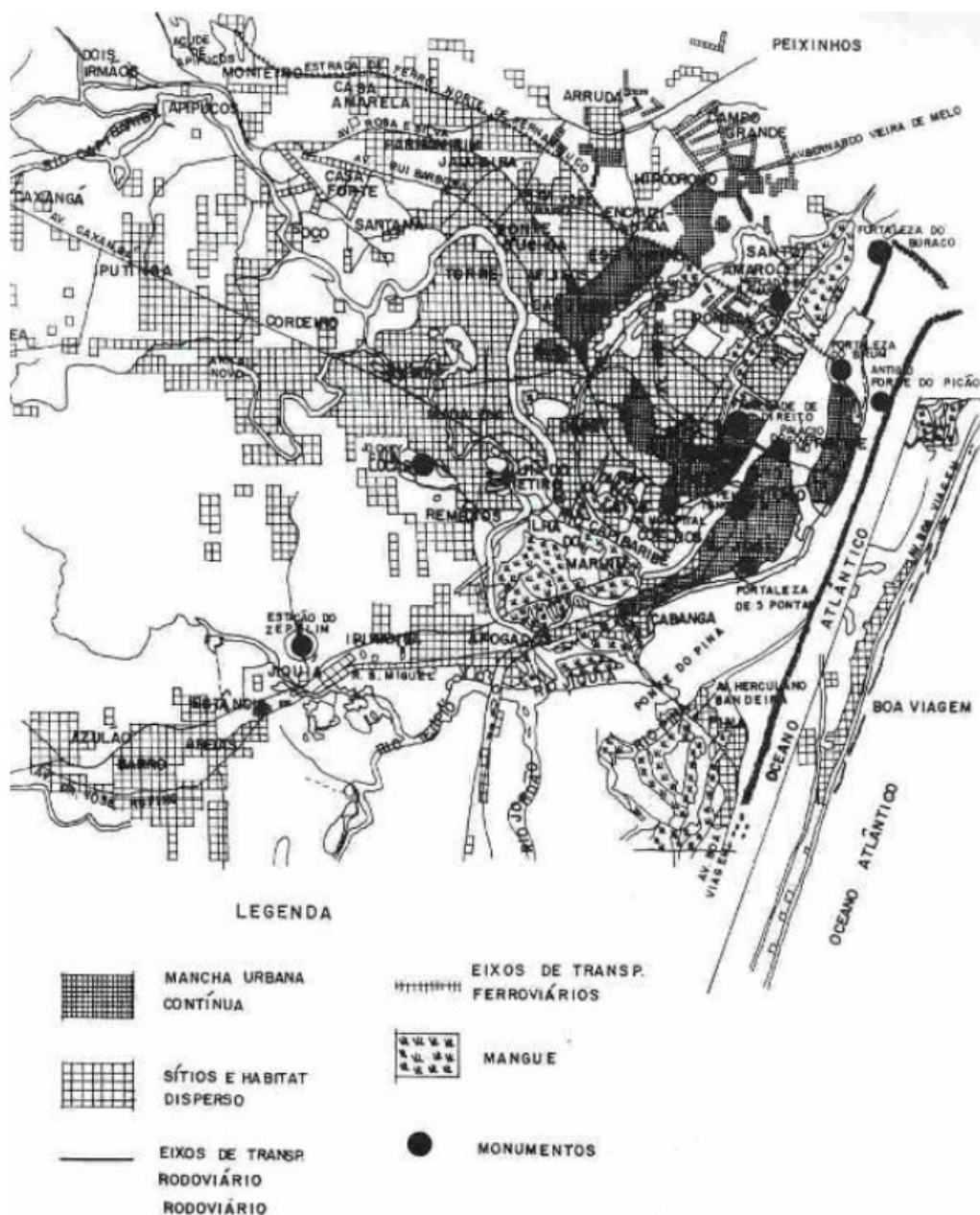


Figura 07 – Planta do Recife e seus arredores, 1932

Fonte: Barreto (apud Vasconcelos e Sá, 2011).

Embora na planta de 1932 a área correspondente ao Jiquiá encontre na legenda apenas a característica de sítios e habitat disperso, aglomerados de maior densidade que os povoados coloniais já se encontravam em consolidação. Um ano antes, ainda no contexto da passagem do dirigível alemão *Graf Zeppelin*, registraram-se fotografias em que é possível observar uma parte do que seria o Jiquiá naquela época (Figura 08), nas proximidades da torre de aterrissagem que lá permanece. Se a imagem nos permite, por um lado, confirmar que se tratavam de habitações ainda muito espaçadas, por outro, já seria esta uma paisagem diferente dos engenhos que

hegemonizavam o sudoeste do Recife nos séculos passados.



Figura 08 – Vista para o Campo do Jiquiá

Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. Zeppelin no Recife. Recife: Poço Cultural, 2015.

O que as imagens obtidas no contexto da passagem do dirigível e de sua atracação no Campo do Jiquiá (Figuras 05, 06 e 08) revelam é que a multiplicidade do padrão construtivo das habitações já era uma marca do Recife naquele contexto. Os mocambos representavam uma forma de autoconstrução daquelas populações que, recém-saídas do jugo da escravidão, seguiam despossuídas de terra e de condições mínimas para a construção de alvenaria. Não por acaso, a imagem do mocambo repete-se sempre nas margens de córregos, áreas suscetíveis a enchentes, configurando uma forma precária de habitação.

3 | OS MOCAMBOS E A AUTOCONSTRUÇÃO NO SUDOESTE DO RECIFE

Os mocambos, que se generalizaram no Recife na primeira metade do séc. XX interessaram-nos em particular pela similaridade em relação às formas de autoconstrução que o sucederam e que continuam a marcar presença nas paisagens do Recife contemporâneo. Pesaram sobre o mocambo o estigma da moradia irregular, da construção em áreas sem título de propriedade, as insalubridade e da proliferação de doenças, chegando na década de 1930 esta estigmatização ao seu auge, com políticas de governo que traduziam este sentimento.

Por outro lado, foi o mocambo uma das poucas alternativas de moradia de uma parcela imensa da população que historicamente não teve acesso a terra seja

no espaço rural ou nas emergentes cidades. O registro de crianças, negas em maioria, banhando-se em córrego nas proximidades do Campo do Jiquiá (Figura 09), dimensiona a relação que as populações mais pobres da cidade estabeleceram com suas águas, uma relação de moradia que começa com os mocambos, mas que atravessa o tempo e transforma-se nas palafitas das margens dos rios do Recife.



Figura 09 – Crianças no Campo do Jiquiá

Fonte: FIGUEIREDO, Jobson. Zeppelin no Recife. Recife: Poço Cultural, 2015.

Construídos por agentes produtores do espaço que poderiam ser considerados parte dos “grupos sociais excluídos”, conforme define Corrêa (1989), os mocambos proliferavam-se pelo Recife. Na década de 1930, teve início a mais forte repressão a sua existência. Virgínia Pontual assim descreve tal processo:

Com o interventor Agamenon Magalhães, o combate aos mocambos tornou-se uma das principais linhas de ação do Estado Novo em Pernambuco. Num primeiro momento, a atuação do governo de Agamenon Magalhães caracterizou-se apenas pela destruição dos mocambos; porém, após as articulações com as carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), assistiu-se a um surto construtivo de vilas habitacionais destinadas às entidades profissionais e corporativas e aos segmentos profissionais não-organizados (PONTUAL, 2001, p. 427).

A violenta ação contra os mocambos foi uma marca do Estado Novo em Pernambuco, uma ação que expressava a posição do Estado como agente produtor do espaço que naquele momento operava não só pela eliminação do mocambo da paisagem da cidade, como apresentava a construção de vilas como alternativa ao mesmo. Acreditamos que na ideologia “modernizadora” do Estado Novo estava o argumento utilizado para legitimar, naquele momento, a luta que era empreendida contra o mocambo pelos governantes. Segundo Leite

O interventor anunciava: Não tem conversa. O mocambo é um mal e como tal deveria ser extirpado. Mal contra a saúde e social. 'Mal social e célula de descontentamento aberta a todas as infiltrações que provocariam explosões sociais'. O Estado Novo queria um novo homem, transformando o atraso em modernidade. Um homem capaz de participar com seu trabalho e a sua crença no futuro, na edificação de um novo Brasil. O Estado Novo buscou permanentemente incutir sua concepção de mundo e seus valores, dentro de uma tradição corporativa, embasado no modelo tradicional de família, deus, pátria e ordem. Ele se significava como a superação das estruturas arcaicas e rurais que sustentavam o Brasil antes de 1930. O mocambo era incompatível como o novo homem brasileiro articulado pelos mentores do Estado Novo (LEITE, 2010 p. 02).

Em meio a uma época marcada pela transição do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, da substituição das importações, do crescimento das indústrias e da ideia de modernização, deflagra-se uma guerra contra os mocambos no Recife. Paralelamente a isso, a instalação de fábricas, as primeiras políticas habitacionais e expansão da autoconstrução foram progressivamente transformando a paisagem rural que persistia no Sudoeste do Recife, conferindo a este uma feição urbana. Assim, a paisagem dos engenhos foi dando lugar às habitações autoconstruídas. Reconstituir esta transição nos permite desvendar a trajetória da parte do Recife que aos poucos foi sendo tecido nos arredores da cidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender as dinâmicas que envolvem o Sudoeste do Recife no presente, entendemos que é necessário buscar na história os processos que levaram esta porção da cidade a assumir a formatação atual. Contudo, por se tratar de uma área que só foi efetivamente incorporada ao tecido urbano na segunda metade do século XX, a narrativa sobre o processo histórico do Recife acaba por não apresentar um detalhamento de informações sobre esta área como o que ocorre em relação aos bairros de mais antiga ocupação urbana na planície do Recife.

Para compreender a dinâmica de áreas que hoje fazem parte do município do Recife, mas que até a primeira metade do século XX não integravam uma macha urbana contínua da cidade, é necessário recorrer a referências que tratem das atividades rurais que predominavam em diversas áreas hoje urbanas.

Reconhecemos a contribuição de Pereira da Costa, em *Arredores do Recife* (2013), como um importante registro dessas áreas e de suas trajetórias, desde a constituição de propriedades rurais até o surgimento de povoados que originariam bairros como Jiquiá, Barro, Estância, Areias e Afogados. Relata, portanto, a história de pedaços do Recife que não faziam parte do Recife oficial daquele tempo.

Contudo, consideramos a necessidade de ampliar as referências acerca das áreas que hoje são bairros do Sudoeste do Recife. Recorreremos aos mapas que,

datados do final do séc. XIX e do início do séc. XX possibilitaram inferir que os engenhos de cana-de-açúcar compuseram por séculos a paisagem do que hoje é a RPA-05 do Recife. Muitos nomes de engenhos, que declinaram com a economia canavieira, estão preservados na nomenclatura dos bairros de hoje. No Sudoeste do Recife, isso acontece no caso do Jiquiá, Jardim São Paulo e Curado, mas repete-se em outras localidades, como Engenho do Meio, Ibura, Dois Irmãos. Todos bairros do Recife contemporâneo cujos nomes remetem a engenhos do passado.

Recorrendo a fotografias, identificamos a autoconstrução como um processo que marca a transição de antigas áreas rurais para futuros aglomerados urbanos. No Sudoeste do Recife, com a passagem do *Graf Zepelim* na década de 1930, lá estavam posicionados os mocambos, anunciando que a autoconstrução – até hoje característica nos bairros da RPA-05 – seria um importante componente na tessitura do Recife na direção sudoeste.

REFERÊNCIAS

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Apontamentos para uma Geografia Social da Cidade do Recife**. In: GALVÍNCIO, Josicleda Domiciano; SOUZA, Verônica Meira de. *Mudanças Climáticas e Biodiversidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

CASTRO, Josué de. **A Cidade do Recife**: ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. **O Recife e seus bairros**. Recife: Câmara Municipal, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. - 3a. Edição - Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.

COSTA, F. A. Pereira da. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2013.

FIGUEIREDO, Jobson. **Zeppelin no Recife**. Recife: Poço Cultural, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global Editora, 2004.

LEITE, Ricardo. **Recife dos Morros e Córregos**: a fragorosa derrota do exterminador de mocambos e sua liga social em Casa Amarela. Recife: X Encontro Nacional de História Oral, 2010.

PONTUAL, Virgínia. **Tempos do Recife**: representações culturais e configurações urbanas. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 42, 2001, p. 417-434.

SANTOS, Renata Nóbrega; DABAT, Christine R. **A Civilização Acompanha as Locomotivas**: a implementação da rede ferroviária no Brasil e na China 1852-1912. *Revista Leste Vermelho*, V.3., N.1, Janeiro/2017, pp. 453-509.

VASCONCELOS, Thatiana Lima; SÁ, Lucilene Antunes Correia Marques de. **A Cartografia Histórica da Região Metropolitana do Recife**. 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty, 2011. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/VASCONCELOS_THATIANA_E_SA_LUCILENE_ANTUNES.pdf>. Acesso em 27 jun. 2016.

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Data de aceite: 13/04/2020

Data de submissão: 03/03/2020

Everton Barbosa da Luz

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE, Recife – PE
<https://orcid.org/0000-0002-2558-6031>

Rodrigo Dutra-Gomes

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE/ Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/1899143196478529>

RESUMO: A produção do espaço urbano das áreas centrais do município de Paulista está ocorrendo sob a ótica do processo de renovação urbana, especialmente, no centro político e econômico, pela inserção do empreendimento estabelecido no Plano Diretor (2012-2020) da cidade, intitulado a Nova Paulista. Procuramos aqui destacar as formas com que o capital privado tem se apropriado das características do urbano para a valorização dos seus empreendimentos, formulando discursos que alteram as relações estabelecidas no espaço, de forma que constantemente esses espaços são ressignificados; como é o caso do uso dos Patrimônios Históricos e fetiches pelos Espaços Verdes. Como protagonistas desse processo

urbano temos uma coalizão entre corporações privadas e o Estado e, de outro lado, a sociedade. Desta forma, propõe-se discutir as relações entre a renovação urbana e a produção de valor do espaço por meio dos seus atributos materiais e imateriais, tal como concebida por Harvey (1984), colocando-a em diálogo com as contribuições de Santos (2006), Vargas e Castilho (2006) sobre as ressignificações do uso. Assim, a investigação parte de um evento ocorrido, no caso, o fechamento das fábricas têxteis de Paulista/PE (1990), resultando na produção de áreas ociosas no centro da cidade. **PALAVRA-CHAVE:** Produção do espaço; Renovação urbana; Valorização das raridades urbanas.

ABSTRACT: The production of the urban area of the central areas of the municipality of Paulista is occurring in the perspective of the process of urban renewal, especially in the political and economic center, by the insertion of the new Paulista enterprise. We seek here to highlight the ways in which private capital is appropriate to the characteristics of the urban for the appreciation of its enterprises, formulating speeches that alter the relationships established in space, so that constantly these Spaces are remeanded; As is the case with the use of historical heritage and fetishes for the green spaces. As protagonists of this process

we have a coalition between, on one side, companies and state and, on the other, society. In this way, it is proposed to discuss the relations between urban renewal and the production of value of space by means of its material and immaterial attributes, as designed by Harvey (1984), placing it in dialogue with the contributions of Santos (2006), Vargas and Castilho (2006) on the remeanings of use. Thus, the investigation part of an event occurred, in the case, the closure of the factories textile de Paulista/PE (1990), resulting in the production of idle areas in the center of the city.

KEYWORDS: Space production; Urban renewal; Valorization of urban rarities.

1 | INTRODUÇÃO

As produções dos espaços urbanos centrais, assim como na lógica de valorização das mercadorias, são criadas em diferentes contextos e dinâmicas. As mercadorias não são vendidas apenas por suas características, mas sim pela estética e valores apresentados na embalagem, pagos pelo consumidor final (BARBOSA, p. 18, 2014). É com este olhar que é feita a análise do centro de Paulista, o qual, o foco está nos processos que envolvem a renovação do espaço e sua valorização em diferentes usos do solo. Regido sob a ótica de valorização da mercadoria, tais processos obrigam certos espaços a cumprirem suas exigências. Nesta situação, o Estado centraliza suas ações na tentativa de causar mudanças nas percepções sobre o que é um ambiente urbano desejável, exemplificadas nas transformações municipais e na busca por justificar a substituição arquitetônica e cultural que estes desempenham no decorrer da história da cidade, como justificativa instrumental de sua modernização.

A princípio, o processo parece comum, decorrente de aspectos como a modernização da cidade, a (re) produção do espaço urbano pelo setor imobiliário, a valorização fundiária através das características materiais e imateriais, as segregações socioespaciais, sendo interpretada como algo inerente a própria condição. Porém, no centro de Paulista, a distribuição e o zoneamento do espaço sempre foram regidos sob a perspectiva de preservação da identidade local e o atendimento de serviços básicos a sociedade, posto que seus interesses passaram a mudar com a nova gestão pública do Prefeito vigente (2012-2020), em atribuições e estrutura, sob a égide governamental do poder que estavam submetidos, o capital privado.

O começo dessa história (1904) inicia-se com a compra da fábrica pela família Lundgren – que fizera fortuna com atividades logísticas no porto de Recife na segunda metade do século XIX. A cidade foi se transformando com as instalações das vilas operárias e núcleos fabris, resultado da coalizão empresa e Estado, e teve o seu maior crescimento entre os anos de 1930 até o início dos anos 50 (ponto

máximo da indústria têxtil de algodão no Brasil). Foi só no fim da década de 50, com o aparecimento de um polo dominante em São Paulo, que o mercado se tornou mais competitivo para indústria têxtil em Pernambuco, acarretando instabilidades na produção de tecidos. Na tentativa de retrocederem ao fechamento das fábricas e saída dos operários, investimentos em novos equipamentos foram realizados pelo Estado, esta modernização prolongou a vida da companhia, no seu local fabril, em torno de vinte anos.

Por fim, 1983 marca o ano em que a empresa atravessou diversas crises, com interrupções e retomadas de produção, até definitivamente fechar as portas nos anos 90 e vender grande parte de suas propriedades para a cidade Paulista, que produziu diversos conjuntos habitacionais. Desta maneira, a cidade de Paulista sofreu com as perdas de suas características de agrupamento industrial para transformar-se em mais uma cidade-dormitório dentre outras na região metropolitana do Recife.

Essa característica da cidade resultou na necessidade de expansão e renovação urbana do centro de Paulista, ampliando-se para os grandes terrenos de origem industriais (disponíveis desde o fechamento das fábricas) bem como áreas que nunca foram edificadas (com cobertura vegetal). Comandada pela coalizão atual das empresas de serviços imobiliários e o Estado, a saber, Parceria Pública Privada – PPP adaptou-se as normas para as realizações dos projetos empresariais. Isso resultou no financiamento, sobretudo das infraestruturas, como é o caso do novo projeto da cidade intitulado: “A Nova Paulista”. Geraram-se, então, novas materialidades e possibilidades de consumo e uso do centro. Em contrapartida a essa renovação – que tem “ressignificado” e dinamizado o espaço urbano do centro de Paulista –, está o enfraquecimento da memória (heranças) e o desaparecimento dos sujeitos que representem as materialidades históricas da cidade, que busca novos consumidores para o seu espaço hierarquizado.

Sendo assim, este estudo diz a respeito, sobre a renovação urbana na área central de Paulista/PE – o centro político e econômico do município. Aborda o espaço como conjunto interativo das relações de valorização da mercadoria com os atributos particulares do lugar, criando áreas especiais no acesso a serviços básicos. Enquanto outras áreas são segregadas em função das construções desses grandes projetos, que descontrolam o meio ambiente para transforma-lo em artificial, trazem riscos as comunidades que residem próximos a esses grandes projetos.

Nesse cenário atual, o setor imobiliário, residencial e de serviços adentram, cada vez mais rapidamente, com a narrativa de um novo município, passando a se materializar através da substituição e valorização das áreas Históricas e Ambientais. Na medida em que as relações privadas estabelecem um conjunto de processos que definem o papel do poder público, legitimam a organização do território, as relações da sociedade e constituem regras de produção para a cidade. As intervenções privadas

se apropriam de dois aspectos importantes para produção de valor de troca, (1) dos elementos arquitetônicos, históricos, culturais e (2) das áreas ambientais (verde) com o intuito de, por um lado, tornar mais valorizado o que o espaço já possui, como a as memórias afetivas do lugar, por outro, o exclusivo acesso ao meio ambiente. Com isso, a regulamentação do desenvolvimento urbano sobre o que consideram o ideal de cidade, se válida de mecanismos de controles das práticas de construção urbana e das relações da sociedade; dividindo o espaço a partir do apoderamento das corporações.

A nova dinâmica proposta para a Nova Paulista, com variados serviços, símbolos e logotipos diferentes suscitam alguns questionamentos. Se, num mesmo ambiente todos os produtos apresentam similaridades de ofertas e preços, porque determinado sujeito compra uma marca específica? Porque ele escolhe por esta e não aquela marca? Significa que o custo para obter tal mercadoria, seja ela um lote de terra ou um serviço ofertado é o fator importante no momento da aquisição? E as características qualitativas, são os fatores concernentes a uma decisão final de compra?

Do ponto de vista do mercado, onde a lógica é a produção final de mais capital, o setor privado com todos os seus mecanismos de propaganda se aproveita de toda singularidade do espaço para mercantilizá-lo. Com a reprodução do espaço urbano central de Paulista, um conjunto de atividades econômicas nos setores habitacionais e de serviço se beneficia dos atributos locais, como os Patrimônios Históricos e áreas verdes, passando a construir um espaço sob a égide exclusivista, que separa as classes sociais de acordo com o poder de compra que cada uma possui, o que veremos no tópico à seguir.

2 | O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA E RESSIGNIFICAÇÃO DO USO DO CENTRO DA CIDADE DO PAULISTA – PE

Estudos que retratam sobre os produtos imobiliários e os espaços gerados podem ser norteados por diversos aportes e abordagens. Com essa finalidade, observa-se que a compreensão das contradições socioespaciais ligadas à produção e ao valor que é agregado ao espaço, se utiliza tanto de reflexões sobre objetos materiais quanto imateriais, podendo, no primeiro caso, ser explorada com referência nas proposições marxistas da produção do espaço. Tal abordagem dará suporte na discussão teórica sobre a produção do espaço e as relações com a sociedade mediante a renovação urbana da cidade. Espaço este que, sob este viés, não é um conjunto de coisas, porém, é um produto que é cheio de peculiaridades históricas que estão associadas ao processo de acumulação do capital (LEFEBVRE, 2007; CARLOS, 2001; 2011). David Harvey em suas concepções sobre a renovação do

espaço afirma que:

A lógica “pós-moderna” presente nos projetos urbanísticos de renovação não representa, uma ruptura histórica significativa com a modernidade, mas sim uma etapa cultural representativa do capitalismo de acumulação flexível. Em outras palavras, significa uma Destruição Criativa, isto é, o novo tem de ser construído a partir das cinzas do antigo. (HARVEY, 2006, p. 69-96)

Nesta perspectiva, as transformações que ocorrem no setor imobiliário trazem consigo não apenas mudanças na paisagem do espaço, mas uma dinâmica de acumulação de capital e expansão territorial que constituem o processo de “destruição criativa”. Ciente da necessidade de conquistar novos mercados, lançar novos produtos ou apresentar novas soluções o setor imobiliário se envolve na participação de domínios territoriais que produzem e expandem a cidade a tal maneira que modifique a percepção espacial dos elementos que compõem o espaço, mesmo que isso signifique a inclusão das contradições relativas a essas modificações. De acordo com Harvey (2004), isto acontece por conta das crises cíclicas de superacumulação, que fazem com que o capital busque novos lugares para se acomodar ou destrua os já existentes, ser ao mesmo tempo descritivamente criativo que significa ser criativamente destrutivo.

Parte-se do pressuposto que, em centros urbanos o modo de produção capitalista esteja em um contexto de acumulação flexível, não apenas por serem centros comerciais e políticos, no entanto por serem espaços estratégicos. Desta maneira tanto a reprodução social quanto o acúmulo e valorização do capital, por mais que apresentem um modo de produção aparentemente neutro em suas mudanças, apenas estão cumprindo seus papéis no funcionamento do processo. Sendo assim, como assegura Harvey (2005), “a acumulação é o motor cuja potência está em sua maior utilização no modo de produção capitalista”. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e expansível, esse sistema cria uma forma revolucionária duradoura, que, progressivamente reforma o mundo ao qual vivemos.

Para Lefebvre (2008, 192 p.), o espaço se tornou instrumental. Lugar e meio onde as estratégias se desenvolvem, onde elas se enfrentam, há muito tempo, o espaço deixou de ser geométrica e geograficamente neutro. Portanto, o espaço não é neutro e nem possui uma postura inofensiva; pelo contrário está – como acredita Lefebvre – sendo cada vez mais instrumentalizado. Passa a ser estratégico por estar ganhando novas formas, conteúdos e significados no seu modo de transformar, composto de intencionalidade para ser empregado como recurso para alcançar a dominação. Por fim, o espaço produzido é, logo, o espaço projetado.

Nesta perspectiva, o espaço não é um simples ‘produto da sociedade’, por conseguinte não se trata apenas de um produto manufaturado como outro qualquer, nem um conjunto de materiais. A principal ideia é que as reproduções das relações

sociais estão ligadas a produção do espaço. Sua produção abrange não apenas a (re) produção de estruturas físicas, de valores e mercadorias de diversos seguimentos, mas também elementos imateriais e, que não estão apenas ligados aos assuntos estreitamente econômicos, mas que são apropriados por ele e ganham valor de troca; estando assim, necessariamente, condicionado ao planejamento dos agentes produtores do espaço.

Partindo da consideração que a concepção da produção do espaço vai mais além do que a produção econômica, e está ligada ao reconhecimento das características intangíveis tais como sentimentos, sonhos, realizações e necessidades. Nesse nexos, a produção do espaço está cheio de características subjetivas que carregam consigo a identidade do espaço, o diferenciando em algum ponto de outras cidades, de outros centros. Essas particularidades estão impregnadas nas representações de poder que ministram as transformações, a reputação da sociedade e a riqueza que a cidade possuiu, aproveitando as cinzas da destruição criativa para renovar o espaço.

Nesse mesmo contexto, a utilização dessas representações para a valorização do espaço urbano traz consigo o discurso de pertencimento do cidadão ao lugar, onde são traçadas estratégias que o identifique como conectados a determinado espaço. Isso é o que acontece com as propostas mercadológicas por setores imobiliários e de serviços, a exemplo o marketing do centro da cidade de Paulista, onde captura-se tanto aspectos históricos na forma dos patrimônios quanto na fetichização da natureza por meio das reservas ambientais. Contudo, as mudanças que ocorrem na produção do espaço carregam também representações de negatividade que acabam por segregar espaços que não se enquadram as novas modelagens do centro da cidade. São desigualdades e dinâmicas contraditórias que se sucedem do centro até suas bordas.

De acordo com essa perspectiva, o espaço ao qual se localiza o centro da cidade de Paulista vem se transformando. Os veículos de propaganda articulam sobre as mudanças do espaço urbano, e tratam esse acontecimento como um marco da cidade, levando ao crédito de que era isso que faltava para o centro econômico e político de Paulista para se tornar atrativo como outros centros da Região Metropolitana do Recife – RMR.

A relação dialética entre o espaço mental, que é o espaço vinculado a prática, e o espaço social (projetado, construído, produzido) é essencialmente vista nesse caso, divulgado como promovedor de grandes melhorias que partem desde o centro da cidade até as bordas intraurbanas. E essa percepção não é algo único e exclusivo de empreendimentos imobiliários, residencial e de serviços, mas também de grandes mídias de circulação e até mesmo do poder público. Sendo assim, o processo ao qual o setor imobiliário se valoriza é por meio do espaço construído, que está conectado

com a imaterialidade do espaço, o tornando assim mais valorizado economicamente. Para Lefebvre (1999b, p. 44)

A produção do espaço não se limitaria apenas à produção física do capital, mas inclui também a produção da (s) forma (s) de vida da (s) pessoa (s), com suas ideias e representações, pois “A produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção de ideias, das representações, da linguagem. (...) Os homens produzem as representações, as ideias, mas são ‘os homens reais, ativos’”

Tal importância das produções das formas de vida para os empreendedores assegura que a atualização do espaço construído é uma “garantia dos agentes que produzem o espaço, de que a reprodução/acumulação do capital aconteça, por conta das relações de produção que a sociedade tem com o espaço. Por conta disso, é que a expressão da sociedade se dá pela sua ativa aproximação com as transformações e contradições geradas no seu *habitat*. Como produtor de contradições, o setor imobiliário com participação efetiva do Estado, (re) produz o seu centro econômico, argumentos de dispersão dessas transformações para as bordas do município. No entanto tudo que se pode ver é o gerar de conglomerados de condomínios e serviços para abastecer a lógica da propriedade privada. E é com essa dinâmica que acontece a transformação do espaço pela agregação de valor, pelos valores imateriais que o espaço vivido possui, tornando o espaço como valor de troca tal como comenta Alvarez (2013, p. 113-120):

[...] o que parece estar posto vem a ser o domínio quase absoluto do mercado, em busca de efetivar a cidade como valor de troca, a partir de usos produtivos, mas direcionando seletivamente os investimentos, uma vez que a lógica é que a produção do “novo” na cidade, ou a sua reprodução, constitua, antes de tudo, reprodução do capital. [...] o processo conduz à seletividade dos investimentos e dos sujeitos que se quer atrair para estas áreas.

Na busca pela atração de novos consumidores, o espaço é tratado como mercadoria, sob a lógica do capital. A necessidade humana do acúmulo de capital tornou o espaço urbano central uma espécie de especiaria bastante concorrida, e as grandes empresas capitalistas são os agentes moduladores que mais são ativos na disputa. O processo da criação de valor está relacionado com a intimidade com que os bens materiais e imateriais se intercalam. Acreditando assim que para compreensão das mudanças socioespaciais urbanas estão ligadas as questões do valor de uso e do valor de troca e como se relacionam.

A partir dessa relação mútua, o espaço urbano central passa a se estruturar em um conjunto de instrumentos imobiliários, que é de vital importância para que o motor do capital comece a trabalhar, sendo onde diversas atividades da dinâmica do capital (ou boa parte) se realize. É a criação e produção de novos espaços

que mantém a engrenagem da circulação do capital, assegurando a mais-valia da mercadoria. Isso não significa uma tarefa fácil, pois a lógica do capital está pautada na circulação rápida de recursos, mas os imóveis possuem particularidades, que por mais que seja lenta a sua produção e tenha custos elevados, tem sua longevidade garantida, fazendo com que seu valor não decline.

A importância de tais características dos bens imóveis sobre a terra abrange melhorias que as suas transformações exercem sobre a infraestrutura do espaço com fins industriais, comerciais e residenciais; possuindo ainda um mercado pautado em leis típicas de apoio a essas transformações. Essas contribuições não podem ser dissociadas das relações que o capital acaba tendo com o setor público, justamente pelo produto social que o capitalismo gera com os imóveis construídos, que acaba não podendo se separar de parcerias econômicas, políticas e culturais para com o Estado. Por isso, as tensões do Estado, que mesmo com o papel de agente construtor, age mais como fiscalizador do uso do solo da produção imobiliária do que de agente hegemônico, implicando assim nas contradições advindas dessas relações, que favorece, em consequência, a supervalorização do espaço. O que dá ao Estado uma tonalidade de agente construtor que direciona o espaço para o exclusivismo.

De acordo com essa valorização, percebe-se que o valor de uso e o valor de troca estão sob as faces de uma mesma moeda, na medida em que trabalham juntos no movimento de apropriação de dominação espacial, que acaba de ser destruído para ser renovado, carregam consigo uma importante contradição, isto é, o fato de o uso ser um possível meio para proporcionar a troca. Nesse Decurso, em termos gerais,

O impulso motivador e o objetivo determinante de cada parte presente na troca de duas mercadorias são a necessidade de possuir o valor de uso da mercadoria da outra parte envolvida. Ao mesmo tempo, a própria mercadoria, e com ela a necessidade alheia, é somente um meio para atingir um fim. O objetivo de um é, por sua vez, o meio do outro para chegar ao próprio fim por meio da troca. Assim, num único ato de troca defrontam-se duas vezes duas perspectivas opostas. Ambas assumem tanto a perspectiva do valor de troca, quanto uma determinada perspectiva do valor de uso. A cada perspectiva do valor de uso opõe-se uma perspectiva do valor de troca, pela qual ela é possivelmente enganada (HAUG, 1997, p. 24-25).

Assim, ao utilizar essa abordagem, é possível observar que, para que haja o desenvolvimento das perspectivas de valor de uso é necessária uma localização apropriada. De acordo com Ribeiro (1982, p.35), para o empreendimento industrial de Construção Civil, a localização do espaço é essencial, pois “expressa à escolha de uma marca que lhe conceda elevar ao máximo o valor de uso complexo”, o que permite a possibilidade de investimentos de patrocinadores. Leva-se em consideração

que o resultado esperado pelos empreendedores é lucro, a utilização do valor de uso para valorização das mercadorias e não a realização das melhorias sociais. Isto implica dizer que os agentes da produção imobiliária estão voltados para renovação urbana por conta do lucro que a destruição criativa lhes garante, e para o quebrar da resistência do seu próprio sistema que é um processo antagônico e dialético.

Essa relação da produção capitalista necessita de novas localizações para a ampliação urbana ou de lugares que necessitem da reprodução do meio-técnico-científico, como o caso das áreas centrais urbanas, onde há terrenos ociosos, e que se faz cômodo a remodelação do espaço por meio da implantação de novos empreendimentos que darão luz a novos projetos de edificações. Conforme a tecnologia se perpassa pelos anos, o capital cria um ciclo automático de construção-desconstrução reconstruindo assim sempre o ambiente projetado, a renovação urbana e a destruição criativa. Sendo assim, o espaço percebido sempre ficará à mercê dos agentes construtores com fins de legitimar e justificar a necessidade de se modernizar, trazendo assim para o capital o dever de iniciar um novo ciclo de transformações sempre que lhe for conveniente (BARBOSA, 2014, p, 99).

Por sua vez, o Estado como regulador (fiscalizador) das transformações realizadas pelo setor imobiliário entra na discussão sobre a cidade, (ARANTES, 2000, p. 11), agregando a definição de *gerenciamento* ao planejamento urbano, pondo em questão a situação em que as transformações urbanas estão sendo reestruturadas no centro da cidade. Sob tal enfoque, as cidades são obtidas como grandes centros comerciais que detêm tanto poder político quanto poder econômico para a gestão da dinâmica do capital, o que faculta uma relação entre as produções urbanas espaciais locais e regionais.

Para o capital, parte-se do pressuposto que a cidade ideal, é produtiva, integralizada e conectada com as redes de negócios e fins econômicos, e acima de tudo competitiva, trazendo consigo o novo conceito de planejamento urbano por seus idealistas e agências privados que o fomenta. A lógica do mercado subordinaria o governo da cidade construída e percebida como uma empresa voltada a produtividade e competitividade, sendo assim uma nova forma de imaginar o urbano por esses elementos que o dominam, levando ao que Harvey invocou de *empresariamento da gestão urbana* (HARVEY, 1996).

Contudo, o discurso de renovação da paisagem urbana (revitalização) na sociedade capitalista permite uma visão melhor, do que a cidade poderia se tornar (centro político e econômico). Isso resultaria por sinal em diversas dinâmicas que atrairiam mais investimentos por meio da competitividade inserida na produção do espaço. O discurso de legitimação para tais mudanças é única e exclusivamente voltado para as melhorias socioespaciais e ambientais, visando criação de novos empregos, revitalização da cultura da cidade, preservação dos patrimônios históricos

(identidade da cidade), cuidado com áreas ambientais “protegidas” pelo CPRH e modernização da infraestrutura central.

Por isso, a produção do setor imobiliário é realizada em função e estudo prévio daqueles que podem comprar suas mercadorias, nem sempre realizado para quem necessita de moradia (COSTA, 1983). No entanto, encontra-se divergência quanto ao do tipo de consumidor, ao produto oferecido a este mercado e de como é construído as mercadorias cheias de representações, correspondente a que tipo de consumidor o mercado quer abarcar. Segundo LUCENA (1985, p.27): “os diferentes preços assumidos pelos diversos tipos de habitação mostram que a habitação deve ser composta de um número finito de características que os indivíduos valorizam diferenciadamente(...)”.

Nesse sentido, a omissa maneira de governar do Estado não pode se basear apenas no agenciamento de negócios e investimentos, porque o gerir do planejamento urbano traz apenas consigo o agravar dos problemas urbanos, segregação e desigualdade sociais que acabam por se orquestrar com a dominação do capital por meio das grandes corporações nessa área central de dominação da cidade. O processo de globalização e fragmentação vem questionando a qualificação¹ por meio de planejamento urbano nas entrelinhas do desenvolvimento da cidade, indo de contra aos próprios direitos instituídos por ela, que significa uma constituição ou reconstituição de um espaço-temporal, um local ao qual possa se reunir junto à sua identidade, ao invés da promoção da fragmentação social.

A flexibilização ao qual o Estado permite com que o setor imobiliário transforme o espaço urbano, no caso do centro de Paulista, lhe permite a captação de recursos simbólicos como é o caso do pertencimento da população local para com os espaços de patrimônios históricos, que revelam a identidade do espaço representado, ou o caso dos recursos naturais, usados como fetiches em um mundo globalizado que parece cada vez mais tecnológico e possuído pelo concreto, tornando, neste caso, o verde, uma raridade a que se quer possuir, agregando assim essas características usadas pelos empreendedores como valorização urbana do espaço vendido.

A potencialização dessas características torna os imóveis enquanto mercadorias mais fáceis de serem comercializados a um público novo. Neste momento, destaca-se a habilidade do mercado imobiliário em organizar as habitações e como se relacionam com os agentes de produção, tirando proveito da governança do Estado de forma a obter mais lucros. Para SMOLKA (1983, p.205), uma das características do incorporador imobiliário é “a de promover o empreendimento certo, no lugar certo, para o consumidor certo”.

No atual contexto vivenciado pelo centro da cidade de Paulista, o centro é

¹ Entende-se por “necessidade de qualificação do espaço urbano” a busca por um espaço tecnicamente organizado e socialmente mais justo.

concebido como lugar onde se reúne não apenas os poderes políticos que regem a estrutura do município, mas também toda uma dinâmica imobiliária e de serviços que perpassam a obtenção de lucros. Por isso as atuações corporativas capitalistas promovem a produção/consumo do espaço nos centros municipais, justo pela oferta quantitativa/qualitativa que circula nos centros econômicos.

A cidade, mais ou menos estilhaçada em subúrbios, em periferias, em aglomerações satélites, torna-se ao mesmo tempo centro de poder e fonte de lucros imensos. A aglomeração urbana deixou de ser tecida intersticial contexto passivo das grandes empresas: ela literalmente faz parte delas; ela fornece os múltiplos serviços, transportes e subcontratações das quais essas empresas não podem prescindir. Há, na cidade moderna, um verdadeiro consumo produtivo do espaço, dos meios de transportes, das edificações, das vias e ruas (LEFEBVRE, 2008, p. 155).

Em tal ponto, o capitalismo atua de forma intensa e estridente em áreas urbanas centrais, afim que todas as suas funções se reproduzam neste espaço e chegue até a sociedade, que é o alvo de maior consumo de mercadorias. Suas proporções são tão contundentes ao ponto que todos os detalhes que somam a valorização de um produto são utilizados para alcançar a sociedade que o próprio produz e consome, e não chega a ser curioso, que os projetos imobiliários iniciados vão se repetindo ao longo do espaço urbano da cidade, tentando homogeneizar a forma como o capital se reproduz.

E mesmo havendo um regulador do espaço, o Estado por sua vez, deixa seu papel de agente de uso e ocupação do solo, para direcionar as transformações do espaço urbano para o exclusivismo e produção do capital; e não um agente promovedor das igualdades do acesso ao espaço, deixando assim expressos e visíveis às contradições que permeiam a sua volta.

Observa-se então o quanto privilegiado é uma localização para a sociedade capitalista, o quanto mais acessos e permissões as transformações da infraestrutura forem dadas, mais será utilizado de todo seu entorno, características materiais e imateriais, irão influir sobre o preço da terra que é vendido. Assim como afirmam RIBEIRO e CARDOSO (1996, p. 23) “A terra terá seu preço regulado pelas condições de competição entre os vários capitais e pelas possibilidades de lucratividade propiciadas pelas diversas localizações no espaço urbano”.

Com essa resoluta situação, a reprodução do espaço central mostra qual a sua verdadeira intenção, que é uma integralização mundial, e na mesma face, um segregador da realidade do local, gerando por si só desigualdade na sua seleção de classes que podem usufruir do seu sistema. SANTOS (1997a) “argumentando sobre a verticalidade, “afirma que a gerência das ações tomadas na produção do espaço se tem por chefia as grandes empreiteiras, integrando assim diferentes realidades a contextos totalmente diferentes”; sendo uma lógica permanentemente seguida

pelo mercado financeiro mundial. Esse abrupto apoderamento privado tem como resultado a fragmentação do espaço urbano, tornando as paisagens cada mais diferentes do seu comum.

Diante da apropriação desses fatores, o poder público tem incentivado as transformações nas áreas urbanas centrais, como é o caso da cidade de Paulista, que contém todo um aparato histórico e cultural, repleto de reservas ambientais; todos transformados em recursos para a produção de valor do espaço, atribuído ao conceito de 'novo', construído a partir das cinzas do velho, que a cidade tem tentado alcançar sua renovação urbana. Por isso a rede de informações comercial é lotada de ideias, representações e linguagens que expressam a necessidade de adquirir determinada mercadoria, seja ela um serviço ou uma habitação. A cidade passa a se render aos interesses econômicos dos agentes produtores ou grupos sociais, que (re) estabelecem sua produção com o intuito de produzir as ideias do ser humano, que acabam se tornando uma etapa do produto. A respeito disso, Lefebvre comenta que (1999, p.44):

[...] a produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção das ideias, das representações, da linguagem. Intimamente misturada à atividade material e ao comércio material dos homens, ela é a linguagem da vida real. Os homens produzem as representações, as ideias, mas são os homens reais, ativos. Assim, a produção não deixa nada fora dela, nada do que é humano. O mental, o intelectual, o que passa pelo "espiritual" e o que a filosofia toma como seu domínio próprio, são "produtos" como o resto. Há produção das representações, das ideias, das verdades, assim como das ilusões e dos erros.

Assim torna-se claro a importância da história sobre os fatos, métodos e técnicas usadas para produção do espaço urbano, quando Lefebvre descreve (1991), a responsabilidade das relações socioespaciais pela materialização do espaço por meio dos processos históricos, visto que

se se considera a cidade como obra de certos "agentes" históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu "produto". Sem com isso separá-los. Não há obra sem sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma "natureza", um campo e um meio (LEFEBVRE, 1991, p.48).

Sob essa perspectiva da organização dos centros urbanos e da cidade, é importante ressaltar que, segundo Lefebvre (1991), está relacionada à forma de organização e a como esta área se produz socialmente. O espaço passa a ser um reflexo da construção que a sociedade desenvolve por meio dos conflitos entre grupos e apropriação, de certo uma disputa econômica pela dominação hegemônica. E são pelos diversos significados que Paulista possui no espaço, que a intensificação das

formações urbanas assume funções estratégicas para barganhar com a sociedade, atraindo assim a valorização dos imóveis por imaterialidades que o próprio espaço possui fato que em outros períodos históricos não tinham sido enaltecidos.

Na cidade de Paulista, o perfil das empresas de capital alocadas no espaço com atuação no setor imobiliário, residencial e de serviços expressam, em primeira instância, estas características. São corporações fundamentadas na estruturação vertical das habitações, imprimindo uma nova dinâmica para a cidade, com o intuito de se integrar a estrutura da sua RMR. Acontece uma forte produção de obras públicas que desencadeiam empreendimentos em formato de condomínios e residências voltados para obtenção de maior lucro, um remodelamento do espaço, que antes possuía áreas disponíveis (destruídas, desde então), e agora está sendo 'renovado'.

A construção do espaço no bairro Centro do Paulista teve relação direta com os diferentes setores econômicos que lá atuaram. Desde a agricultura do antigo engenho de Manuel Navarro, passando pelo setor industrial têxtil, até a atual atividade econômica de serviços, a cidade vinha numa constante transformação em relação ao seu principal agente modificador do espaço, os proprietários industriais.

Os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locais pertinentes às atividades de suas empresas – junto ao porto, às vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população etc. A terra urbana tem assim, em princípio, um duplo papel: O de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locais específicos às atividades. (CORRÊA, 1989, p. 13)

Os grandes proprietários que se adaptaram as mudanças mercadológicas do espaço implantaram novos serviços que já eram realidades em outras áreas. Deu-se seguimento então a desconstrução da atividade agrícola como a mais importante na cidade, motivo ligado às inovações tecnológicas que estavam chegando ao país. A outra atividade econômica que passou a atuar na cidade, a indústria têxtil, mais precisamente a Companhia de Tecidos Paulista (CTP), para atender as suas necessidades, introduziu muitas novas estruturas ao território. Assim, tendo uma enorme influência no processo de produção do espaço do Centro de Paulista, sobre o comando da Família Lundgren, a qual detinha as posses de mais de 90 % da terra.

Tendo sido fundada nos primeiros anos da década de 90 do século passado por sobre a área de um antigo engenho e tendo sido adquirido desde 1904 o seu controle acionário pela família Lundgren que a expandiu nos anos 10 e 20 com novas máquinas e através da ligação direta da fábrica a uma rede varejista de lojas, que se espalham pelo Nordeste e depois pelo país, a CTP possui nos anos 50 uma vila operária de aproximadamente 6.000 casas que coincide com a cidade-sede do município de Paulista, cuja área, de resto, esta companhia controla territorialmente na sua quase totalidade. A fábrica e a vila operariam de Paulista, distante apenas 20

km do Recife, mas conseguindo manter seu isolamento até os anos 50 e 60 através do seu monopólio territorial, distingue-se assim por esta superposição entre uma unidade econômica de atividades fabris e agrícolas centralizadas e uma unidade político-administrativa que vem assim notabilizar a concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos. (LEWIS, 2014)

Numa forma de tomar as coisas para si, essa atitude é classificada por Carlos (2011, p. 38-45) como uma “prática essencialmente humana”. Tudo aquilo que está a sua volta, é transformado como “um objeto que lhe é pessoal”, e o homem se apropria de tudo, envolvendo suas regras e formas em tempos e espaços determinados. De acordo com a autora, o habitar está relacionado com a apropriação que homem possui das coisas ao seu redor. É por meio do espaço das relações que o seu dia-a-dia são estabelecidos, bem como os significados simbólicos com o lugar e as pessoas. Por meio destes usos que se concebe a “construção da memória e da identidade”, e a que se vincula a importância do patrimônio Cultural, constituído pelo Patrimônio Imaterial e Arquitetônico.

Sob a perspectiva progressista onde tudo que é “novo é melhor que o antigo”, novas funcionalidades são instauradas na cidade de Paulista, foram colocados de lado as antigas práticas e habitações que fizeram parte da rotina tradicional do indivíduo, forçando-o a mudar de hábitos. Com isso, a busca por tomar mais coisas para si acaba bloqueando uma *construção da identidade*, vínculos e relações sociais, tornando apenas a produção pelo espaço o caracterizando como um lugar de conquistas e controle, dividindo assim a sociedade em uma hierarquia social de quem possui mais. Transformando a identidade do local e seus patrimônios enquanto moeda de troca por mais valor.

3 | CONCLUSÃO

Atividades de cunho econômico e os empreendimentos que tem como função a habitação precisam de um espaço dinâmico para sua expansão, por isso, a procura por espaços urbanos disponíveis é um processo constante. Por conseguinte, quando a construção das moradias é concluída, os grandes empresários irão à procura de novos espaços para a construção de novos empreendimentos imobiliários. Com isso, a relação com a quantidade de corporações em determinado espaço, determina o quanto o espaço é mais fragmentado na disputa pelo desenvolvimento de uma determinada atividade. E é por meio das mudanças e agregação de valor da sua terra como mercadoria que os empresários podem medir a geração de sobrelucros². Esse valor adquirido inclui parte da identidade do local que também é representada pelos patrimônios históricos, que diferenciam a cidade de Paulista de outras da Região Metropolitana.

2 Entende-se por sobrelucro todo o ganho do capital que exceda o lucro à taxa média da economia.

Para que a renda fundiária agregada de valor gere lucros por meio da verticalização da cidade três fatores se tornam importantes: a capacidade que o agente construtor tem e as técnicas utilizadas por ele, o preço do solo e, a partir do valor do metro quadrado, o quanto a população está disposta a pagar. Como resultado, as transformações geradas pelas corporações acontecem com maior intensidade em locais com uma intensa divisão econômica e social do espaço, que são compreendidas por áreas onde os valores dos imóveis são preços de domínio comercial (de acordo com a legislação urbana local). Não obtendo essa divisão os imóveis passam a ser conquistados por indivíduos de outras regiões, segregando o espaço urbano central, como é o caso da cidade de Paulista.

A produção de arranha-céus e habitações verticais que a população local não pode pagar, só geram sobrelucros num mercado monopolizado, onde o poder de compra para obtenção de imóveis é a regra. O lucro final obtido pelo complexo imobiliário cobre todas as suas despesas com os seus condomínios, representadas pelos seus fortunados metros quadrados cheio de valores de troca.

Na lógica da estética da mercadoria, os construtores capitalistas irão investir em um produto no qual a possibilidade de captação de sobrelucro seja a maior possível. No entanto, o quanto as construtoras podem captar com seus lucros vai estar totalmente ligado com as tecnologias desenvolvidas por cada grupo imobiliário, tornando os centros políticos palcos comuns de renovações e ressignificados de usos.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Isabel Pinto. A Segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111-126.
- ARANTES, O.B.F. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único – desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000 e 2011. pp.11-74
- BARBOSA, Adauto Gomes. **Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva** (Tese de Doutorado). Recife, 2014
- CARLOS, Ana Fani A. São Paulo: **do capital industrial ao capital financeiro**. In: CARLOS, Ana Fani A. & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). *Geografias de São Paulo: a metrópole no século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004, (v. 2), p. 45-84.
- COSTA, Juliana de Fátima. **A paisagem do rio capibaribe como estratégia de marketing para o setor imobiliário**. Recife: *Universidade Federal de Pernambuco*; Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2010 (Dissertação) .
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.115-144.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. Tradução: Erlom José Paschoal; colaboração: Jael Glauce da Fonseca. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso da São Paulo**. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SMOLKA, M.O. **Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço**: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica. Rio de Janeiro: PNPE, 1983.

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Data de aceite: 13/04/2020

Gilson Barbosa de Sousa

Acadêmico do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – MAG/ UVA E-mail: gilson.s.b@hotmail.com

Aline de Araújo Lima

Docente do curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal do Piauí - UFPI/CEAD E-mail: alinelimapj@hotmail.com

RESUMO: O presente estudo pretende revelar como se deu a participação da população na elaboração do Planejamento urbano, bem como traçar o perfil dos participantes na elaboração do PPA (Plano Plurianual) 2018-2021. A intensificação dos problemas urbanos e a necessidade de adaptar as políticas federais e estaduais à realidade local, fez com que gestores municipais adotassem práticas inovadoras de gestão urbana, sendo assim este estudo buscará compreender a dinâmica entre o planejamento, ato de prever e de se organizar para o futuro e gestão voltada para a necessidade de realizar os desejos do planejamento urbano do município de Teresina. O trabalho empreendido busca compreender se o caminho que a administração Municipal de Teresina, vem traçando, se enquadra nesse

novo contexto sociopolítico, onde os gestores locais estão frequentemente, buscando novas formas de enfrentar os problemas urbanos, observando, de um lado, a sustentabilidade ambiental e, de outro, as condições socioeconômicas de sua população, através da criação de mecanismos que, de alguma forma, estabeleçam um contato maior com a realidade urbana. Nesse contexto o Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257/2001), revela diretrizes gerais de política urbana elencadas em seu artigo 2º, inciso II, Gestão democrática municipal. Que disponibiliza a participação popular na definição das tutelas jurídica de políticas municipais relativas ao aspecto orçamentário-financeiro e ao planejamento urbano. O trabalho tem como objetivo geral caracterizar o perfil dos cidadãos que participaram do Plano Plurianual PPA 2018 – 2021, por meio das consultas públicas viabilizadas pela gestão municipal. A investigação teve como técnica, a pesquisa bibliográfica documental com abordagem qualitativa e quantitativa, concluiu-se que a participação popular é um instrumento indispensável no contexto atual do planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento e gestão urbana. Plano Plurianual 2018–2021. Participação. População.

ABSTRACT: The present study aims to reveal

how the population participated in the elaboration of the Urban Planning, as well as to outline the profile of the participants in the elaboration of the 2018-2021 PPA (Multiannual Plan). The intensification of urban problems and the need to adapt federal and state policies to local reality has led municipal managers to adopt innovative urban management practices, so this study will seek to understand the dynamics between planning, forecasting and organizing for the future and management focused on the need to fulfill the wishes of urban planning in the municipality of Teresina. The work undertaken seeks to understand if the path that the Teresina Municipal Administration has been tracing fits into this new sociopolitical context, where local managers are often looking for new ways to face urban problems, observing, on the one hand, environmental sustainability. And, on the other, the socioeconomic conditions of its population, through the creation of mechanisms that somehow establish a greater contact with urban reality. In this context, the Statute of Cities (Law No. 10.257 / 2001) reveals general guidelines for urban policy listed in its article 2, item II, Municipal Democratic Management. That makes popular participation available in the definition of legal tutelage of municipal policies related to the budget-financial aspect and urban planning. The objective of this work is to characterize the profile of the citizens who participated in the PPA 2018 - 2021 Multiannual Plan, through public consultations made possible by the municipal management. The research had as its technique, the documentary bibliographic research with qualitative and quantitative approach, concludes that popular participation is an indispensable instrument in the current context of urban planning.

KEYWORDS: Urban planning and management. Multiannual Plan 2018–2021. Participation. Population.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende revelar como se deu a participação da população na elaboração do Planejamento urbano, bem como traçar o perfil dos participantes na elaboração do PPA (Plano Plurianual) 2018-2021. Este compõe um trabalho de investigação que teve como foco analisar todo o processo de elaboração desse instrumento orçamentário e discutir os avanços e retrocessos dos planejamentos pensados pra Teresina desde a sua criação até os dias atuais, realizando uma análise nos planos diretores e na sua agenda de compromissos 2030.

A intensificação dos problemas urbanos e a necessidade de adaptar as políticas federais e estaduais à realidade local, fez com que gestores municipais adotassem práticas inovadoras de gestão urbana, sendo assim este estudo buscará compreender a dinâmica entre o planejamento, ato de prever e de se organizar para o futuro e gestão voltada para a necessidade de realizar os desejos do planejamento urbano do município de Teresina.

O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio

prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 e estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para um período de quatro anos, organizando as ações do governo em programas que resultem em bens e serviços para a população.

O trabalho empreendido busca compreender se o caminho que a administração Municipal de Teresina, vem traçando, se enquadra nesse novo contexto sociopolítico, onde os gestores locais estão, frequentemente, buscando novas formas de enfrentar os problemas urbanos, observando, de um lado, a sustentabilidade ambiental e, de outro, as condições socioeconômicas de sua população, através da criação de mecanismos que, de alguma forma, estabeleçam um contato maior com a realidade urbana. Nesse contexto o Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257/2001), revela diretrizes gerais de política urbana elencadas em seu artigo 2º, inciso II, Gestão democrática municipal. Que disponibiliza a participação popular na definição das tutelas jurídica de políticas municipais relativas ao aspecto orçamentário-financeiro e ao planejamento urbano. Assim o Estatuto da Cidade instituiu instrumentos eficazes para induzir o Poder Público a agir com maior transparência, tendo em vista a participação dos atores sociais nas decisões políticas municipais.

A gestão democrática das cidades deve tornar-se uma realidade, assegurando a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (art. 2º, inc. II do Estatuto da Cidade), para se chegar a uma urbanização justa e igualitária.

2 | APORTE TEÓRICO

O espaço urbano é produzido de forma complexa e contraditória, fruto da relação de agentes sociais concretos através de suas ações e decisões. O planejamento se completa com sua efetivação, e para que esta efetivação aconteça é necessário que se tenha de forma clara os objetivos que se pretendem alcançar, sejam eles a curto, médio ou longo prazo, e isso só é possível com um programa gestão voltada a resultados, corroborando com este pensamento, Sousa.

Busca diferenciar *planejamento* de *gestão*, esclarecendo que “planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos [...] *planejar* sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, *gestão* remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUSA 2006, p. 46).

Planejamento estabelece uma cidade virtual, que muitas vezes não se relaciona com as condições reais de produção e expansão das cidades reais, ignorando boa parte da população. É preciso planejar pensando a partir da cidade real, pois o planejamento é um processo de ordenamento que integra vários aspectos – físicos, econômicos, políticos e sociais – e precisa ser elaborado visando o futuro e o desenvolvimento da cidade. Com este pensamento de Souza, é possível distinguir a diferença entre Planejamento e Gestão urbana, revelando a evolução e os fenômenos por traz da tarefa de planejar uma cidade sustentável.

O espaço urbano representa numa cidade um conjunto de diferentes usos do território, tais usos definem como áreas de ocupação o centro da cidade, geralmente concentrando as atividades comerciais, os serviços de gestão, áreas industriais, áreas residenciais destinadas em termos de uso, áreas de lazer, dentre outras aquelas reservadas para futuras expansões, este espaço urbano, bem como as modificações impostas pela expansão da cidade, é na realidade, a organização espacial da cidade, é na realidade, a organização espacial da cidade, que se apresenta como, espaço urbano fragmentado.

Segundo Corrêa (1999, p.7) “O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, por entender que suas partes mantêm relações espaciais com as demais áreas fragmentadas” O espaço urbano da cidade também é um condicionamento de seu próprio desenvolvimento, as obras realizadas na cidade modificam as formas espaciais desenhando uma transformação do espaço, estas mesmas obras que melhoram a vida dos habitantes, também modificam os padrões sociais. Essas áreas residenciais representam as diversas classes sociais e suas frações, corroborando com este Lefebvre (2011, p. 113) revela que:

Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capaz de iniciativas revolucionárias podem se encarregar e levar sua plena realização, soluções para o problema urbano, com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornara a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual.

São estes os locais de reprodução dos diversos grupos sociais, onde estas classes usam o direito a cidade. Esta estratégia urbana baseada nas lutas de movimentos sociais ganhou força política para torna-se atuante na luta contra a segregação social e espacial da sociedade urbana. Nas palavras de Corrêa (1998, p.11):

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz, via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relação diferenciada da infraestrutura e mudanças

É importante observar que a cada intervenção no espaço urbano, ainda que suas formas espaciais e suas funções tenham mudado, o espaço urbano mantém-se fragmentado e articulado. Assim as desigualdades sociais apontam para um conjunto de estratégia que reflete o interesse dominante dos agentes, que além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaços urbanos.

3 | MÉTODOLOGIA

Numa perspectiva metodológica que vise proporcionar um planejamento urbano participativo, que fortaleça a autonomia e a capacidade crítica de envolver os atores sociais nas tomadas de decisões, é importante identificar quais as técnicas foram utilizadas para envolver os diversos agentes e os técnicos responsáveis pelo planejamento.

No que diz respeito aos procedimentos adotados, foram realizados quatro encontros dentre os quais podemos destacar palestras, debates e seminários, envolvendo ações tanto de qualificações dos técnicos quanto de divulgação dos objetivos e se pretendiam alcançar com o planejamento participativo, também houve momentos de discussões entre os técnicos e os funcionários do município, para fomentar a prática de participação e avaliação das propostas permitindo assim uma maior análise do envolvimento e da participação da sociedade acerca da tarefa de planejar o quadriênio 2018-2021.

O presente trabalho realizou revisão bibliográfica com leitura de obras pertinente ao tema e ao objeto de estudo, além de artigos que contribuíram para um maior embasamento teórico. A investigação privilegiou como técnica, a pesquisa bibliográfica documental com abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa.

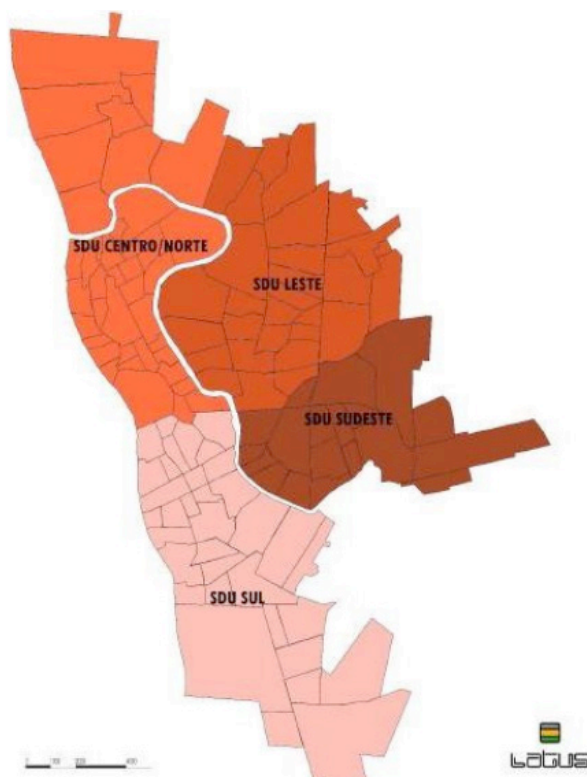
Como técnica de coleta de dados, foi utilizada a observação sistemática, apoiada em observação estruturada e planejada com a finalidade de obter informações relevantes para a efetivação da pesquisa, foi analisado também como instrumentos de observação e coleta, o aplicativo Colab (Colaboração). É ferramenta de gestão pública colaborativa e instrumento de participação social que permite aos usuários cadastrar uma demanda e o órgão público responsável responder por ela de forma rápida, assim o aplicativo colab foi a ponte entre a população a prefeitura de Teresina na coletando dados necessários a serem incluídas na elaboração das

metas, iniciativas e índices do PPA 2018 - 2021.

Em relação às técnicas de coletas de dados, Michel (2005, p.37) enfatiza que estas constituem “ferramentas essenciais para a finalidade, qualidade e completude da pesquisa. Dessa forma, sua elaboração e aplicação devem seguir critérios técnicos e rigorosos, que não comprometam a qualidade dos resultados”. Nesse sentido, entende-se que para a obtenção de êxito na pesquisa é necessário uma elaboração sistemática do que se deseja investigar, traçando critérios a serem estudados durante o período.

4 | RESULTADOS E DESCURSÕES

Para uma maior análise da magnitude da tarefa de elaborar um planejamento que durem quatro anos e que tenha objetivos definidos através de uma gestão voltada a um controle mais democrático dos recursos disponíveis, faz-se necessário caracterizar a divisão do município de Teresina bem como os dados demográficos da população, para que se tenha um melhor detalhamento dos resultados da participação da população. Assim o gráfico, figura e tabela abaixo nos revela o perfil da população que participaram do planejamento para a elaboração do PPA.



Mapa 1 - Teresina por regiões Administrativas.
Zona

Fonte: Latus 2017.

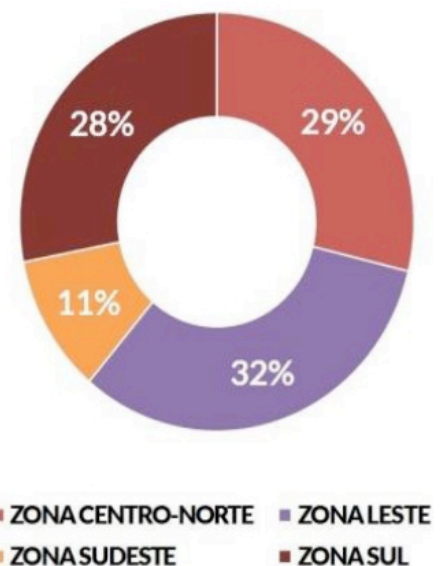
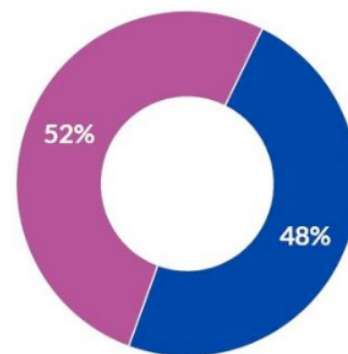


Gráfico 1 – Participação popular por

Fonte: SEMPLAN (2017)

Período	População total	Mulheres		Homens	
		Quant	%	Quant	%
2010	814.230	423.400	52 %	390.830	48 %



■ Feminino ■ Masculino
Fonte: SEMPLAN (2017)

Tabela 1: População do município de Teresina (2010).
Fonte: IBGE – Censos Demográficos /2010

Gráfico 2 - Participação por Gênero
.Fonte: SEMPLAN (2017)

Gênero do Município de Teresina.

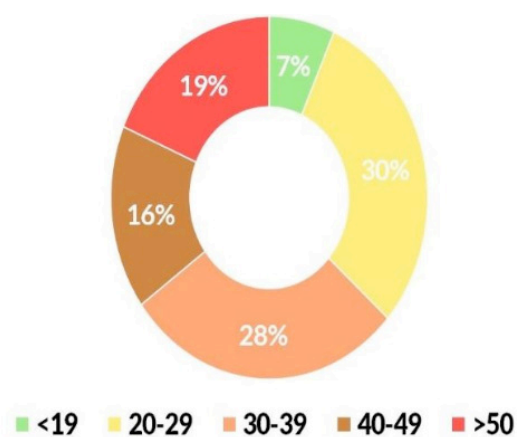
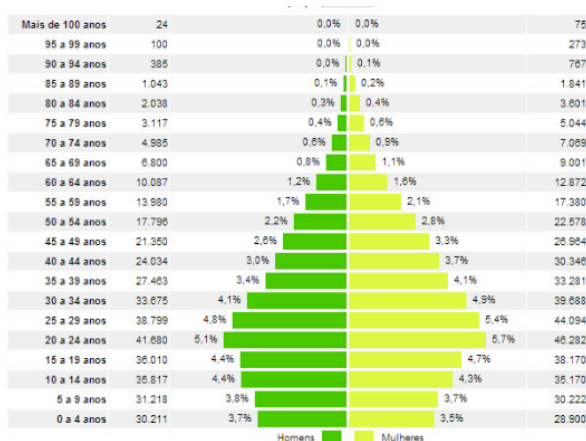


Gráfico 3 – População por faixa etária e Gênero do município de Teresina.

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2010.

Gráfico 4 – Participação por Faixa etária

Fonte: SEMPLAN (2017)

Observou-se uma maior participação das mulheres no planejamento urbano de Teresina, isso é reflexo da composição de gênero na cidade de Teresina que apresenta 52 % da população, sendo do sexo feminino, a faixa etária que mais participou foi o grupo compreendido entre 20 e 29 anos, e a zona mais participativa foi à região norte com 29 % de participação.

A SEMPLAN garantiu a participação de todos os 29 órgãos da PMT na organização do fórum através dos grupos formados em cada eixo.



Imagem 1 – Engajamento da prefeitura na elaboração do planejamento

FONTE: Semplan 2017.

Os órgãos foram divididos nos 5 eixos - alguns deles participaram de mais de um eixo e participaram na organização dos trabalhos realizados nas salas temáticas da tarde do dia 27 de abril. Foram eleitos líderes de eixo que ficaram responsáveis pela preparação da apresentação de destaques do plano de governo da gestão municipal 2017 a 2020. A apresentação teve o objetivo de provocar e qualificar a discussão para a coleta de propostas. Foram realizadas duas grandes reuniões de metodologia dos trabalhos nas salas temáticas com líderes e membros de eixo em 29/03 e 19/04. Temos conhecimento que cada eixo realizou reuniões próprias para elencar os destaques do Plano de Governo e montar a apresentação.



Imagem 2 – Engajamento da população na elaboração do planejamento

Fonte: Semplan (2017)

Apesar de ainda ser tímida a participação da população na elaboração do PPA participativo, é importante salientar que a prefeitura deu o pontapé inicial ao propor um planejamento que pudesse contemplar os anseios e as demandas de planejamento urbano para o período 2018 - 2021. A prefeitura de Teresina divulgou as inscrições do evento Teresina Participativa em vários canais de comunicação, 5 TVs (TV Clube, TV Cidade Verde, TV Antena, TV Meio Norte e TV Band). No rádio (The FM, FM Meio Norte, rádio Difusora, rádio Pioneira, rádio Cidade Verde e na FM Cultura).

O evento também foi divulgado em 11 plataformas digitais, Cidade verde, Teresina Diário, Portal GP1, Teresina Capital Jurídico, Portal Az.com, Portal Oitomeia, Portal 180 Graus, Portal Meio Norte, Nordeste em Pauta, Política Real e Política Dinâmica. Também houve divulgação nos jornais impressos de grande circulação na cidade de Teresina, Diário do Povo, Jornal o Dia e Jornal Meio Norte, a divulgação contou ainda com 22 placas de mídias externas e 11 Outdoors espalhados nas principais avenidas de Teresina.

Ainda na fase de comunicação, 98 anúncios no Facebook, mesclando Desktop e mobile voltado para instalações dos *apps*. Redirecionando tanto pra página do Teresina participativa quanto para a instalação do aplicativo Colab.



Esses anúncios atingiram 126.739 pessoas que tiveram alguma impressão acerca da divulgação, dessas 8.792 pessoas executaram alguma ação, curtindo, comentando ou clicando. Foram num total 4.296 cliques em *links*. De certa forma a prefeitura de Teresina inovou na elaboração do planejamento urbano pois disponibilizou as seguintes plataformas: Aplicativo Colab (IOS, Andoid) Site do Colab (www.colab.re) e um hotsite (www.teresinaparticipativa.com.br) este hotsite serviu tanto para a s inscrições quanto pra divulgação dos eixos das palestras.



Imagem 3: Cartaz do Seminário

Fonte Semplan (2017)

O conceito de cidades inteligentes é uma recente inovação tecnológica discutida e disseminada tanto em escala local quanto em escala mundial, nesse direção as cidades fragmentas porém conectadas abordam o tema sustentabilidade para cidade do futuro por intender que inúmeras inovações e diferentes formas de olhar e pensar a cidade, culminam na evolução da eficiência e eficácia dos recursos, sendo assim tornar a tecnologia parte integrante na elaboração de planejamentos urbano, podem auxiliar as cidades a promoverem medidas de desenvolvimento voltada a sustentabilidade.



Figura 4: Aplicativo Colab

Fonte: Semplan (2017)

A proposta de dar voz ao cidadão, para que ele se envolva de forma colaborativa na gestão urbana, e o grande diferencial do aplicativo Colab, ao permitir que os usuários reportem em seu perfil, problemas encontrados no dia-a-dia e proponham soluções e novos projetos, o aplicativo permite ainda avaliar os serviços públicos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de pesquisas e análises sobre o planejamento urbano municipal da cidade de Teresina, foi possível observar que a prefeitura reconhece a importância dos vários segmentos da sociedade no momento de elaborar seu planejamento urbano, ao incluir suas demandas e necessidades, fazendo um planejamento participativo e ao mesmo tempo colaborativo, ao envolver toda a sociedade num processo dialógico de análise da realidade e de interação com o sujeito e o objeto a que destina o planejamento.

Teresina é uma cidade que através de estudos, foi possível perceber que assim como outras cidades vem percebendo a importância de elaborar um planejamento que esteja mais próximo dos interesses sociais e menos tecnocrático distanciando-

se dos planejamentos passados voltado apenas a embelezar cidade, e não se preocupando com os problemas decorrentes da urbanização e seus inúmeros efeitos na construção do espaço.

A principal tarefa no decorrer dos quatro anos de vigência do PPA e justamente observar se os anseios da população estão sendo levados em conta na efetivação do planejamento, uma vez que este foi uma falha detectada no evento Teresina participativa, pois em um só evento e de quatro em quatro fica difícil acompanhar o que foi desejado para a cidade e se realmente foi posto em prática pelos técnicos do planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável** / Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 1999.

BRASIL. Lei 10.257/2001- **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem, diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília: [S.n],2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. In: Marcelo Lopes de Sousa; Maria Encarnação Beltrão Sposito (org.) 1ª. Ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato, **O espaço Urbano**, São Paulo: Editora Ática, 1989.

FAÇANHA, **A evolução urbana em Teresina**: agentes, processos e formas espaciais da cidade. Dissertação de mestrado em Geografia, UFPE, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Ipea, 2010.

LEFEBVRE, Henry. **O direito a cidade**, Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 204 p.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**.5ª.Ed, São Paulo: EDUSP. 2009.

SOUZA, Marcelo. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Data de aceite: 13/04/2020

Ronaldo Cerqueira Carvalho

Doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE

<https://orcid.org/0000-0001-8089-7353>

<http://lattes.cnpq.br/7993383121361350>

E-mail de contato: ronaldo.ronel@gmail.com.

Agradeço o apoio recebido pelo IBGE viabilizando a pesquisa em andamento e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em especial pela orientação do Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro.

RESUMO: Este trabalho se incorpora à linha de pesquisa no âmbito da gestão empresarial. O objetivo deste texto é o de correlacionar elementos de transformação da estratégia das empresas de publicidade, diante das mudanças de comportamento do consumidor, buscando identificar interações com a evolução da rede urbana brasileira. Como resultado, produzimos um quadro que justapõe fases do consumo e disposições do consumidor, estratégias publicitárias e etapas da consolidação da rede urbana até o momento atual, suscitando o apontamento de intercausalidades.

PALAVRAS-CHAVE: Rede urbana, empresas de publicidade, gestão empresarial

STRATEGY AND CORRELATIONS BETWEEN ADVERTISING COMPANIES AND THE BRAZILIAN URBAN NETWORK

ABSTRACT: This paper belongs to the business management line of research. The present objective is to correlate elements concerning to the advertising companies strategy, considering the changes in consumer behavior, seeking to identify interactions with the evolution of the Brazilian urban network. As a result, we have produced a framework that approaches consumption phases and consumer profiles, advertising strategies and consolidation steps of the urban network up to the present moment, motivating the indication of inter-causalities.

KEYWORDS: Urban network, advertising companies, business management

1 | INTRODUÇÃO

No contexto dos estudos ligados à gestão empresarial, sustentamos um ramo da pesquisa ligado às empresas de serviços avançados de apoio as empresas (IBGE, 2014; CARVALHO e MOTTA, 2016; CARVALHO, 2017). Nesse quesito, a concentração dessas atividades se faz presente nas aglomerações metropolitanas mais dinâmicas, em um ambiente de concentração de competências

tanto informacionais quanto de infraestrutura. Conhecidos também pela expressão “terciário avançado”, esses serviços podem ser compreendidos como sendo um conjunto de atividades voltadas às empresas vinculadas aos circuitos econômicos superiores. Dessa forma, a categorização de serviços avançados está atrelada a áreas como Contabilidade, Propaganda & Publicidade, Finanças, Seguros e Direito (IBGE 2014, p. 22). Diante do rol dos serviços avançados, optamos no presente regime de doutoramento por priorizar a análise das empresas de publicidade, propaganda e marketing. Trata-se de uma categoria de serviços pertencente às chamadas “indústrias criativas” (KON, 2015, p. 158), aberta à inovação e que tem por prática exibir publicamente seus principais clientes, informações societárias consideradas como relevantes, além da sua missão e valores corporativos.

O objetivo deste texto, utilizando pesquisa empírica, documental e analítica, é o de correlacionar elementos de transformação da estratégia das empresas de publicidade, diante das mudanças de comportamento do consumidor, buscando identificar interações com a evolução da rede urbana brasileira. Neste sentido, o enfoque das ações das empresas de publicidade por si só contribui para a análise do nível subnodal da sua rede constituída. Além disso, aclarar o sentido das práticas corporativas auxilia, em desdobramento, no entendimento da rede urbana brasileira, da qual faz parte, em uma dinâmica de intercausalidades.

Como resultado, produzimos um quadro (Quadro 1) que justapõe fases do consumo e disposições do consumidor, estratégias publicitárias e etapas da consolidação da rede urbana até o momento atual buscando correlações. Desta forma, o trabalho se encontra estruturado em duas partes. A primeira se atém a um breve referencial teórico ligado à rede urbana e ao entendimento das empresas de publicidade como um dos elementos da racionalidade do meio técnico-científico-informacional e a segunda expõe os resultados da pesquisa estruturados no quadro mencionado.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Corrêa (2012) define a rede urbana “pelo conjunto de centros urbanos articulados entre si”, sendo “considerada como uma síntese, se não de todas, de muitas e muitas redes geográficas cujos nós e fluxos específicos iniciam-se, finalizam ou passam pelas cidades” (p. 204); as firmas de publicidade, suas sedes e filiais e o arranjo espacial formado, associado a outras empresas, influenciam no grau de centralidade, reforçam as hierarquias presentes no conjunto das cidades, materializam áreas de influência, enfim, ajudam a compor o quadro da rede urbana nacional. Para a análise da evolução da rede urbana brasileira, nos utilizamos das

reflexões de Santos (1967), Corrêa (2001), IPEA *et al.* (2002), Matos (2005), O’Neill (2010) e Moura (2018).

No que concerne à publicidade e suas empresas como um dos elementos da racionalidade do meio técnico-científico-informacional, não poderíamos deixar de recorrer à produção de Lídia Antongiovanni, associando o negócio publicitário às estâncias sociais como espaço, cultura, política e economia (1996, 1999, 2003, 2006). Em seu trabalho destaca-se também a visão dessa atividade se utilizando do recurso de produção de imagens (1996, p. 281), na função de mediadora entre a produção e o consumo: “um exemplo claro da racionalização das subjetividades” (2003, p. 187). Isso porque, estruturados em tecnosferas multiescalares, os objetos publicitários alimentam diferentes psicoferas, ocupando “lugar de destaque na produção da vida de hoje” (1996, p. 283), em um caráter de plena ubiquidade. No empreendimento destas ações, o negócio publicitário necessita de serviços semelhantes e complementares no seu exercício amplo (2003, p. 189). Ampliadora do consumo (2006, p. 401), a publicidade funciona, é importante enfatizar, como “lubrificante do mercado” (1996, p. 281). Seu papel mediador define “culturalmente as fronteiras geográficas e a identidade dos consumidores”, conduzindo estratégias específicas ao balizar campanhas globais, adaptando-as aos costumes locais (2006, p. 403). Concentradora de inteligência, a atividade publicitária se fundamenta na ideia da criação conjugada a uma “razão empresarial” (2006, p. 408).

3 | RESULTADOS

Diante deste arsenal de racionalidades, “o consumidor é súdito ou soberano”? O questionamento de Livia Barbosa (2004, p. 35) serve de gancho no sentido de reconhecermos as mudanças na percepção das necessidades e posicionamentos do consumidor ao longo do tempo e os reflexos das empresas de publicidade que funcionam como um elo facilitador entre a produção e o consumo. Por outro lado, a evolução da rede urbana brasileira é acompanhada de forma dialógica pelas mudanças da práxis publicitária, suscitando a busca por interações. Pensando em nosso objetivo, recorreremos então à construção do Quadro 1 que procura demarcar componentes da prática publicitária e do consumo, ladeados por etapas da evolução da rede urbana brasileira. Adotamos assim, nos itens de 1 a 3, a cronologia resenhada por Fontenelle (2008), trazendo as grandes fases do capitalismo de consumo delineadas por Lipovetsky¹ (2007).

¹ Com o foco no entendimento da realidade presente, optamos pela utilização da sistemática de Gilles Lipovetsky que para caracterizar a atualidade “reconstitui a história das diferentes fases do capitalismo de consumo” (FONTENELLE, 2008, p. 104), o que deixa abertas as possibilidades de compreensão do exercício do livre-arbítrio do consumidor nas decisões sobre a aquisição de produtos e serviços.

Cronologia quando aplicável	Estratégias em meio a eventos marcantes	Evolução da rede urbana brasileira
<p>1) Final do século XIX até a Segunda Guerra</p> <p>1.1) A cronologia iniciada nos anos 1880 avançando até a 2ª Guerra traz a invenção do marketing e a construção do consumidor moderno, surgindo o consumo-sedução e o consumo-distração (FONTENELLE, 2008).</p>	<p>1.2.1) Repetição de argumento persuasivo apregoando méritos do objeto – <i>copy strategy</i> (JONES, 2004, p. 65-66; LIPOVETSKY e SERROY, 2011, p. 96).</p> <p>1.2.2) A partir dos anos 1910, além do foco da utilidade, busca-se a exaltação dos estilos de vida dispendiosos (ROSA, 2014, sem paginação).</p> <p>1.2.3) A Eclética, considerada a agência pioneira no Brasil, é fundada em São Paulo entre 1913 e 1914. A filial do Rio de Janeiro se estabelece em 1918 (REIS, 1990; GRACIOSO e PENTEADO, 2001; MARCONDES, 2002).</p> <p>1.2.4) Com o fim da Primeira Guerra em 1918, concomitantemente ao surgimento das primeiras agências de propaganda, que estavam profissionalizando as técnicas para a comunicação na venda de bens e serviços, também apareciam estações de rádio, maior número de jornais e revistas, empresas de placas e estradas (RABELO, 1956). A combinação das estratégias para alcançar cada uma dessas plataformas com linguagens específicas proporcionou a consolidação da publicidade em substituição à corretagem de anúncios (AUCAR, 2016, p. 149).</p>	<p>1.3.1) Até os anos 1930 a urbanização era uma herança da colonização (exceção a poucas cidades litorâneas que serviam ao perfil de uma economia de produção e comercialização voltada ao estrangeiro, com um urbanismo denotando a condição de dependência em que o Brasil se encontrava (MOURA, 2018 citando SANTOS, 1967).</p> <p>1.3.2) O período de 1930 a 1945 se caracteriza por um processo de industrialização dependente da capacidade de exportação dos bens agrícolas (IPEA <i>et al.</i>, 2002).</p> <p>1.3.3) A configuração incipiente da rede urbana em 1940 se concentrava na franja litorânea do Sudeste, Sul e Nordeste. “O Centro-Oeste e o Norte ainda eram grandes vazios demográficos, desligados do resto do País. [...] Rio de Janeiro e São Paulo, nessa ordem, eram, de longe, os grandes núcleos de concentração da urbanização brasileira” (MATOS, 2005, p. 48).</p> <p>1.3.4) Apesar das mudanças provocadas de modo diferenciado em cada região pela civilização industrial, já se pode prenunciar, ao longo da década de 1940, o estabelecimento de uma “rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional” (SANTOS, 1967, p. 82).</p>
<p>2) Pós-segunda Guerra</p> <p>2.1) Etapa consolidada nas três primeiras décadas do pós-guerra. Início das novas estratégias do marketing de segmentação de mercado (FONTENELLE, 2008).</p>	<p>2.2.1) Vinda das empresas de publicidade internacionais, como ocorreu nos anos 1930, que despontaram no bojo do fortalecimento das operações brasileiras de multinacionais como a General Eletric e a Kodak nos anos 1930 e, de forma mais pungente, após a Segunda Guerra, concentrando-se em São Paulo e no Rio de Janeiro, então capital do país (ABAP, 2005).</p> <p>2.2.2) Na efervescência dos anos JK a publicidade atua como disseminadora de um novo modelo cultural pela disponibilidade seletiva de bens de consumo duráveis (CARRASCOZA e HOFF, 2015, p. 42 citados em AUCAR, 2016, p. 207).</p> <p>2.2.3) Os publicitários [no pós-guerra] ajudaram a entender o que era “in” e o que não era (LEISS <i>et al.</i>, 2005, p. 74, tradução nossa).</p>	<p>2.3.1) Até os anos 1970, a rede urbana brasileira caracterizava-se por uma relativa pequena complexidade funcional dos seus centros urbanos e pequeno grau de articulação entre eles, com interações espaciais predominantemente regionais (CORRÊA, 2001).</p> <p>2.3.2) Após 1970, período de consolidação da urbanização brasileira, o meio técnico-científico-informacional viabiliza o aumento do trabalho intelectual, a terceirização da economia e o incremento do consumo (de objetos e serviços), e contribui para que se amplie a escala da urbanização e a complexidade das áreas urbanas (MOURA, 2018, p. 94).</p>

<p>3) Da década de 1980 aos dias atuais</p> <p>3.1) Emergência de um novo tipo de consumo <i>subjetivo</i>, emocional ou experiencial, mais voltado para a satisfação do eu do que para a exibição social e busca de status (FONTENELLE, 2008).</p>	<p>3.2.1) Novos registros da publicidade: distrair, criar cumplicidade, valorizar um modo de vida, um imaginário, criar um estilo, estetizar a comunicação, inovar, surpreender, divertir, fazer sonhar, comover, criar um mito etc. (LIPOVETSKY e SERROY, 2011, p. 96).</p> <p>3.2.2) Existe limite no nonsense publicitário: a extravagância deve acabar por realçar a imagem do produto (LIPOVETSKY, 1989, p. 138).</p> <p>3.2.3) Busca do lúdico, do teatral e da sedução (LIPOVETSKY e SERROY, 2015, p. 13; LIPOVETSKY, 2000, p. 8-9; LIPOVETSKY, 2016, p. 46; RANDAZZO, 1996, p. 27).</p> <p>3.2.4) Micromercados para atender necessidades cada vez mais diferenciadas em relação ao consumo. (LIPOVETSKY e SERROY, 2014, P. 265).</p> <p>3.2.5) A publicidade não consegue fazer com que se deseje o indesejável (LIPOVETSKY, 2000, p. 7).</p> <p>3.2.6) Nenhum anúncio publicitário, por mais sedutor que seja, convencerá os consumidores pós-modernos a abdicarem da liberdade de escolha que arduamente conquistaram (LIPOVETSKY, 2000, p. 13).</p> <p>3.2.7) Antigos consumidores eram tidos como passivos, previsíveis, isolados e silenciosos; novos consumidores são migratórios ativos, barulhentos e mais conectados socialmente (JENKINS, 2009, p. 47).</p> <p>3.2.8) A partir de 1985, a capital paulista ultrapassa o Rio de Janeiro tornando-se o maior centro difusor de publicidade de numerosas firmas [...] reunindo não apenas o maior número de agências e, por conseguinte, as maiores receitas da publicidade (ANTONGIOVANNI, 1999, p. 90).</p>	<p>3.3.1) A rede urbana entre 1980 e 2000 apresenta o Centro-Sul com toda a sua infraestrutura, capitais fixos e população exibindo maior complexidade e dinamismo, exprimindo feições de uma rede urbana madura. O Nordeste permanece mais integrado no arco metropolitano, escudado nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza. O Norte apresenta Belém e Manaus associado ao corredor fluvial que integra polos distantes em Roraima, Rondônia e Acre. (MATOS, 2005).</p> <p>3.3.2) Na organização espacial do quadro urbano brasileiro², é marcante a ampliação e o adensamento das redes no território; muito embora a urbanização brasileira permaneça fortemente concentrada no litoral. O exemplo marcante em termos de adensamento e pujança é a rede de São Paulo (SP). Esta rede urbana possui o centro de maior <i>status</i> no sistema urbano brasileiro – a grande metrópole nacional de São Paulo, apresentando estrutura econômica moderna e diversificada (O’NEILL, 2010).</p>
--	---	---

Quadro 1 – Temporalidades das estratégias das empresas de publicidade e a evolução da rede urbana brasileira

Fonte: Organizado por Carvalho (2019).

A primeira fase iniciada no final do século XIX vai até a Segunda Grande Guerra e demarca a construção do perfil do consumidor moderno. A segunda fase, após a Segunda Guerra, é o “período áureo do capitalismo keynesiano” (FONTENELLE, 2008, p. 104), sendo considerada pelo autor como o modelo mais puro da sociedade de consumo de massa. A terceira fase, que alcança os nossos dias, se inicia na década de 1980, denominada por Lipovetsky como fase do hiperconsumo³.

² Quadro urbano brasileiro com base no Atlas Nacional do Brasil Milton Santos 2010 que contempla em seu temário as Redes Geográficas como a Rede Urbana (IBGE, 2010).

³ A fase do hiperconsumo alcança os dias atuais e está assentada na concepção da sociedade de mesmo nome, sendo caracterizada “pela amplificação da mentalidade de consumo das etapas anteriores, chegando aos espaços até então considerados não mercantilizáveis – tais como a família, a escola, a ética etc.” (FONTENELLE,

Apesar da classificação estanque facilitar a condução do pensamento interpretativo, ressaltamos que os conteúdos presentes na sistematização não se encontram necessariamente restritos às temporalidades em que foram posicionados. Nessa conjuntura, é preciso considerar, por exemplo, em uma propaganda atual de analgésico ou anti-inflamatório popular, a presença da velha fórmula indicada no subitem 1.2.1 que emprega argumentação persuasiva, enfatizando os méritos do objeto delineado para o consumo. O mesmo acontece com o uso de personagens famosos, de “ares glamorosos”, que vêm à mídia de hoje emprestar sua imagem para a promoção de produtos e serviços: ele remete à antiga estratégia que propaga um estilo de vida sofisticado e dispendioso (1.2.2). O subitem 1.2.3 traz a inauguração da agência *A Eclética* em São Paulo entre 1913 e 1914, representando o marco inicial da constituição de uma “organização especializada em distribuir anúncios para os jornais” (REIS, 1990, p. 303). Ao seu turno, o incremento de mídias como o jornal, o rádio e as revistas e o fim da Primeira Guerra Mundial vêm formar um contexto que ombreou o crescimento da publicidade brasileira (1.2.4). Os subitens de 1.3.1 a 1.3.4 revelam uma urbanização embrionária até os anos 1930 amplamente dependente do exterior, mas que ao longo da década de 1940 vai estabelecendo a formação de uma rede de cidades, apesar dos vazios demográficos. Esta condição prenuncia a existência de uma disposição hierárquica em escala nacional (SANTOS, 1967).

Na segunda fase da periodização, ocorre a vinda de empresas de publicidade internacionais acompanhando os movimentos de recuperação da indústria após o fim da Segunda Grande Guerra (2.2.1). Nos subitens 2.2.2 e 2.2.3 levantamos apontamentos sobre um fazer publicitário que educa de maneira pedagógica para o consumo; tarefa que engendra uma psicofera dedicada a esse fim, em um Brasil que intensificava o seu processo industrial nos anos JK (2.2.2). Essa didatização do discurso é reflexo da prática publicitária do pós-guerra, herdada notadamente da escola americana, que se propõe a introduzir e universalizar novos valores devidamente rotulados como positivos, alargando as fronteiras do consumo de massa (2.2.3). Em concordância com essa prática e no transcurso do período que vai até a década de 1970, o meio técnico-científico-informacional se adensa interagindo de forma mais intensa tanto no trato com agências estrangeiras de publicidade, quanto com seus clientes: grandes companhias, também de fora do país, em uma ambiência de sinergias favoráveis (subitens 2.3.1 e 2.3.2).

Posteriormente, o consumo de massa cede lugar, progressivamente, a um mercado cada vez mais dividido (LIPOVETSKY e SERROY, 2014), com a participação do consumidor de atitude ativa, externando a sua autonomia (JENKINS, 2009). Desta forma, os conteúdos associados ao terceiro período (subitens 3.2.1 a 3.2.8), que vai da década de 1980 aos dias atuais, revelam uma publicidade ambientada

2008, p. 105).

em valores estéticos, voltada para a conquista de pessoa a pessoa. Essa realidade se associa à negação da “imagem do ‘fantoche-consumidor’, alienado da primeira e segunda fases” (FONTENELLE, 2008, p. 105). Ao mesmo tempo, em meio a essa narrativa lúdica, carregada de uma atmosfera onírica, nem tudo é permitido. “A extravagância deve acabar por servir para realçar a imagem do produto” (Subitem 3.2.2 - LIPOVETSKY, 1989, p. 138). A fragmentação dos canais de mídia, dos mercados e das vertentes do consumo (3.2.4) se aprofunda e se consubstancia nos fixos e fluxos da rede urbana, sendo que esta rede-síntese, ao seu turno, repercute os fenômenos anteriores na medida em que se adensa, articulando os centros de gestão em parte sob a influência das empresas de publicidade (3.3.1 a 3.3.2). A complexidade, crescimento e concentração da rede urbana brasileira se faz ainda mais presente no Centro-Sul e na faixa litorânea em meio ao papel de protagonismo de grandes metrópoles encabeçadas por São Paulo (3.3.1 a 3.3.2), inclusive no que tange à atividade publicitária (3.2.8).

O fato de São Paulo estar muito acima das outras cidades como local de concentração das empresas de serviços avançados [como as do ramo publicitário e afins] quer dizer, exatamente por ter como clientes outras empresas, de diversas naturezas, que é fundamental estarem onde existam grandes quantidades de atividades econômicas distintas, cadeias produtivas, polos de atração de força de trabalho, fluxos monetários, pontos de operações de transações internacionais etc., formando redes em diferentes escalas e que atravessam as fronteiras nacionais (CARVALHO e MOTTA, 2016, p. 108 e 109).

4 | CONCLUSÕES

A medida em que a profissionalização das agências de publicidade vai se estabelecendo no Brasil ao longo do século XX, ela coincide com o processo de maturação da rede urbana brasileira desde a sua fase embrionária de poucos centros urbanos, notadamente litorâneos. A “civilização industrial” (SANTOS, 1967, p. 82) em seus avanços se faz acompanhar de uma publicidade que ajuda a explicar e disseminar um novo modelo cultural com base na disponibilidade seletiva de bens de consumo (AUCAR, 2016).

A concretude que se agrega ao conjunto de elementos da tecnosfera publicitária se adensa especialmente na metrópole de São Paulo, na medida em que ela reúne os elementos da materialidade consorciada dialogicamente com uma psicofera que ao mesmo tempo encampa fluxos estaduais, regionais, nacionais e também mundiais, ligados às grandes *holdings* de agências embaladas na esteira da globalização.

REFERÊNCIAS

ABAP, Associação Brasileira de Agências de Propaganda. **História da Propaganda Brasileira**. São Paulo: Editora Talento, 2005.

ANTONGIOVANNI, Lídia Lúcia. Tecnoesfera e Psicoesfera: a publicidade como um elemento do espaço. In: Ana Fani Alessandri Carlos (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea. Milton Santos, obra revisitada**. São Paulo: HUCITEC, 1996, v., p. 280-284.

_____. **O Meio Técnico-Científico-Informacional Brasileiro: a publicidade como um vetor das modernizações**. Dissertação (mestrado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Território e Informação: A Publicidade como Elemento Constitutivo do Meio Técnico-científico-informacional. In: SOUZA, M. A. A. de S. [et al.] (org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

_____. Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro. In: SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p. 401-411.

AUCAR, Bruna Santana. **A publicidade no Brasil: agências, poderes e modos de trabalho (1914-2014)**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2016.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de Consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARRASCOZA, João Anzanello; HOFF, Tânia Márcia Cezar. Ditos e não ditos: O Brasil e as práticas de consumo nos auto-anúncios das agências de publicidade nos anos 1950. **Revista Organicom**. São Paulo: ECA-USP. Ano 12. nº 22. 1º semestre 2015.

CARVALHO, Ronaldo Cerqueira. Padrões espaciais das empresas na rede urbana brasileira: uma trajetória rumo ao global. In: **XV SIMPURB**, Salvador, Anais do Simpósio, 2017.

CARVALHO, Ronaldo Cerqueira; MOTTA, Marcelo Paiva. Padrões espaciais dos serviços avançados de apoio às empresas na rede urbana brasileira. In: FIGUEIREDO, A. H. (Org.). **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016, p. 101-118.

_____. Redes de sedes e filiais de empresas no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Geografia**, v. 61, p. 49-66, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; _____. (Org.). **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

_____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

_____. Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente. In: **Cidades** Vol. 9, Nº 16, p. 199-218, 2012.

FONTENELLE, Isleide Arruda. Os paradoxos do consumo (resenha). **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 104-105, Set., 2008.

GRACIOSO, Francisco; PENTEADO, J. Roberto Whitaker. **50 anos de vida e propaganda brasileiras**. São Paulo: Mauro Ivan Marketing Editorial Ltda, 2001.

IBGE. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos** - Capítulo 6. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **GESTÃO do território 2014**. Rio de Janeiro, 2014. 118 p.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendências da Rede Urbana do Brasil - Volume 2**. Estudos básicos para a Caracterização da rede urbana. Brasília: IPEA, 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. Tradução Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JONES, John Philip. Um modelo de marketing para marcas novas. In: _____. (org.). **A publicidade na construção de grandes marcas (org.)**. Tradução: Elizabeth Chammas. São Paulo: Nobel, 2004. p. 151-172.

KON, Anita. **Nova economia política dos serviços**. São Paulo: Perspectiva – 1.ed., 2015.

LEISS, William; KLINE, Stephen; JHALLY, Sut; BOTTERILL, Jackie. **Social Communication in Advertising: consumption in the mediated marketplace**. Third Edition. New York: Taylor & Francis, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Trad. Miguel Serras Pereira e Ana Luísa Faria. Lisboa, Relógio d'Água Editores, 1989.

_____. Sedução, publicidade e pós-modernidade. **Revista FAMECOS** - Porto Alegre - nº 12 - junho 2000.

_____. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 402 p.

_____. **Da leveza: rumo a uma civilização sem peso**. Tradução Idalina Lopes. Barueri, SP: Manole, 2016.

LIPOVETSKI, Gilles; SERROY, Jean. **A Cultura-Mundo**: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

_____. **O capitalismo estético na era da globalização**. Trad. Luis Felipe Sarmiento. Lisboa: Edições 70, 2014.

_____. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARCONDES, Pyr. **Uma história da propaganda brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Das grandes divisões do Brasil à ideia do urbano em rede tripartite. In: **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. _____. (org.). Belo Horizonte: C/Arte, 2005, p. 17-59.

MOURA, Rosa. Sistema urbano brasileiro. In: SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão; FERNANDES, José Alberto Rio (orgs.). **Brasil e Portugal vistos desde as cidades: as cidades vistas desde o seu centro**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018, p. 92-119.

O'NEILL, Maria Monica. Rede Urbana. In: IBGE. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos** - Capítulo 6. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, p. 261-272.

RABELO, Genival. **Os tempos heroicos da propaganda**. Rio de Janeiro: Empresa Jornalística PN S/A, 1956.

RANDAZZO, Sal. **A criação de Mitos na Publicidade**. trad. Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

REIS, Fernando. São Paulo e Rio: a longa caminhada. In: CASTELO BRANCO, Renato; MARTENSEN, Rodolfo; _____ . (planejamento e coord.). **História da Propaganda no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

ROSA, António Machuco. **Semiótica, Consumo e Publicidade**, Media XXI, Lisboa, 1.ª Edição - Kindle Edition - 2014. Sem paginação.

SANTOS, Milton. Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.29, n.4, p.78-92, out.- dez. 1967.

REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ

Data de aceite: 13/04/2020

Edenilson Dutra de Moura

Professor na Universidade Federal do Amapá – Campus Binacional – Oiapoque (UNIFAP). Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos da Amazônia Setentrional (GEURBAS CNPq / UNIFAP). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: edenilson.moura@unifap.br
CURRÍCULO LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7986145052182974>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7858-3531>

RESUMO: Este capítulo se empenha em uma na proposição teórico-prática sobre o território-rede em um contexto fronteiriço na região Norte do Brasil. A discussão tem como principal recorte empírico as dinâmicas territoriais-reticulares de Oiapoque, município localizado no estado do Amapá na fronteira com a Guiana Francesa. Destaca-se neste ensaio a centralidade da fronteira internacional nas relações sócio-espaciais que são estabelecidas territorialmente na produção do espaço urbano de Oiapoque. A discussão pauta-se nos conceitos de fronteira, território e rede, nossa base teórica para este trabalho. Além dos levantamentos teórico-conceituais este estudo se pautou em uma abordagem qualitativa. Registramos a importância das observações e

experiências *in loco*, que permitiram os registros fotográficos, além de diálogos com diferentes atores e sujeitos da fronteira franco-brasileira. Os (novos) arranjos territoriais estabelecidos nesta área, como a abertura parcial da Ponte Binacional, tendem a redimensionar os diferentes fluxos sob a lógica reticular, estabelecendo novas formas de produção do espaço, pois possibilitam articulações dos territórios-rede que reorganizam a dinâmica regional e reconfiguram a atuação de diferentes atores que atuam na conexidade desta fronteira, em diferentes níveis, desde o Estado até os pirateiros, catraeiros e naveteiros. Ponderamos, contudo, que a compreensão territorial reticular da fronteira, revelam o potencial do território para o descortinar fronteiriço.

PALAVRAS-CHAVE: Território-fronteiriço; Fronteira franco-brasileira; Cidades-gêmeas; Oiapoque; Amapá.

BORDER REALITIES: REFLECTIONS ON URBAN-TERRITORY

PRODUCTION IN OIAPOQUE – AMAPÁ

ABSTRACT: This chapter is engaged in a theoretical-practical proposition about network territory in a border context in the North of Brazil. The main empirical discussion of the discussion is the territorial-reticular dynamics of Oiapoque,

a municipality located in the state of Amapá on the border with French Guiana. In this essay, the centrality of the international frontier in the socio-spatial relations that are territorially established in the production of the urban space of Oiapoque stands out. The discussion is based on the concepts of frontier, territory and network, our theoretical basis for this work. In addition to the theoretical-conceptual surveys, this study was based on a qualitative approach. We note the importance of on-site observations and experiences, which allowed photographic records, in addition to dialogues with different actors and subjects from the Franco-Brazilian frontier. The (new) territorial arrangements established in this area, such as the partial opening of the Binational Bridge, tend to resize the different flows under the reticular logic, establishing new forms of space production, as they enable articulations of the network territories that reorganize the regional and regional dynamics. they reconfigure the performance of different actors who work in the connection of this border, at different levels, from the State to pirates, riders and sailors. We consider, however, that the reticular territorial understanding of the border, reveal the potential of the territory to reveal the border.

KEYWORDS: Border-territory; French-Brazilian frontier; Twin-cities; Oiapoque; Amapá.

1 | REFLEXÕES INICIAIS

O território brasileiro é marcado por suas diversidades naturais e sociais, através de sua considerável extensão territorial, que resulta em diferentes expressões, simbolismos, formas e modos de produção espacial que revelam múltiplas escalas de análise e modos de compreender o território em totalidades e nuances analíticas maiores. Com isso, integrante deste território brasileiro temos as fronteiras internacionais que representam também, vastas expressões e representações sociais, afirmando-se como espaços de grandes dinâmicas e transformações das relações sócio-espaciais que são e continuam sendo estabelecidas no território brasileiro ao longo do tempo. Na perspectiva de discutir e apresentar uma discussão territorial atrelado ao debate fronteiriço, este capítulo se propõe a tecer uma reflexão sobre o conceito de território em uma perspectiva reticular, trazendo em pauta as influências da fronteira na espacialidade urbana de Oiapoque – Amapá, nossa área de estudo, que representa um município classificado como cidade-gêmea e que se localiza na fronteira com a Guiana Francesa.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No tocante aos materiais e métodos deste trabalho destaca-se a realização de um referencial teórico-metodológico sobre conceitos e categorias analíticas chaves para a compreensão dos processos aqui discutidos. Ressaltamos desta forma a relevância de um debate conceitual que não leve ao “engessamento” e

uma perspectiva homogeneizadora das problemáticas aqui visitadas, com isso o território, rede, território-rede e fronteira foram essenciais para a discussão aqui proposta. Pautamos em Minayo (1999) para o alicerce do entendimento da pesquisa qualitativa que segundo a autora considera nesta pesquisa o trabalho com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, fluxos, processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis numéricas e modelos quantificáveis. No entanto, destacamos o levantamento de dados primários e quantitativos de instituições públicas como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

As discussões aqui propostas se vinculam as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa e Estudos Urbanos da Amazônia Setentrional – (GEURBAS/CNPq), registrado na Universidade Federal do Amapá. Registra-se que este capítulo integra a pesquisa de doutorado do autor, em fase de andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, trabalho orientado pelo Professor Doutor José Borzacchiello da Silva.

3 | CIDADES-GÊMEAS: INTERAÇÕES E/NA FRONTEIRA

Ao longo do território brasileiro quinhentos e oitenta e oito (588) municípios estão inseridos na faixa de fronteira¹, inseridos nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. O Ministério da Integração Nacional (atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional) classifica neste território inserido na faixa de fronteira, trinta e três (33) cidades-gêmeas, localizadas nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Cidades-gêmeas brasileiras de acordo com o referido Ministério são aqueles espaços urbanos dos municípios cortados pela linha de fronteira: seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, como estradas, pontes, calçadas, entre outros e que apresentem forte potencial de integração, como econômica e cultural. A tabela 1, na sequência evidencia as cidades-gêmeas brasileiras divididas de acordo com a divisão regional oficial do Brasil, mostra ainda a estimativa populacional do IBGE para o ano de 2019 e a população verificada no censo demográfico de 2010.

1 A faixa de fronteira é instituída pela Lei nº 6.634, de 02/05/79, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26/08/1980. Ela corresponde a faixa interna na extensão de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, agregando informações, identificação, classificação do município dentro da faixa, considerando-os como: fronteiroço, parcial ou totalmente na faixa (IBGE, 2018).

CIDADES-GÊMEAS BRASILEIRAS	ESTADO	POPULAÇÃO 2010	ESTIMATIVA POPULACIONAL 2019
REGIÃO NORTE			
1. Assis Brasil	AC	6.072	7.417
2. Brasília	AC	21.398	26.278
3. Epitaciolândia	AC	15.100	18.411
4. Santa Rosa do Purus	AC	4.691	6.540
5. Tabatinga	AM	52.272	65.844
6. Oiapoque	AP	20.509	27.270
7. Guajará-Mirim	RO	41.656	46.174
8. Bonfim	RR	10.943	12.409
9. Pacaraima	RR	10.433	17.401
REGIÃO CENTRO-OESTE			
10. Bela Vista	MS	23.181	24.629
11. Coronel Sapucaia	MS	14.064	15.253
12. Corumbá	MS	103.703	111.435
13. Mundo Novo	MS	17.043	18.366
14. Paranhos	MS	12.350	14.228
15. Ponta Porã	MS	77.872	92.526
16. Porto Murtinho	MS	15.372	17.131
17. Cáceres*	MT	87.942	94.376
REGIÃO SUL			
18. Barracão	PR	9.735	10.275
19. Foz do Iguaçu	PR	256.088	258.532
20. Guaíra	PR	30.704	33.119
21. Santo Antônio do Sudoeste	PR	18.893	20.166
22. Aceguá	RS	4.394	4.901
23. Barra do Quaraí	RS	4.012	4.215
24. Chuí	RS	5.917	6.704
25. Itaquí	RS	38.159	37.620
26. Jaguarão	RS	27.931	26.680
27. Porto Mauá	RS	2.557	2.374
28. Porto Xavier	RS	10.558	10.246
29. Quaraí	RS	23.021	22.687
30. Santana do Livramento	RS	82.464	77.027
31. São Borja	RS	61.671	60.282
32. Uruguaiana	RS	125.435	126.970
33. Dionísio Cerqueira	SC	14.811	15.498
POPULAÇÃO TOTAL DAS CIDADES-GÊMEAS BRASILEIRAS		1.142.309	1.332.984

Tabela 1: Cidades-gêmeas brasileiras e seus respectivos dados demográficos dos anos de 2010 e 2019.

Fonte: Brasil (2010) E Ibge (2019). Organizado pelo autor (2020).

As cidades-gêmeas podem ou não, apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, bem como, manifestações condensadas dos problemas característicos das fronteiras internacionais, que nesta espacialidade adquirem maiores densidades, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. (Brasil, 2016), e de acordo com os dados evidenciados no quadro acima, representam uma população considerável, apresentando mais de um milhão de habitantes, portanto, não se trata de um território pouco expressivo na totalidade territorial e demográfica brasileira.

Ressalta-se que a cidade de Cáceres, localizada no estado de Mato Grosso, foi a última a ser classificada enquanto cidade-gêmea, por meio da portaria Nº 1.080, de 24 de abril do ano de 2019. Apesar de que na referida portaria não explicitar qual outro território (internacional) está geminado à cidade mato-grossense, sabe-se que San Matias (República da Bolívia) é o território vizinho mais próximo e que estas apresentam interações e dinâmicas fronteiriças, embora não estejam conurbadas.

As localizações geográficas das cidades-gêmeas as têm territórios que necessitam de políticas públicas de diferentes esferas administrativas e que sejam específicas para estas realidades urbanas e levem em consideração a importância destas na integração fronteiriça e que vislumbrem estes espaços como territórios da integração do continente sul-americano em diversos aspectos, como políticos, culturais e econômicos.

Acreditamos que é imprescindível para a análise do processo de urbanização da Amazônia vinculado às localizações fronteiriças internacionais, discutir noções conceituais, ainda que de maneira tímida, concepções teóricas-metodológicas, sobre fronteira(s) e território, que permitem reflexões sobre o papel territorializador das redes e as múltiplas dinâmicas sócio-espaciais no contexto fronteiriço da urbanodiversidade amazônica, conceito este (urbanodiversidade) discutido por Trindade Júnior (2013).

No que tocante às distintas concepções teórico-conceituais sobre fronteira e território, há nas ciências humanas e sociais de maneira ampla, embates teóricos que se dedicam à esta discussão. Ao longo da história do pensamento geográfico, por exemplo, os conceitos e aplicações de território e fronteira, tiveram uma base epistemológica sobretudo na Geografia, grandes aprimoramentos teóricos-conceituais, que permitiram a incorporação de novas abordagens e perspectivas analíticas destas categorias e temas.

A fronteira inicialmente, assim como o território, relacionava-se à blindagem territorial e quase sempre associada à geografia política clássica, sendo um conceito-chave de entendimento dos conflitos territoriais, estabelecidos por diferentes

poderes e relacionados aos limites rígidos que são instituídos politicamente pelos/ nos Estados. Nesta perspectiva da fronteira Bento, acrescenta:

Na fase inicial de vida dos Estados, criam-se fronteiras como instrumentos de divisão territorial entre Estados diferentes, vizinhos, sendo elas com ou sem rios e montanhas. Início ou fim de territórios, o objetivo das fronteiras, em tal fase inicial da história dos Estados, é o de separar territórios de Estados com a demarcação de limites, que são manifestações físicas da soberania territorial dos Estados. Fazem parte de tal fase da história dos Estados os tratados internacionais de limites e a demarcação dos limites territoriais, que estabelecem onde terminam e onde começam territórios de Estados diferentes e vizinhos. (BENTO, 2013, p.11).

Limite este que conforme Machado (1998), se refere ao controle exercido por meio de acordos diplomáticos, responsáveis pela delimitação e jurisdição do Estado-Nação, ou seja, representa uma abstração instituída politicamente e reconhecida legalmente pela escala nacional e, ao mesmo tempo, é subordinada ao controle da legislação internacional. Dessa forma é a partir dos limites instituídos politicamente e demarcados politicamente é que são conduzidas diversas decisões políticas-administrativas. Souza (1995) destaca que a concepção de território na Geografia Política com viés tradicional fixava-se na escala nacional e principalmente na figura do Estado-nação, tendo assim os limites espaciais e temporais, com pequena mobilidade.

Sack (1986), discutiu o sentido das conexões do território e a perspectiva de libertar o conceito de território de sua “prisão original”, isto é, a referência exclusiva à dimensão do Estado nacional, que aponta as característica imutável e fixa do território e da territorialidade, presa ao limite político, destaca porém, a característica móvel, variável e fluído em diferentes temporalidades e espacialidades, que estão atreladas também a dimensão territorial.

Sobre a multiplicidade analítica da fronteira trazemos a contribuição sociológica de José de Souza Martins que em sua análise discute o processo do avanço das fronteiras sob a ótica capitalista de produção espacial, essencialmente, no interior do território amazônico brasileiro, na obra: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*, o autor contribui ao esclarecer sobre o papel das fronteiras enquanto espaços de encontros de sociedades e culturas, considerando a fronteira como lugar da liminaridade, da indefinição e do conflito:

Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado, e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. (MARTINS,

O conceito de fronteira e território atualmente estão associados também a outras abordagens do conhecimento geográfico e das ciências sociais, como às temáticas culturais, ambientais, econômicas e de desenvolvimento regional e neste estudo, com ênfase à questão urbana. A compreensão da dimensão de fronteira é ampla, mas ressaltamos seu papel de espaços de interações sociais e representam territórios de múltiplas trocas com singularidades específicas às suas localizações, que na nossa análise revelam na espacialidade urbana, marcas do dinamismo dos fluxos e articulações de redes territoriais fronteiriças.

4 | REDE E TERRITÓRIO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Santos (1996) destaca que as redes são animadas por diferentes fluxos e que são dinâmicas e ativas, mas não trazem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social, tal movimento é animado tanto por dinâmicas locais quanto globais, ou seja, em diferenciadas escalas de análise.

Ao discutir o papel das redes, Dias (1995, p.147) considera que estas apresentam a propriedade de conexidade, ou seja, através da conexão de seus diferentes nós, dessa forma a rede simultaneamente, tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover dessa forma a ordem e a desordem. Além disso, a autora destaca que a rede é uma forma particular de organização territorial, e no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial ela aparece como instrumento que viabilizam duas estratégias: circular e comunicar.

Lencioni (2006) sobre a dimensão de escala e rede, pondera a análise geográfica a partir de uma perspectiva das redes, enquanto força produtiva, e não mais através de uma estrutura urbana piramidal, para isso, a autora aponta dois tipos de redes que podem ajudar na compreensão da estruturação da relação entre a cidade e a região sob uma perspectiva dialética: a rede de proximidade territorial, a qual é constituída por redes materiais, principalmente, aquelas relacionadas à circulação, como por exemplo, as de transportes viários; e a rede de proximidade relativa, que corresponderia às redes imateriais, relacionadas aos fluxos de informação e comunicação que possibilitam romper distâncias territoriais aproximando o que se encontra distante.

As redes apresentam diferentes características e funções, como as redes técnicas, destacando o papel das infraestruturas e a forma que estas desempenham na compreensão da localização e distribuição de redes materiais estabelecidas no território. As redes urbanas que demonstram a relação entre cidades, conforme as dinâmicas urbanas e regionais. Neste sentido técnico por exemplo das redes, tem-

se a rede de transporte e suas diferentes tipologias (rodoviário, aéreo, hidroviário e ferroviário) e também as redes imateriais, como as de informação e comunicação, a exemplo a rede de internet, revelam maiores e/ou menores graus de sofisticação e tecnicização espacial-regional, o que demonstram as desigualdades regionais, por exemplo, as diferenciações socioespaciais presentes no território brasileiro.

A relação do campo teórico e prático entre território e rede se apresenta há um tempo na Geografia e acompanha aprimoramentos capazes de legitimar sua expressão na produção de conhecimentos e análise territorial em uma perspectiva reticular do espaço geográfico. Haesbaert neste estreitamento teórico-conceitual, destaca:

O território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante dentro da qual os territórios podem se tornar meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares da rede. Muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes hierárquicas (geralmente com o papel de dominação) ou complementares (muitas vezes de solidariedade). E vice-versa: territórios podem servir como patamar para articulação de redes que cooptem, hierarquicamente, outros territórios. O que distingue uma dinâmica da outra é fundamentalmente a extroversão e a introversão dominante em cada processo constituidor ou, em outras palavras, o domínio de dinâmicas centrífugas ou centrípetas. (HAESBAERT, 1997, p.4).

Segundo autor supracitado, a possibilidade de a partir da rede e das dinâmicas reticulares a compreensão espacial, em nuances maiores de análises capazes de superar conceitos, aprimora-los e recria-los, diante a dimensão da lógica reticular territorial:

Assim, a rede é um constituinte indissociável da própria zona ou área. Sem rede não há controle de uma área (a começar que uma rede pode ser encarada, por exemplo, como um conjunto coordenado de postos fronteiriços), e de certa forma toda rede, geograficamente falando, exige áreas ou zonas, ainda que de pequena dimensão (que pode ser até uma antena), para efetivar seus fluxos e conexões. Assim, nessa perspectiva mais analítica, rede enquanto conceito não se coloca no mesmo patamar de território, lugar e paisagem, mas, de “zona” ou “área”, pois tem um sentido amplo e (também) operacional como componente indissociável de nossa concepção relacional de espaço, quando sua manifestação se dá a partir da dominância de uma lógica reticular – daí a possibilidade de falar hoje em dia em território-rede, lugar-rede etc. (HAESBAERT, 2014, p.39-40).

Os fluxos estabelecidos no território-rede devem ser incorporados também à análise as dimensões dos circuitos inferiores e não somente superiores da economia urbana, que são territorializados no contexto fronteiriço aqui evidenciado, como os diferentes meios de transportes alternativos, tanto rodoviário quanto hidroviário, que realizam a distribuição e circulação de pessoas e cargas. Estes fluxos estão no cotidiano urbano e fronteiriço de Oiapoque estabelecendo e estruturando redes e territorialidades a partir das dinâmicas reticulares que articulam e demonstram a

importância do contexto urbano frente às dinâmicas fronteiriças. Neste sentido a cidade de Oiapoque, se coloca como centro difusor de fluxos e redes em outras espacialidades sob sua influência, tanto no Brasil, quanto na Guiana Francesa.

5 | A FRONTEIRA BRASIL – GUIANA FRANCESA: OIAPOQUE (AMAPÁ) E SAINT GEORGES DE L'OYAPOCK

O município de Oiapoque está localizado na porção setentrional do Brasil e do Amapá, Estado que corresponde a uma das 27 Unidades Federativas do Brasil e se localiza à Nordeste da região Norte do Brasil. Em relação às características naturais do estado, destaca-se que o Amapá é a unidade da federação mais setentrional entre os estados litorâneos brasileiros e apresenta especificidades do quadro natural amazônico, no entanto em relação a sua hidrografia ele também apresenta bacias hidrográficas isoladas, que desaguam no oceano Atlântico, estas não necessariamente vinculam-se à bacia amazônica, como é o caso do rio Oiapoque que representa o limite natural da fronteira com a Guiana Francesa, e por sua vez não faz parte da área de drenagem do rio Amazonas.

Sobre os limites do estado do Amapá ressaltamos que além da fronteira com a Guiana Francesa, o estado faz fronteira também com o Suriname, e que apenas dois municípios amapaenses se limitam com estes países: Oiapoque e Laranjal do Jari. Segundo dados do IBGE o Amapá possui uma extensão territorial de 142.828,521 km² e uma densidade demográfica de 4,69 hab./km². Sua população em 2018 está estimada em 829.494 habitantes (IBGE, 2018). Possui 16 municípios e o estado de Roraima 15, correspondendo assim aos Estados brasileiros com menores números de municípios por Unidade da Federação. A tabela 2, apresentada na sequência os 16 municípios amapaenses e as respectivas estimativas populacionais feitas pelo IBGE, para o ano de 2019.

Município	Estimativa da População (2019) (Habitantes)
Amapá	9.109
Calçoene	11.117
Cutias	5.983
Ferreira Gomes	7.780
Itaubal	5.503
Laranjal do Jari	50.410
Macapá	503.327
Mazagão	21.632
Oiapoque	27.270
Pedra Branca do Amapari	16.502
Porto Grande	21.971
Pracuúba	5.120
Santana	121.364
Serra do Navio	5.397
Tartarugalzinho	17.315
Vitória do Jari	15.931
POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO DO AMAPÁ – 2018	845.731

Tabela 2: Estimativa populacional dos municípios amapaenses (2019).

Fonte: IBGE (2018). Organizado por Moura. (2019).

Oiapoque como destacado é um dos dezesseis municípios que formam o estado do Amapá, possui uma área de 22.625,286 km² e uma população de 26.267 habitantes (IBGE, 2018), o que representa a quarta maior população do Estado, segundo estimativas populacionais do IBGE (2017) e uma densidade demográfica de 0,91 habitantes/km². A figura 1, apresenta o mapa político do estado do Amapá e dá ênfase a localização do município de Oiapoque, área de estudo deste trabalho.

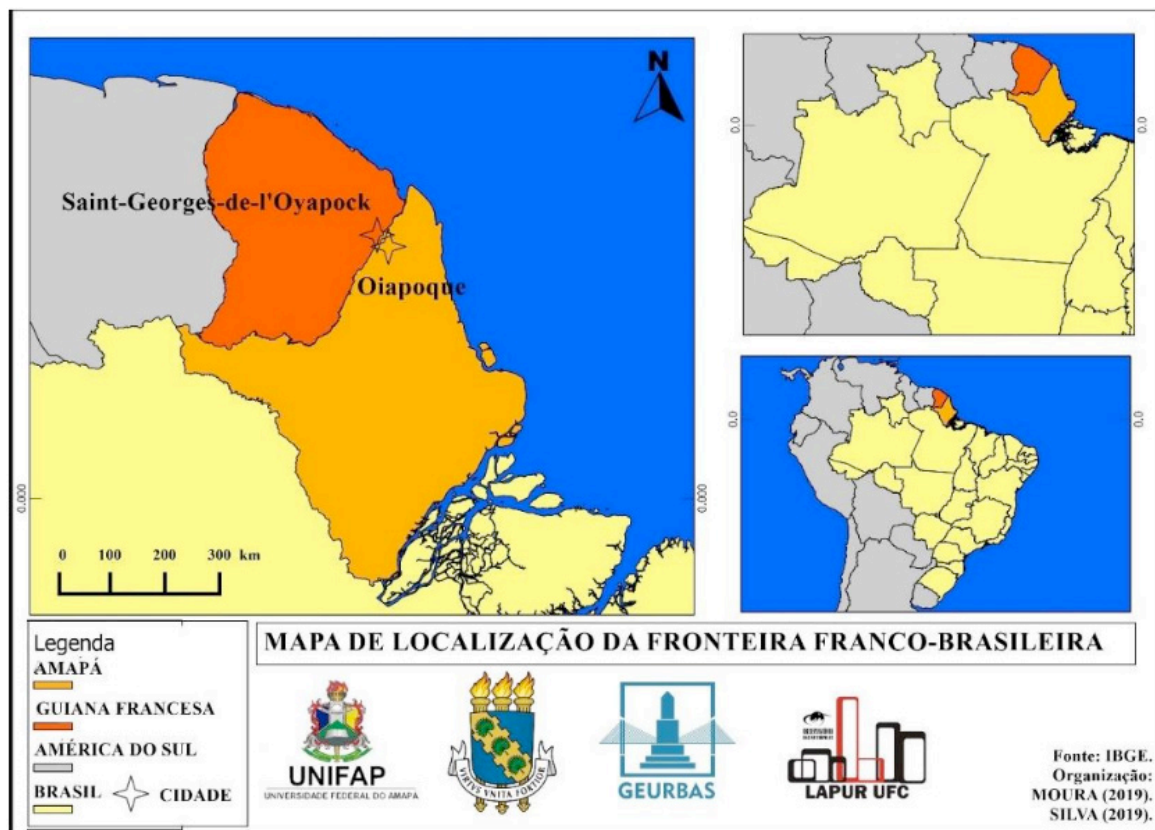


Figura 1: Mapa de Localização da Fronteira franco-brasileira

Fonte: IBGE. Elaborado por: Moura (2019); Silva (2019).

O território amapaense apresenta 8 municípios inseridos na Faixa de Fronteira, destes apenas Oiapoque é classificado como cidade-gêmea, com a cidade de Saint Georges de L’Oiapock, localizada na Guiana Francesa. A tabela 3 a seguir, lista os municípios amapaenses, localizados na Faixa de Fronteira.

	MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAPÁ LOCALIZADOS NA FAIXA DE FRONTEIRA	TIPOLOGIA
1	Amapá	faixa de fronteira
2	Calçoene	faixa de fronteira
3	Ferreira Gomes	faixa de fronteira
4	Laranjal do Jari	linha de fronteira
5	Oiapoque	cidade-gêmea
6	Pedra Branca do Amapari	faixa de fronteira
7	Pracuúba	faixa de fronteira
8	Serra do Navio	faixa de fronteira

Tabela 3: Municípios amapaenses localizados na faixa de fronteira

Fonte: BRASIL (2016) e IBGE (2018). Organizado pelo autor (2018).

Oiapoque limita-se com Saint Georges del’Oyapock - portanto, cidade-gêmeas.

Saint Georges apresenta interações sociais, com o 2º “lado de cá”, e a espacialidade urbana oiapoquense revela em seu cotidiano urbano as marcas das trocas entre as cidades-gêmeas. No espaço urbano de Oiapoque o local mais dinâmico em relação às interações fronteiriças é a orla da cidade, justamente pela relação intensa com o cotidiano do limite fronteiriço: o rio Oiapoque. Este espaço popularmente chamado de Beira, representa o ponto de chegada e partida para aqueles que se deslocam por meios das catraias. A dinâmica econômica fronteiriça neste espaço é marcada pela presença de casas de câmbio e também pelos cambistas informais, que atuam na troca de real pelo euro e vice-versa. Na seara de apresentar especificidades e representações vinculadas ao imaginário social da espacialidade fronteiriça de Oiapoque, os autores Nascimento; Tostes, enfatizam:

[...] Oiapoque baliza a fronteira norte do Brasil com a Guiana Francesa - um departamento ultramarino francês encravado no continente sul-americano. Cidade de Oiapoque forma com Saint George - pequeno vilarejo francês de forte presença militar - uma zona de fronteira bastante antiga e estagnada. Oiapoque é uma cidade-marco e como tal, possui a sua frase símbolo: “aqui começa o Brasil”. Além dessa frase, o chavão “do Oiapoque ao Chauí”, reforça a idéia de fronteira e dos contornos da nação, colocando o nome dessa pequena cidade amazônica no cenário nacional. (NASCIMENTO; TOSTES, 2008, p. 2).

Os fluxos expressos no território aqui compreendido, estão vinculados à circulação e transportes de pessoas e mercadorias que dinamizam o espaço urbano, articulam e estruturam redes de conexão direta entre Oiapoque com as distintas cidades e capitais dos territórios sob sua influência, seja com o lado brasileiro, ressaltando a ligação de Oiapoque com a capital amapaense Macapá e, também com a Guiana Francesa com a cidade-gêmea do outro lado do rio, Saint Georges, além de fluxos com a capital Caiena, o que demonstra que as relações sociais extrapolam de certo modo a formalidade e rigidez dos limites instituídos pelos Estados, articulando e aproximando territorialidades de maneira reticular por meio de fluxos inseridos muitas vezes nos circuitos inferiores da economia urbana.

Nas distintas territorialidades urbanas oiapoquenses diferentes fluxos e redes são estabelecidas na e pela cidade. Tais dinâmicas expressas pelos fluxos revelam uma importância para o contexto urbano de Oiapoque, mesmo diante de mazelas sociais e infraestruturais, que deveriam ser ao menos minimizadas por políticas públicas mais eficazes em diferentes níveis de atuação, diante a importância territorial, diversidade sociocultural, biodiversidade e particularmente, pela população que reside em Oiapoque que merece esta atenção do Estado e pela centralidade que a fronteira exerce territorialmente.

Na localização fronteiriça do município e da cidade de Oiapoque tem-se a referência que de um lado do rio homônimo à cidade é Brasil, do outro lado do

2 Referência à cidade de Oiapoque, no lado brasileiro.

rio é a França. Desta forma uma fronteira internacional com um território ultramar francês, representam, portanto, dois países próximos, fisicamente tratando e, ao mesmo tempo, distantes, quando comparamos os modos de produção espacial, gestão territorial e também o sistema político-administrativo, que são adotados nestes países. Sobre a espacialidade das cidades-gêmeas Oiapoque (Brasil) e Saint Georges (Guiana Francesa), notam-se especificidades da conexidade do território-rede na fronteira franco-brasileira, que se atrelam à condição fronteira a partir de singularidades que são expressas nas dinâmicas socioespaciais, levando-se e, consideração a dimensão do território-rede. Martins neste âmbito esclarece,

A fronteira do Amapá com a Guiana Francesa apresenta singularidades que merecem ser mencionadas: do lado brasileiro localiza-se a cidade de Oiapoque e do lado francês a cidade de *Saint George*, são coletividades separadas por critérios relacionados à soberania; nacionalidade e etnicidade; organização política, administrativa, institucional. Mas também são muito próximas em termos físicos e em função do grau de interação entre seus habitantes por conta do intenso deslocamento de pessoas de um lado a outro da fronteira. (MARTINS, 2011, p.2).

Portanto reafirma-se que a localização geográfica fronteira de Oiapoque – AP, influencia diretamente na produção do espaço, com maior realce no espaço urbano. Temos nesta análise reflexos perceptíveis na espacialidade, diferentes dimensões, como: físico-estruturais, econômicos e culturais e ainda acrescentamos que os diferentes fluxos fronteiros e a articulação de redes estão inseridas na dinâmica territorial e social da cotidianidade da cidade.

6 | PONTE BINACIONAL: POTENCIALIZADORA DA INTERAÇÃO?

Entre os elementos da rede-técnica de conexidade da fronteira franco-brasileira e também com importância para a integração e logística estado do Amapá, que provoca debates e incertezas para diferentes protagonistas e conta com inúmeros desafios, mas que representa potencialidades da integração transfronteira, é a Ponte Binacional. O decreto 4373, de 12 de setembro de 2002, promulgou o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, para o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque, celebrado em Brasília, no dia 5 de abril de 2001 (BRASIL, 2002). A abertura total da Ponte foi prevista para o ano de 2012, mas somente no mês de março de 2017, teve sua abertura, mas de maneira parcial. O atraso se deu por uma série de fatores, principalmente estratégicos, políticos e estruturais. Ressalta-se que do “lado francês” a estrutura dos postos de fiscalização aduaneira e demais estruturas localizadas em território francês, ficaram prontas há muito tempo, realidade diferente à do Brasil, que mesmo após a abertura parcial, ainda não concluiu a estrutura das instituições públicas fiscalizadoras da fronteira, que devem ser

instaladas no lado brasileiro da fronteira.

A abertura da ponte sinaliza potencialidades e que pode promover por exemplo o desenvolvimento econômico para Oiapoque. Um exemplo dessa possível melhoria econômica é a atividade turística que pode ser melhor aproveitada diante às potencialidades turísticas existentes em Oiapoque, principalmente o turismo em áreas naturais. No entanto, é na cidade que há a concentração da oferta de hotéis, pousadas, bares e restaurantes e demais prestadores de serviços, que já se apropriam ainda que incipiente da atividade turística oiapoqueense. Dessa forma, o espaço urbano sob a égide econômica se beneficiaria com o turismo intensificado pós-abertura da ponte.

Porém o planejamento territorial é fundamental, precipuamente se tratando da abertura de uma ponte que conecta fisicamente, proximidades e distâncias. Nesta seara das externalidades deste processo, devem ser integralmente priorizadas nas elaborações de políticas em diferentes âmbitos, como econômicos políticos e culturais, evitando os conflitos que possam provocar o distanciamento e não a integração em múltiplos sentidos, entre os entre os dois países, por exemplo, entre as cidades-gêmeas Oiapoque e Saint Georges. A espacialidade urbana de Oiapoque em nossa leitura, corresponde ao território mais impactado, com a abertura parcial, e certamente quando total, da Ponte Binacional, diante às redefinições, políticas e estratégicas de múltiplas forças e poderes, sobre o espaço fronteiriço, que ela desempenha e pode desempenhar ainda mais, afigurando a ponte como um nó na rede territorial fronteiriço.

Como defendemos, é principalmente no espaço urbano de Oiapoque que fluxos e interações fronteiriças, materializam-se no espaço geográfico amapaense. No âmbito das possibilidades de desenvolvimento com a inauguração da ponte, Silva e Superti, consideraram:

A inauguração da Ponte Binacional abre possibilidades para o desenvolvimento econômico e social do município ressaltando suas atividades comerciais e permitindo novas oportunidades com o aproveitamento de seu potencial turístico. Contudo, as políticas públicas de instalação das infraestruturas transfronteiriças (IIRSA e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) não vislumbram a inserção de mecanismos de desenvolvimento urbano em escala local. (SILVA; SUPERTI, 2015, p. 65).

A relevância da elaboração de políticas eficazes para a administração nos dois países beneficiados pela ponte, deve antepor o desenvolvimento econômico e social. Esta abertura suscitou conflitos entre os trabalhadores do rio fronteiriço. Estamos nos referindo as catraias e as balsas, uma vez que a atividade é substituída de certo modo, pela ponte, pois há pessoas que podem pagar os impostos cobrados, para circular sobre a ponte. Em conversas informais com alguns catraieiros é comum o discurso da

diminuição de passageiros na travessia do rio, principalmente de franceses vindo para o lado brasileiro, pois, muitas pessoas optam em atravessar a fronteira com veículos próprios e não mais com as tradicionais catraias.

Quanto as normas para travessia sobre a ponte, estão a exigência do visto, para todos que desejam entrar oficialmente na Guiana Francesa. O visto é emitido pelo Consulado Francês que fica localizado na capital Macapá. Para a passagem de veículos sob a ponte deve ser feito o pagamento do seguro para os automóveis brasileiros para adentrarem e circularem no território da Guiana Francesa, valores que variam entre 250 a 450 euros, de acordo com modelo do veículo. A ponte fica aberta em dias e horários estabelecidos: segunda-feira à sexta-feira, das 8h às 18h e aos sábados, das 8h às 12h. É claro que os impactos socioespaciais da abertura da Ponte Binacional, ultrapassam a escala urbana local, mas, a conjuntura da cidade de Oiapoque se configurar como porta de entrada e saída desta fronteira, que a credencia como espaço que deve ser priorizado na elaboração de políticas públicas estruturantes de desenvolvimento e integração regional e que fomentem o bem-estar social oiapoqueense.

7 | BR-156: DESAFIO NA CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA NO AMAPÁ

Outro aspecto importante no entendimento das redes no âmbito territorial no contexto fronteiriço franco-brasileiro é a BR -156, que se constitui como única via de acesso rodoviário ao município de Oiapoque. Esta BR tem seu ponto de início no município de Laranjal do Jari, no Sul do Amapá, ligando este a porção meridional do estado até a capital Macapá. Já seu ponto final está localizado em Oiapoque, na Ponte Binacional. Com isso a BR-156 conecta de Norte a Sul o estado do Amapá. Sobre características físicas desta estrada, Drumond; Pereira, apontam:

A principal rodovia do estado é a federal, a BR-156, que liga Laranjal do Jari a Oiapoque, com uma extensão de quase 900 quilômetros, basicamente numa direção sul-norte. A estrada atravessa terrenos planos levemente ondulados, de origem do Terciário, com um trajeto em geral paralelo à Planície Costeira, sem ser litorânea, no entanto. De Laranjal do Jari a Macapá, a estrada atravessa florestas de terras baixas, numa direção predominantemente de nordeste. De Macapá a Calçoene, ela toma direção predominantemente de norte, cortando os cerrados amapaenses. De Calçoene a Oiapoque, a estrada segue predominante para noroeste e corta os cerrados e terras baixas florestadas. (DRUMOND; PEREIRA, 2007. p. 95).

Entre os entraves do desenvolvimento regional-fronteiriço de Oiapoque é a não conclusão do asfaltamento de um trecho de cerca de 110 Km, que com o período das chuvas, apresentam inúmeros pontos de atoleiros, configurando como uma principal dificuldade de conexão da rede rodoviária de Oiapoque. No inverno amazônico no espaço urbano de Oiapoque, são sentidos os impactos de tais atoleiros, no

cotidiano da cidade. As viagens (Macapá – Oiapoque / Oiapoque – Macapá) que normalmente no período de verão amazônico (baixos índices pluviométricos), são feitas em cerca de 10 horas, são ampliadas significativamente, pelos inúmeros pontos críticos de atoleiros e buracos ao longo da BR-156. Ainda se tem a alta dos valores das mercadorias básicas encontradas nos estabelecimentos comerciais da cidade, incluindo alimentos e combustíveis de automóveis.

Ainda no tocante as falhas na conectividade das redes que são estabelecidas no território, temos as redes técnicas-informacionais deficitárias na cidade de Oiapoque, como a distribuição de energia elétrica, disponibilidade de internet, telefonia fixa e móvel.

Na circulação de pessoas e mercadorias na região e no contexto fronteiriço destacamos os papéis de importantes agentes que se incluem nos circuitos inferiores da economia urbana, estes se articulam redes de diferentes características, diante das especificidades e problemas existentes na fronteira, destacamos aqui os: piratas, catraias e as navetes.

8 | PIRATEIROS DO AMAPÁ

Piratas ou Pirateiros são os nomes dados aos motoristas de carros particulares, que se deslocam no trajeto Macapá – Oiapoque e Oiapoque – Macapá, de forma alternativa as empresas particulares de ônibus interestadual (Viação Santanense e Amazontur), estes veículos são modelos “caminhonetes” e em sua maioria possuem motores à tração 4x4, ideais para se locomoverem nas estradas, escorregadias e lamosas, características da BR-156 no inverno amazônico. Todos os dias os piratas realizam as viagens que são realizadas apenas quando o veículo está completamente ocupado, por quatro passageiros. As viagens podem ser programadas por telefone via ligação e/ou mensagens por meio do aplicativo *WhatsApp*, diretamente com os motoristas, ou ainda indo nos pontos de saídas dos veículos, tanto em Oiapoque quanto em Macapá.

Na cidade de Oiapoque o ponto de saída dos veículos é a Beira, o porto de entrada e saída do Rio Oiapoque, como mencionado anteriormente, este é o local de intenso fluxo de pessoas e mercadorias, é perceptível a essência fronteiriça neste local da cidade. Já em Macapá o ponto de concentração dos Piratas é a rodoviária da cidade. Ressalta-se a comodidade que os piratas proporcionam de buscarem os passageiros nos locais de suas preferências. Eles também transportam cargas/mercadorias, no entanto, não se costuma realizar nenhum controle dos passageiros e/ou mercadorias, durante a viagem, raramente quando ocorre, é alguma blitz realizada pela Polícia Rodoviária Federal. Os valores cobrados pelos pirateiros nas viagens Macapá-Oiapoque e/ou Oiapoque-Macapá custam em média

R\$200,00. Valor que costuma ser ampliado no inverno amazônico, em decorrência às dificuldades de tráfego enfrentados na BR-156, como os atoleiros e a pistas lamosas. Já o valor cobrado pelas empresas de ônibus nesta viagem, não varia durante o ano e atualmente cobra-se R\$ 115,00, mais a taxa de embarque, cobrado pelas rodoviárias municipais, valor estimado atualmente em R\$ 2,00.

9 | CATRAIAS E NAVETES: A CIRCULAÇÃO NA FRONTEIRA

Além dos pirateiros outros protagonistas da conexão fronteiriça franco-brasileira são os catraeiros. Estes profissionais conduzem as catraias que são as embarcações motorizadas que cotidianamente navegam sob o Rio Oiapoque, conectando, sobretudo, as pessoas na fronteira Brasil – Guiana Francesa. Os catraeiros se organizam em associações e cooperativas:

- 1 - Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque – COMFCOI;
- 2 - Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória – APFVV;
- 3 - Cooperativa de Transportes e Turismo de Oiapoque – COOPTUR;
- 4 - Association des Piroguiers de Saint George - APSG.

As entidades atuam na gestão profissional do segmento, auxiliando por exemplo, nos valores a serem cobrados nos deslocamentos. Entre os destinos que são realizados pelas catraias, têm-se: Saint George – Clevelândia, Vila Vitória – Saint George, Saint George – Chácara Du Rona, além, de outros deslocamentos, que serão descritos detalhadamente na versão final da pesquisa.

Todos os deslocamentos possuem valores tabelados pelas associações, que variam de acordo com período da realização travessia que podem ser no período diurno ou noturno, os valores cobrados nas viagens noturnas, são mais elevados, tanto na moeda Real quanto na moeda Euro. Entre os trajetos efetuados pelos catraeiros, o mais realizado é o da Beira de Oiapoque - Saint George e Saint George – Beira de Oiapoque e leva cerca de 10 a 15 minutos de travessia sobre o rio Oiapoque, o valor cobrado nesta travessia no período diurno é de R\$20,00 e noturno R\$25,00 e 6 € no período diurno e 7 € no período noturno.

Do outro lado da fronteira, já em solo Franco-guianense, os automóveis com placas francesas, conhecidos como Navetes, (veículos similares a pequenas vans) são os responsáveis para fazerem de maneira coletiva os deslocamentos nas cidades daquele país, especialmente, entre Saint George até a capital Caiena e Caiena à Saint Georges, e também até Oiapoque, atravessando para o lado brasileiro, principalmente após a abertura parcial da Ponte Binacional. Ressalta-se que não há empresa de transporte de ônibus que realize a viagem da cidade-gêmea Saint Georges até a capital da Guiana Francesa, Caiena. Os deslocamentos são feitos

pela RN 2, estrada conhecida como Route de l'Este, e, tem duração de cerca de 3 horas de viagem, e custa em média 40 Euros, a distância de Saint Georges até Caiena é de aproximadamente 180 km.

Todos os meios de transportes abordados neste trabalho revelam a dinamicidade do território-rede e dos fluxos diversos que são estabelecidos na fronteira franco-brasileira. O vislumbrar para estas dinâmicas reticulares permitem entre outras coisas, a interpretação das limitações da infraestrutura da circulação rodoviária e da mobilidade fronteiriça em uma região que apresenta cotidianamente intensas trocas, marcadas pela circulação de pessoas e de mercadorias, na cidade de Oiapoque e também com o estabelecimento de redes, inclusive urbanas, entre as cidades, até mesmo com cidades da Guiana Francesa.

10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise aponta o território aqui discutido como uma importante área fronteiriça para o contexto amapaense e amazônico e não somente para este contexto local e/ou regional, mas, devido ao seu potencial de integração latino-americana e latino-europeia, representa dessa forma, uma fronteira de destaque sócio-espacial em contextos analíticos maiores, frente as relações que possam ser intensificadas e consolidadas, com exemplo na integração cultural e econômica do território brasileiro com a França e/ou Guiana Francesa. No entanto, frente a muitas políticas que perpetuam esta região somente como território amazônico periférico, continua-se uma fronteira com potencial de desenvolvimento, mas repletas de mazelas sociais e ausências de políticas públicas eficazes para melhoria da vida povo fronteiriço.

O presente capítulo propôs a partir da análise territorial e em uma perspectiva reticular, sobre as dinâmicas fronteiriças e suas implicações no âmbito da produção do espaço urbano, especificamente na cidade de Oiapoque, destacar a fronteira como centralidade na função urbana de Oiapoque para contexto o fronteiriço e regional. O papel da articulação territorial em rede por meio de dinâmicas características da fronteira franco-brasileira, realizam-se por meio de diferentes protagonistas que territorializam e marcam no cotidiano, novas e velhas formas de produzir o espaço fronteiriço internacional amazônico.

Na fronteira franco-brasileira novos arranjos territoriais, (re)dinamizam a produção do espaço geográfico, como exemplo, a abertura parcial da Ponte Binacional, que possibilita novas articulações dos territórios-rede, que reorganizam as dinâmicas da fronteira. Tais arranjos territoriais tendem a transformar os diferentes fluxos sob a lógica reticular, estabelecendo por exemplo, novas formas de produção do espaço urbano-fronteiriço. Consideramos que a complexidade dos territórios-rede, possibilita apontar a fronteira como centralidade da discussão territorial e

não a tem como temática marginalizada, com perspectivas homogeneizadoras da realidade empírica analisada, tal abordagem se apresenta como estratégica para entendimento e gestão territorial, revelando assim o potencial analítico da fronteira através do território-rede e o vislumbrar de Geografias do/para o começo do Brasil.

REFERÊNCIAS

BENTO, Fábio Régio. **Cidades de fronteira e integração sul-americana**. Jundiá: Paco editorial, 2013.

BRASIL. Portaria Nº 213, de 19 de julho de 2016. Estabelece o conceito de “cidades-gêmeas” nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Ministério da Integração Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/120989142/dou-secao-1-20-07-2016-pg-12>. Acesso em: junho de 2018.

BRASIL. Portaria Nº 1080, de 24 de abril de 2019. Estabelece a inclusão do Município de Cáceres-MT na lista de cidades brasileiras por Estado constantes do Anexo à Portaria n. 213, de 19 de julho de 2016, que estabelece o conceito de “cidades-gêmeas” nacionais. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 de setembro de 2019. Seção, n. 81, p. 10.

_____. Decreto nº. 4373 de 12 de setembro de 2002. **Promulgação da construção da Ponte Binacional** – parceria entre Brasil e França. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4373.htm. Acesso em: agosto de 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Leila. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de et al.(Orgs). In: **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.

DRUMMOND, José Augusto. PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943 -2000)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais do ano de 2018 dos municípios amapaenses**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em junho de 2018.

_____. **Cadastro de municípios localizados na faixa de fronteira**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/fronteira.shtm?c=3>. Acesso em julho de 2018.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José B.;LIMA, Luiz C.; ELIAS, Denise. **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**.

Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, T.M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (org.). **Fronteiras e Espaço Global**, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MARTINS, Carmentilla das Chagas. Migração transfronteiriça na Amazônia: brasileiros na Guiana Francesa. **Anais do III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”** (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). São Paulo, 2011.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Oscarito Antunes do. TOSTES, José Alberto. Oiapoque – “Aqui começa o Brasil”: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. **Anais do IV Encontro da Associação Nacional da Pós-Graduação, Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)**, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades, rios e floresta: raízes fincadas na cultura e na natureza. In: BRAGA, Sérgio Ivan Gil (org.). **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.

SILVA, Gutemberg Vilhena; SUPERTI, Eliane. Fronteira internacional do Amapá: processos de interação e estratégias de defesa e segurança. In: PORTO, Jadson Luis Rebelo; CHAVES, Daniel; NORONHA, Andrius. **A fronteira setentrional brasileira: das histórias pós-coloniais à formação de uma fronteira tardia**. Macapá; Rio de Janeiro: Edunifap; Autografia Editora, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da. “Das cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: **Papers do NAEA**. N. 321. Belém, 2013.

CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018

Data de aceite: 13/04/2020

Data de Submissão: 13/01/2020

Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa

Universidade Federal do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/4513509943973459>

Clarina de Cássia da Silva Cavalcante

Universidade Federal do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/8864911534983232>

Roberto Magno Reis Netto

Universidade Federal do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/5368010317556530>

Robson Patrick Brito do Nascimento

Universidade Estadual do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/8653801177758938>

RESUMO: Neste início de Século XXI, apesar dos esforços e iniciativas públicas e privadas firmadas no sentido de tornar visível e possível o combate à violência de gênero, especialmente, a violência contra a mulher, a redução dos números de ilícitos contra esta última ainda se mostra algo muito distante de ser alcançado. Ameaças, esbulhos, agressões físicas e psicológicas, e, nos casos mais

graves, feminicídios, representam fatos sociais que marcam o cotidiano dos espaços sociais, e, reproduzem práticas que ganham dimensões diferenciadas nas variadas áreas das cidades. A criminalização do Feminicídio em março de 2015 é fruto da luta constante dos movimentos feministas, dos direitos humanos, sociais, estudiosos e de familiares das vítimas visando à penalidade do criminoso. O feminicídio é o desfecho final do ciclo de violências sofridas e suas consequências, presume-se que a morte, oriunda do exercício de um poder do homem sobre o corpo e existência da mulher, antes de tudo, representa um conjunto de falhas de diversas instâncias sociais envolvidas no processo de controle social da violência, portanto, uma situação geográfica que pode variar de local para local, tornando importante o estudo desta modalidade criminosa a partir da perspectiva espacial. Diante disso, o presente trabalho objetivou apresentar uma cartografia dos casos de feminicídio ocorridos na cidade de Belém-PA, capital do Estado, entre os anos de 2011 a 2018, em correlação com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e características deste crime. Partiu-se de um método materialista histórico e dialético, utilizou-se uma abordagem quantitativa e qualitativa, que tomou como base os registros policiais de casos de feminicídios na Capital. Do comparativo entre as áreas de ocorrências

constatou-se maior frequência da modalidade criminal em zonas de índice de desenvolvimento municipal mediano (áreas urbanas mais pobres da Capital), onde, as instâncias sociais de controle do crime se apresentam bastante reduzidas.

PALAVRAS-CHAVE: violência. Mulher. Gênero. Femicídio.

CARTOGRAPH OF THE FEMINICIDE IN BELÉM-PA: AN ANALYSIS OF CASES RECORDED BETWEEN 2011 TO 2018

ABSTRACT: In the beginning of the 21st century, despite the public and private efforts and initiatives made to make visible and possible the fight against gender violence, especially violence against women, the reduction of the number of illicit acts against the latter. shows something very far from being achieved. Threats, riots, physical and psychological aggressions, and, in the most severe cases, femicides, represent social facts that mark the daily life of social spaces, and reproduce practices that gain different dimensions in the various areas of cities. The criminalization of femicide in March 2015 is the result of the constant struggle of feminist movements, human rights, social rights, scholars and relatives of victims seeking the criminal penalty. Femicide is the final outcome of the cycle of violence suffered and its consequences, it is presumed that death, derived from the exercise of a man's power over the woman's body and existence, first of all represents a set of failures of various instances. social actors involved in the process of social control of violence, therefore, a geographical situation that may vary from place to place, making it important to study this criminal modality from a spatial perspective. Given this, the present work aimed to present a cartography of cases of femicide occurred in the city of Belém-PA, capital of the state, from 2011 to 2018, in correlation with the Municipal Human Development Index and characteristics of this crime. It was based on a historical and dialectical materialist method, using a quantitative and qualitative approach, which was based on police records of cases of femicide in the capital. Comparing the areas of occurrences, there was a higher frequency of criminal activity in zones of average municipal development index (poorer urban areas of the capital), where the social instances of crime control are quite reduced.

KEYWORDS: violence. Woman. Genre. Femicide.

1 | INTRODUÇÃO

Os feminicídios são a morte de mulheres por sua *condição de mulher*. Estas mortes são marcadas por um ciclo de violência constante, e, se apresenta de várias formas, sejam elas: físicas, psicológicas, morais, sexuais, patrimoniais, ocorrendo, geralmente, de maneira conjugada - por exemplo, sexual com a física, a psicológica com a moral (TOLOSA, 2017). A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção De Belém Do Pará (CIDH, 1994) – informa que a violência contra mulher consistiria em “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou

psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”.

A violência letal (os homicídios) contra a mulher no Brasil, por sua vez, detém uma taxa elevada que coloca o país na 5ª posição em um grupo de 83 países, com taxa de 4,8 por 100 mil mulheres mortas. O estado do Pará e, especificamente, sua capital (Belém) têm e apresentam taxas superiores à do Brasil, respectivamente, 5,8 e de 5,6 para o ano de 2013, (WASELFIZ, 2015), se apresentando como um espaço que engloba potenciais riscos à mulher, portanto.

Neste contexto, a compreensão da configuração do feminicídio a partir de técnicas cartográficas se afigura importante, pois, demonstra a sua distribuição e dinâmica espacial, possibilitando, assim, o desenvolvimento de políticas públicas que visem ações pontuais de combate à violência contra mulher, essencialmente, ligada a estruturas patriarcais. Diante disto, o presente trabalho objetivou apresentar uma cartografia dos casos de feminicídios ocorridos na cidade de Belém-PA, capital do Estado, entre os anos de 2011 a 2018, em correlação com as Unidades de Desenvolvimento Humano Municipal e características deste crime.

2 | MORTES FEMININAS POR POSSESSÃO

Numa segunda-feira, à luz da manhã de um dia comum da segunda quinzena do mês de julho de 2019, uma mulher notou que está sendo seguida pelo seu ex-namorado. Ela o filmou no ônibus em que estava e desceu do coletivo para pedir socorro. Porém, antes de ajudar chegar, foi esfaqueada três vezes e morreu no local. Segundo relatos dos familiares, a vítima havia terminado o relacionamento abusivo há alguns meses, mas o ex-companheiro não aceitava o fim relação. Como ilustrado pelo caso, o feminicídio é marcado por um contexto de violência contínua, de dominação, de premeditação e de discriminação contra a mulher.

A criminalização do feminicídio do Brasil esta baseada na Lei n. 13.104/2015 (BRASIL, 2015), enquanto produto de lutas e reivindicações dos movimentos feministas, lideranças, e de familiares das mulheres vítimas de violência, possibilitou uma maior visibilidade das mortes femininas decorrentes da condição de mulher. A utilização do termo *feminicídio* surgiu em meados da década de 70, com o intuito de evidenciar as mortes de mulheres por homicídio, devido a sua condição de mulher.

Em 1976, o termo foi usado na Bélgica por Diana Russel, diante do tribunal internacional de crimes contra as mulheres, ganhando força a partir de 1992, no sentido de se destacar que o ponto focal do feminicídio é o fato de que ele não representa um momento *isolado* da vida das mulheres, senão, um ponto final de todas as violências sofridas continuamente (PASINATO, 2011). Por sua vez, Ponce (2011) informa que termo teria sido utilizado na América Latina a partir dos anos 1980, sendo introduzido no México por Marcela Lagarde a partir de 1984. Nos anos

2000, a mesma autora proporia uma reformulação do conceito que, igualmente, se tornou uma referência para os debates acadêmicos e políticos (PONCE, 2011).

No Brasil, a primeira publicação sobre o tema foi realizada por Almeida (1998), esclarece que os feminicídios íntimos não seriam fatos isolados e nem esporádicos, mas o resultado de uma violência de gênero e sexista. A temática passou a ganhar força em trabalhos como o de Pasinato (2011), IPEA (2013), e Mello (2016). Consolidou-se a ideia de que o feminicídio pode ocorrer por meio de treze modalidades: íntimo, não íntimo, familiar, por conexão, sexual sistêmico, por prostituição ou por ocupações estigmatizadas, por tráfico de pessoas, transfóbico, lesbofóbico, racista, por assassinatos marcados por brutalidade, por tortura, violências e mutilações (BRASIL, 2016).

Meneghel e Hirakata (2011) informam que a maioria dos homicídios de mulheres são feminicídios e se dão em ambiente privado (denotando desigualdades de poder familiar), de forma violenta e mediante ação do próprio parceiro íntimo, conforme constatado na pesquisa de Tolosa (2017). Porém, para além do fato social em si, tem-se que o feminicídio representa complexidades maiores, decorrentes dos próprios locais em que o mesmo surge. Assim, a morte de uma mulher representa não só uma consequência das relações sociais, mas sim, uma consequência de relações espaciais, capazes de marcar esse mesmo espaço.

É, portanto, um fenômeno espacialmente legível. E, foi a partir desta constatação que o presente trabalho buscou revelar os caracteres espaciais do feminicídio na Capital (Belém-PA), a partir de técnicas cartográficas, de modo a revelar como a complexidade, em larga medida, torna certos espaços potencialmente propícios à ocorrência da espécie criminal em análise, conforme os contornos metodológicos a seguir especificados.

3 | METODOLOGIA

Primeiramente, compreende-se que a *morte* de uma mulher representa um fenômeno decorrente de relações de poder desiguais, representativas de uma carga histórica de violências. Assim, tratar desta espécie impõe a análise de conjuntos de contradições ocultadas pelas práticas sociais, bem como, o reconhecimento de relações de dominação em função do gênero. Em razão disso, o estudo adotou método materialista histórico e dialético (MARTINS; THEÓPHILO, 2016), como substrato analítico, por constituir um percurso que busca a revelação de contradições sociais que, conjugadas, originam os fatos da vida real em essência.

Por sua vez, o trabalho se valeu de uma abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, análise de bancos de dados e uso de softwares e de técnicas analíticas da estatística descritiva para sistematizar,

resumir e apresentar os resultados encontrados.

Os dados obtidos se originaram da base de dados disponibilizada pela Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal - SIAC, concernente aos registros policiais dos casos de feminicídios e homicídios femininos, registrados na capital do estado do Pará, entre os anos de 2011 a 2018. Os registros anteriores ao ano de 2015 (quando aprovada a lei que instituiu o feminicídio) foram objeto de triagens e classificações, baseadas no protocolo de feminicídio da ONU (2014) e nas diretrizes nacionais do Feminicídio para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (2016).

A partir dessa classificação, realizou-se uma representação das ocorrências de homicídios contra a mulher e de feminicídios por Bairro da Capital, o que, por sua vez, permitiu uma comparação mais aprofundada dos locais das ocorrências de feminicídio com as unidades de desenvolvimento humano da Capital (PNUD, 2019). Os resultados se encontram delineados na seção a seguir.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, conforme o IBGE (2010), Belém é composta por oito distritos administrativos - Mosqueiro, Outeiro, Icoaraci, Benguí, Entroncamento, Sacramento, Belém e Guamá - que englobam 71 bairros e 39 ilhas. Destaca-se como a cidade que detinha a maior população feminina do estado do Pará: de 1.393,399 habitantes, 734.391 (52,72%) eram mulheres e 659.008 (47,28%) eram homens.

Segundo Waiselfiz (2015) a cidade apresentou a maior taxa de feminicídio (5,6 para o ano de 2013) do Estado do Pará mesmo detendo a maior rede de atendimento à mulher vítima de violência (TOLOSA, 2017) e o melhor IDHM (0,746 em 2010) (PNUD, 2019).

Conforme Frattari e Souza (2009), o município de Belém caracteriza um polo concentrador de emprego-renda e prestação de serviços, apresentando o maior contingente populacional do Estado, sendo que, de outro lado, o crescimento populacional não foi proporcional à evolução da infraestrutura de saneamento e moradia, gerando, assim, espaços precarizados e aglomerados subnormais – corriqueiramente chamados de invasões – onde 89.857 pessoas residem.

Igualmente, Belém representa um espaço constituído de várias interações de valores culturais, políticos, institucional, sociais, econômicos, morais, que, paralelamente, acumula problemas sociais (criminalidade e violência), enquanto reflexos das relações desiguais existentes. A violência, aliás, pode ser apontada como resultado dessa relação de valores e contradições, denotando uma *territorialidade da violência* (CHAGAS; SILVA; PALHETA DA SILVA, 2014), ocasionada pelo

desequilíbrio que a complexidade espacial ocasiona nos conflitos e relações de poder. Isso, também se aplica aos crimes contra a mulher.

Nesse sentido, o gráfico 1 (abaixo) demonstra a alta taxa de homicídios contra a mulher e de feminicídio em Belém, registrando, respectivamente, média de 6,35 e 1,12 para um grupo de 100 mil mulheres entre 2011 e 2018. De igual forma, percebe-se que as linhas comportamentais dos delitos são parecidas, tanto no crescimento como na redução. A relação entre o espaço urbano belenense e os números, certamente, está de acordo com apontamentos literários que indicam que, com a industrialização e urbanização das cidades, as relações sociais se modificaram de forma substancial (BLAY, 2003).

Especificamente quanto ao crime de feminicídio, percebe-se a ocorrência de uma tênue redução dos casos em 2017 (Gráfico 1), logo após sua instituição pela Lei n. 13.104/2015, seguido de posterior aumento. Embora o número represente um aparente impacto positivo da lei, de outro lado, deve-se asseverar que o alto número de homicídios no mesmo período talvez disfarce uma possível subnotificação de casos de feminicídio, sendo relevante, nesse sentido, uma fiel análise do local do crime mediante técnicas de perícia criminal (ou seja, uma análise da complexidade conglobada na paisagem) (SOUZA, 2018), justamente, porque as subnotificações comprometem a veracidade e contabilização dos casos, resultando em incorretas comunicações de óbitos como latrocínio, lesão corporal seguida de morte ou suicídio, em razão da argúcia do autor (material ou intelectual) do feminicídio (ALMEIDA, 1998; PASINATO, 2011; LUCENA, 2014).

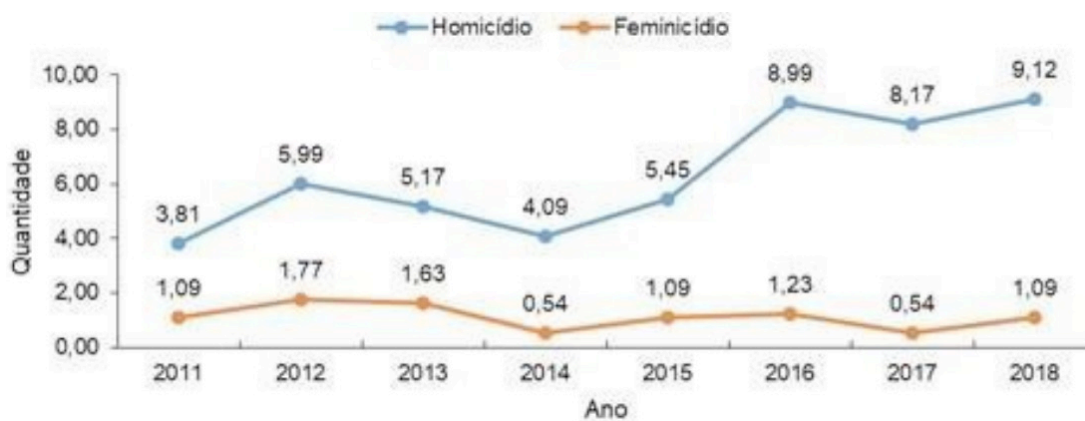


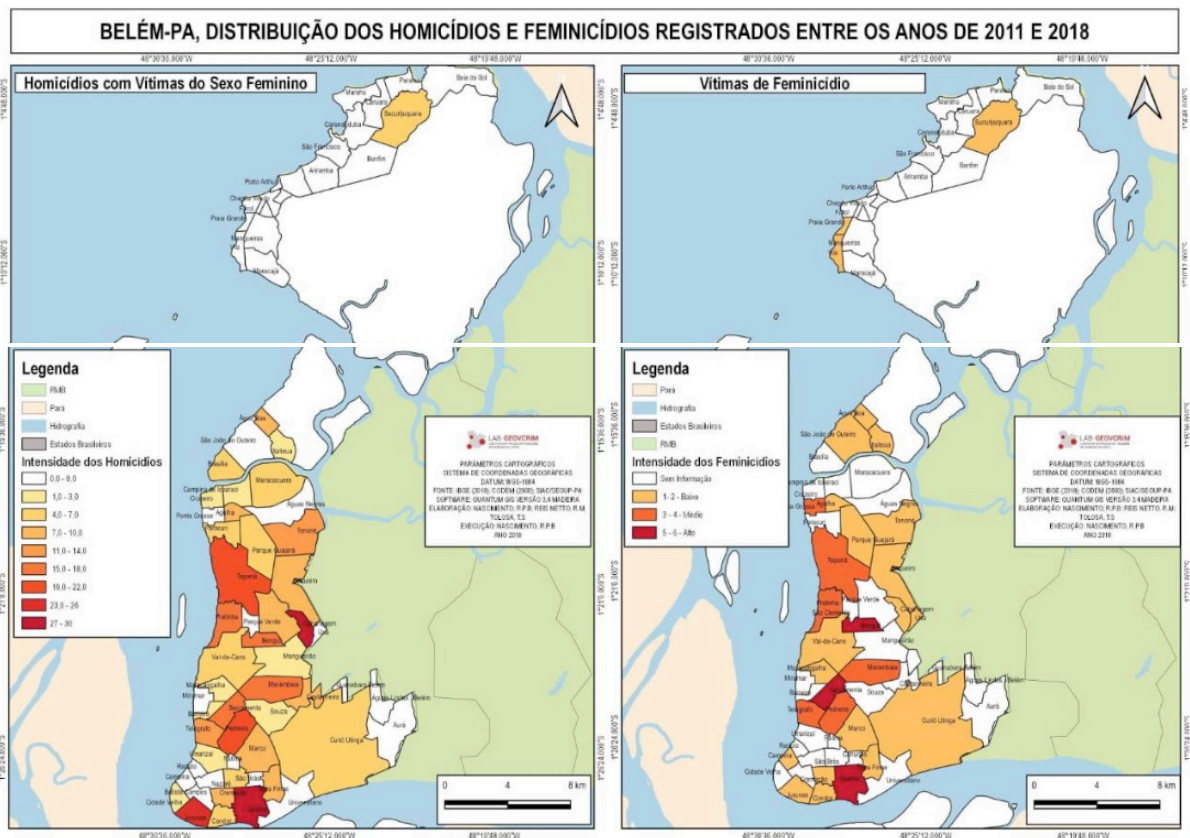
Gráfico 1 - Taxas de Homicídios e Feminicídios (por 100 mil mulheres), entre os anos de 2011 e 2018, na cidade de Belém-PA, a partir de dados da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (sob elaboração dos autores).

Ao longo das referidas transformações sociais, as mulheres começaram a conquistar espaços anteriormente restritos à figura do homem, no mercado de trabalho, universidades, política. Com isso, passaram a romper as relações restritas à esfera privada da casa, se inserindo na vida pública e quebrando os valores tradicionais do patriarcado. Porém, esse empoderamento gerou modificações no

seio das relações familiares, que, por sua vez, resultaram em conflitos pela negação da cidadania e manutenção de uma subalternidade da mulher, o que, em casos mais graves e em espaços distantes de controles sociais, resultou em casos de explícita violência e criminalidade (BLAY, 2003).

Portanto, seja em razão das transformações havidas no (macro) contexto do espaço, enquanto ambiente de encontro da complexidade do mundo e das particularidades, ou, em razão da necessidade de verificação da paisagem do crime como elemento (des)caracterizador do feminicídio, a relação entre o fenômeno e o conhecimento geográfico se tornam assentes (SOUZA, 2018). Nesse sentido, é importante destacar que o aumento da criminalidade legal, nos centros urbanos é um fenômeno associado à os indicadores sociais (em muitos casos, precários), aspectos políticos, a urbanização e a presença do Estado (por serviços básicos como educação, saúde, saneamento, redes assistenciais etc.), variantes conforme cada espaço-tempo específico (CHAGAS; PALHETA DA SILVA; SILVA, 2014).

No caso de Belém-PA, pode-se observar (Mapa 1) que os feminicídios e homicídios contra a mulher registrados entre os anos de 2011 a 2018, apresentam uma espacialização muito semelhante, mostrando-se presentes, sobretudo, em bairros marcados pela periferização, nos quais, certamente, a ausência do Estado potencializa a ação de outros agentes nas disputas de poder em prol da consolidação e domínio territorial (CHAGAS, 2014).



Mapa 1 – Distribuição Espacial dos homicídios contra a mulher e feminicídios registrados na cidade de Belém-PA, entre os anos de 2011 e 2018, a partir de dados da Secretaria de Inteligência e Análise Criminal (adaptados pelos autores).

Obviamente, enquanto fenômeno histórico decorrente de relações desiguais de poder (PASINATO, 2011) pode-se afirmar que a violência contra a mulher é um fato social presente em todos os espaços. Contudo, à medida que o Estado se afigura ausente em determinadas localidades, a carência de aparelhos públicos de controle social (como escolas, estruturas assistenciais e de controle da violência, espaços de lazer etc.) acaba por afastar, ou, no mínimo neutralizar, os micropoderes (FOUCAULT, 2015) de outras instâncias de controle da criminalidade (como as igrejas, as famílias, as associações privadas etc.) potencializando relações de poder desiguais na construção de territórios e, com isso, a ocorrência de práticas criminosas de diversas, destacando-se aqui, a violência contra a mulher.

Nesse sentido, verifica-se que os bairros que detiveram a maior quantidade de vítimas de feminicídio correspondem a espaços que apresentam áreas bastante precarizadas, quais sejam: Sacramento, Benguí, Guamá, Marambaia, Pedreira, Pratinha, Telégrafo Sem Fio, Tapanã, Ponta Grossa e Agulha. Ainda assim, aproximando-se a escala de análise para os locais de ocorrência dos crimes, é possível verificar de maneira mais assente a afirmativa acima.

A tabela 01 (abaixo) demonstra claramente que 70% dos feminicídios havidos na cidade de Belém ocorreram em áreas classificadas como Unidades de Desenvolvimento Humano mediano, ou seja, áreas que representam um menor padrão de renda, longevidade e educação, em comparação com o restante da cidade (PNUD, 2019), ficando atrás, tão somente, de áreas com características rurais e as ilhas da cidade. Em outras, palavras, confirma-se a hipótese de existência desta espécie criminal em todo o substrato social (uma vez que há registros em áreas de UDH alto e muito alto), porém, com nítida prevalência estatística em áreas de UDH regular, que, no caso de Belém, representam áreas que detêm características de precarização e a ausência de instâncias públicas e privadas de controle social.

Quantidade	Porcentagem	Faixa de UDH	Classe	Fx
47	70%	0,600-0,699	Médio	0,701493
14	21%	0,700-0,799	Alto	0,208955
6	9%	0,800-1	Muito Alto	0,08955

Tabela 01: Distribuição da quantidade de Homicídios de mulheres e Feminicídios, em Belém-PA, entre os anos de 2011 e 2018, por classificação do UDH.

Os baixos indicadores sociais, mais uma vez, revelam que a ausência ou a precariedade da ação do Estado, ocasiona o surgimento de espaços precarizados e propícios para a ocorrência de práticas violentas (CHAGAS, 2014), em especial, contra a mulher (aqui, especialmente expressa pelo feminicídio) (TOLOSA, 2017), justamente, porque a ausência de instâncias onde o problema possa ser debatido,

potencializa a violência enquanto instrumento histórico de desiguais relações patriarcais, onde a mulher (até mesmo pela morte) é relegada a um plano material inferior nas disputas territoriais, até mesmo, do próprio lar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma cartografia dos casos de feminicídio ocorridos na cidade de Belém-PA, capital do Estado, entre os anos de 2011 a 2018, em correlação com as Unidades de Desenvolvimento Humano Municipal e características deste crime. Ao fim, pode-se afirmar que o padrão espacial identificado revelou uma forte relação entre o feminicídio e áreas precarizadas da cidade (onde predominou o UDH de nível médio).

Porém, para além das constatações em questão, evidenciou-se que por meio de técnicas cartográficas das referidas condições sociais precárias é possível à identificação e o estabelecimento de locais para a instalação de potenciais políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher (dentre outras). Embora o feminicídio represente o ápice de um problema complexo, histórico e multicausal, de outro lado, as cicatrizes que o mesmo grava no espaço tornam possível a visibilidade das contradições relacionais do patriarcado, ocultadas por anos de indiferença, revelando, por meio de uma geografia da violência, caracteres de uma relação desigual de poder passível de ser científica e concretamente combatida.

REFERÊNCIAS

ARENDETT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ALMEIDA, S. S. **Femicídio**: Algemas invisíveis do público-privado. São Paulo: Revinter, 1998.

BLAY, E. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres. Diretrizes Nacionais Feminicídio: Investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília: MJ, 2016. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femicidios-versao-web.pdf>>. Acesso em 16.01.2018. 2016.

CHAGAS, C. A. N.; SILVA, C. N.; PALHETA DA SILVA, J. M. Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma Leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. *In*: **Anais do Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Espírito Santo: AGB, 2014.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. **Boletim Amazônico de Geografia**, n.1, v.01, p.186-204. 2014.

CIDH. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher** - Convenção de Belém do Pará. 1994.

FRATARI, N. F.; SOUZA, D. B. Análise da mortalidade por homicídio na Região Metropolitana

de Belém. In: ANDRADE, L. T.; SOUZA, D. B.; MIRANDA, F. H. **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Belém/PA: IBGE, 2010.

LUCENA, M. B. N. Mortes de mulheres no Brasil: feminicídio ou homicídio comum? Violência doméstica ou questão de Segurança Pública. In: **Anais do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Pesquisa em Direito**. Paraíba: CONPEDI/UFPB, 2014.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica aplicada às ciências sociais**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MENEGHEL, S. N.; HIRAKATA, V. N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564-574. 2011

ONU. Organização das Nações Unidas. ONU Mulher. **Modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero (femicídio/feminicídio)**. Brasília: ONU Mulheres, 2014.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 219-246. 2011.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento humano. **Atlas do desenvolvimento humano**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 01.02.2019. 2019.

PONCE, M. G. R. Mesa de trabalhos sobre feminicídio/feminicídio. In: CHIAROTTI, S. **Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do feminicídio/feminicídio**. Lima: CLADEM, 2011.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

TOLOSA, Tatiane da Silva Rodrigues. **Violência de Gênero: Caracterização do Feminicídio no Município de Belém** (Dissertação de Mestrado). Belém: UFPA, 2017. WASELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil**. Distrito Federal: FLACSO, 2015.

UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS

Data de aceite: 13/04/2020

Data da submissão: 03/01/2020

Priscila Terra Quesada

Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSM

Santa Maria - RS - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/6921591190143517>

José Manuel Mateo Rodriguez

Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSM

Havana - Cuba

<http://lattes.cnpq.br/8645275772937325>

RESUMO: O futuro almejado pela maioria dos municípios na atualidade é alcançar a sustentabilidade ambiental. E para que as cidades avancem para essa direção é preciso que tenhamos uma visão geoecológica da paisagem, a fim de qualificar as proposições futuras e que estas estejam inseridas de forma integrada no planejamento municipal. No intuito de aprimorar a leitura da área urbana e de incorporar e divulgar essa visão sistêmica, este trabalho propôs apresentar a adaptação metodológica utilizada para a obtenção das unidades ambientais da sede municipal de Santa Maria/RS.

PALAVRAS-CHAVE: Geoecologia; Unidades da paisagem; Planejamento; Área urbana.

ENVIRONMENTAL UNITS FOR SANTA MARIA/RS

ABSTRACT: The future sought by most municipalities at present is to achieve environmental sustainability. For cities to move in that direction we must have a geoecological vision of the landscape in order to qualify the future and these propositions be integrated in city planning. In order to improve the understanding of the urban area and to incorporate and publicize such systemic view, this work proposes to present the methodological adjustment used for obtaining the environmental units of the municipal seat of Santa Maria/RS.

KEYWORDS: Geoecology; Landscape units; Planning; Urban area.

1 | INTRODUÇÃO

Tem crescido as preocupações de diversos profissionais, principalmente os geógrafos e urbanistas, de como auxiliar no equacionamento de estratégias de planejamento que minimize a pressão ao meio ambiente frente a rápida urbanização.

Considerando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados em 2015, por 193 países das Nações Unidas, o 'ODS11 – Cidades e comunidades

sustentáveis' é um dos objetivos que está vinculado diretamente ao planejamento municipal, e que entre outras metas, temos até 2030 para aumentar a urbanização inclusiva e sustentável.

Nessa mesma meta também aponta a necessidade de aumentar as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis. Agora como assegurar um processo aberto e inclusivo, se a comunidade não conhece e nem reconhece as políticas de planejamento local?

O planejamento nos permite refletir das nossas escolhas perante um recorte de um cenário (físico-ambiental, social, político, econômico, etc.) e as necessidades de uma determinada comunidade, antes de colocá-las em prática, analisando o que temos acertado ou errado nos avanços que percorremos do passado a atualidade e o que queremos evitar para o futuro almejado.

Partindo da compreensão da paisagem como “conjunto inter-relacionado de formações naturais e antroponaturais” (RODRIGUEZ, et al., 2017, p. 18), a geoeologia utiliza a unidade da paisagem como base do planejamento, possibilitado que tenhamos uma visão sistêmica e facilitando que as proposições sejam integradas e sustentáveis.

Em uma tentativa de construir cenários que incorporem a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento, o planejamento da paisagem tem sido um trabalho teórico e metodológico fundamental destinado a informar a gestão do ambiente. (RODRIGUEZ e SILVA, 2013, p.314).

E para que as proposições de curto, médio e longo prazo sejam efetivados, mesmo com as frequentes mudanças das cadeiras políticas, é necessário que a sociedade assuma seu papel social propositivo e regulador, assegurando com sua participação efetiva que as tomadas de decisão avancem em proposições sustentáveis, evitando que sobressaia o interesse particularizado e ações descontinuas e inconclusas.

Com a finalidade de divulgar essa visão sistêmica da geoeologia (gestores técnicos e comunidade) e subsidiar os programas e políticas que promovam a conservação, preservação, valorização das áreas naturais, desenvolvimento sustentável e planejamento dinâmico no perímetro urbano, do distrito sede de Santa Maria/RS (1º Distrito), objetivou-se nesse trabalho apresentar a adaptação metodológica utilizada para a definição das unidades ambientais.

2 | METODOLOGIA

Optou-se em adaptar metodologias de Velasquez (2003), Andreychouk (2015),

Serrano & Manent (2016) e Rodriguez et al (2017) para facilitar a compreensão das variáveis adotadas e das etapas metodológicas pelas comunidades envolvidas, podendo assim promover a inserção delas nas discussões relativas ao planejamento e aprimorar as bases das tomadas de decisão.

O município de Santa Maria, possui uma área de 1791,65 km², com aproximadamente 280 mil habitantes (estimativa IBGE, 2018), distribuído em 10 distritos, localizado na região central do Rio Grande do Sul (5º município mais populoso do estado), na interface do rebordo basáltico central, a 295 km da capital Porto Alegre. A área de estudo corresponde somente ao distrito sede (1º distrito), que possui uma área de 133,71 km² (correspondente a 7,46% da área municipal), situado na porção norte do município, com aproximadamente 95% da população municipal.

Na etapa metodológica de observação foram realizadas visitas técnicas, registros fotográficos e conversas com moradores e atores sociais.

Na etapa da compilação, seguindo a indicação de Nucci (2008, p 56), foram coletadas e selecionadas o máximo das informações espacializadas dos atributos ambientais já produzidas para a área (geomorfologia, geologia, sub-bacias hidrográficas, solos, vegetação, hipsométrico, clinográfico, áreas de risco, etc.) e textuais (plano diretor, plano de mobilidade, plano de saneamento, plano de manejo, teses, etc.).

Já na etapa de proposição espacial das unidades foi necessário a identificação, delimitação, cruzamentos, análise e reflexão das especificidades da paisagem para o aprimoramento da compreensão das interações sociais, culturais e econômicas com a dinâmica espacial.

Para o mapeamento, edição, manipulação, cruzamentos e análises das informações georeferenciadas foi alimentado um Sistema de Informações Geográficas (SIG), com o suporte do software Arc GIS 9.3, pois além de incluir diversas ferramentas para as tarefas, esse software é adotado por muitos órgãos públicos e permite importar *shapes* (camadas) de outros softwares.

Na pesquisa há o registro fotográfico, classificação, descrição e espacialização da delimitação de cada unidade encontrada.

A matriz ecológica não é metodologia inovadora, mas muito conhecida por urbanistas, geógrafos e biólogos por permitir a análise sistêmica dos dados qualitativos e quantitativos.

2.1 Unidades Naturais

As unidades naturais foram pré-identificadas com a observação *in loco*, onde foram constatados e esquematizados os perfis das diferentes feições do terreno que

apresentam no 1º distrito de Santa Maria/RS.

Foram considerados as seguintes definições para as unidades naturais:

- Vale: a forma topográfica constituída e drenada por um curso d'água principal e suas vertentes, limitada por áreas mais altas, como colinas ou morros.
- Colina: É uma região pequenas elevações de terreno (configurando em um patamar) com decline suave, com altitude um pouco maior que o relevo ao redor (para fins desse trabalho não foi considerado sinônimo de morro para que se pudesse fazer uma diferenciação na avaliação).
- Morro: Elevação natural do terreno com altura de até 300 m aproximadamente. As montanhas, que possuem altura superior a 300m, também foram incluídos nessa classificação devido as características similares.

Unidades Naturais (UN)		
Vale	VE	Vale estreito: vale adjacente ao recurso hídrico, com mudança abrupta do relevo, apresentando um perfil mais acentuado em forma de "V".
	VC	Vale entre colinas: vale adjacente ao recurso hídrico, porém não há mudança abrupta do relevo, conformado um perfil tênue com o recurso hídrico (normalmente utilizado para plantações de arroz).
	VD	Vale na Depressão Central: vale adjacente ao recurso hídrico, porém não há mudança abrupta do relevo, conformado um perfil tênue com o recurso hídrico (normalmente utilizado para plantações de arroz).
Colina	CB	Colina baixa: porção da colina de baixa altitude.
	CA	Colina alta: parte intermediária da colina, entre a colina baixa e o espinhaço central.
	CE	Espinhaço central: perfil mais alto da colina, levemente ondulado, que corresponde ao divisor de águas da colina.
Morro	MB	Morro da borda do planalto: porção mais elevada do morro, que se aproxima das altitudes do planalto central.
	MT	Morro testemunha: morro que se destaca isoladamente em uma superfície de aplainamento como um relevo residual.
	MP	Pé do morro: base de montanha, parte inferior da encosta.

Quadro 1: Unidade Naturais - 1º Distrito de Santa Maria/RS

Em cada uma das três feições identificadas (vale, colina e morro), após a sobreposição, análise e sintetização das informações da etapa de compilação, foram aperfeiçoadas as delimitações das subdivisões propostos para cada feição, de acordo com as características físicas que as diferenciavam (Quadro 1), como por exemplo, a forma do perfil do vale.

2.2 Unidades de Ocupação

As unidades de ocupação identificadas representam os usos predominantes (residencial, comercial/prestação de serviço, industrial e produtivo rural), que não diferem das demais cidades brasileiras de porte médio.

Ao especializar os usos predominantes sentiu-se a necessidade de subdividir alguns usos, para auxiliar que o diagnóstico fosse mais efetivo, pois a síntese não detectava algumas especificidades que eram notórios e significativos.


As especificidades foram balizadas com algumas características previstas nos padrões construtivos da NBR 12721/2006, passando de 4 para 11 unidades de ocupação (Quadro 2).

Unidades de Ocupação (UO)	
r1	Residencial padrão precário: favelas, expansão irregular, etc.
r2	Residencial padrão baixo: casas de madeira (chalés), alvenaria, etc.
r3	Residencial padrão médio prédios baixos: predomínio de 1 a 5 andares.
r4	Residencial padrão médio prédios altos: predomínio 8 a 16 andares.
r5	Residencial padrão alto: mansões.
Ch	Centro histórico: casarões e prédios ecléticos, Art Decô, etc.
Cc	Corredor comercial: concentração comercial e prestação serviço.
It	Institucional: campus universitário, base aérea, área treinamento militar, etc.
Id	Industrial: distrito industrial e galpões
Rc	Rural Campo: áreas de agropecuária e área de instrução militar
Rf	Rural Floresta: floresta nativa, reflorestamento mata ciliar.

Quadro 2: Unidade de Ocupação 1º Distrito de Santa Maria/RS

O uso residencial foi subdividido em 5 padrões, levando em conta as especificidades que influenciam diretamente na morfologia urbana, levando em conta principalmente a qualidade construtiva (que vincula diretamente a oferta de infraestrutura urbana e indiretamente ao poder aquisitivo), a altura, densidade e concentração das edificações no tecido urbano. O Quadro 3 elucida a forma adotada para a realização da descrição da unidade na pesquisa, utilizando como exemplo o uso 'Residencial padrão precário – r1'.

O uso comercial e a prestação de serviços não foram identificados separadamente por que são atividades que se desenvolvem articuladamente, mas foram adotadas unidades diferentes para compreender a diferença entre o centro histórico, os corredores comerciais (localizados principalmente junto as rodovias federais e estaduais) e as grandes áreas institucionais presentes em Santa Maria.

<p>r1 - Residencial padrão precário</p> 	<p>Unidade de ocupação que predomina o uso residencial unifamiliar de um pavimento, com materiais construtivos alternativos precários (favelas), muitas vezes de resto de materiais de construção e de objetos encontrados (portas de armário, placas de sinalização, resto de madeiras, pedaços de chapas metálicas/ telhas, etc). Ocorre predominantemente em áreas de risco, ocupações irregulares e em áreas de expansão urbana.</p> <p>Média área por unidade: $A < 35m^2$.</p>
--	--

Quadro 3: Classificação da unidade de ocupação Residencial padrão precário

E o uso rural no perímetro urbano foram diferenciados por apresentar ou não massa arbórea significativa, por impactar mais no microclima e na preservação dos recursos hídricos existentes, ou seja, não foram separadas em atividades agrícolas e pecuárias normalmente adotados nos mapas temáticos.

3 | UNIDADES AMBIENTAIS

Segundo Serrano & Manent (2016) a metodologia utilizada para o zoneamento das unidades, parte da análise da distribuição e caracterização das unidades que possuem características homogêneas entre si e que podem ser delimitados espacialmente.

Na matriz ecológica foram cruzadas as informações das unidades naturais e das unidades de ocupação. Os dados desse cruzamento foram espacializados para obtenção do mapa das unidades ambientais do 1º Distrito de Santa Maria (Figura 3).

As unidades ambientais destacadas em cinza (Quadro 4) são as que ocorrem na zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal dos Morros, relevante para as definições de políticas de valoração, conservação e preservação dessa área, fundamental para sustentabilidade urbana que vem sofrendo as pressões da especulação urbana (área que será definido as estratégias de planejamento em etapa futura da pesquisa).

Matriz Ecológica												
UN	UO	r1	r2	r3	r4	r5	ch	Cc	it	id	rc	rf
		Padrão muito baixo	Padrão baixo	Padrão médio edif. baixo	Padrão médio edif. alto	Padrão alto	Centro Hist.	Centro Comerc.	Instit.	Indust.	Rural campo	Rural floresta
Vale	VE	1 VEr1	2 VEr2	3 VEr3
	VC	4 VCr1	5 VCr2	6 VCr3	.	.	.	7 VCcc	.	.	8 VCrc	9 VCrf
	VD	10 VDr1	11 VDid	12 VDrc	13 VDrf
Colina	CB	14 CBr1	15 CBr2	16 CBr3	17 CBr4	18 CBr5	.	19 CBcc	20 CBit	21 CBid	22 CBrc	.
	CA	23 CAr1	24 CAr2	25 CAr3	26 CAr4	27 CAr5	28 CAch	29 CAcc	.	30 CAid	31 CArc	32 CArf
	CE	.	33 CEr2	34 CEr3	35 CEr4	.	36 CEch	37 CEcc	.	.	38 CErc	.
Morro	MB	39 MBr1	40 MBrf
	MT	41 MTrf
	MP	42 MPr1	43 MPr2	44 MPr3	.	45 MPr5	.	.	.	46 MPid	.	47 MPrf

Quadro 4: Unidade Ambientais do 1° Distrito de Santa Maria/RS.

Após o cruzamento foram realizadas conferências *in loco*, retornando em algumas vias que permitiam visualizar distintas unidades ambientais num mesmo percurso (Quadro 5), para qualificar as delimitações e análises das interfaces das distintas unidades ambientais (subsidiando a próxima etapa da pesquisa que definirá o estado ambiental e as funções ambientais).

Unidades Naturais	Localidade	Unidade Ambiental	Código
Colina	Centro	Colina alta central	CAr4
		Colina baixa com residência	CBr3
		Colina com área popular	CBr2
Vale	Prox. Arroio Cadena	Vale estreito com ocupação popular	VEr2
		Vale estreito com ocupação	VEr3
Colina	Bairro	Colina com habitação popular	CBr2
		Colina com habitação comum	CAr3
Morro	Limite norte	Pé do morro com chácara	MPr3
		Pé do morro com floresta	MPrf

Quadro 5: Av. Borges de Medeiros (centro/zona norte).

4 | RESULTADOS

Com a implantação do processo metodológico na área do perímetro urbano do 1º Distrito (sede) de Santa Maria, foram obtidos como resultados: o mapa das unidades naturais, com 9 unidades (Figura 1); o mapa de unidades de ocupação, com 11 unidades (Figura 2); e, o mapa das unidades ambientais, com 47 unidades da paisagem (Figura 3).

O centro da cidade se configurou na unidade natural do Espinhaço central (CE). Entretanto, a Colina baixa (CB) e Colina alta (CA) são as unidades naturais que mais se apresenta no território da sede, promovendo praticamente todos os usos da unidade de ocupação.

É notório que a unidades de ocupação Centro histórico (ch), influenciou o desenvolvimento da unidade Residencial Padrão médio prédio alto (r4) nas mesmas unidades naturais que ocupou, ou seja, na Colina Alta (CA) e Espinhaço central (CE).

As Áreas institucionais (it) de grande porte se instalaram predominantemente na unidade natural Colina Baixa (CB).

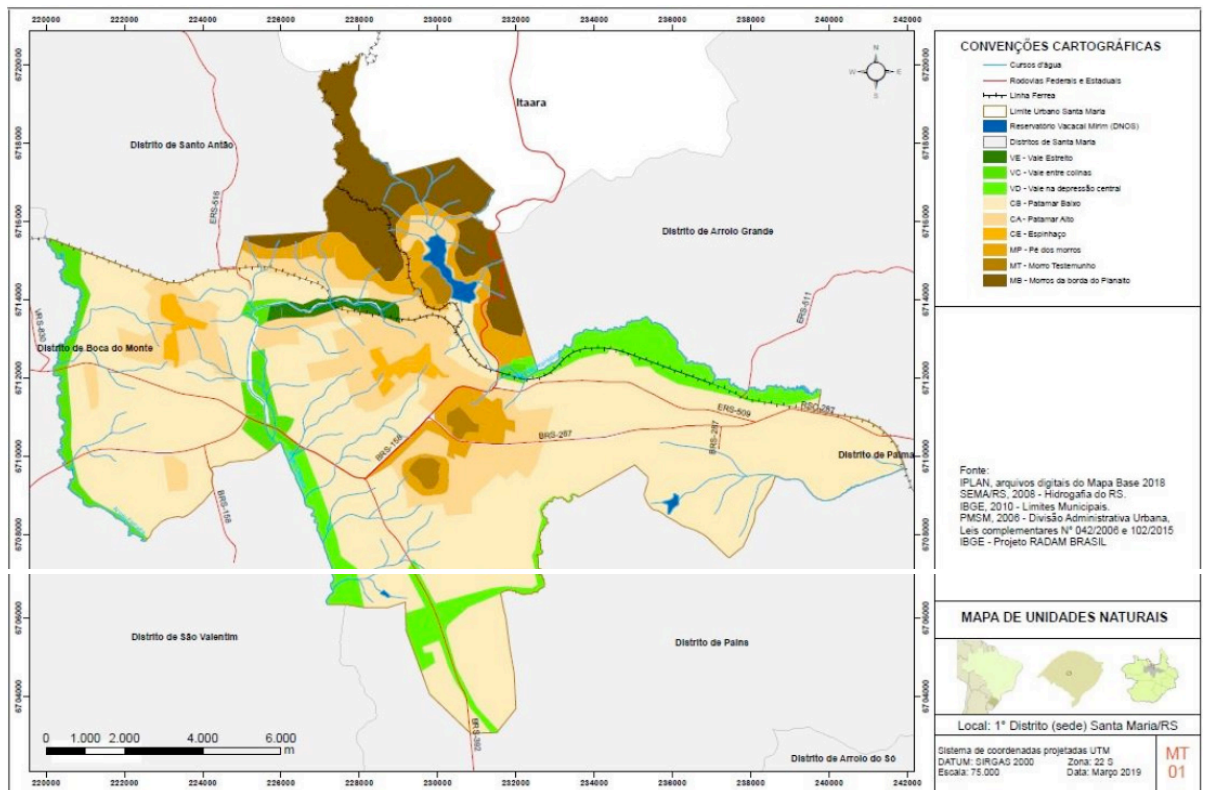


Figura 01: Mapa de Unidades Naturais - MT 01

Fonte: QUESADA, Priscila T. (2019)

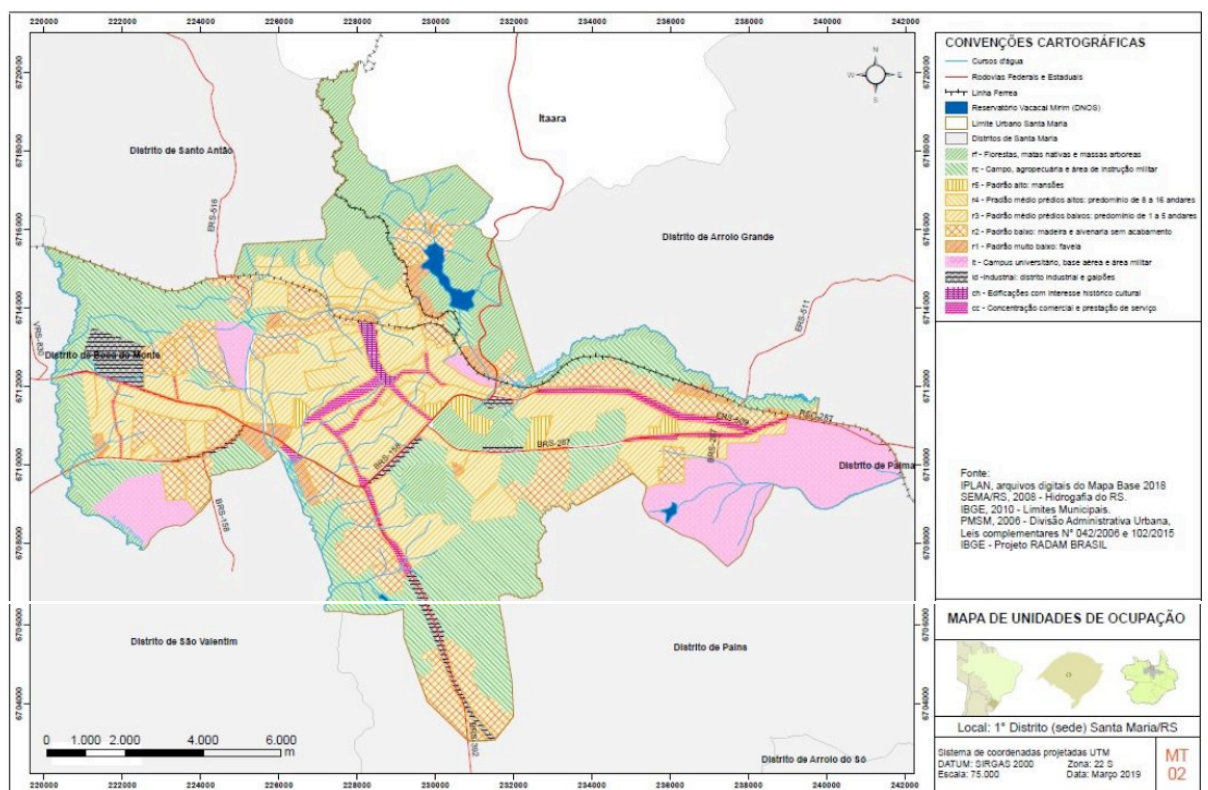


Figura 02: Mapa de Unidades de Ocupação - MT 02

Fonte: QUESADA, Priscila T. (2019)

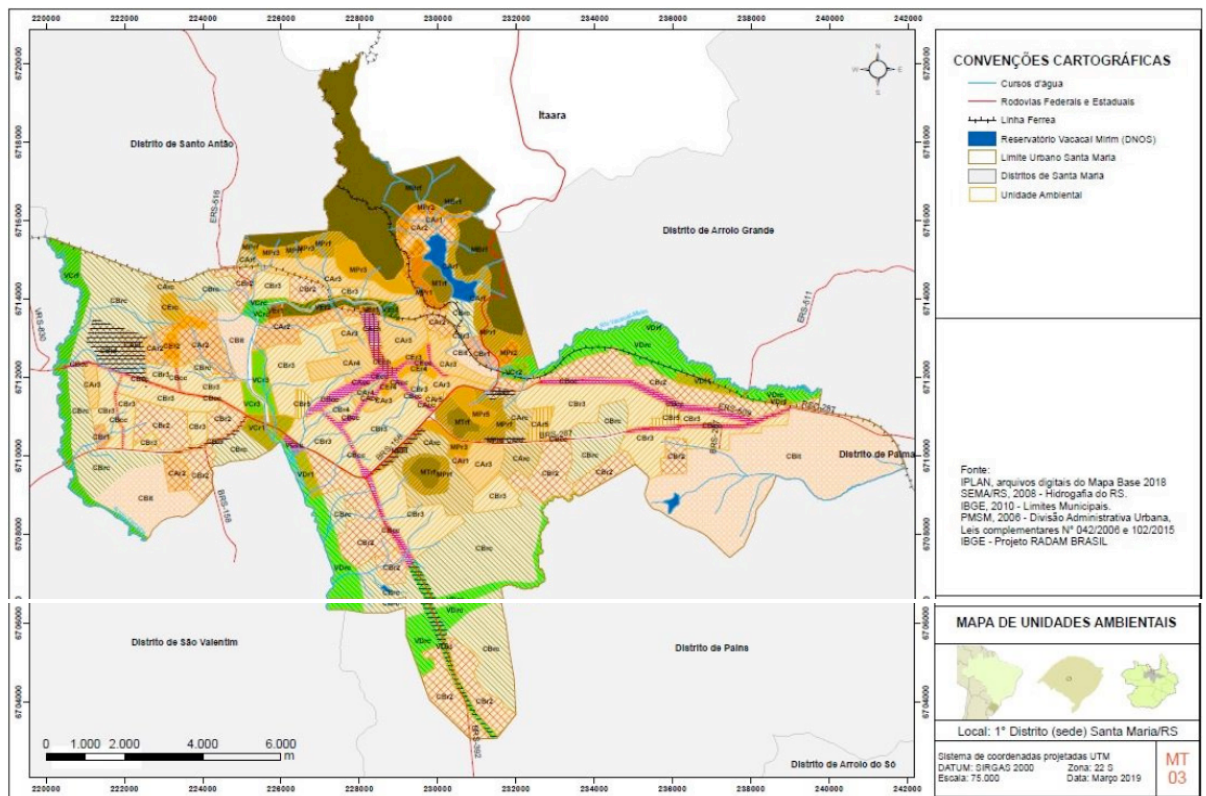


Figura 03: Mapa de Unidades Ambientais - MT 03

Fonte: QUESADA, Priscila T. (2019)

Como a área urbana é intensamente recortada por recursos hídricos, pode-se perceber com a matriz ecológica que há ocupações de Residências de padrão baixo (r2) e áreas de características rurais florestadas (rf) em quase a totalidade nas feições principais das unidades naturais.

5 | CONCLUSÕES

Foi importante apresentar a metodologia adaptada de Velasquez (2003), Andreychouk (2015), Serrano & Manent (2016) e Rodriguez et al (2017), pois mesmo que as leis vinculadas com o planejamento territorial sejam orientadas por técnicos de diferentes áreas científicas, ainda existe uma visão segmentada e um distanciamento com os que executam no dia-a-dia. Essa realidade realça a necessidade de incorporar metodologias que utilizem a visão sistêmica nas revisões das legislações urbanísticas.

Por mais digno que seja as intenções dos que elaboram e aprovam a legislação urbana ambiental, há diversas limitações no município. Para a ausência de estratégias mais vinculadas com a realidade local, destaca-se: a dificuldade de obtenção e compreensão de dados; déficit de técnicos no quadro permanente da prefeitura; falta de continuidade dos gestores e das políticas públicas; e, fraca participação da comunidade.

O resultado desta metodologia demonstrou apropriada pela facilidade e agilidade de atualizar os dados contidos do SIG e de permitir uma vinculação direta entre as unidades de paisagem e o planejamento territorial.

O mapa das unidades naturais e o mapa das ocupações, confeccionados a partir da compreensão da paisagem possibilitou o aprimoramento da leitura do perímetro urbano da sede de Santa Maria.

A utilização das unidades ambientais, que adotaram a unidade da paisagem de forma sistêmica, pode vir a auxiliar os gestores, técnicos e comunidade a reconhecer o território, a fomentar e a priorizar as estratégias de planejamento (de curto, médio e longo prazo) mais adequados aos princípios da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ANDREYCHOUK, Viacheslav. Cultural Landscape Functions, pp.3-43. In: LUC, M., SOMOROWSKA, U. & SZMANDA, J. B. (org.). **Landscape Analysis and Planning**. Geographical perspectives, Springer Geography. New Edition, Heidelberg, 2015.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2ª ed. - Curitiba: O Autor, 2008. 150 p.; il. <https://tgpusp.files.wordpress.com/2018/05/qualidade-ambiental-e-adensamento-urbano-nucci-2008.pdf>, acesso: 28 de maio de 2019.

ONU. Agenda 2030 - Objetivos de desenvolvimento sustentável, 2015. <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>, acesso em 09 de junho de 2019.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente. **Planejamento e gestão ambiental: subsídios da geoecologia das paisagens e da teoria geossistêmica**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; et al. **Geoecologia das Paisagens: Uma visão geossistêmica da análise ambiental**. 5ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

SERRANO, Ayesa Martinez; MANENT, Manuel Bollo (2016). Zonification Geoecological of Landscape Urban. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v.15, n.2, p. 117-136, abr./jun., 2016. <http://www.mercator.ufc.br>, acesso em 10 de junho de 2019.

VELASQUEZ, Luz Stella. **Propuesta de una metodología de planificación del desarrollo urbano sostenible y diseño de un sistema de evaluación de la sostenibilidad de ciudades medias de América Latina**. Tese de doutorado em geografia. Universidade de Barcelona, 2003.

PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE

Data de aceite: 13/04/2020

Silvana Paula Soares

Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE, Recife – PE

<http://lattes.cnpq.br/5833488711651776>

Rodrigo Dutra-Gomes

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE/ Recife – PE

<http://lattes.cnpq.br/1899143196478529>

RESUMO: A expansão urbana desordenada sobre áreas inadequadas a ocupação humana, provocados por processos de segregação sócio-econômico-históricos, ao longo do tempo, contribuíram para uma série de problemas ambientais, como moradias em áreas com elevadas declividades sujeitas a processos de deslizamentos. Tais fatores põem, em risco a vida e o patrimônio de moradores, que por falta de alternativas, ocupam esses espaços vulneráveis. Portanto, o presente trabalho apresenta reflexões e análises resultantes de uma pesquisa exploratória sobre o uso da Paisagem no processo de sensibilização ambiental em áreas de risco da zona norte do Recife, especificamente, o Alto do Maracanã

em Dois Unidos e o Córrego do Deodato em Água Fria. Especialmente os ambientes vulneráveis a riscos de deslizamento, de modo que fosse possível obter um conjunto de informações úteis à gestão da prevenção de riscos de desastres e o cuidado com o meio-ambiente urbano. As bases empíricas forneceram informações e sugestões que podem auxiliar no processo de conscientização ambiental local e para a mitigação dos riscos naturais. Os resultados preliminares constataam a fragilidade da estrutura organizacional do município quanto ao monitoramento das ações educativas realizadas nessas áreas, apontando ainda para a dificuldade de atuação do órgão de Defesa Civil Municipal, quanto aos profissionais adequados e ao material explicativo, principalmente o utilizado nas escolas locais. Por outro lado, evidencia-se a latente potencialidade dos moradores em colaborar com as ações propostas.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Sensibilização ambiental; Área de risco.

ABSTRACT: Disorganized urban sprawl over areas unsuitable for human occupation, caused by socioeconomic-historical segregation processes, over time have contributed to a great number of environmental problems, such as housing in areas with high slopes subject to landslides. These factors endanger the life and

property of residents, who, because of a lack of alternatives, occupy these vulnerable spaces. The present work exhibit reflections and analysis resulting from an exploratory research on the use of Landscape in the process of environmental awareness in areas of risk in the north of Recife, specifically the Alto do Maracanã in Dois Unidos and the Córrego do Deodato in Água Fria. Especially the environments vulnerable to slip hazards, so that it would be possible to obtain a set of information useful for the management of disaster risk prevention and care for the urban environment. The empirical foundations provided information and suggestions that could assist in the process of local environmental awareness and natural hazard mitigation. The preliminary results show the fragility of the organizational structure of the municipality regarding the monitoring of educational actions carried out in these areas, also pointing to the difficulty of the Municipal Civil Defense agency, regarding the appropriate professionals and the explanatory material, especially that used in local schools. On the other hand, it is evident the latent potential of the residents to collaborate with the proposed actions.

KEYWORDS: Landscape, environmental awareness, risk area

1 | INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das cidades e o avanço da expansão urbana desordenada sobre áreas inadequadas têm apresentado uma série de problemas ambientais, seja a falta de saneamento adequado, áreas sujeitas à inundação, áreas com elevadas declividades sujeitas a processos de escorregamentos. Os danos humanos e materiais, causados em desastres como os deslizamentos de terra que atingem a Zona Norte da Cidade do Recife, principalmente no período chuvoso, expõem a fragilidade dessa população mais carente e o despreparo da administração pública para lidar com situações extremas, muito embora, tais ocorrências sejam repetitivas e previsíveis. Tal complexidade dessa questão tem sugerido estudos sobre o processo de percepção de riscos dos moradores de áreas consideradas vulneráveis e/ou de risco.

Estudos têm sido realizado sobre a percepção de risco em sua dimensão objetiva, o que nos traz elementos preciosos à compreensão da dinâmica das encostas nos morros da cidade do Recife – em destaque para os bairros de Alto Maracanã e Córrego do Deodato. Porém, poucos são os estudos relatando a relação estabelecida entre o homem e o meio em áreas consideradas vulneráveis a escorregamentos. Essa situação agrava-se quando verificamos que poucas iniciativas são tomadas no sentido de projetar e implementar ações de educação ambiental efetivas, que possam mitigar e prevenir esses problemas, sobretudo quando se sabe que é fundamental o conhecimento e a participação das instituições de ensino e dos moradores locais.

A Paisagem pode ser utilizada como estratégia para a percepção e educação ambiental em áreas de risco. Essas áreas, além de apresentarem um histórico de

problemas ambientais e sociais, apresentam em suas feições uma Paisagem que agrega vários fatores distintos e facilmente observados, tais como degradação ambiental, falta de saneamento, excesso de lixo, moradias com localização precária, além das tão conhecidas lonas pretas, que se espalham por todo o ambiente expondo a fragilidade local. Essas fragilidades muitas vezes se apresentam em áreas onde se encontram muitas escolas públicas, principalmente de ensino fundamental, expondo esses problemas ao cotidiano de moradores e alunos. Consequentemente é essa Paisagem, agregadora de tantos fatores, que pode contribuir para o estudo e entendimento dos problemas ambientais e das situações de risco local. Considerando estes fatores, o presente estudo pretende interpretar esse ambiente e seus problemas associando-o à Paisagem local nas situações de risco socioambiental, levando em conta a percepção dos moradores e estudantes locais acerca da Paisagem exposta. Se esta mesma Paisagem pode contribuir de maneira educacional para facilitar o entendimento dos problemas que se apresentam.

O texto que apresentamos é o resultado de uma pesquisa realizada com moradores da área de estudo, considerando sua relação e percepção quanto as Paisagens apresentadas. Além, do trabalho de observação feito com alunos de escolas públicas de ensino fundamental, situadas no entorno do Alto do Maracanã e do Córrego do Deodato, na Zona Norte do Recife, que é uma referência paisagística e socioambiental dos problemas abordados. Participamos com a Defesa Civil do município em dois projetos de educação ambiental, implementados em áreas de risco de deslizamentos de terra abrangendo populações em situação de vulnerabilidade socioambiental. São elas: Comunidade do Alto do Maracanã, no Bairro de Dois Unidos e a Comunidade do Córrego do Deodato, no bairro de Água Fria, situados na Zona Norte da Região Metropolitana do Recife. Junto aos ‘agentes educadores’ acompanhamos o desenvolvimento dos projetos denominados de ‘ações de comunicação’ que investem em medidas educativas realizadas em escolas do bairro, cuja finalidade é divulgar aos estudantes informações sobre como identificar situações risco, bem como práticas e medidas realizadas no cotidiano que possam minimizar ou sanar possíveis ocorrências. Assim participamos do trabalho dos agentes nas visitas de ‘porta em porta’, a partir de diálogos informativos com os moradores, fazendo com que essas ações, além de promover esclarecimento, incentivem esses moradores a disseminar informações por meio de um sistema de veladura local, ajudando a comunidade na mitigação dos problemas, através de alertas à Defesa Civil.

Espera-se, portanto, que esse trabalho possa promover uma reflexão sobre as práticas realizadas com a possibilidade de novas ações voltadas para populações em situação de risco. Ações capazes de impulsionar transformações para a redução de riscos de desastres, principalmente diante de eventos meteorológicos extremos.

Esta estratégia de sensibilização ambiental, dentro de um contexto de busca pela conscientização das condições de risco socioambiental, pode apresentar um retorno positivo, uma vez que, na Paisagem estão presentes todos os elementos que descrevem os problemas abordados.

2 | A PAISAGEM NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DE RISCO

Existe uma tendência de se pensar na paisagem apenas como aquilo que pode ser visto e descrito, sem se levar em conta a relação entre os elementos que compõem essa paisagem. O que observamos em um determinado momento é o resultado da inter-relação de vários elementos que vão dando forma a esta ou aquela paisagem no decorrer do tempo. Callai (2005) diz que é no cotidiano da própria vivência que as coisas vão acontecendo e, assim, configurando o espaço, dando feição ao lugar. Ou seja, um lugar que “não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro” (Santos, 2000, p. 114). Portanto, para compreender o lugar em que se vive é preciso conhecer a história desse lugar, os elementos presentes nessa paisagem e, assim, tentar entender o que ali acontece. Para Callai (2005) nenhum lugar é neutro, pelo contrário, os lugares são repletos de história e situam-se concretamente em um tempo e em um espaço fisicamente delimitado. As pessoas que vivem em um lugar estão historicamente situadas e contextualizadas no mundo. Se nenhum lugar é neutro, podemos através da paisagem, questionar essa neutralidade, uma vez que, é a partir dela, que os sujeitos atribuem significados espaciais aos lugares. A construção dessa identificação com os lugares perpassa pela transformação das paisagens, onde as memórias espaciais das histórias de vida desses indivíduos são requisitadas. A Paisagem, portanto, é fundamental para investigar a condição de vida e o contexto social dos indivíduos e grupos.

Toda paisagem possui características próprias, formas e marcas que descrevem o resultado da interação entre a sociedade e a natureza. Seu aspecto fisionômico é o primeiro contato com a realidade local, sua aparência cumpre a função de expor as condições próprias do lugar, sejam elas políticas, econômicas, históricas, culturais, estéticas, etc. São as paisagens que mostram, por meio de sua aparência, “a história da população que ali vive os recursos naturais de que dispõe e a forma como se utiliza de tais recursos” A paisagem “não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. (...) e a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão” (Santos, 1988, p. 62). É importante então considerarmos as características culturais dos povos e os interesses envolvidos na realização da leitura dessa paisagem. Assim, conjugando a observação com as histórias de vida,

podemos dizer que a Paisagem está cheia de historicidade, e por conta disso o sujeito que com ela interage também desenvolve um processo singular de seleção do que é observado. Podemos então considerar que as Paisagens,

São verdades construídas, mas enraizadas nas histórias das pessoas, dos grupos que ali vivem. Desse modo, fazer a leitura da paisagem pode ser uma forma interessante de desvendar a história do espaço considerado, quer dizer, a história das pessoas que ali vivem. O que a paisagem mostra é o resultado do que aconteceu ali. A materialização do ocorrido transforma em visível, perceptível o acontecido. A dinamicidade das relações sociais e das relações do Homem com a Natureza desencadeia um jogo de forças, cujos resultados são concretos e visíveis. (Callai, 2005 p. 238).

No âmbito da educação, podemos dizer que, se o estudo da paisagem pressupõe um melhor entendimento de uma determinada realidade social, através da observação e historicidade dos indivíduos e grupos sociais, é possível permitir que o educando vivencie empiricamente a identificação do seu lugar através da paisagem do mesmo. No entanto, para que isso faça sentido é preciso que o estudo dessa paisagem represente elementos que estão presentes no seu cotidiano, no exercício de observação diária e no contexto da sua história de vida, algo que está em constante modificação pelos indivíduos que ocupam e dividem esse mesmo espaço com ele, que interage constantemente com essa Paisagem, ajudando a construí-la direta ou indiretamente. Podemos assim, a partir da Paisagem, extrair elementos que subsidiam variadas discussões no planejamento territorial do espaço urbano. E no caso de áreas que apresentem problemas urbanos, esse conceito também pode nos ajudar a pensar possibilidades de discussões em Educação Ambiental (Morin, 1996).

Segundo Andrade e Ruschel (2013, p.3): “O estudo da paisagem representa uma importante categoria teórico-metodológico, na construção da educação ambiental, possibilitando a visualização de múltiplos aspectos caracterizadores do espaço. Podendo assumir assim uma parte ativa de um processo intelectual”. Seria correto então, dizer que a Paisagem é um recurso natural valioso, cuja gestão e proteção requer não só o conhecimento científico, mas, a sensibilidade, e ao mesmo tempo, ela tem um valor pedagógico riquíssimo, podendo ser utilizada para aprendizagem e senso estético. Direcionar essa aprendizagem e esse senso estético para os problemas ambientais da área de estudo, estimula o senso crítico dos sujeitos envolvidos. Afinal, as paisagens são testemunhas mudas e tagarelas ao mesmo tempo, das dinâmicas advindas das relações sociais de apropriação, ocupação, utilização e transformação do espaço geográfico. O uso da Paisagem como estratégia de educação ambiental, pode auxiliar o sujeito a compreender melhor esse processo de ocupação, utilização e transformação do seu espaço de vivência.

Essa situação pode ser observada nas percepções e vivências em áreas de

riscos ambientais, quando os sujeitos envolvidos nesse processo (no caso estudantes do ensino básico e moradores locais) constroem seus significados espaciais sob a referência dessas paisagens. Segundo Tuan (1983), este conjunto de saberes do ponto de localização das paisagens torna “[...] o lugar uma pausa no movimento. Com essa pausa permitindo que uma localidade se torne um centro de valor reconhecido”. A partir desse reconhecimento, podemos entender que os sujeitos que vivenciam as paisagens de uma área fragilizada física e socialmente, rodeada de elementos humanizados, com muitos problemas ambientais, áreas degradadas, sem saneamento, pontos de risco de deslizamento, etc. assimilam os elementos presente nessas paisagens, assim como do seu entorno, e, querendo ou não, passam a atribuir sentimentos e valores a elas. “Existe [aí] um sentido latente difuso através da paisagem que reconhecemos em uma evidência específica sem precisar defini-lo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.378). Esse olhar está ligado à forma como o sujeito se sente em relação a esse lugar. “Nosso corpo e nossa percepção sempre nos solicitam a considerar como centro do mundo a paisagem que nos é oferecida” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 384). Esse movimento de centralização contribui para que o sujeito observe o seu ambiente e interaja sobre ele.

Uma das alternativas utilizadas comumente na educação ambiental, e que pode dialogar com o estudo da paisagem, é recorrer à análise da qualidade de vida a partir da percepção desses sujeitos ao observarem os lugares onde vivem, salientando problemas e fazendo comparações com outros lugares. Pois, como aponta Leff (2007, p. 148), “a qualidade de vida está necessariamente conectada com a qualidade do ambiente e a satisfação das necessidades básicas, com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado”. Em se tratando de áreas de risco, devemos neste ambiente procurar zelar pela “[...] conservação dos ecossistemas, a prevenção frente a desastres naturais, a valorização e preservação de recursos naturais e a sustentabilidade ecológica do habitat” Leff (2007, p. 149).

Esse trabalho de educação ambiental que busca o entendimento da qualidade de vida local, precisa ser abordado levando-se em conta todas as esferas da sociedade, independente de que o sujeito esteja inserido em meio socioeconômico fragilizado, uma vez que essas ações tendem a beneficiar toda a localidade. De acordo com Leff (2001, p.43), “a Educação Ambiental promove a construção de saberes pessoais e coletivos”. Assim sendo, dentro de um processo estratégico e contínuo, a educação ambiental estimula a reconstrução coletiva e a apropriação do saber. Isso significa que o conhecimento ambiental, assim como outros conhecimentos, não está “pronto”, e tão pouco nasce na mente dos sujeitos, mas sim, é um processo educativo que fomenta a capacidade de construção de conceitos pelos mesmos (LEFF, 2001, p.121).

A principal motivação da educação ambiental pela Paisagem em áreas de vulnerabilidade e risco consiste na possibilidade de os sujeitos envolvidos nesse processo se tornarem agentes multiplicadores da cidadania socioambiental, absorvendo informações que auxiliam na mitigação dos riscos, diminuindo os danos e tornando os conhecimentos acessíveis a um maior número de pessoas possíveis, que também se encontram em situação de vulnerabilidade e risco socioambiental, em uma dimensão muito além da carência econômica. “[...] Essas pessoas geralmente apresentam condições precárias de habitação e saneamento, subemprego, subconsumo, falta de integração e suporte familiar, e baixos níveis educacionais e culturais” (DEMMER e PEREIRA, 2001). Outra motivação se encontra no próprio ambiente escolar, em “[...] possibilitar a participação dos pais e responsáveis no processo de capacitação e formação dessas crianças e adolescentes, ainda que de forma indireta, porém efetiva” (DEMMER e PEREIRA, 2001). E neste sentido, buscar democratizar a consciência ambiental através do ensino, fazendo uso da Paisagem local.

A educação pela Paisagem vem contribuir como um instrumento capaz de fomentar esperança e utopias, sendo assim “[...] uma alavanca para que as crianças e adolescentes que dele participam superem a situação em que se encontram e conheçam os instrumentos necessários para que possam ser capazes de transformar seu destino” (DEMMER e PEREIRA, 2001). É preciso reconhecer a importância da educação ambiental nessas áreas, pois, cidadania socioambiental é um impulso para a construção de um futuro melhor em um âmbito individual e coletivo, pois ensinar é “[...] criar as possibilidades para sua produção ou sua construção” (FREIRE, 1997).

3 | PAISAGENS DE RISCO NA ZONA NORTE DA CIDADE DO RECIFE

3.1 A cidade do Recife: Características e fatores de risco

A cidade do Recife (figura 1) apresenta grande importância tanto regional, quanto nacional desde o início de sua ocupação. De acordo com o IBGE em dados divulgados em agosto de 2017, o Recife estava entre as 10 cidades mais populosas do Brasil, ocupando a 9ª posição. Um dos fatores que contribuem para colocar parte dessa população em situações de risco é o modelo de ocupação histórico estabelecido por fatores socioeconômicos. Segundo Margareth Alheiros (1998), é em decorrência deste “[...] padrão de adensamento que se dá a concentração de problemas ambientais associados a riscos geológicos espacialmente distribuídos em função dos contextos ambientais que os favorecem”. Segundo a autora essa desordem na forma de ocupação e o número cada vez maior de indivíduos ocupando áreas inadequadas são a fonte de desequilíbrio ambiental.

Essa forma de ocupação adotada nos núcleos urbanos, com moradias

implantadas em patamares cortados nas encostas, contribui com a vulnerabilidade relacionada a um determinado cenário com predisposição a algum acidente de acordo com sua exposição a determinadas condições ou fenômenos externos. O Recife apresenta duas unidades geotectônicas principais, o embasamento cristalino e as bacias sedimentares, parcialmente recobertas pelos depósitos da formação barreiras e pelos sedimentos quaternários. Ao norte da região encontra-se o Complexo Gnáissico-Migmatítico, essas rochas, normalmente, apresentam-se bastante intemperizadas, gerando um capeamento de solo residual, solo com espessuras que podem chegar a mais de cinco metros, e possuem cores amareladas e avermelhadas quando estão secos. Outra característica importante a ser considerada no processo de ocorrência de deslizamentos na cidade do Recife é o fator climático. Recife está inserido no domínio climático conhecido como Tropical Chuvoso. Os meses de março a julho são aqueles que apresentam índices pluviométricas acima da média, com grande concentração de chuvas na cidade. É no período chuvoso, que os movimentos de massa ocorrem com maior incidência na Zona Norte do Recife, “[...] são os escorregamentos translacionais que, em geral, ocorrem durante ou logo após as chuvas intensas” (ALHEIROS, 2003). Segundo um estudo realizado pela Prefeitura do Recife, através do Programa Guarda-Chuva em 2003, a cidade do Recife, apresentava uma área de morros com 87,5 Km² o que representa quase 40% de toda a área da cidade, 33 km² dessas áreas de morros possuem suas encostas ocupadas irregularmente por moradias. Das 3.210 ocorrências registradas e atendidas pela Defesa Civil da cidade, no período de maio a agosto de 2003, 2.139 ocorrências foram registradas na Zona Norte (MACARIO, 2010).

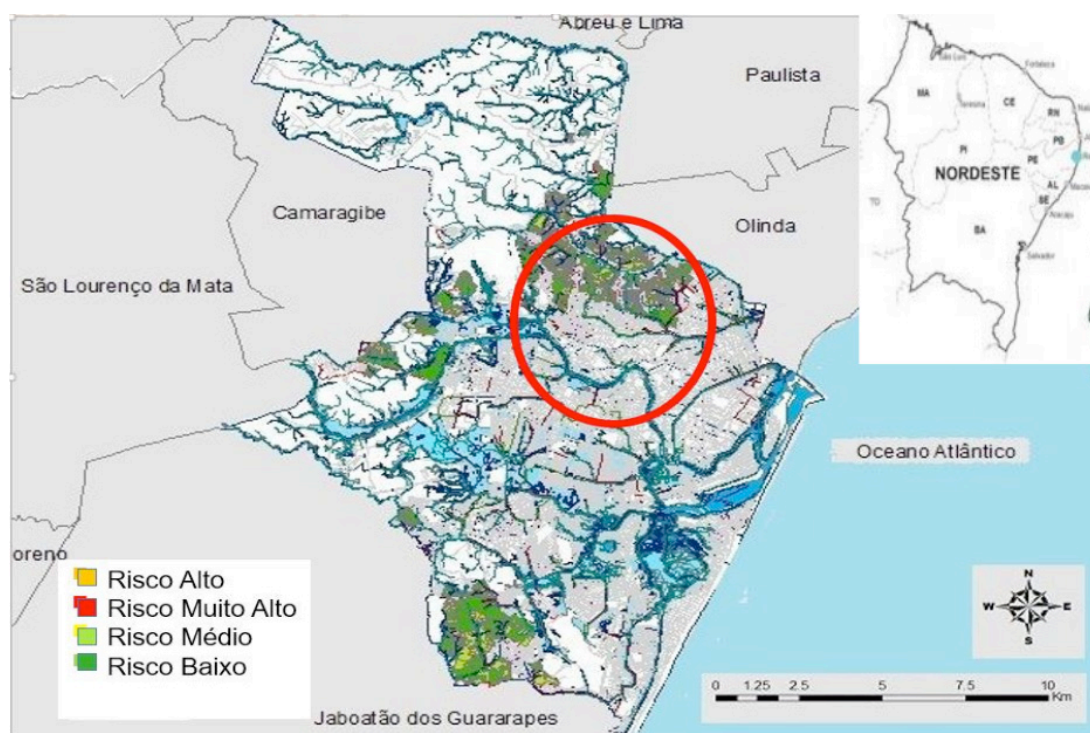


Figura 1: Localização e Mapeamento das áreas de risco Zona Norte do Recife.

Fonte: Base Cartográfica da Prefeitura do Recife, Secretaria Executiva de Defesa Civil. Adaptado por José Rafael, 2015.

3.2 Paisagens de risco no Bairro Alto do Maracanã e Córrego Deodato

Segundo a historiadora Nadja Leite (2008), a área da Zona Norte de Recife é predominantemente urbana, e já se encontra bastante ocupada, concentrando assentamentos de uma população de baixa renda, com precárias condições de infra-estrutura e diversos problemas sócio-ambientais. A morfologia urbana da área caracteriza-se por um traçado irregular, com quadras de tamanho médio, ocupação intensiva em algumas áreas e vazios em outras. A condição de habitabilidade é crítica nas áreas de baixíssima renda, com moradias insalubres em situação de risco, principalmente, nas encostas de morros de alta declividade ou em áreas alagáveis e alagadas, como leitos de córregos e margens de rios e canais. A autora também relata que, historicamente, no bairro de Dois Unidos as localidades que foram se formando, a partir da ocupação informal e desordenada, consideradas até como uma conquista pela população ali residente. Contudo, a realidade dessa população caracteriza-se pelas péssimas condições de vida e de moradia, cujos imóveis são construídos quase sempre de forma inadequada e em locais impróprios para moradia.

Por outro lado, as histórias de formação dessas localidades contadas pelos seus moradores demonstram um sentimento de orgulho, o que simboliza a resistência desses grupos menos favorecidos de permanecer na localidade, apesar de seus problemas. Ou seja, essas áreas apresentam uma série de problemas no âmbito socioambiental, partindo da ideia da paisagem no domínio do aparente e de tudo que a visão pode alcançar (CAVALCANTI, 2006), mas também apresentam uma paisagem vivida e percebida pelos habitantes do lugar, no seu cotidiano. Essa imagem captada pelos sentidos humanos da paisagem possui dimensões de objetividade, pela presença dos elementos fixos, reconhecíveis e aparentes e dimensões subjetivas, pela leitura que é feita desse arranjo dos elementos que compõe esse lugar, seus movimentos e da estética atribuída à sociedade. O costume ao risco pode ser um agravante que precisa ser desvelado pela educação ambiental das pessoas.

Essas áreas de risco socioambiental, como o Alto do Maracanã e o Córrego do Deodato podem inicialmente, pela aparência objetiva da *Paisagem*, não ser apreendidas pelos moradores locais dentro de sua rotina cotidiana. Elementos como cicatrizes de erosão, de deslizamento, lixo sólido descartado nas encostas e córregos, áreas desmatadas, moradias construídas em barrancos, longas escadarias, muros de arrimo, lonas pretas para evitar o excesso de infiltração de águas da chuva e outras situações comuns a essas localidades. Todas essas situações possibilitam aos olhos do observador consciente desses elementos, captarem tais áreas no contexto da paisagem local, sem realmente apreender a complexidade dos problemas. Por outro lado, “[...] esses elementos são entendidos pelo geógrafo e/ou especialista como evidências de processos geomorfológicos. E tais evidências, [...] referem-se à presença de perigos iminentes, que podem ser captados pelo lance de visão sobre a paisagem investigada durante uma visita em campo e ou o estudo do meio” (SOUZA, 2013).



Fotos 1 e 2: Lona preta, muito usada pela Defesa Civil para evitar infiltrações de água: Alto do Maracanã.



Foto 3: Casas construídas nas encostas. Alto do Maracanã.

Foto 4: Lona preta já desgastada, favorecendo a infiltração de água no solo. Córrego Deodato

Fonte: Silvana Soares, 2017.

Essas paisagens produzidas a partir de um processo de segregação espacial expressa “[...] relações sociais projetadas no espaço” (CAVALCANTI, 2006). Por meio dessa categoria de análise, é possível identificar o território dos excluídos das condições de qualidade de vida e da justiça social. “Podemos problematizar também a respeito da vulnerabilidade dos sujeitos expostos a perigos naturais, como deslizamentos, e sociais como contaminações, pragas e epidemias” (SOUZA, 2013). A paisagem dessas áreas nos traz elementos que podem ser facilmente utilizados em variadas temáticas. Podemos discutir a falta de espaços de lazer para a classe economicamente menos favorecida, a ineficiência do Estado na organização urbana desses lugares. Segundo a autora Carla Souza (2013): “Por meio dessa categoria, pode-se chegar à discussão do risco socioambiental de ordem natural e social combinadas”.

Após observações realizadas no entorno do Córrego do Deodato, especificamente, na área em volta da Escola Municipal Alda Romeo, onde foram realizadas entrevistas com moradores é possível observar que a ocupação da área se situa ao longo de todo o córrego e acima, no morro. De sua base até o alto da

encosta a ocupação é bastante densa, o que diminui consideravelmente a cobertura vegetal da área. Pode-se também observar, que as moradias situadas em encostas se encontram em situação de risco médio e alto, de acordo com a classificação da defesa civil do município, devido à alta declividade da encosta. Outros fatores a serem considerados é o baixo padrão construtivo das edificações, a falta de infraestrutura urbana local, como rede de esgoto precária, e o sistema de drenagem ineficiente, que associado ao risco de erosão fazem com que a possibilidade de deslizamento para estas edificações seja alta. O que torna essa área inadequada para a ocupação humana.

4 | A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM AMBIENTAL E DOS RISCOS PELOS MORADORES

Mesmo nas paisagens mais adversas, seja do ponto de vista da segurança ou da estética, é possível identificar situações de prazer e satisfação em relação ao lugar vivenciado. Tais sentimentos estão relacionados com o dia-dia de um lugar, ao fazer uma análise do espaço habitado. Para nos ajudar a compreender a relação afetiva entre os sujeitos e os espaços vividos, assim como, as paisagens que compõem estes espaços. Independente do seu grau de degradação e de sua fragilidade física, acompanhamos os agentes da Defesa Civil do Recife em suas visitas no projeto porta-a-porta, para conversar com os moradores a respeito de sua impressão sobre a paisagem vivenciada por eles.

Essa paisagem específica nos fornece elementos e exemplos para se tornar o palco de discussões e problematizações de práticas ambientais que auxiliem a comunidade a entender e buscar soluções para seus problemas. Isso foi vivenciado no decorrer da pesquisa, em diálogos informais junto aos moradores e em visitas as escolas de ensino fundamental, Alda Romeo e Escola Municipal Alto do Maracanã, localizadas nas comunidades do Córrego do Deodato e do Alto do Maracanã, nos Bairros de Água Fria e Dois Unidos, respectivamente.

Para observar e entender o que os moradores dessas localidades percebiam ao contemplar essa Paisagem optamos em um primeiro momento manter uma conversa informal com os moradores, para que os mesmos se sentissem à vontade, não permitindo que quaisquer constrangimentos atrapalhassem nosso trabalho. Esse diálogo aberto, possibilitou uma avaliação da relação que os moradores fazem entre o meio ambiente exposto na Paisagem e a qualidade de vida local. Os moradores entrevistados responderam perguntas direcionadas para que pudéssemos tentar compreender seus sentimentos em relação a esse espaço. Conversamos com 68 moradores das duas comunidades, a faixa etária não foi delimitada, o mais jovem tinha 29 (vinte e nove) anos e o mais velho 76 (setenta e seis) anos, o que trouxe

uma média geral de 48 (quarenta e oito) anos, ou seja, idade em que normalmente as pessoas já experienciaram muitas situações, o que foi proveitoso para a pesquisa. Desse total, 68% foram do sexo feminino, ou seja, 46 (quarenta e seis) mulheres e 32% do sexo masculino, 22 (vinte e dois) homens. Perfazendo um total de sessenta e oito entrevistados. Como mostra a gráfico 7.

Depois de uma conversa informal, perguntamos aos moradores sobre o que lhes chama mais a atenção na Paisagem local, o Alto do Maracanã e o Córrego do Deodato, embora a pergunta fosse aberta, a maioria dos entrevistados se dividiu entre três respostas. 50% responderam que é a quantidade de invasões associado a pouca vegetação, 37% mencionaram ser a quantidade de lixo descartado no entorno. Em terceiro lugar, com 10%, a beleza dos morros e a vegetação do entorno que ainda se encontra preservada, o restante dos entrevistados, apenas 3%, não souberam se expressar, ou deram respostas descritivas como: Casas, pessoas, escadarias, etc.

Esses primeiros dados nos levaram a entender que a grande maioria dos moradores entrevistados, 87% (oitenta e sete), veem como característica principal nessa Paisagem da comunidade os problemas ambientais: Crescimento urbano desordenado, alto índice de desmatamento, o excesso de lixo pelas ruas do morro. Diante das reclamações da maioria dos entrevistados, foi perguntado aos moradores, em relação à Paisagem, em que ambiente eles prefeririam viver. Analisando as respostas obtidas, 45% dos moradores preferem viver lá mesmo, na comunidade. É importante ressaltar que a pergunta destacava a qualidade de vida associada ao dia a dia, como moradia, escola, trabalho e lazer. Foi comum em quase todas as respostas o fato de que os entrevistados se sentiam acomodados, acostumados, seguros no ir e vir dentro da comunidade, no dia a dia. A sensação de familiaridade foi comum a todos que preferiam ficar. Mesmo ressaltando os problemas locais e as situações de vulnerabilidade, muitos verbalizaram que “problema tem em todo lugar”.

O passo inicial para o envolvimento dessas pessoas pode e deve vir através da informação sobre os problemas ambientais locais, sua sensibilização e o despertar da sua consciência para a possibilidade de mudanças. Depois de se refletir sobre uma situação, um lugar ou um problema, podem passar a ser percebidos de forma diferente e levarem as pessoas a construir novos valores e a buscar novas atitudes, que tragam mudanças reais ao seu cotidiano. Essa renovação da percepção pode acontecer com qualquer pessoa, de qualquer grupo social, em qualquer faixa-etária e a qualquer momento (BERNA, 2004).

Esse trabalho realizado diretamente nas encostas também conta com a realização de ações educativas a partir a conscientização das paisagens locais, cujo objetivo foi disseminar prover informações à população diretamente afetada. São visitas à comunidade feitas de porta-a-porta nas principais áreas de risco, onde as

equipes da Defesa Civil, dialogam com os moradores, levando informações, através da distribuição de material informativo, sobre como os moradores devem agir em uma situação de prevenção de acidentes e também de risco imediato. Esse contato com o morador é fundamental para o processo de gestão de riscos, uma vez que o morador é o principal interessado em manter seguro o seu ambiente, sua família e seu patrimônio. Essas ações são também relevantes, pois, colocam o morador diretamente envolvido nas questões que põem em risco toda a comunidade. Fazendo com que ele cobre responsabilidade dos vizinhos e do poder público.

Essas ações educativas também foram realizadas nas escolas municipais dos bairros que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, com o objetivo de instruir os alunos, através de palestras, diálogos e entrega de material didático sobre o tema. Essa ação teve por finalidade disseminar as informações para que as crianças repassassem o que aprenderam entre os familiares e vizinhos que também residem em áreas de risco.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização desordenada e acelerada resulta em um rápido crescimento dessas áreas periféricas, realizado prioritariamente, pela população de baixa renda, que sem alternativas disponíveis, acabam por construir suas residências em áreas ambientalmente frágeis com alta probabilidade de ocorrências a desastres. As Paisagens expressam tal processo e pode ser um eficiente mecanismo de conscientização social e ferramenta para gestão dos riscos.

Em nossas 'andanças' pelo Alto do Maracanã e pelo Córrego do Deodato, podemos observar o trabalho e a atuação da Defesa Civil municipal na proteção e atendimento a população residente nessas áreas de risco. Ficou claro em nossas observações, que esse processo de participação popular e de negociação coletiva de conscientização da Paisagem, quando instalado concretamente, além de educar os moradores, conscientiza a população do melhor caminho para resolver seus problemas, qualificando a intervenção desses agentes educativos, gerando confiança na capacidade da cidade em resolver seus problemas. É preciso assegurar segurança à população, uma vez que, não existem projetos para a realocação definitiva desses moradores. E que, como apurado na pesquisa, em sua grande maioria esses moradores não expressam desejo de se mudar, apesar das adversidades enfrentadas.

Ao acompanharmos os agentes da Defesa Civil, tanto nas escolas quanto no porta a porta com os moradores, foi possível compreender que essas comunidades têm uma rotina própria, uma dinâmica estabelecida pelas condições adversas em que se encontram. Isso se tornou ainda mais evidente no exercício de observação que

fizemos durante as visitas, a naturalidade dessas pessoas em relação ao seu meio, é de certa forma para o leigo, ‘inquietante’. Mesmo expressando descontentamento diante de algumas situações, essas pessoas estabeleceram um relacionamento quase harmônico com esse ambiente tão problemático, do ponto de vista, daqueles que lá não habitam. Quando confrontados com sua paisagem cheia de problemas ambientais e instigados a refletir sobre eles, o que esses moradores enxergam é o seu lar, seu ponto de apoio, seu local de descanso, seu porto seguro. Não queremos aqui dizer que essas pessoas vivem numa realidade ‘iludida’, incapazes de ver e ruminar seus problemas socioambientais. A pesquisa mostrou o oposto disso. Esses indivíduos enxergam em sua Paisagem todos os problemas relatados aqui. Mas eles também enxergam a sua casa, seus familiares, seus amigos, o lugar que conhecem, compreendem, onde ambigualmente se sentem seguros.

REFERENCIAS

ALHEIROS, M. M. **Risco de Escorregamento na Região Metropolitana de Recife**. Recife, 1998. 120p. Tese de Doutorado. UFBA-IG, 1998.

ANDRADE, C.S.B; RUSCHEL, P.Í.S. **Percepção da Paisagem como ferramenta de sensibilização em auxílio à educação ambiental**. Trabalho apresentado no II Simpósio de Estudos Urbanos: A dinâmica das cidades e a produção do espaço. Agosto, 2013.

CALLAI, H. C. **Aprendendo a ler o mundo**: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CALLAI, H. C. **Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica**. In: MORAIS, E. M. B., MORAES, L. B. (Org.). Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia. Goiânia: NEPEG, 2010.

CALLAI, Helena Copetti. **Do ensinar Geografia ao produzir o pensamento geográfico**. In: REGO, Nelson (Org.). et AL. *Um pouco do mundo cabe nas mãos*: Geografizando em Educação o Local e o Global. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1998.

CAVALCANTI, L. S. **Ensino de Geografia e diversidade**: Construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: Oliveira, A. M. dos S. e Brito, S., N. A. - Geologia de Engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 1998.

DEMMER, B. C.; PEREIRA, V. C. C. **Educação ambiental e estudo da paisagem**: a percepção para a responsabilidade socioambiental. Olhar de professor, Ponta Grossa, v.14, n. 2, p. 255-272. 2011. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/.../2515>>. Acesso em:26 Ago. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis, RJ, Vozes/PNUMA, 2001.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

MENDONÇA, Francisco: **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Ed Contexto, 1993.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Roberto Ribeiro Moura. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 11.ed. São Paulo, Cortez, 2005.

PFALTZGRAFF, P. A. S. Mapa de suscetibilidade a deslizamentos na Região Metropolitana do Recife. Tese de Doutorado. UFPE-CTG-GEOCIÊNCIAS, 2007.

RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SOUZA, C. Riscos, Geografia e Educação. In: LOURENÇO, Luciano F.; MATEUS, Manoel A (Org.). **Riscos naturais, antrópicos e mistos**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. P.127-142.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO

Data de aceite: 13/04/2020

Leonardo Johas Petrocelli

Acadêmico do programa de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: leo.petrocelli14@gmail.com

RESUMO: A guerra na Síria teve sua deflagração nas manifestações que parte da população fez, pedindo, sobretudo, a saída do líder sírio Bashar Al-assad, de modo que o conflito veio a se tornar uma das piores tragédias humanitárias da atualidade. Produziu um fluxo de refugiados sírios por todo o globo terrestre, em uma verdadeira diáspora, além de inúmeras vidas dizimadas, com perdas materiais e imateriais, com a destruição de grandes obras arquitetônicas e cidades por inteiro, e todas as suas histórias. Esse artigo busca analisar como a formação territorial da Síria e o seu caráter sectário, com grupos religiosos que não são maioria no país, mas que, entretanto, passaram a deter o controle político administrativo do território, foram determinantes para o agravamento do conflito que se inicia em 2011, e que até hoje, em 2019, oito anos depois, ainda se encontra em andamento. Para tal, a análise será feita tomando como base os primórdios da criação

do território Sírio, quando ainda era parte do Império Otomano, passando por mandatário Francês, até o presente, conhecendo como as tensões sectárias religiosas foram criadas e são parte fundamental para o entendimento do conflito hoje em dia. Também se levará em conta, neste artigo, a mudança política que a Síria passou desde sua formação como país, da autonomia adquirida com a independência, seguida por uma série de golpes de estado, até se estabilizar com o Partido Baath e a ascensão de Hafez Al-Assad ao poder, sendo esse o pai do atual presidente, Bashar Al-Assad. Neste artigo também foi levantada a importância das manifestações chamadas pela grande mídia ocidental de “*primavera árabe*”, que eclodiram em países de regimes totalitários da região do Oriente Médio, e como essas manifestações, na Síria, não encontraram força suficiente para derrubar o governo, como ocorreu em outros países, gerando um conflito armado que perdura até os dias atuais. Outro fator a ser debatido neste artigo, e que diferencia o conflito sírio, é a participação de um novo ator, os jihadistas do grupo autointitulado Estado Islâmico da Síria e do Iraque, que entra como inimigo comum às duas vertentes que já se enfrentavam: os rebeldes, apoiados, sobretudo, pela Arábia Saudita, Israel e EUA; e os soldados do governo, apoiados pela Rússia, Irã e o Hezbollah Libanês. Como metodologia usada no artigo, foi visitada

uma ampla bibliografia sobre a temática da Síria, das manifestações que eclodiram na região, e sobre o grupo jihadista, além do acompanhamento de notícias sobre o conflito nas principais fontes jornalísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito Sírio; Formação territorial Síria; Sectarismo Religioso.

1 | INTRODUÇÃO

A guerra na Síria teve sua deflagração nas manifestações que parte da população fez, pedindo, sobretudo, a saída do líder sírio Bashar Al-Assad, de modo que o conflito veio a se tornar uma das piores tragédias humanitárias, produzindo um fluxo de refugiados sírios por todo o globo terrestre, uma verdadeira diáspora, além da perda de inúmeras vidas, e ainda perdas materiais e imateriais, como grandes obras arquitetônicas e cidades por inteiro, com todas as suas histórias.

Buscaremos analisar, de maneira crítica, como a guerra da Síria se iniciou, levando em conta os fatores geográficos e como, no início, era apenas uma forma de resistência por parte de grupos rebeldes aos exércitos do presidente Bashar Al-Assad e, com o tempo, como os agentes estrangeiros manipularam e ajudaram, direta e indiretamente, a ambas as partes, fomentando um conflito em uma escala global.

Para tal, a análise será feita com embasamento na formação territorial da Síria desde sua criação, quando ainda era parte do Império Otomano, passando por mandatário Francês, até a formação atual, entendendo como as tensões sectárias religiosas foram criadas, e são parte fundamental para o entendimento do conflito.

Também se levará em conta, neste artigo, a mudança política que a Síria passou desde seu início, do momento em que passa a usufruir de uma autonomia, com a independência, passando por uma série de golpes de estado, em seguida, até se estabilizar com o Partido Baath, e com Hafez Al-Assad no poder, sendo esse o pai do atual presidente, Bashar Al-Assad.

Neste artigo também é levantada a importância das manifestações chamadas pela grande mídia ocidental de “*primavera árabe*”, que eclodiram em países de regimes totalitários da região do Oriente Médio, e como essas manifestações, na Síria, não encontraram força suficiente para derrubar o governo, como em outros países, gerando um conflito armado que perdura até o presente.

Outro fator a ser debatido neste artigo e que diferencia o conflito Sírio é a atuação de uma nova entidade, os jihadistas do grupo autointitulado Estado Islâmico da Síria e do Iraque, que entra como inimigo comum às duas vertentes que já se enfrentavam: os rebeldes, apoiados, sobretudo, pela Arábia Saudita, Israel e EUA; e os soldados do governo, apoiados pela Rússia, Irã e o Hezbollah Libanês.

Como metodologia usada no artigo, foi visitada uma ampla bibliografia sobre

a temática da Síria, das manifestações que eclodiram na região, e sobre o grupo jihadista. Além do uso de reportagens de jornais de grandes redes internacionais e relatórios oficiais emitidos pelas Nações Unidas.

2 | DISCUSSÃO

O conflito armado Sírio já foi responsável por dizimar a vida de milhares de pessoas, e levar outras dezenas de milhares a buscar refúgio em regiões internas do país ou em nações estrangeiras. Cabe a este artigo analisar como a formação territorial do país e seu caráter sectário influenciou e agravou o conflito civil, iniciado em 2011.

Para nossa análise será feita uma regressão temporal até os tempos do Império Otomano, que tem sua fundação nos anos 1299, até o fim da Primeira Guerra Mundial.

Dentro da vasta área do Império se tinham várias religiões, sendo a administração de Istambul de maioria muçulmana, e, como tal, seguia o modelo tradicional das sociedades muçulmanas, de integração de membros de outras religiões reveladas.

Segundo Pinto, 2010, “os chamados *dhimmi* (membros de outras religiões reveladas) tinham liberdade de culto, o direito de serem julgados por tribunais que aplicavam o código legal de sua tradição religiosa e recebiam proteção militar do estado”.

Com isso, os Otomanos usaram os princípios da *dhimma* para criar o *sistema de millet*. Esse sistema transformava as comunidades religiosas em estruturas administrativas centralizadas em Istambul, as quais deviam pagar impostos para a manutenção da ordem pública, imposto esse que os muçulmanos eram isentos.

Embora sempre houvesse tensões sectárias entre as diversas comunidades religiosas do Império Otomano que, por vezes, resultavam em episódios de violência, a escala e a frequência dos conflitos aumentou de forma progressiva no decorrer do século XIX. Um dos fatores que levou a essa intensificação dos conflitos inter-religiosos foi a crescente penetração imperialista, no Império Otomano, das potências europeias (Inglaterra, França e Rússia), cuja interferência na dinâmica política e social do Império Otomano era feita através das minorias religiosas. Assim, a França declarou-se protetora dos católicos; a Rússia ofereceu proteção aos ortodoxos; e a Inglaterra se colocou como protetora dos druzos e dos judeus.

Com isso já é possível ver uma diferenciação entre os grupos muçulmanos e os de outras religiões, levando a tensões que, muitas vezes, acabavam em episódios de violência, o que era usado como pretexto para as potências europeias passarem a intervir diretamente no Império Otomano, alegando proteger seus cidadãos.

Aí já se pode ver como, antes mesmo da formação do território nacional sírio, as relações entre os grupos religiosos eram marcadas por episódios de violência e

sectarismo religioso.

Com o início da Primeira Guerra Mundial a administração Otomana declarou o alistamento obrigatório para todos os homens do Império, independente da religião. Essa medida fez com que a grande maioria das populações do Império ficasse contra a administração. Além disso, impuseram às províncias uma administração centralizada, que seria a forma da capital tentar evitar novos conflitos entre os vários grupos religiosos, impedindo, assim, novas intervenções dos países europeus.

Essa intervenção causou uma marginalização das elites dominantes das províncias, que já não se indentificavam mais com a administração turca, e passaram a compartilhar um pensamento de “*pan-arabismo*”, uma ideologia que recria os ideais de um governo que fosse autônomo da administração turca, de forma social, econômica, política e cultural.

Assim surgiram projetos de independência dos países em relação ao Império Otomano, visando à construção de novos estados-nações, entre eles a “Grande Síria”, a “Grande Arábia”, entre outros.

Durante a guerra o Império Otomano estabeleceu o alistamento obrigatório para todos os membros das províncias, independente de se fossem muçulmanos, cristãos ou judeus. Isso gerou um sentimento, nesses grupos, contra a guerra e contra a administração Otomana. Aproveitando esse sentimento, a França e a Inglaterra fizeram acordos com os representantes das províncias, incentivando que os mesmos se rebelassem contra a administração Otomana e, em troca, ao final da guerra, seriam apoiados na independência de suas regiões. Esses acordos secretos foram chamados de *Sykes-Picot*.

Quando a Primeira Guerra Mundial acabou, com o lado Otomano sendo derrotado, o Império foi desfeito e suas províncias, ao invés de ganharem a independência, como havia sido acordado com as potências européias, se transformaram em áreas de mandatário. O território que hoje representa o Líbano e a Síria ficou sob a responsabilidade da França, com o nome de “Grande Síria”.

Assim, entre 1920 e 1923, a França dividiu a “Grande Síria” em seis Estados, visando uma possibilidade de que estes viessem a se tornar repúblicas independentes, conforme a conveniência do Ocidente. Foram eles: o Estado de Aleppo; o Estado de Damasco; o Estado de Jabal Druze; o Estado Alauita; a Província de Alexandreta (Hatay); e o Grande Líbano.

Os limites territoriais da Síria sob o mandato francês possuíam um elemento étnico/religioso importante: duas províncias eram de maioria sunita, o Estado de Aleppo e o Estado de Damasco; uma de maioria drusa, o Estado de Jabal Druze; uma de maioria cristã, o Grande Líbano; um de maioria alauita, o Estado Alauita; e uma província autônoma de maioria turca, a Província de Alexandreta. (Cleveland, 2009).

A divisão política imposta pelos franceses forjou um território altamente fragmentado do ponto de vista étnico-religioso, o que, historicamente, levou a diversos movimentos separatistas no país, havendo vários processos de emancipação, até a

consolidação final do território sírio em 1946, quando o país se tornou independente da França.

Durante a consolidação do território sírio perdurou a manutenção do poder concentrado na mão de uma minoria religiosa, os alauitas, que eram o grupo responsável pelo intermédio entre os franceses e os sírios, e que, por isso, recebiam privilégios, os quais foram mantidos. Entre estes podemos citar a ocupação dos altos postos das forças armadas, e cargos no poder legislativo, entre outros cargos de prestígio.

Após a independência o país viveu uma grande instabilidade política, com sucessivos golpes e troca de governos. Somente em 1971, após um golpe militar comandado pela cúpula do Partido Socialista Nacionalista do país, o partido Baath, se atingiu alguma estabilidade política.

Foi sob o comando de Hafez Al-Assad que a Síria alcançou trinta anos de estabilidade interna, fenômeno não visto anteriormente. O equilíbrio forçado que Hafez logrou na Síria dependeu de suas manobras entre os diversos interesses sociais e etno-confessionais, utilizando meios diplomáticos, expurgos de inimigos políticos e força coercitiva a qualquer manifestação contra a sua personalidade ou governo. Foi criado um governo que não aceitava manifestações contra, e que manteve na elite do país uma minoria alauita, que continuava a mandar sobre uma maioria sunita.

Na conjuntura internacional e regional, apesar dos acontecimentos que definiram a ordem mundial, o bloco soviético foi aliado do governo de Hafez por cerca de vinte anos. Mesmo com o fim da URSS, a parceria se manteve até os dias atuais, e o governo russo é ainda um dos maiores parceiros, em âmbito político, da Síria.

A partir de 1990 iniciou-se a liberalização e flexibilização do regime sírio, que foi aprofundada nos anos 2000, sob o governo de Bashar Al-Assad, devido a pressões internas (Irmandade Islâmica e opositores dentro do próprio Baath) e a pressões externas (EUA e União Europeia) (HINNEBUSCH, 2009). Para isso, o presidente sírio teve a habilidade de manter a concentração de poder, por meio da rede de fidelidade criada em torno de sua figura presidencial, o que propiciou as bases para a estabilidade do regime Assad até 2010. Essa rede de confiança foi formada com a manutenção dos principais cargos nas forças armadas e em outros cargos administrativos por alauitas.

Com a morte de Hafez no ano de 2000, seu filho Bashar Al-Assad assume o governo sírio, acarretando mudanças. Nessa ocasião a estrutura do regime e o processo de tomada de decisão apresentaram alguma flexibilização, porém limitada. No campo religioso abriu mão do tradicionalismo islâmico, na tentativa de modernizar o país. Esse conjunto de ações gerou desagrado por parte dos muçulmanos tradicionais, que viam tais atos como impuros. Essas alas tradicionais, mais tarde, iriam compor parte significativa dos manifestantes e grupos rebeldes no conflito sírio.

Na parte econômica o novo presidente apresentou reformas neoliberais, situação que agradou muito a elite muçulmana, sobretudo da cidade de Aleppo, detentora do maior poderio econômico do país. Essa liberalização era a continuação da abertura que já havia começado a ser colocada em prática nos anos 1990, e foi crucial para atingir a consolidação de seu regime. Ele ganhou legitimidade na visão das elites sírias, que apostaram nele e começaram a trazer seus capitais de volta; outros capitalistas locais também já tinham estruturado todos os seus negócios dentro do país.

Assim, o país seguiu com certa estabilidade política e econômica, mesmo com a manutenção do caráter sectário, até o início de 2010, quando eclodem na região do Oriente Médio revoltas populares contra os líderes ditatoriais desses países.

Na Síria as manifestações começam em 2011, na cidade de Deraa, localizada no Sudoeste do país. Essas manifestações começaram de forma pacífica e sem grande repercussão nacional, mas, devido à ansiedade e nervosismo do regime em tentar sufocar quaisquer protestos que viessem a ocorrer, fez com que houvesse uma repressão violenta do exército, levando à morte de vários jovens. Essas mortes geraram uma grande comoção na população, com repercussão nacional, elevando os protestos ao âmbito nacional, e, claro, com isso, a repressão violenta também passou a ser em âmbito nacional.

A cidade de Deraa era uma cidade de recrutamento do exército nacional e, por isso, a grande maioria dos seus habitantes era formada por militares de baixa e média patente. Assim, quando eles se rebelaram, houve uma deserção em massa das forças militares, e o conflito passou, em poucos dias, de pacífico para armado, e se criou a primeira frente rebelde do conflito armado, o grupo então chamado de Exército Livre da Síria.

Esse movimento de deserção do exército e a pouca confiança que o alto escalão alauita tinha em seus soldados de maioria sunita fez com que o presidente mantivesse seus soldados dentro dos quartéis, não os enviando para lutar na guerra civil, de maneira que essa estratégia permitiu um avanço dos grupos rebeldes, que lutavam por diferentes causas e diferentes visões de Síria, além de ter aberto caminho para que jihadistas, sobretudo os que estavam no Iraque, passassem a atuar na Síria, como, por exemplo, o chamado Estado Islâmico.

Isso pode explicar, em parte, porque o conflito sírio teve um alto número de mortos, mesmo para uma guerra, e um número maior ainda de refugiados, criando uma verdadeira diáspora ao redor do globo.

O presidente Bashar Al-Assad somente foi reconquistar o território do país quando os soldados do Hezbollah do Líbano passaram a atuar no conflito. A partir de então ele pode ir reconquistando as cidades, e as libertando dos grupos rebeldes e jihadistas.

Hoje o conflito encontra-se no fim, com o governo já tendo recuperado quase todo seu território, e expulsado totalmente os jihadistas do Estado Islâmico.

Cabe, agora, refletir em como esse conflito fortaleceu o governo e seus aliados, e, ao mesmo tempo, enfraqueceu os grupos majoritários do país, como os sunitas, que compõem a grande massa de refugiados que se viram obrigados a abandonar seu país.

3 | METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo científico foi necessária uma revisão na bibliografia existente sobre a temática que aborda a história do território sírio, com uma regressão temporal desde os tempos do Império Otomano, passando pelo mandatário Francês, até a independência e o conflito atual. Além da revisão bibliográfica levantada, também foi realizada uma pesquisa pelas agências de notícias, que reportavam os avanços e recuos dos combates. Entre essas agências podemos citar, como exemplo, a rede Aljazeera, BBC, EL PAIS, entre outras redes de notícias globais.

Também como recurso metodológico para a realização desta pesquisa foi consultado, por diversas vezes, o Observatório Sírio de Direitos Humanos, que é uma organização não governamental que busca denunciar as violações aos direitos humanos, e que não foram poucas, sobretudo por parte do exército nacional.

4 | RESULTADOS

Como resultado desta pesquisa, podemos ver que a formação territorial, que privilegiou determinado grupo religioso em relação aos demais grupos na Síria, foi um fator determinante para o desenrolar do conflito. Começou com a insatisfação popular de um pequeno grupo, com sua exclusão da esfera política administrativa, até a intensificação dos protestos, com a adesão de diversas classes religiosas marginalizadas.

Também encontramos na formação territorial e sectária a razão pela qual o próprio presidente Bashar Al-Assad não confiou plenamente em seus soldados e, por isso, preferiu mantê-los presos nos quartéis ao invés de na frente de combate, e como isso influenciou diretamente na perda de território para os grupos rebeldes e os jihadistas, que só foram propriamente combatidos com a inserção do exército do Hezbollah no conflito.

Essa falta de confiança nas Forças Armadas também leva a outro fator. O uso de milícias, grupos para-militares contratados para lutar a guerra no lugar do exército, que, após a vitória e retirada dos rebeldes, passam a controlar a área e atuar como uma forma de poder, que legisla em prol do Estado de maneira violenta, de tal forma que o poder acaba descentralizado, com a população a mercê das milícias, e as milícias a mercê do poder estatal.

5 | CONCLUSÕES

Uma das conclusões a que se chega ao fim desta pesquisa é que a formação territorial síria, um dos parâmetros fundamentais para a eclosão do conflito armado e a consequente emigração em grande número dos habitantes daquele país, teve sua idealização desde a época em que era parte do Império Otomano, que, ao se fragmentar, teve seu território distribuído de maneira a privilegiar as facções religiosas de cada região. Isso criou um distoamento entre as regiões e, conseqüentemente, entre as religiões, com os alauitas se destacando como o grupo de intermédio entre os franceses e os locais. Esse sectarismo se mostrou presente no conflito, como já foi dito acima, e no agravamento do mesmo, com grupos que são maioria no país (sunitas, por exemplo) saindo do conflito ainda mais em desvantagem, sejam elas políticas, econômicas ou territoriais.

Com o fim do conflito se aproximando - o governo já recuperou cerca de 90% do território sírio – presume-se que deve haver um fortalecimento dos alauitas, que saem como os grandes vencedores, e uma grande derrota para os sunitas. Estes, além de serem majoritários na grande maioria dos grupos rebeldes, também são a maioria do grande número de refugiados que deixaram o país. Essa divisão reforça ainda mais o caráter sectário da Síria, que tende a entrar em uma profunda crise política com a atuação das milícias em diversas regiões, e um governo que desrespeita os direitos humanos, e que ganha mais força política ao sair como vitorioso do conflito, bem como com o respaldo internacional que os aliados conferem ao regime.

Concluindo, a formação territorial sectária religiosa teve um papel fundamental para o conflito, e será novamente determinante para o que virá após o fim dele, com grupos fortalecidos e outros mais enfraquecidos, e novos atores ganhando mais cenário na mídia mundial, como é o caso dos curdos no norte do país.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AKCELRUD, Isaac. O Oriente Médio. São Paulo: Atual, 1986.

ALI, Tarik. Confrontos de fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e modernidade. Rio de Janeiro: Record, 2002.

AZEVEDO, Carlos do Amaral. Dicionário Histórico de Religiões. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Formação do império americano: da guerra da Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. A segunda guerra fria. Geopolítica e dimensão estratégica dos EUA. Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

- BRAUDEL, Fernand. Gramática das Civilizações. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. A History of the Modern Middle East. Philadelphia: West View Press, 2009.
- CHALIAND, Gerard e RAGEAU J.P. Atlas strategique. Paris: Fayard, 1983.
- _____. The Penguin atlas of diásporas. New York: Penguin Books, 1995.
- DEMANT, Peter. O mundo muçulmano. São Paulo: Contexto, 2004.
- HINNERBUSCH, Raymond. Modern Syrian Politics. Manchester: Manchester University, Press, 2008
- KUNG, Hans. Islão: presente, passado e futuro. Lisboa: Edições 70, 2010.
- LACOSTE, Yves. A geopolítica do Mediterrâneo. Lisboa: Edições 70, 2006.
- _____. Geopolítica. La larga historia del presente. Madrid: Editorial Síntesis. 2008.
- LEMARCHAND, Phillipe (Org). Atlas Géopolitique du Moyen-Orient et du Monde Arabe: le croissant des crises. Paris: Editions complexe, 1994.
- LEWIS, David. O Islã e a formação da Europa ___de 570 s 1215. São Paulo: Editora Monole, 2010
- MAGNOLI, Demétrio (Org.). História das Guerras. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. (Org.). História da Paz. São Paulo: Contexto, 2008.
- NAPOLEONI, Loretta. A Fenix islâmica. O estado islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertran, 2014.
- PACE, Enzo. Sociologia do Islã. Fenômenos religiosos e lógicas sociais. Petrópolis: Vozes, 2005.
- PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Islã: religião e Civilização. Uma abordagem antropológica. São Paulo: Editora Santuaário, 2010.
- _____. Árabes no Rio de Janeiro. Uma identidade plural. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cidade Viva, 2010.
- SMITH, Dan. O Atlas do Oriente Médio: conflitos e soluções. São Paulo: Publifolha, 2008.
- YERGIN, Daniel. A busca. Energia, segurança e reconstrução do mundo moderno. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL

Data de aceite: 13/04/2020

Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez

Geógrafa, cientista social (USP-SP), Jornalista Científica (Labjor-Unicamp), pós-graduada Formação em EaD (UNIP), Mestranda em Comunicação (UNIP-SP),

Maurício Ribeiro da Silva

Orientação

Cristina Vieira Barbosa, pedagoga

Pós-graduada Formação em EaD, Mestranda em Comunicação (UNIP-SP) sob a orientação do Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva.

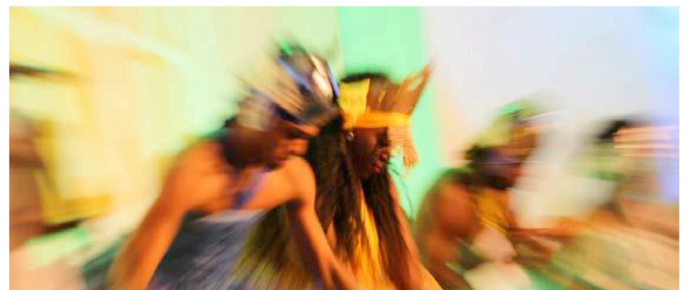
Gabrielle Pellucio De Felice Lenci

pedagoga, pós-graduada em Formação em EaD (UNIP-SP), MBA em Desenvolvimento Humano (FGV-SP), Mestre em Geografia Cultural e Social.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Divino. 2. Sagrado. 3. Profano. 4. Linguagem. 5. Vínculos.

Nossa proposta junto ao tema Comunicação e Cultura, traz consigo a questão dos vínculos e o corpo, fundamentando-se em estabelecer a relação entre um pensar midiático e comunicacional, e a intolerância demonstrada pelos meios de comunicação e manifestações populares em países do Mercosul, as quais transcenderam ao Brasil e

encontram-se em crescimento na Argentina e no Uruguai. Assim, extrapolando ao território nacional via Rio Grande do Sul, cultos derivados de matrizes africanas prolongaram-se aos vizinhos países muitas vezes em situações similares de intolerância como as verificadas no Brasil. Os veículos são diversos, seja na mídia escrita, na televisiva, na internet, ou na relação interpessoal, observam-se matérias e ocorrências denotando o preconceito, racismo e outras formas de intolerância. Foram verificadas no Brasil demonstrações de perseguições, atos de vandalismo, hostilidade, além do uso de termos pejorativos em relação aos praticantes dos cultos que remontam aos rituais derivados da africanidade.



Várias obras de gêneros distintos abordam a temática que se refere ao Divino, ao Sagrado e seu contraponto com o Profano. São temas que variam do Religioso ao folclórico até a Psicanálise. Em verdade estamos diante de ações estereotipadas do cotidiano, e a

ação humana encontra-se permeada pela linguagem, onde se destacam também os símbolos e os sinais que são armazenados no pensamento e que dão significados às culturas nas quais os indivíduos estejam inseridos. Aqui destacamos a codificação da linguagem manifestada pelos símbolos e pelos rituais típicos da religiosidade ou da exteriorização da Fé. Ocorre uma interação do corpo e o pensamento expressos pela linguagem, mas na Umbanda, não há codificação, ela vai se manifestar pelo ritual, no caso das religiões de matrizes africanas, muitas vezes independe se a pessoa é pagã ou cristã, a interpretação dos rituais é variada, situando-se entre o folclore e a religião. A linguagem, no caso da Umbanda, expressa-se através do que podemos definir como protocolos dos sentidos. Pelo conhecimento, pelos valores que foram adquiridos de gerações passadas e que são vivenciados e transmitidos para as sucessivas gerações. É assim que a linguagem ou as representações sejam elas sagradas, profanas ou folclóricas se constituem como herança cultural, pois são socialmente transmitidas na cotidianidade, são consuetudinárias.



A linguagem torna-se mediadora entre o mundo dos indivíduos e dos objetos e tem incorporada a si mesma, o processo de conhecimento, assim como a musicalidade, os instrumentos e os cânticos (pontos) para “chamar os santos” (entidades). Tal associação nos permite justificar a temporariedade em termos de persistência, dos cultos de origem africana, pois os meios de comunicação e a mídia também contribuem para propagá-los, seja via enredos de novelas, filmes ou seriados, ou pela exteriorização da prática, como a força de ação, que ao observarmos verificamos que carregam consigo vestígios de intolerância.

Questionamos como ocorreu a transmissão dos conhecimentos, das orações, dos cultos, dos pratos típicos, das tradições, dos rituais e das representações em termos de entidades. Partimos da premissa que foi um desvendamento chegarmos

ao óbvio, através da oralidade, a “linguagem” como instrumento de transmissão de conhecimentos, de valores, de crenças, enfim, como um meio de comunicação entre os praticantes dos cultos e costumes de origem africana. No caso dos rituais religiosos, através do corpo e o vínculo com a mente. Diante disso o presente texto tem como fundamento a seguinte pergunta: “como os rituais de matrizes africanas são tratados pela mídia e pela sociedade em termos de aceitação ou intolerância de seus símbolos e “expressões de linguagem” no contexto do Sagrado, do Profano ou do Divino? Para responder a esse questionamento utilizamos a pesquisa bibliográfica, que sugeriu uma abordagem qualitativa, focada no estudo de caso, notadamente na Argentina e no Brasil, comparando as manifestações dos cultos. Para embasar teoricamente a metodologia do trabalho, utilizamos as contribuições de Chizzoti (2006) e de Ludke e André (1986). Para referencial teórico utilizamos as contribuições de Greimas (1970) para tratar de simbolismo e Divino; Carlos Vogt (2012) para abordar linguagem e mente; Duran (2000) para tratar de Iconoclasmos (imaginação simbólica); Malena Contrera e Jorge Micklos para abordar imaginário na mídia; Maurício Ribeiro trouxe contribuições referentes ao imaginário na Umbanda e Fernandes (1972) colaborou com os negros no mundo dos brancos, além de Nilma Lino, com os saberes construídos pelo Movimento Negro educador. Como resultado foi observado que embora determinadas religiões de matrizes africanas não sejam necessariamente codificadas, como a Umbanda, a qual se questiona a origem, em termos de praticas, seus sinais diacríticos são expressos pela interação do corpo, do pensamento e das manifestações simbólicas. Os vínculos existem entre o corpo e a mente. Para Winner, o corpo é visto como um suporte, Malena Contrera coloca o corpo como um aparato cognitivo, a emoção está no corpo e Hilmann complementa que o corpo é um dos lados que carrega a alma. No contexto dos países do Mercosul, notadamente a Argentina, o Uruguai e o Brasil, observam-se ramificações de rituais derivados das matrizes africanas ou que se constituiu de sincretismo entre o cristianismo e os rituais advindos ou criados no Brasil em um processo de assimilação.

Quanto à propagação, observou-se uma migração a partir do Rio Grande do Sul, ao que o Professor Alejandro Frigerio denominou de transnacionalização dos cultos de origem africana para a Argentina e o Uruguai, inclusive sob a denominação de Umbanda Branca.

Afirma Fligerio:

Na Argentina, como no Sul do Brasil e do Uruguai, a maioria dos templos pratica as três variantes (Umbanda, Quimbanda e Batuque), pois elas constituem estágios diferentes do mesmo caminho religioso para seus praticantes (Frigerio, 1989).

Em *O encanto dos Orixás*, afirma Leonardo Boff:

Quando atinge elevado grau de complexidade a cultura encontra expressão artística, literária e espiritual, mas, ao criar uma religião a partir de uma experiência profunda do mistério do mundo, ela alcança sua maturidade e aponta os valores universais. É o que representa a Umbanda, enquanto religião nascida das matrizes da mais genuína brasilidade, feita dos europeus, africanos e indígenas. (Leonardo Boff, <Wordpress.com/>. Acesso em 14/06/18)

A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE

Data de aceite: 13/04/2020

Marina Loureiro Medeiros

Mestranda de Geografia pela UFPE

Rodrigo Dutra Gomes

Professor em Geografia pela UFPE

RESUMO: O conceito de região no nordeste brasileiro detém uma construção singular em relação ao que foi refletido em outros locais, o que ajudou a caracterizar a especificidade e carga conceitual e cultural da Região Nordeste. O conceito de região sendo múltiplo e não exclusivo da ciência geográfica, se faz presente tanto em outras ciências como no próprio senso comum, ajudando a afirmar as identidades e tradições no entremeio da relação homem x meio (GOMES, 1995). No Nordeste os conceitos de região e regionalização foram refletidos inicialmente em Pernambuco, sobretudo em Recife, com mais força através de um viés sociológico e antropológico, o viés de Gilberto Freyre. Segundo Andrade (2007), o já conhecido sociólogo pernambucano havia adquirido os conceitos de regionalismo e de tradicionalismo local a partir de uma temporada na Universidade de Columbia (Estados Unidos), influenciando-o a desenvolver no Recife, em 1924, o Centro Regionalista Pernambucano, sediado na casa do intelectual Odilon Nestor. É

nesse contexto que realizou-se, dois anos depois (de 7 a 11 de fevereiro de 1926), no Recife, o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste, tendo como representante Gilberto Freyre, que já trazia na época conteúdos geográficos diversos, exaltação das particularidades da paisagem e da formação territorial. A partir desse panorama, o trabalho apresentado visa entender a visão freyriana de região contida nas obras Nordeste (1989) e Região e Tradição (1941) como esta visão veio a modificar significativamente o paradigma de Região de um país, passando assim a ter o viés identitário, socioeconômica e cultural como elementos preponderante ao conceito de região, estes que exaltados por Freyre colocariam “a região como unidade última do espaço” e, mais do que isso, espaço fundante genético para análise de qualquer atividade humana (FREYRE, 1947). Nesse trabalho discutiremos como o autor, recoloca a região Nordeste no mapa identitário do Brasil transformando o lócus de aridez e insolação como caracteres singulares em termos paisagísticos com um berço cultural. As características culturais são somadas num construto de novas regionalizações baseados em critérios socioeconômico e culturais, regionalizações essas que só viriam mais fortes no âmbito geográfico nacional entre 1940-1950, e que já eram defendida por Freyre no final dos anos 20 (CARDOSO, 2013). Observa-

se a contemporaneidade do autor que já tratava temas atuais da geografia como os processo de regionalização, entendo, como Haesbaert(2010) também entende, como fazendo parte do processo de diferenciação espacial, pois, por meio de seu caráter de ação, esse processo tem a região como “produto-produtor” de um determinado lócus. Aprende-se então conclusivamente, que a máxima de Vainer (2001), o qual afirma que, a despeito dos que decretam o fim da questão regional, está na verdade persiste nos debates contemporâneos, demonstrando sua vivacidade analítica e sua atuação política, tanto para as forças de conservação quanto para as de mudança (LEMOS, 2005). Recorrendo a história do pensamento observa-se que temas contemporâneos já vinham sendo discutidos no passado, e pelos resgates deste passado ajudar a explicar os temas regionais atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Região, Movimento Regionalista, Gilberto Freyre, Regionalização.

ABSTRACT: The region concept in the Brazilian northeast detains a singular construction regarding what was reflected in other places, which helped to characterize the especificidade and conceptual and cultural load of the Northeastern Region. The region concept being a multiple and not exclusively of the geographical science, is made present both in other sciences and in the common sense itself, when to affirm the identities and traditions in the entremeio of the relation man x average (GOMES, 1995). In the Northeast the concepts of region and regionalization were reflected initially in Pernambuco, especially in Recife, with more it forces through a sociological and anthropological slant, the slant of Gilberto Freyre. According to Andrade (2007), the already known sociologist from Pernambuco had acquired the concepts of regionalism and of local traditionalism from a season in the University of Columbia (United States), when it developing in the Recife, in 1924, by the Center Regionalista Pernambucano, hosted at the house of the intellectual Odilon Nestor. It is in this context that there happened, two years later (of 7 to 11th of February of 1926), in the Recife, the First Congress Regionalista of the Northeast, having like representative Gilberto Freyre, that was already bringing in the time different geographical contents, agitation of the peculiarities of the scenery and of the territorial formation. From this view, the presented work aims there understand the vision freyriana of region contained in the works Northeast (1989) and Region and Tradition (1941) like this vision come to modify significantly the paradigm of Region of a country, starting to have so the slant identitário, socioeconômica and culturally like elements predominantly to the region concept, these that agitated by Freyre would put “the region as last unity of the space” and, more than that, I space out fundante genetically for analysis of any human activity (FREYRE, 1947). In this work we will talk like the author, it re-puts the Northeast region in the map identitário of Brazil transforming the lócus of dryness and sunstroke as singular characters in having paisagísticos with a cultural cradle. The cultural characteristics are added up in a construto of new regionalization when they were based on criteria socioeconômico and cultural, this regionalization that only would come stronger in the national geographical extent between 1940-1950, and what were already defended by Freyre in the end of the 20 years (CARDOSO, 2013).

It is noticed that the contemporaneity of the author who was already treating current subjects of the geography as they are prosecuted by me of regionalization, I understand, like Haesbaert (2010) also understand, like making part of the process of space differentiation, so, through his action character, this process takes the region as “a producing-product” of determined locus. It learns then conclusively, that the maxim of Vainier (2001), which affirms that, in spite of that they decree the end of the regional question, it is in fact persists in the contemporary discussions, demonstrating his analytical vivacity and his political acting, so much for the conservation force how much for those of change (WE READ, 2005). Resorting to history of the thought one is noticed that contemporary subjects were already being discussed in the past, and for the redemptions of this past to help to explain the current regional subjects.

KEYWORDS: Region; Regionalist Trade; Gilberto Freyre; Regionalization.

1 | INTRODUÇÃO

A porção Nordeste do Brasil, hoje tida como um dos berços culturais do país, e de grande diversidade paisagística geográfica, já foi bastante pormenorizada como um locus de fome, aridez, subdesenvolvimento e atraso.

No meio político, foi a partir do início da década de 1920, durante o período republicano no Brasil, que a ideia de tentar construir um estado-nação mais coeso com intuito de dissipar o passado dos movimentos separatistas que ocorreram durante a segunda metade do século XIX. Com o lema filosófico positivista francês de ordem e progresso, o país procurou inicialmente entender mais as novas federações instituídas, cedendo à capital da província certa autonomia local em troca de O período destacado em amarelo parece incompleto. Você até desenvolve as razões da ideia de se construir um Estado-nação, mas não define o que foi da ideia, se foi concebida no período, se for rechaçada, se foi difundida; parece apenas mencioná-la. Do jeito que está, o período não faz sentido, está inconcluso; faltou dizer que, por exemplo, “a ideia de tentar construir um Estado... durante a segunda metade do século XIX *foi levada a cabo*”, por exemplo. pagamento de aumento no pagamento de impostos, mas que não impediram a manutenção das heterogeneidades regionais tanto econômicas quanto culturais, que se fortalecem ao poder oligárquico local.

Deste modo, o fazer regional passa a dar forma identitária ao país, sendo o nordeste reconhecido inicialmente como uma região promissora a partir dos escritos de viagem de Euclides da Cunha, com sua obra homônima, *Os Sertões* (1910), para região sertaneja do nordeste, pois caracterizava a paisagem geográfica, uma forma de regionalização natural, com um forte padrão comum que determina o modos de vida dos nativos daquele local, associando quase que ratzelianamente, com a resiliências da vegetação e dos animais à *secura* daquela porção do nordeste, o que, segundo o ator, tornava-os fortes.

Partindo do regionalismo natural, quase 15 anos depois, Gilberto Freyre lança com *Nordeste (1989) escrito em 1925*, ideias do regionalismo identitário advindo de uma série de artigos já *escritos* para o *jornal* prestigiado e centenário na data, o Diário de Pernambuco . Freyre expõem para os intelectuais locais o que deveria ser esse nordeste, que vai ser edificado e continuado em *Região e Tradição (1941)* , livro que traz também em seus escritos um conjunto de artigos dos mais diversos estudiosos paraibanos e pernambucanos sobre a localidade, reafirmando singularidades culinárias, regionais, paisagísticas que essa região trouxe e vinha trazendo de contribuição para essa unidade nacional.

Através do método historiográfico moderno, o artigo presente visa resgatar a criação da origem espaço-cultural da região nordeste através da visão freyreana do que seria *Região*, dentro de um período em que se começa a ser identificado e conhecida essa segmentação espacial como formadora importante de um povo . Desse modo , o olhar particular do intelectual que sempre reafirmou suas raízes, o recifense Gilberto Freyre, traz consigo toda singularidade de um fazer regional , fazer esse que se inicia no movimento regionalista de 1926 mas tem seus desdobramentos na contemporaneidade, encontrando permanência e renovações ao movimento, ambas complementares e importantes para identidade de espaço fim chamado de Região Nordeste.

2 | O NORDESTE DE FREYRE : A REGIÃO ENTRE A TRADIÇÃO E O MODERNO

O menino Gilberto Freyre viveu parte da sua infância entre o engenho São Severino dos Ramos, de sua avó materna, mãe de Francisca de Melo Freyre, as ruas recifenses da estrada dos Aflitos (hoje, Avenida Rosa e Silva) e as ladeiras da antiga Olinda, onde cria o contato íntimo com a cultura católica-africana dos terreiros e as vivências culturais típicas da região açucareira pernambucana, como maracatus, cabloquinhos e doces de coco e de mamão. Dessas experiências sentimentais memorialistas da infância, Freyre escreveria anos mais tarde *Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife (1934)* e *Pessoas, Coisas & Animais (1971)* (FREYRE,2002).

Diferencial para os anos posteriores de sua vida foi, na verdade, o contato com a língua inglesa. Em razão de um déficit de aprendizado e da inquietude na infância, sua primeira alfabetização, tardia, se deu com Mr Willian, americano; logo se encaminharia ao colégio Americano Batista Gilreath, o qual seu pai, Alfredo Freyre, tinha fundado, e em que seu irmão Ulisses Freyre estudava. Mais velho, entusiasmou-se pela literatura clássica em geral a partir do contato com autores clássicos como Virgílio, Camões, Goethe e Skakespeare. Levado por esse entusiasmo, tornou-se

chefe do jornal do colégio, *O Lábaro*, aos 14 anos, e chegou a findar aos 17 o curso ginasial como bacharel em Ciências e Letras (PALLARES, 2005).

De acordo com Burke (2005), apesar de para um jovem da área de humanas ser bem mais interessante a ida a um país europeu, a inviabilidade da guerra e a facilidade de trocar os créditos do colégio de origem protestante numa universidade conhecida por “Vaticano Batista”, como a universidade de Baylor, acabaria por ser a melhor opção para o jovem Freyre e seus familiares.

Em Baylor, possui contato mais próximo com o Prof. J. Armstrong, crítico literário especializado em literatura inglesa, que despertou no jovem Freyre ainda mais interesse pela literatura anglófona, apresentando o estilo de escrita ensaísta tão presente ao longo de sua vida, e já especialmente presente nas suas correspondências ao Diário de Pernambuco, que compuseram uma seção de jornal denominada “Da Outra América”, na qual o jovem descreve seu cotidiano estudantil e os aprendizados para os seus interlocutores nordestinos, já que esse jornal tinha um alcance bastante grande à época, contando com leitores que iam de Alagoas até o Maranhão. De fato, consta ter sido o meio da primeira alfabetização de muitos filhos de intelectuais locais, bem como uma das primeiras formas de definir o limite da região Nordeste, segundo o escritor paraibano José Lins do Rego (ALBURQUE JR, 2011).

Finda o ano de 1920 Bacharel em Artes e parte para a cosmopolita Nova York, especificamente para universidade de Columbia para adquirir o Mestrado em Ciências Políticas e Sociais, onde defende, *em 1922*, a tese *Social Life in Brazil in the middle of the 19th century*, já marcada pela influência do alemão Prof. Franz Boas, precursor da Antropologia Cultural, a qual pôs em xeque as visões biopsicológicas e antrogeográficas dos antropólogos evolucionistas da época, apontando uma visão etnocêntrica europeia sobre as sociedades do hemisfério sul e trazendo o campo da Sociologia o relativismo cultural de acordo com Baldus (1943), mostrando que além da miscigenação racial, a miscigenação cultural e local fez muito mais o povo brasileiro, colocando “a região como unidade última do espaço” e além disto, espaço fundante genético para análise de qualquer atividade humana (FREYRE, 1947).

Já no fim da temporada nos Estados Unidos, antes de partir para conhecer as principais capitais europeias, Freyre estabelece relações com Lafcádio Hearn e o francês Murras, com os quais aprofundou os pensamentos sobre federalismo e importância regional. Já em Paris, entre 1922 e 1923, entrou em contato com os conterrâneos pernambucanos Vicente e Joaquim Rego Monteiro, que apresentaram o modernismo nas artes a Freyre, e, por fim, com Mario Sette, que nas obras *Senhora de Engenho* (1921) e *Palanquim Dourado* (1923) introduziria “o mais genuíno”, segundo Freyre, “espírito regional”. (FREYRE, 1947).

Com uma nova visão de mundo de seu próprio país, a felicidade de

rever seu locus toma conta do Freyre de 23 anos. Sobre sua volta, o amigo e escritor José Lins do Rego exalta:

Vi Gilberto Freyre por este tempo voltado à terra, querendo casar-se com a terra. Era ele então amigo do arcebispo de Olinda, do Pai Adão, do Velho Dudu, sócio do Clube das Pás. O nativo aceitava a sua Pátria, mas o seu amor não era de cego, de alucinado. Era o amor de quem examinava, de quem descobria os defeitos, e se indignava contra os que, pretendendo melhorar, destruíam ou aleijavam o que ainda havia de realmente grande em Pernambuco e no Brasil. (FREYRE, 1996)

Sobre os problemas que havia encontrado em Recife, se davam pelo afrancesamento urbano do local que entre 1913-1916, por influência do Barão de Huseman, vê seu centro histórico todo remodelado, desaparecendo a Igreja do Corpo Santo, o Arco do Bom Jesus (remanescente do período holandês) e a Igreja de São Pedro, e transformando a Ilha do Recife em um centro com grande avenidas enlanguescidas e interligadas, criando-se o que hoje se vê do marco zero da cidade, que para Freyre nada contribuía para a ensolarada e irrigada Recife, concordando e temendo um maior “maquiamento” francês da cidade, como feito no Rio de Janeiro de 1904 por Pereira Passos, em discordo opinativo também com o intelectual Monteiro Lobato (Dimas, 2004).

É nesse Recife que pulsa no início do século que Freyre foi se apropriando, se inaugura o primeiro desfile de Modas em 1916, que se faz liga de futebol pernambucana em 1915, junto com o novo esgotamento sanitário de Saturnino de Brito. Somado a isso, as ruas menos estreitas dão lugar a bondes, carros, a cafés, docerias e restaurantes, cinemas e peças de Teatro das companhias Valesco e Lea Candini, acontecimentos e obras intensificadas em meados dos anos 20 (1924-1927) pelo governo de Sérgio Loreto segundo Rezende (2016). Para Valdemar de Oliveira, teatrólogo que frequentava a boemia recifense com Freyre, e para o professor Mário Sette, era o período da *belle époque recifense*, no qual as orquestras de jazz invadiam os teatros e as novidades se faziam cor nas revistas, onde “ o progresso era intenso, o dinheiro fácil. (OLIVEIRA,1985) (Figura 4)



Figura 3. Cinema Pathé, inaugurado em 1909, na Rua Nova.

Foto - Autor desconhecido. Fonte: <<http://cidadedosmelindres.blogspot.com/2012/10/cinemas-recifenses-nos->

O contexto econômico local e do Nordeste também afligia Freyre, pois a queda financeira considerável do açúcar, seu principal motor de desenvolvimento econômico, faz com que o poder estatal /econômico se volte quase que inteiramente para o Sudeste. Somado a esse fator, Santos (2011) adiciona:

O engenho de açúcar tornava-se cada vez mais obsoleto, como forma de produção, diante das usinas industrializadas. Estas trazem consigo não apenas incrementos de ordem técnica, mas também uma nova forma de racionalização do trabalho e das relações sociais entre proprietários e trabalhadores. Substituem a dominação patriarcal pela exploração capitalista. O habitus de dominação do senhor de engenho é trocado, gradualmente, pelo do burguês. (SANTOS, 2011)

Devido a essas questões e à necessidade de desatrelar o nome do Nordeste do único imagético dos flagelos de grande secas de 1887 e 1889¹ e dos messiânicos retratados por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1910), surge a necessidade de exaltar o Nordeste sociocultural, raiz das crenças, comidas e da nascente do povo brasileiro, nordeste esse presenciado pela criança e o jovem Freyre e que merecia ser expandido para todo o Brasil e, por que não, para o mundo.

Com essa necessidade nasce, segundo Andrade (2007), em 1924, o Centro Regionalista Pernambucano, sediado na casa do intelectual Odilon Nestor. O Centro propôs, sobretudo, celebrar a permanência das tradições singulares do Nordeste, através da promoção de rodas de diálogo que iam da exaltação do ecletismo religioso e da peculiaridade gastronômica à preservação da paisagem local, já dita como ecológica, fazendo conexão com a modernidade da época e, ao mesmo, tempo evitando-se um caráter bairrista (FREYRE, 1996).

É nesse contexto que Gilberto Freyre publica *O Livro do Nordeste* (1925) comemorativo ao centenário do Diário de Pernambuco e meses depois, em 1926, realizou-se, (de 7 a 11 de fevereiro de 1926), no Recife, o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste, tendo como representante o próprio Gilberto Freyre, que já traz no livro, divulgado no evento, as pertinências discutidas no Centro Regionalista, conferindo um caráter, além de sociocultural, político ao encontro (ALBUQUERQUE JR, 2011).

Nesse congresso se exploraram conteúdos geográficos diversos, os quais foram expostos e subdivididos nas plenárias de fala geral, como ressalta Fernando de Mello Freyre, ao relatar que o programa geral do Congresso:

1 O termo “Nordeste” aparece pela primeira vez com acepção espacial específica numa referência feita pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, como tentativa de solucionar os problemas das secas recorrentes no final do século XIX e início do século XX. (ALBUQUERQUE JR, 2011)

[...] estava assim definido: I - Problemas Econômicos e Sociais - 1º - Unificação econômica do Nordeste: ação dos poderes públicos e dos particulares; 2º - Defesa da população rural: habitação, instrução, economia doméstica; 3º - O problema rodoviário do Nordeste: aspecto turístico, valorização das belezas naturais da região; 4º - O problema florestal: legislação e meios educativos; 5º Tradições da cozinha nordestina: aspectos econômicos, higiênicos e estéticos. II - Vida Artística e Intelectual - 1º - Verificação da vida cultural nordestina: organização universitária, ensino artístico, meios de colaboração intelectual e artística, escola primária e secundária; 2º - Defesa da fisionomia arquitetônica do Nordeste: urbanização das capitais, planos para pequenas cidades do interior, vilas proletárias, parques e jardins nordestinos; 3º - Defesa do patrimônio artístico e dos monumentos históricos; 4º - Reconstituição de festas e jogos tradicionais (FREYRE, 1977).

As preocupações contemporâneas tornam Freyre, dito só como ‘tradicionalista’ e ‘arcaico’ por modernistas como Oswald de Andrade, muito mais moderno que o modernismo de 1922, já que as preocupações ecossociais aparecem quase inexistentes naquele movimento, como trata o geógrafo Tadeu Rocha (1964), que ainda traz a soma a seguinte visão, ao falar do movimento:

O primeiro regionalismo nordestino valorizou o homem e as coisas deste pedaço do Brasil, numa interpretação realista dos nossos fatos históricos, sociais e econômicos. E também criou uma nova mentalidade antiacademista no meio dos jovens intelectuais do Nordeste, que puderam cristalizar as suas ideias nos estudos históricos e geográficos, no ensaio sociológico, no romance social e na poesia regionalista ou profundamente humana (ROCHA, 1964)

Essa visão ecológica de Freyre é trazida também em continuidade no seu livro *Tradição e Região* (1941) , onde a visão de região se mistura nitidamente com a categoria de paisagem no sentido socioambiental , ao tratar nessa obra a importância do meu físico pernambucano açucareiro para o desenvolvimento cultural e social desse povo, como meio de exaltar e renovar a potencialidade regional daquele locus. Essa região humana ou essa paisagem regional tem influências do geógrafo americano Carl Sauer(1889-1975) , que contemporâneo acadêmico de Freyre , teve influência quase que direta nos seus escritos desse período , principalmente após a obra *Morphology of Landscape* (1925) que segundo Rogers (2012) trouxe a Freyre em seu método:

Freyre percebeu no método de Sauer um tratamento balanceado de forças ambientais e culturais, a influência de clima e os efeitos de usos da terra de longo prazo. Ele pensava em Sauer como um estudioso que entendeu a importância da “harmonia da paisagem”.(ROGERS,2012)

Essa “ harmonia da paisagem “ aparece em seu fazer regional ao tratar já em *Nordeste* (1989) essa visão de paisagem dentro de sua visão de *Região em especial Região Nordeste* , escrevendo assim:

A natureza regional tende...a fazer o homem, o grupo, a cultura humana à sua imagem, ele observa, mas, por sua vez, o homem, o grupo, a cultura humana agem

Pensando nos desdobramento dessa ótica regional , Rocha revela as continuidades se espelharam principalmente na literatura nordestina; no Romance de 30, com Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e Jose Lins do Rego, este último participe do movimento e da vida pessoal de Freyre enquanto vivente. Em Luiz Gonzaga, no campo da música, e seus parceiros em 40; nas artes plásticas, em Lula Cardoso Ayres e Cícero Dias; e, no teatro, em Ariano Suassuna e sua busca de um Brasil profundo, mais tradicional, quase medieval, em 50 (D'ANDREA, 1992). (Figura 3).

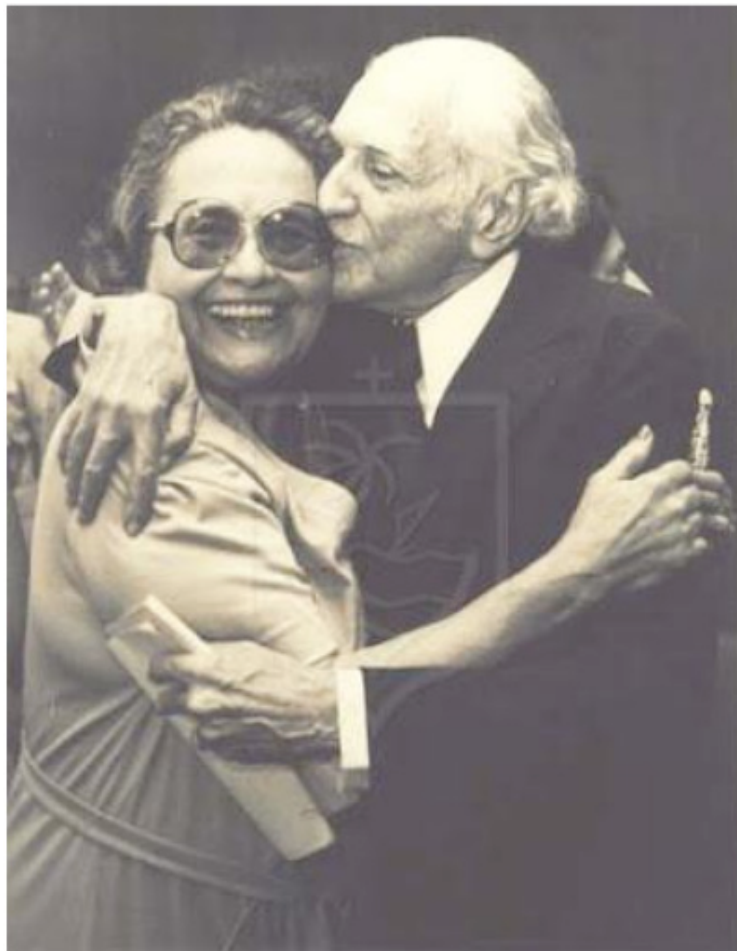


Figura 4 – Fotografia Encontro dos Regionalismos : Gilberto Freyre e Raquel de Queiroz em solenidade em março de 1980.

Fonte :Acervo da Fundaj

Misturam-se assim, no Nordeste, revolução, permanência e continuidade em uma sobreposição, na qual esses lócus, mesmo que muito recente historiograficamente, torna-se espaço fim de um povo, de um tempo e de um futuro. Futuro base para melhor pensar o desenvolvimento das relações espaciais fragmentadas, singularmente notadas da melhor forma pela categoria geográfica Região.

3 | CONCLUSÕES

A visão da categoria de Região em Freyre revolucionou, em termos históricos e espaço-culturais, a visão que se tem de Região Nordeste, dissipando-a até os dias atuais. Já que a Região resgatada em Freyre, especialmente na década de 20, advém de uma visão moderna de paisagem trazida por linha *sauriana* que via a paisagem com um conjunto socioambiental de elementos que classificariam um lócus e que suas características deveriam ser exaltadas para melhor aproveitamento desse lugar, que Freyre viu como Região. Essa região, exaltada por Freyre se localizaria na porção nordeste do país, que ao possuir aspectos tradicionais da cultura brasileira, esses seriam exaltados mas não como redução ou oposição aos fazeres modernos, ao contrário sua complexidade regional é dita como pós-moderna por muitos autores, a exemplo de Maffesoli (2001) e Burke (1997), por reunir elementos citados como ambíguos, como o tradicional e o moderno e um espaço, algo notado na cidade que o fez: essa Recife em que o progresso ocorreu em tons de conquista sem esquecer do melhor de seus antigos, a multiculturalidade encontrada nesse locus e traço identitário, que o tornou e torna um locais complexo singular na região nordeste e no Brasil.

Desse modo e conclusivo aprender, como propõem Edson Nery Fonseca (1992), que Freyre ao abordar sua concepção de região e regionalismo trás consigo uma proposta além de pós-moderna também apontamentos que são transdisciplinares, transnacionais e por que não transregionais, afetando profundamente o que foi produzido intelectualmente posteriormente em termos de conhecimento sobre o nordeste, inclusive no meio geográfico atreves do que foi produzido em termos de monografias, aulas de campo e teses pelos geógrafos recifenses Manuel Correia, Mario Lacerda e Gilberto Osório, essenciais para espacialização do conhecimento, algo essencial para Brasil, para Nordeste, mas fundamentalmente para Recife.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ed. São Paulo : Cortez: 2011

ANDRADE, M. C. de. **A geografia no contexto das ciências sociais em Pernambuco**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 9-15, 2007.

BURKE, Peter. **Gilberto Freyre e a nova história**. *Tempo Social*. São Paulo, v.9, n.2, p.1-12, out. 1997.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **O lugar da geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945**. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2013. 240p

D'ANDREA, Moema Selma. **A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992

- DIMAS, Antonio. **Um manifesto guloso**. Légua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural. Feira de Santana: UEFS, v. 3, nº 2, 2004, p. 7-24.
- FREYRE, G. **Interpretação do Brasil**. Tradução de Olívio Montenegro. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1947.
- _____. **Região e Tradição**. Rio de Janeiro. Editora José Olímpio, 1941.
- _____. **Nordeste**. 6ª ed., Rio de Janeiro, Record, 1989, p.
- _____. **Manifesto Regionalista**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.
- FREYRE, F. de M. **O movimento Regionalista e Tradicionalista e a Seu Modo Também Modernista - Algumas Considerações**. *Ci. & Tróp.*, Recife, v. 5, n. 2, p. 175-188, 1977.
- FONSECA, Edson Nery. **Gilberto Freyre A Província do Phdeísmo Carioca**. *Ci & Trop*. Recife, v.20, n.2, p.309-316, jul.-dez., 1992
- GOMES, P. C. da C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, I. E. et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HAESBAERT, R. **Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas**. *Antares*, n. 3, 2010.
- LEMONS, L. M. **As correntes da Geografia e o movimento de idéias em torno da região**. **Geografias (UFMG)**, v. 1, p. 26-36, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- OLIVEIRA, Valdemar. **Mundo submerso**, 3.ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São paulo: Rditora da UNESP, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Quem é o povo no Brasil?** In: Coleção *Cadernos do povo brasileiro*, n.02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962.
- ROCHA, Tadeu. **Modernismo & Regionalismo**. 2 ed. Maceió, Imprensa Oficial .1964. il. 334p.
- REZENDE, A. P. M. **Desencantos modernos: história da cidade do Recife nos anos 1920**. 2. ed. Recife: Editora da UFPE, 2016. 258p .
- ROGERS. Thomas D. **Pensamento geográfico de Gilberto Freyre nos anos 1920 e 1930**. Cadernos de História UFPE- Revista do Departamento de História UFPE. v. 8, n. 8 ,2011.
- SANTOS, Robson. **Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do Manifesto regionalista Sociedade e Cultura**, vol. 14, núm. 2, julho-diciembre, 2011, pp. 399-408 .Universidade Federal de Goiás Goiania, Brasil
- VAINER, C. B. **Regionalismo: anacronismo ou pós modernidade**. In: GONÇALVES, M. F. O novo Brasil urbano. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira - Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC-Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Pós-doutorando em Geografia pela USP. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia - UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: *No chão e na Educação: o MST e suas reformas* (2011), *Neoliberalismo, Agronegócio e a Luta Camponesa no Brasil* (2011), *Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem* (2013), *Agroecologia, Alimentação e Saúde* (2014), *Gestão Ambiental* (2015), *Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais* (2016), *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais* (2016), *Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas* (2017), *Atlas de Conflitos na Amazônia* (2017), *Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa* (2018), *Conflitos e Convergências da Geografia - Volumes 1 e 2* (2019), *Geografia Agrária* (2019), *Questões que norteiam a Geografia* (2019), *Espaço agrário em questão* (2019) entre outras publicações. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação pedagógica 15, 17, 18

Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208

Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14

Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236

Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207

Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163

Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268

Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151

Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269

Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218

Geografia agrária 37, 269

Gestão empresarial 179

Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0